



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PAULO EDUARDO ARANHA DE SÁ BARRETO BATISTA

**A TRANSMISSÃO DO DISCURSO DO OUTRO EM ATAS DE SESSÕES
PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Recife
2019

PAULO EDUARDO ARANHA DE SÁ BARRETO BATISTA

**A TRANSMISSÃO DO DISCURSO DO OUTRO EM ATAS DE SESSÕES
PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Siane Gois Cavalcanti Rodrigues

Recife

2019

Catálogo na fonte
Biblioteca Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

B3331 Batista, Paulo Eduardo Aranha de Sá Barreto
A transmissão do discurso do outro em atas de sessões plenárias da
Câmara Municipal de João Pessoa / Paulo Eduardo Aranha de Sá Barreto
Batista. – Recife, 2019.
200f. : il.

Orientadora: Siane Góis Cavalcanti Rodrigues.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de
Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.

Inclui referências e anexos.

1. Ata. 2. Discurso. 3. Relações dialógicas. 4. Enunciado.
5. Representação do discurso do outro. I. Rodrigues, Siane Góis
Cavalcanti (Orientadora). II. Título.

410 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2019-216)

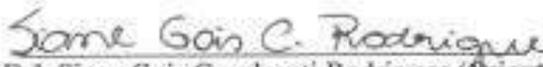
PAULO EDUARDO ARANHA DE SÁ BARRETO BATISTA

**A TRANSMISSÃO DO DISCURSO DO OUTRO EM ATAS DE SESSÕES
PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito para a obtenção do Grau de Doutor
em LINGUÍSTICA.

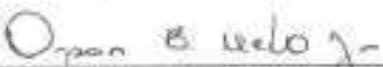
Aprovada em: 28/8/2019.

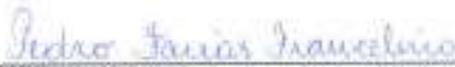
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Siane Gois Cavalcanti Rodrigues (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco


Prof. Dr. Maria Virginia Leal (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco


Prof. Dr. Evandra Grigoletto (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco


Prof. Dr. Orison Marden Bandeira de Melo Júnior (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte


Prof. Dr. Pedro Farias Francelino (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pelo conseqüente arbítrio das escolhas que me levaram a chegar aqui.

A Larissa, Beatriz e Teresa (*in memoriam*), minhas meninas e vocação, porque esse período foi um pingo dentro do mar da nossa vida familiar, porque nosso Amor impulsionou-me.

A meus amados pais, Fernando e Violeta, pelo incentivo, pelas orações e pelos apoios moral e logístico.

A meu irmão, cunhados, sobrinhos, sogros e amigos de casa, pela torcida, pelas orações e convívio familiar reconfortante.

Em nome de Mônica e Carlson, a toda nossa família em Recife, pela sempre agradável hospitalidade, pelo carinho, por me fazerem sentir em casa, além das orações e conversas.

Em nome de Felipe Viana e Eduardo Bezerra, aos amigos da Casa de Evangelização, pelas orações, pela formação, pelo convívio fraterno e pelos exemplos de busca por virtudes para ser um homem melhor.

À professora Siane Góis, pela orientação em todo este trabalho e pela convivência agradável desde quando fui aluno especial do programa.

Aos professores Cristina Sampaio, Orison Melo Júnior e Temístocles Ferreira Júnior, pelas observações nas bancas de qualificação que contribuíram com a elaboração da tese.

Aos professores Evandra Grigoletto, Orisson de Melo Júnior, Pedro Francelino e Virgínia Leal, pelas leituras atentas, pelas observações na banca de defesa e pelas contribuições para a redação final da tese.

Em nome do professor Alberto Poza, aos docentes cujas disciplinas cursei no PPGL.

Em nome de Joseane Lira, aos colegas do PPGL, pela partilha de materiais, tentativa de ajuda mútua e convivência agradável em meio à solidão dos doutorandos.

Em nome de Jozaias, aos servidores do PPGL, pela presteza e bom atendimento.

Em nome de Vinícius, Marinésio Gonçalves e Sylvia Guedes, aos servidores da Câmara Municipal de João Pessoa dos setores responsáveis pelo arquivo de áudio e texto das sessões e atas, respectivamente: TV Câmara, Secretaria Legislativa e Núcleo de Redação de Atas, pela disponibilidade e presteza em conceder-me o acesso.

Aos servidores que passaram pela Escola do Legislativo, pelo apoio nesses últimos anos.

Em nome da professora Bernadete de Jesus, aos colegas da Escola João Santa Cruz,

pelo apoio, compreensão e incentivo.

A Álvaro Mendes e Sérgio Pachá, pelas breves e importantes palavras que me deram força para continuar. Viva Cristo Rei!

“A Caridade é a luz que nos revela a coisa mais extraordinária do mundo: o *outro*. [...] Há uma continuidade entre tudo e meu eu, uma ligação, como se eu estivesse mergulhado num banho tépido formado pelo universo inteiro” (CORÇÃO,1966).

RESUMO

A proposta da tese é desvelar os efeitos de sentido da transmissão do discurso do outro em pronunciamentos constantes em atas de sessões plenárias ordinárias da Câmara Municipal de João Pessoa, em perspectiva dialógica da linguagem (BAJTIN, 1997; BAKHTIN, 2002; 2003a; 2003b; 2015), a partir de marcas linguísticas da heterogeneidade (AUTHIER-REVUZ, 1982; 2004). Nossa intenção foi analisar a interação verbal e a transmissão do discurso em contexto em que o sujeito falante, redator da ata, não realiza transcrição, mas tem seu texto a ser apreciado pelos múltiplos sujeitos falantes, os parlamentares, para tornar-se oficial. Nossa pesquisa ateve-se a um gênero específico, a ata, dentro da perspectiva dialógica, dando importância ao fato de que, neste domínio específico, suas características são bem diferentes das da noção mais comum, destacando-se a extensão e a variedade de seções. Justificamos a pesquisa, por ser uma oportunidade de análise que articula as zonas formais de representação do discurso outro (RDO) (AUTHIER-REVUZ 1998, 2004a, 2012) com as variantes de transmissão (VOLÓCHINOV, 2017), conforme as relações dialógicas, segundo avaliação realizada entre os discursos no plenário e na ata, bem como a particularização desse gênero específico, a partir da articulação dos elementos e peculiaridades do enunciado (BAKHTIN, 2003a) com os elementos organizadores da forma (VOLOSHINOV, 2013). Defendemos, então, a tese de que a representação, na ata, das relações dialógicas existentes no enunciado-fonte, os pronunciamentos de vereadores, contribuem para a manutenção ou alteração da fidelidade de registro, independentemente da forma canônica de transmissão de discurso alheio. Assim, a pergunta de pesquisa que procuramos responder foi: quais os tipos de relações dialógicas existentes no enunciado-fonte e na ata? O objetivo geral foi o de analisar, a partir dos elementos do enunciado (BAKHTIN, 2003a), os tipos de relações dialógicas existentes entre os participantes da comunicação discursiva nos pronunciamentos e na ata. As análises nos mostram que, nesse gênero, o redator busca uma relação dialógica de contiguidade com o público leitor de documentos oficiais, alterando o tom do enunciado-fonte, que geralmente visa a um possível eleitor. Do mesmo modo, tende sempre a suavizar os ataques e contra-ataques do debate político, tornando as falas mais polidas. O uso das formas de transmissão de discurso fica, então, condicionado às intenções de redator ante a avaliação que este faz das relações percebidas no enunciado-fonte.

Palavras-chave: Ata. Discurso. Relações dialógicas. Enunciado. Representação do Discurso Outro.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to clarify the effects of meaning of transmission of the pronouncements in the minutes from ordinary plenary sessions in the City Council of João Pessoa, in a dialogic perspective of the language (BAJTIN, 1997; BAKHTIN, 2002; 2003a; 2003b; 2015), based on linguistic marks of heterogeneity (AUTHIER-REVUZ, 1982; 2004). Our objective was to analyze the verbal interaction and discourse transmission when the speaker, who is writing the minutes, does not transcribe the speech, but when the text must be analyzed by multiple speakers, who are members of the parliament, in order to become official. Therefore, we have evaluated the effects of meaning when using certain discourse transmission methods. Our research was restricted to a specific genre (the minutes) in the dialogic perspective, focusing on the fact that, within this specific domain, its characteristics are very different from the ones from the more usual notion, especially the scope and variety of sections. We justify the research saying this is an opportunity for analysis that articulates the formal areas of “representation of the other’s discourse” (AUTHIER-REVUZ 1998, 2004a, 2012) with the transmission variants (VOLÓCHINOV, 2017), as per the dialogical relations, according to the evaluation between the speeches in the city council and in the minutes, as well as the individualization of this specific genre, based on the articulations of elements and particularities of the speech (BAKHTIN, 2003a) with the organizing elements of this method (VOLOSHINOV, 2013). Thus, we defend the thesis that representing the dialogic relations from the source-speech (pronouncements from city councilors) in the minutes helps to maintain or change the record fidelity, regardless of the canonic method for a third party discourse. Therefore, the question we tried to answer was the following one: what types of dialogic relations are there in the source-utterance and in the minutes? The overall objective was to analyze, based on the elements present on the utterance (BAKHTIN, 2003a), the types of dialogic relations between those participating in the discursive communication and in the minutes. The analyses show that, in this genre, the writer seeks a dialogic relation of proximity with those reading official documents, changing the tone of the source-speech, which is usually focused on potential voters. Similarly, the writer always tends to soften the attacks and counter-attacks from political debates, making the speeches more polite. Thus, the use of discourse transmission methods is conditioned to the writer’s intentions regarding his evaluation of the perceived relations in the source-speech.

Keywords: Minutes. Discourse. Dialogic relations. Utterance. Representation of the Other’s discourse.

RÉSUMÉ

La proposition de la thèse est celle de dévoiler les effets de sens de la transmission du discours de l'autre dans les procès-verbaux de séances plénières ordinaires du Conseil Municipal de João Pessoa, dans une perspective dialogique du langage (BAJTIN, 1997; BAKHTIN, 2002; 2003a; 2003b; 2015), à partir de marques linguistiques de l'hétérogénéité (AUTHIER-REVUZ, 1982; 2004). Notre intention a été d'analyser l'interaction verbale et la transmission du discours dans un contexte où le sujet parlant, rédacteur du procès-verbal, ne réalise pas la transcription, mais il a son texte apprécié par les multiples sujets parlants, les parlementaires, pour qu'il devienne officiel. Notre recherche s'est tenue à un genrespécifique, le procès-verbal, dans une perspective dialogique, donnant de l'importance au fait que, dans ce domainespécifique, ses caractéristiques sont bien différentes de celles de la notion plus courante, mettant en relief l'extension et la variété de sections. La justification du travail c'est que est une opportunité d'analyse qui articule les zones formelles de «représentation du discours autre» (RDA) (AUTHIER-REVUZ 1998, 2004a, 2012) avec les variantes de transmission (VOLÓCHINOV, 2017), selon les relations dialogiques, d'après une évaluation réalisée entre les discours à l'assemblée plénière et dans le procès-verbal, ainsi que la particularisation de ce genrespécifique, à partir de l'articulation des éléments et des particularités de l'énoncé (BAKHTIN, 2003a) avec les éléments organisateurs de la forme (VOLOSHINOV, 2013). Nous soutenons, donc, la thèse de que la représentation, dans le procès-verbal, des relations dialogiques qui existent dans l'énoncé-source, les déclarations de conseillers municipaux, contribuent à la manutention ou à la modification de la fidélité d'enregistrement, indépendamment de la forme canonique de transmission du discours d'autrui. Ainsi, la question de la recherche à laquelle nous cherchons à répondre était : quelles sont les types de relations dialogiques existantes dans l'énoncé-source et dans le procès-verbal ? Le but général est celui d'analyser, à partir des éléments de l'énoncé (BAKHTIN, 2003a), les types de relations dialogiques existantes entre les participants de la communication discursive dans les prononcés et dans le procès-verbal. Les analyses nous montrent que, dans ce genre, le rédacteur cherche une relation dialogique de contiguïté avec le public lecteur de documents officiels, en modifiant le ton de l'énoncé-source, qui en général vise un possible électeur. De la même façon, il tend toujours à adoucir les attaques et contre-attaques du débat politique, rendant la parole plus polie. L'emploi des formes de transmission de discours est alors conditionné aux intentions du rédacteur face à l'évaluation que celui-ci fait des relations aperçues dans l'énoncé-source.

Mots-clés: Procès-verbal. Discours. Relations dialogiques. Énoncé. Représentation du discours Autre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Continuum</i> Ação-Ato.....	32
Figura 2 -Peculiaridades e Elementos do Enunciado.....	48
Figura 3 - Classificação Geral dos Discursos em Romances, conforme PPD.....	56
Figura 4 - Formas de Discurso Dissimulado do Outro.....	59
Figura 5 - Modelos e Modificações de DD e DI em MFL.....	64
Figura 6 - Elementos da Representação de Discurso Outro.....	67
Figura 7 - Elementos da RDO reconfigurados.....	71
Figura 8 - Esquema de RDO da Ata da CMJP.....	84
Figura 9 - Percorso de Análise Dialógica a partir de Peculiaridade e Elementos do Enunciado.....	90

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Cópia reduzida da página 2 da ata da 16ª sessão ordinária de 2015.....	79
Imagem 2 -Ofício do SINTEM à CMJP.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplos de Estilo Linear.....	62
Quadro 2 - Relações Dialógicas nos pronunciamentos.....	91
Quadro 3 - Elementos da RDO – Intervenção 1.....	102
Quadro 4 - Elementos da RDO – Intervenção 2.....	109
Quadro 5 - Registro das primeiras declarações de voto.....	114
Quadro 6 - Elementos da RDO – Declaração de Voto 1.....	115
Quadro 7 - Elementos da RDO – Declaração de Voto 2.....	121
Quadro 8 - Elementos da RDO – Orador.....	132
Quadro 9 - Trecho da Nota da Prefeitura.....	134
Quadro 10 - Elementos da RDO – Aparte.....	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo das Zonas Básicas de formas de RDO.....	66
Tabela 2 - Partes da Ata da Sessão Ordinária da CMJP.....	81
Tabela 3 - Legenda de Transcrição.....	89
Tabela 4 - Resumo de Formas, Arranjos e Relações Dialógicas Encontradas.....	139

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	O PLENÁRIO ANTES DA ESCRITA.....	21
2.1	DO AERÓPAGO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS.....	21
2.2	A SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA.....	23
3	O DIALOGISMO.....	26
3.1	O ATO (DA ATA).....	29
3.2	GÊNEROS DISCURSIVOS: <i>TRILHAS DE UMA NOÇÃO</i>	33
3.2.1	Precursos Russos: <i>O Estudo do Diálogo</i>.....	33
3.2.2	Medviédev e Voloshinov: <i>O Estudo do Enunciado</i>.....	35
3.2.3	O Texto, o Contexto e as Noções de <i>Rečevye Žanry (RZ)</i>.....	42
3.2.4	O Relativo Acabamento na Teoria de Gêneros.....	45
4	A TRANSMISSÃO DE DISCURSO DE OUTRO.....	50
4.1	O DISCURSO DO OUTRO E OS RUSSOS DE 1929-30.....	52
4.1.1	Bakhtin e o Discurso Romanesco.....	52
4.1.2	Voloshinov e o Discurso Alheio.....	60
4.2	AUTHIER-REVUZ E A RDO.....	65
4.3	CONSONÂNCIAS E DISSONÂNCIAS.....	70
5	A ATA.....	73
5.1	A ATA NO PODER LEGISLATIVO E COLEGIADOS MAIS COMPLEXOS.....	75
5.2	PECULIARIDADES DAS ATAS DE SESSÃO ORDINÁRIA DA CMJP.....	76
6	O MÉTODO E A ANÁLISE DIALÓGICOS.....	85
6.1	RELAÇÕES DIALÓGICAS NAS SESSÕES PLENÁRIAS E NAS ATAS.....	91
6.2	APRECIÇÃO DE REQUERIMENTO DE AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE GREVE DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO.....	92
6.2.1	Intervenção 1: vereador Lucas de Brito – autor do requerimento.....	93
6.2.1.1	<i>A transmissão na ata.....</i>	99
6.2.2	Intervenção 2: vereador Benilton Lucena – primeiro secretário.....	102
6.2.2.1	<i>A transmissão na ata.....</i>	105
6.2.3	Declaração de Voto 1: vereador Lucas de Brito.....	108
6.2.3.1	<i>A transmissão na ata.....</i>	112
6.2.4	Declaração de Voto 2: vereador Marco Antônio.....	114

6.2.4.1	<i>A transmissão na ata</i>	118
6.2.5	Orador: vereador Benilton Lucena	121
6.2.5.1	<i>A transmissão na ata</i>	128
6.2.6	Aparte do vereador Sérgio da SAC ao orador vereador Benilton Lucena	131
6.2.6.1	<i>A transmissão na ata</i>	134
6.3	CONSOLIDAÇÃO DA ANÁLISE.....	137
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
	REFERÊNCIAS	143
	ANEXO A - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE MARÇO DE 2015	150
	ANEXO B - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 31 DE MARÇO DE 2015	174
	ANEXO C - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2015	197

1 INTRODUÇÃO

O dizer é, por essência, heterogêneo, ou seja, perpassado por outros tantos dizeres ao tempo que prepara outros mais. Aquilo que é dito por um pode ser redito por outro, que, ao fazê-lo, não copia nem reproduz, mas apresenta e representa o dizer alheio, com suas inevitáveis pontuações axiológicas. Como a linguagem é constitutivamente heterogênea –ou seja, não nasce para e por causa de um sujeito falante que expressa sensações, mas para que este busque outro, cuja existência compõem-na –, deixa em sua materialidade marcas de tal propriedade, logo a verificação das marcas dessas colorações e o entendimento de como acontecem constituem-se relevantes para a compreensão do discurso como ponto de vista e tomada de posição.

A proposta deste trabalho é desvelar os efeitos de sentido da transmissão¹ do discurso do outro em atas de sessões plenárias ordinárias da Câmara Municipal de João Pessoa (doravante CMJP), em perspectiva dialógica da linguagem (BAJTIN², 1997; BAKHTIN, 2002; 2003a; 2003b; 2015), a partir de marcas linguísticas da mencionada heterogeneidade (AUTHER-REVUZ, 1982; 2004). Para tanto, é preciso observar a interação verbal e a transmissão do discurso nessas situações em que o sujeito falante, redator da ata, está simultaneamente livre³ da exigência da transcrição, mas preso ao fato de que o conteúdo impresso será apreciado pelos múltiplos sujeitos falantes, os parlamentares, para ser aprovado ou não como registro histórico para os anais da câmara. Assim, verificamos os efeitos de sentido no uso de certas formas de transmissão de discurso.

Nossa pesquisa ateu-se a um gênero específico, a ata, de modo que, dentro da perspectiva dialógica, dando importância ao fato de que, neste domínio específico, suas características são bem diferentes das da noção mais comum. Por exemplo, o texto não tem um parágrafo único, é dividido em seções⁴ e subseções; há transmissão por discurso direto (doravante DD), em vez da exclusividade do discurso indireto (doravante DI); há muitos registros de pronunciamentos e informes, em vez de apenas a síntese das deliberações. Assim,

¹ Em meio a termos como “representação”, “discurso reportado”, “citação”, optamos por “transmissão”, por ser o usado em duas edições recentes de obras distintas traduzidas, respectivamente, por Paulo Bezerra e pela dupla Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo: BAKHTIN (2015) e VOLÓCHINOV (2017).

² Como usamos a versão em espanhol, *Hacia una filosofía del acto*, referenciamos com a grafia constante no texto, embora se refira ao mesmo autor: Mikhail Bakhtin.

³ Existem atas em casas legislativas nas quais os pronunciamentos são transcritos; outras são sucintas e se atêm às deliberações. Na Câmara Municipal de João Pessoa, os pronunciamentos não constam integralmente, mas resumidos, ora na de forma direta, ora indireta.

⁴ As seções da ata seguem em parte os momentos de uma Sessão Ordinária conforme o Regimento Interno (JOÃO PESSOA, 2003): Abertura, Pequeno Expediente, Ordem do Dia, Grande Expediente, Explicações Pessoais.

consideramos que os gêneros se mesclam e se transformam (BAKHTIN, 2003a), em uma relação heterogênea. Analisamos a transmissão de discurso na ata contemporânea, considerando que essa categoria é marcante para a transformação do gênero.

No âmbito dos discursos públicos, como é o caso das sessões ordinárias do Poder Legislativo, a palavra proferida por um parlamentar não é um indício – o apontamento ou uma marca –, mas é a posição ideológica em si daquele cuja atribuição é, entre outras, falar pelo povo. Assim, a ata torna-se o registro oficial em que há a tensa relação entre o efetivamente dito e o redito – reescrito, transmitido.

Em uma sessão do Parlamento, são realizados pronunciamentos – com apartes –, votações com justificativas, encaminhamentos prévios de votos, decisões, questões sobre os procedimentos adotados pela Presidência da Casa. Em plenário, o exercício dá-se efetivamente pela palavra: na defesa, no ataque, na justificativa de tomadas de posição dos parlamentares. Tudo isso deve, então, ser registrado em documento próprio, oficial, em que se possa saber quais matérias foram apreciadas, como foi a discussão, quais temas foram suscitados nos pronunciamentos livres. Assim, grande parte das falas da sessão plenária é representada na ata, que, com a anuência da maioria, é aprovada.

O estudo do *discurso citado* foi inicialmente objeto da retórica, da narratologia e da filosofia, desde a Grécia Antiga (ROSIER, 1999). A partir do século XVII, a gramática incorpora-o em forma dicotômica: DI-DD (CUNHA, 2008). Tais perspectivas corroboraram a ideia de que o DD seria o reflexo fiel do discurso outro (doravante DO), e o DI, um DD com alterações sintáticas. Os estudos de Bakhtin (2005, 2015), Volóchinov (2017) – entre outros trabalhos – abriram caminho para a saída dos paradigmas formais, ao tomar o discurso citado como uma palavra vivareescrita e não meramente reproduzida. Nas últimas décadas, destacam-se alguns estudos com viés enunciativos, notadamente o de Authier-Revuz (1982), que lança noções como *heterogeneidade constitutiva* e *heterogeneidade mostrada na linguagem*, articulando o dialogismo bakhtiniano, o inconsciente freudolacanianiano e a linguística saussureana, e trabalhos posteriores específicos sobre a “representação de discurso outro” (doravante RDO) (AUTHIER-REVUZ, 1998; 2004a; 2012; AUTHIER-REVUZ; LEBFEVRE, 2015).

Justificamos a pesquisa do ponto de vista da teoria da linguagem com dois pontos. Primeiramente, é uma oportunidade de análise que articula as zonas formais de RDO (AUTHIER-REVUZ 1998, 2004a, 2012) com as variantes (VOLÓCHINOV, 2017) conforme as relações dialógicas, segundo avaliação realizada entre os discursos do plenário e ata, bem como a particularização desse gênero específico, a partir da articulação dos elementos e

peculiaridades do enunciado (BAKHTIN, 2003a) com os elementos organizadores da forma (VOLOSHINOV, 2013). Justifica-se também por trazer a perspectiva dialógica a uma dinâmica bastante comum em Análise da Conversação e algumas linhas da Linguística de Texto: a ressignificação do oral para o escrito na esfera pública oficial. Já do ponto de vista profissional,⁵ a verificação das relações dialógicas no enunciado-fonte contribuem para uma melhor redação da ata, conforme os objetivos pretendidos independentemente das formas de transmissão escolhidas.

O gênero com o qual lidamos não pode ser simplesmente definido tal e qual a ata dos manuais de redação oficial ou comercial, como, por exemplo, o *Manual de Redação Oficial* (LIMA, 2010), pois, sob a perspectiva dialógica, possui estrutura composicional, estilo e conteúdos transformados historicamente. Entre tantas características díspares do conceito – digamos – tradicional de ata, incita-nos os modos de transmissão do discurso do outro, pois, nessas atas, são registrados dizeres, posicionamentos e embates, sem o uso, porém, de regras de transcrição. Além disso, trata-se de um documento histórico com valor legal, já que, mesmo com os avanços da tecnologia, o que vale para questões jurídico-administrativas é o que está presente na ata. Os parlamentares têm, então, seus pronunciamentos, votos e relatórios registrados por outrem. Somemos a isso a importância dada atualmente ao acompanhamento do trabalho dos legisladores, em tempos de campanha por transparência e combate à corrupção, a sociedade civil tem-se interessado pelo cotidiano das casas legislativas. Assim, como documento oficial que registra os atos parlamentares durante as sessões, a ata tem uma importância política.

Tomamos como dado o fato de que, nas atas contemporâneas, o sujeito redator, em uma tentativa de neutralidade – imposta pelo caráter institucional do documento público –, busca incorporar o posicionamento discursivo do parlamentar orador, mas com um novo estilo – tanto do gênero quanto do sujeito redator –, deixando marcas de subjetividade na RDO e da presença do outro no discurso do um. Assim, o redator rediz – e não repete – os pronunciamentos e intervenções dos parlamentares, de modo que os enquadra em uma nova estética – a do gênero – e em uma nova esfera discursiva, que não necessariamente coincide com a do primeiro dizer. O redator “atua responsavelmente”⁶, ou seja, com a responsabilidade ética de seu ato e com resposta a antecipada a seus interlocutores.

Construímos a hipótese considerando a “responsabilidade” em um *continuum* – da

⁵O pesquisador é servidor público de carreira, ocupante do cargo efetivo de Redator de Atas, e exerceu essas atribuições até 2011, quando foi designado para função em outro núcleo.

⁶Com “i”, conforme sugestão de Sobral (2005).

ação automática ao ato ético –, assim as relações dialógicas determinam que as formas e variantes de RDO espalham-se neste *continuum* como marcas de responsabilidade. Decorrem disso que: 1) neste gênero, os DIs tendem a conter mais elementos lexicais marcantes do discurso outro; 2) os DDs são frutos de um amplo processo de edição, com marcas da subjetividade do enunciador redator. Defendemos, então, a tese de que a representação, na ata, das marcas das relações dialógicas existentes no enunciado-fonte, as falas de vereadores, contribuem para a manutenção da fidelidade de registro, independentemente da forma canônica de transmissão de discurso alheio.

Neste contexto, a pergunta de pesquisa que procuramos responder com o desenvolvimento do trabalho é: quais os tipos de relações dialógicas existentes no enunciado-fonte e na ata?

O objetivo geral foi desvelar os efeitos de sentido da transmissão de discurso outro em atas de sessões plenárias ordinárias. Os específicos foram: analisar, a partir dos elementos do enunciado (BAKHTIN, 2003a), os tipos de relações dialógicas existentes entre os participantes da comunicação discursiva nos pronunciamentos e na ata; observar e marcar as formas mais regulares de transmissão de discurso e as singularidades em cada seção da ata; verificar a associação entre as relações dialógicas e as formas de transmissão de discurso de outro presentes ata de sessão ordinária.

Nosso *corpus* de análise é constituído por 6 pronunciamentos registrados em ata – com suas respectivas transcrições – em diferentes momentos de uma sessão ordinária, os quais versam sobre a greve dos servidores da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, ocorrida entre março e abril de 2015. Para tanto, acessamos o arquivo de atas da Câmara Municipal e restringimos leitura das cujas sessões aconteceram durante o período do movimento paredista. Assim, chegamos a uma específica cujo tema dominou os debates, de modo que ofereceu diferentes tipos de intervenções e registros de acordo com a divisão regimental dos momentos de fala de um vereador na sessão.

Dividimos adiante o trabalho da seguinte forma: apresentação, com breve histórico, do contexto em que atas e sessões ocorrem – capítulo 2; construção, articulação de conceitos-chave para definição do gênero discursivo – capítulos de 3 a 5; descrição do método, seleção de corpus e análise – capítulo 6; e as considerações finais.

No próximo capítulo, apresentamos, então, o contexto em que surgem o discurso representado e representador: a esfera pública do Parlamento, mais precisamente da CMJP.

Nos capítulos subsequentes, percorremos a fundamentação teórica: iniciando, no capítulo 3, com o dialogismo, princípio da noção de linguagem adotada no trabalho, com

especificação nas seções sobre a noção de gênero discursivo, com base em Bakhtin e seus contemporâneos russos, apresentando a articulação com estes. Posto isso, tratamos do enunciado que representa outro: no capítulo 4, em que apresentamos e discutimos os estudos de Bakhtin (2005; 2015) sobre a representação dos discursos na prosa romanesca, atentativa de aplicação do método sociológico da linguagem por meio da análise do discurso de outrem (VOLÓCHINOV, 2017), a proposta metaenunciativa de Authier-Revuz (1998; 2004a; 2004b; 2012), e, em seguida, apontamos os pontos de articulação possíveis. Apresentados os conceitos, fazemos, então, a explicitação das peculiaridades, dos elementos do enunciado e da dinâmica de RDO na ata, objeto do capítulo 5.

Posto que, ao longo dos capítulos mencionados no parágrafo anterior, o método dialógico é também explicado, descrevemos, no sexto capítulo, o método específico para análise das atas neste trabalho, bem como os critérios de seleção do *corpus*, e, no último, tecemos nossas considerações finais.

2 O PLENÁRIO ANTES DA ESCRITA

Nosso fenômeno de observação e estudo é a transmissão de discursos, mais precisamente a representação na ata do discurso parlamentar do plenário, logo a dinâmica do parlamento cujas atas e sessões analisamos. Realizamos, então, na primeira parte do capítulo, uma síntese histórica acerca do poder legislativo, desde os primórdios da democracia até os detalhes do parlamento municipal. Na segunda parte, enfatizamos o rito da sessão ordinária da CMJP.

2.1 DO AERÓPAGO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS

O parlamento municipal está em certa medida nas origens da noção incipiente de Poder Legislativo, posto que, na Antiguidade Clássica, conforme Marrou (2017), os conselhos e assembleias exerciam funções proeminentes e semelhantes aos parlamentos modernos. Em Atenas, uma cidade-estado, havia, em um primeiro momento, a monarquia com um conselho formado por anciãos – Aerópago – e por membros de famílias importantes – os eupátridas; no segundo momento, com a cidade maior, ampliou-se a composição e instituiu-se a Eclésia, com participação de novos ricos. Já em Roma, de modo semelhante, na fase monárquica, havia um conselho de anciãos membros da aristocracia, o Senado. Na segunda fase, a republicana, surgem senadores da plebe e uma ampla legislação que garante direitos sociais. Diferença notável é que Roma não tinha uma política exclusivamente municipal, ou seja, a administração e o legislativo não se preocupavam somente com questões da cidade e seus arredores, mas até mesmo com questões de terras distantes, posto que se tratava do centro de um império.

Durante a Idade Média, a Inglaterra desenvolve um sistema de governo diferente da ampla maioria dos territórios europeus: em 1215, o rei João Sem Terra passa a ter de pedir a 25 barões autorização para o aumento de impostos. Isso foi ratificado por uma Carta Magna, que configura a origem do parlamento moderno, que mais tarde passa a receber membros do clero e da burguesia (cf. Calmon, 1954). Após a independência dos Estados Unidos da América (1775) e da Revolução na França (1789), é que a noção de parlamento é mais amplamente difundida e acolhida por diversos países, ancorada também nas ideias da divisão de poderes lançadas por Montesquieu em *O Espírito das Leis*.

No caso do Brasil, convém salientar que, obviamente, houve influência portuguesa.

Na Idade Média, durante o processo de luta contra os mouros e de reconquista do território em que viria a ser Portugal, as terras não concedidas a nobres eram chamadas concelhos, estabelecidos diretamente pelo rei, por meio da Carta de Foral e era administrada por um corpo de homens notáveis da população eleitos por semelhantes (cf. Mattoso, 1997). Essa tradição veio para as terras brasileiras, posto que, a partir do século XVI, há registro de câmaras nas vilas.

Em João Pessoa, não há precisão de fundação, mas há informações de que já havia câmara no século XVII, conforme Pinto (1909). Já o Recife tem 15 de fevereiro de 1710 como data de instalação da Vila e de sua casa legislativa. Tais câmaras eram compostas por 2 juízes, 3 vereadores e 1 procurador. Percebe-se, então, que as funções eram diversas: os juízes exerciam papéis judicantes semelhantes aos atuais, bem como papéis legiferantes; os vereadores tratavam da administração geral, e o procurador da administração financeira. Entre os juízes, havia o da vila e o de fora, considerado isento, por não tomar partido previamente em questões locais. Os mandatos eram trienais, não havia remuneração para os eleitos e o voto era bastante restrito.

Até hoje em Portugal, a administração do município cabe a um vereador que exerce o papel de Presidente da Câmara. Já por aqui, esse modelo teve mudanças após a vinda da família real em 1808 e a Independência em 1822. A Constituição de 1824 modificou o regime de autonomia das câmaras, de modo que a administração do município cabia a um representante da coroa, porém o parlamento mirim existia, os mandatos eram de quatro anos e o mais votado se tornava presidente da câmara. Com a instalação da República em 1889, sua primeira Constituição (BRASIL, 1891), omitiu qualquer definição sobre a administração municipal, logo as câmaras desapareceram. Cabia, porém, aos governos estaduais nomear um conselho de intendência nos municípios, até 1930, quando finalmente são instaladas as prefeituras nos moldes mais parecidos com os atuais, porém com dificuldades de atuação para as Câmaras, tanto que, em 1937, início do Estado Novo, Getúlio Vargas centralizou o poder e dissolveu o poder legislativo municipal. A partir de 1945, com o término de tal período, os parlamentos mirins foram se restituindo. No caso específico de João Pessoa, a data é 14 de novembro de 1947. Desde então, não houve interrupções, ainda que o país tenha passado por diferentes regimes e presidentes, continuou a haver eleições para o Poder Legislativo Municipal.

O marco contemporâneo para os municípios brasileiros – na verdade para o Estado – é 1988, com a promulgação da Constituição vigente. Como consequência, muitas Leis Orgânicas foram editadas entre 1989 e 1991, assim como novos regimentos internos de casas

legislativas, que têm influência também nas alterações das resoluções da Câmara e do Senado Federal. As casas legislativas têm várias funções, entre os quais, destacamos o papel de legislar para o ente – Município, Estado, União –, fiscalizar o Executivo e representar a população (cf. Ribeiro, 2012). Entre os vários tipos de reunião e audiências que acontecem, todas têm a sessão ou reunião ordinária, para qual não precisa convocação, já consta no regimento interno os dias e horários e épocas do ano em que acontecem. É nos debates desse tipo de reunião, tema da próxima sessão, que analisamos a transmissão de discurso do outro.

2.2 A SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

A dinâmica de uma sessão ordinária do Parlamento sempre é normatizada por regulamento específico, a saber, o Regimento Interno das Casas Legislativas, nos quais constam as fases da reunião e as indicações dos momentos em que o parlamentar pode efetivamente falar e o que se pode falar. No caso da CMJP, doze artigos regulamentam, de maneira geral, esse tipo de sessão (JOÃO PESSOA, 2003), além de uma série de dispositivos acerca do processo legislativo, muitos dos quais também referentes aos procedimentos em plenário.

As fases da sessão seguem padrão semelhante ao de várias câmaras, que são influenciadas pela Câmara Federal. Assim, regimentalmente, a sessão ordinária da CMJP possui 4 (quatro) fases: Pequeno Expediente, Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais.

Havendo quórum de um terço dos membros da Câmara, abrem-se os trabalhos protocolarmente e começa a primeira fase, o Pequeno Expediente, que tem o nome similar a uma fase das reuniões ordinárias da Câmara Federal, em que é lida e apreciada a ata da sessão anterior, são dadas a conhecer as correspondências externas e as matérias legislativas. É uma fase, principalmente, de leitura de síntese de ofícios de diversos órgãos com os quais o Poder Legislativo relaciona-se, os quais devem ser de conhecimento do Plenário e não apenas da Presidência, das mensagens do Poder Executivo – por meio das quais se encaminham projetos de lei, e também das ementas dos projetos e requerimentos dos parlamentares. Convém ressaltar que, apesar de ser fase informativa, possui, no caso da Câmara de João Pessoa⁷, um momento deliberativo, pois os requerimentos, que são matérias mais simples, além de lidos,

⁷ Em outras câmaras, como a do Recife, tais apreciações ocorrem na Ordem do Dia, junto com as demais proposições (RECIFE, 2016).

são também apreciados⁸. Tratam basicamente de pedidos dos parlamentares ao Plenário para que a instituição envie ofício a determinado órgão com vistas à execução de serviço, pedido detalhado de informação – no caso de secretarias municipais, que podem ser fiscalizadas pelo Legislativo –, convocação de secretário municipal, realização de sessões especiais, solenes ou audiências públicas; instauração de comissões temporárias – entre elas, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A apreciação de requerimentos ocorre em bloco, haja vista a grande quantidade e o comum acordo de aprovação. Após lidos, qualquer parlamentar pode solicitar destaque para discussão. Assim, os não destacados são todos apreciados em bloco por votação simbólica, enquanto. Em seguida, abrem-se a discussão e a votação de cada um dos destacados. Cada vereador pode falar uma vez por até dois minutos para tratar exclusivamente do assunto do requerimento.

Tratemos agora da votação, que tanto acontece na apreciação dos requerimentos destacados quanto para os projetos da Ordem do Dia. Tal processo só ocorre com o quórum de presença de maioria absoluta dos membros e pode ser simbólico ou nominal: neste, ou o parlamentar que ocupa função de primeiro secretário faz, a pedido do presidente, chamada para que cada um pronuncie como vota, ou, por meio eletrônico, todos votam e a informação consta publicamente em painel; naquele, o presidente pede aos que estiverem de acordo com a aprovação que permaneçam como estão e aos que forem contrários que se levantem, abrindo registro para abstenções. Após isso, qualquer parlamentar pode ainda pedir declaração de voto, por dois minutos, ocasião em que, com mais palavras, poderá dar sua apreciação, não mais com a expectativa de debater ou convencer colegas, mas de registrar seu voto que julga não ser resumido em sim, não ou abstenção.

A Ordem do Dia é a segunda fase da sessão ordinária, em que são apreciadas matérias de trâmite complexo: projetos de lei – ordinária ou complementar –, de resolução, de decreto legislativo, recursos, contas do Prefeito conforme parecer do Tribunal de Contas, propostas de emenda à Lei Orgânica do Município. Todos eles já foram lidos em sessão ordinária anterior no Pequeno Expediente e tramitaram por comissões parlamentares permanentes, que instruem a matéria com pareceres. Desse modo, a apreciação não ocorre – ou, pelo menos, por critérios regimentais, não deveria ocorrer – na mesma sessão em que inicia o trâmite. Por ter uma quantidade bem menor em relação aos requerimentos, a votação ocorre, via de regra, uma a uma, podendo, por acordo de bancadas, haver formação de blocos de matérias não polêmicas, como a imensa maioria dos projetos de leis ordinárias que

⁸ Até 2016, conforme consulta às atas e pautas, um grupo de requerimentos é apenas lido, apenas para dar ciência aos demais que foram apresentados, e outro grupo – os lidos na sessão anterior – é apreciado,

denominam logradouros ou dos projetos de decretos legislativos que concedem honorarias.

Vale salientar que a Ordem do Dia não acontece em todas as sessões. Para acontecer, a pauta deve ser enviada a todos os parlamentares com antecedência de um dia, além de precisar de quórum. Caso não haja, inicia-se a fase seguinte e a pauta é transferida para a sessão posterior.

A terceira fase é o Grande Expediente, em que a função representativa de falar é exercida propriamente. Cada vereador pode se inscrever, a partir do início do expediente administrativo da Casa, às 8 horas – ou seja, noventa minutos antes do começo da sessão –, para ser orador. Este possui dez minutos para, da tribuna, proclamar o que e como quiser, sem restrição de temas, ao tempo que pode ceder um aparte para cada colega, se desejar. Cada parlamentar pode ser orador apenas uma vez por sessão, que tem como horário regimental de término 12 horas, porém, até 10 minutos antes disso, qualquer parlamentar pode solicitar, por requerimento oral, a prorrogação da sessão, para que os últimos inscritos possam falar da tribuna, desde que haja o quórum do Grande Expediente, que é de quatro parlamentares.

A quarta fase da sessão constante no Regimento Interno (JOÃO PESSOA, 2003) não é regular, chama-se Explicações Pessoais, e só acontece quando suscitada por algum parlamentar para rever posicionamentos ditos ou para pronunciamento de resposta por ter sido citado em questões pessoais durante a sessão. Prevê-se uma lista de inscritos para falar por até cinco minutos, após o Grande Expediente. Na prática, o presidente dos trabalhos concede a palavra em caráter excepcional a quem for citado de tal forma logo após a menção. No projeto de reformulação do regimento (JOÃO PESSOA, 2018), tal fase não aparece, mas consta um dispositivo sobre direito de resposta, que é o que efetivamente ocorre.

Nas sessões ordinárias há, então, vários espaços para a fala do vereador: breve comunicação no Pequeno Expediente, discussão de matéria, encaminhamento de votação (para líderes), declaração de voto, pronunciamento no Grande Expediente, além de intervenções para suscitar questões de ordem, explicações pessoais, sem contar os pedidos de palavra sem base regimental. Trata-se, enfim, de uma arena de embates entre posições axiológicas distintas, naturalmente um campo de verificação de interação verbal que visa a conquistar o público e a derrubar oponentes.

Vista a contextualização da comunicação discursiva, pode-se passar para a fundamentação teórica que se inicia com o princípio que norteia a noção de linguagem e conseqüentemente o método e análise.

3 O DIALOGISMO

O dialogismo é o nosso horizonte teórico-metodológico, situando nosso trabalho em uma perspectiva que considera que a substância da língua é constituída pela interação verbal. Assim, nesta concepção, a linguagem constitui socialmente o sujeito, não é um sistema abstrato usado por quem que deste está fora. A língua não é apenas expressão do pensamento; antes, é ela quem organiza a atividade mental (BAKHTIN, 2003a). Admite-se que há um sistema linguístico, mas este só tem razão de ser para fomentar o discurso. Assim, por enunciados concretos⁹, que a realizam, a língua passa a integrar a vida, bem como esta integra aquela.

O discurso, então, é a língua na vida e com história, “[...] a língua *in actu*” (BAKHTIN, 2016b, p.117). A situação – tempo, espaço, entre outros elementos –, os interlocutores e, conseqüentemente, a presença de sujeito falante, constituem instâncias que mediam a conversão da língua-sistema em discurso, que necessariamente está em relação dialógica com outros discursos (BAKHTIN 2003a; 2003b).

Bakhtin fez parte de um círculo¹⁰ informal de intelectuais que teve sua atuação na União Soviética no início do Século XX, quando a linguística de então ratificava a filosofia humanista clássica, ou seja, considerava a língua como reflexo do mundo. Em sua concepção, os estudiosos russos propunham que a relação sócio-histórica e dialógica entre sujeitos era o cerne do processo de constituição do discurso, priorizando a intersubjetividade em detrimento à representação objetiva da realidade. Assim, a língua não podia ser objeto apenas da linguística, mas das ciências humanas. As ideias do grupo geraram, então, estudos sobre vários fenômenos e categorias no âmbito da Linguística e da Literatura: polifonia, discurso alheio, alteridade, carnavalização, alegoria, gêneros do discurso etc.

O autor considera que, na comunicação discursiva, há um redizer, que seleciona e dá novos tons àquilo que já se ouviu, tendo sempre em vista a resposta futura, ainda que esta não apareça – seja em gêneros literários ou não: “[...] falante e compreendedor jamais permanecem cada um em seu próprio mundo, encontram-se num mundo novo, num terceiro

⁹Paulo Bezerra, tradutor da edição de 2003 e 2016 de *Estética da Criação Verbal*, esclarece que o termo *vyskazyvanie* é “[...] derivado do infinitivo *vyskázivat*, que significa ato de enunciar, de exprimir, transmitir pensamentos, sentimentos etc. em palavras. O próprio autor situa *vyskazyvanie* no campo da parole saussuriana. [...] não faz distinção entre enunciado e enunciação” (BAKHTIN, 2003a, p.261). O termo “enunciado concreto”, portanto, começou a ser usado para se distinguir da divisão enunciado/ enunciação como produto e processo separados.

¹⁰Hoje é muito conhecido por *Círculo de Bakhtin*. Não se tratava de um mesmo grupo sempre, nem ficaram na mesma cidade, mas destacamos: M. Kagan, V. Voloshinov, L. Pumpianskii, I. Kanaev, M. Iudina, B. Zubakin, I. Sollertinskii, P. Medviédev (cf; Sériot, 2015; Morson e Emerson, 2008)

mundo, no mundo dos contatos; dirigem-se um ao outro em ativas relações dialógicas” (BAKHTIN, 2016b, 113). O discurso, então, “[...] surge no diálogo como réplica viva, forma-se na interação dinâmica com o discurso do outro no objeto” (BAKHTIN, 2015 p. 52). Não se trata, pois, do diálogo corrente formal, que até chegou a ser levado em conta pela estilística tradicional, mas da consideração de que o falante constrói seu dizer não em um campo aperceptivo neutro e homogêneo do sistema linguístico, mas no campo do outro. Logo, o sentido do que diz é sempre atualizado e “[...] interpretado no campo de outros enunciados concretos sobre o mesmo tema, no campo de opiniões de pontos de vista e avaliações dispersas [...]” (BAKHTIN, 2015, p.54). O discurso de um, então, pode ser invadido pelo discurso do outro, não por uma menção direta ou pela presença das palavras, mas pelo entrelaçamento de valores e tons axiológicos em um mesmo enunciado.

A relação chamada de dialógica por Bakhtin é aquela peculiar que só pode ocorrer pela existência de sujeito falante e de texto, algo típico das ciências humanas, que não lidam com objetos naturais, mas com palavra, que não está abstraída do meio, ela só é compreendida pela participação de duas consciências, que dialogam de várias maneiras – em acordo, desacordo, complementação, retomada, menção – e podem trazer para esse diálogo tantos outros enunciados já ditos.

Bakhtin (2003b) diferencia a relação entre sujeito e texto da relação entre ser humano e objetos naturais. Necessariamente, nas ciências humanas, as relações ocorrem com textos, ou seja, objetos que falam, que causam respostas, diálogo. Ao compreender-se os textos, gera-se um processo de atuação de pelo menos duas consciências, pois só se compreende lançando-se, como sujeito, ao diálogo com a consciência do falante. Assim, toda compreensão é dialógica, pois é uma relação com o sentido e não com coisas, logo, há conversa, discussão.

O texto¹¹ pressupõe um sistema linguístico, mas não se reduz a este, e, ao mesmo tempo, é singular e único em sua realização. A singularidade não está ligada a elementos do sistema da língua, pois estes são passíveis de repetição, mas a outros textos, a relações dialógicas. Daí que sua reprodução mecânica – como a cópia – é diferente de sua reprodução por sujeito, pois, ao citar, reexecutar, retomar, repetir leitura ..., gera-se um novo acontecimento, “um novo elo na cadeia histórica da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003b, p.311).

A palavra não é compreendida em seu uso imediato, mas imersa em um diálogo com

¹¹ Convém ainda salientar que, ao longo de sua produção intelectual, o autor usa o termo “texto” (BAKHTIN, 2003b) e em outros o substitui por “enunciado” ou “palavra”, por, de acordo com Brait (2012), estar aquele associado à dimensão estritamente linguística e formal.

o que já fora dito, daí que o autor desenvolve a noção de enunciado em oposição a *oração*, conceito da sintaxe gramatical. Esta é uma unidade do sistema linguístico, a qual “[...] não tem contato imediato com a realidade [...] nem dispõe de plenitude semântica nem capacidade de determinar imediatamente a posição responsiva do *outro* falante”(BAKHTIN, 2003a, p. 278; grifos do autor); é da ordem da estrutura e não tem as relações dialógicas como princípio constitutivo. Já aquele é da ordem do histórico, é a materialidade linguística atravessada pelos elementos que o ligam a outros enunciados: é, portanto, conforme Bakhtin (2003a), uma unidade do discurso. O enunciado é sempre direcionado, tem destinatário definido e outros presumidos, já “[...] a oração não tem destinatário, tem um contexto ao qual estão vinculadas as relações lógico-objetais e sintáticas” (BAKHTIN, 2016b, p.116), por isso esta não é prehe de resposta, enquanto aquele é unidade do discurso, que até termina, mas nunca no vazio, pois espera pelo outro.

O enunciado pode, em comparação com outros, ter características comuns possíveis de tipificar e daí que surge a noção de gêneros do discurso, os “*tipos relativamente estáveis de enunciado*” (BAKHTIN, 2003a, p. 262; grifos do autor). Os vários domínios sociais produzem modos de organização do enunciado, conforme construção composicional, conteúdos e estilo. Assim, os tipos vão se estabilizando ao ponto que se podem identificar grupos com características em comum e nomeá-los: a carta, a notícia, o poema, o conto, o relatório, a lei ...de modo que eles se permeiam, permutam-se, transformam-se. Exemplo disso é a ata, que, em certo domínio social, possui características diferentes das apontadas em manuais de redação oficial e comercial.

Enxergamos que, na base da diferença entre reprodução mecânica e reprodução por sujeito, apontada pelo autor em “O Problema do Texto na lingüística, na filologia e em outras Ciências Humanas” (BAKHTIN, 2003b), encontram-se a noção de enunciado – consequentemente de gênero discursivo – e, mais na base ainda, a de ato responsável, que está desde o princípio da obra desse pensador – notadamente em “Para uma Filosofia do Ato” (BAJTIN, 1997) – e constitui alicerce filosófico para noções desenvolvidas por ele mais tarde e também por Voloshinov. Em razão disso, foi feita, nas seções seguintes deste capítulo, uma discussão sobre a noção de ato, por ser basilar, e, com mais detalhamento, sobre a de enunciado, em um percurso até a formulação do conceito de gêneros do discurso, que nos auxiliou na análise da ata como tipo de enunciado da esfera da administração pública e da política.

3.1 O ATO (DA ATA)

A língua está em tudo da vida humana, logo o sentido da palavra dita, como diz Bubnova (2011), funde-se e se imbrica com os atos e adquire o poder destes. Para entender a noção de ato, cumpre-nos lembrar que Bakhtin (2003b, 2003c; BAJTIN, 1997), quando de sua busca pela filosofia primeira, questiona simultaneamente o positivismo e o idealismo. Discutimos, então, a noção de ato (BAJTIN, 1997), destacando características que nos ajudam a compreender como tal a redação da ata.

Recorremos inicialmente a uma reflexão de Sobral (2005) a respeito do ato nas ciências humanas. Diz este pesquisador que, de modo geral, há dois tipos de tratamento: 1) considerar que o sujeito recebe tudo pronto, ou seja, não constituído pelos seres humanos, mas a eles dado; 2) estudar os processos de conhecimento afastados do mundo concreto, caindo assim em um teoreticismo. Ambos separam o conteúdo de um ato de sua existência histórica. Bakhtin, na visão de Sobral, com quem concordamos, vai justamente em busca do diálogo que complementa as noções, considerando assim os processos como incessantes e constitutivos do sujeito e do mundo, que jamais é dado previamente ao homem, mas é feito, constituído também por ele.

O ato, então, é uma posição inevitável de ser tomada por um sujeito que está no mundo e nele se constitui. É diferente de ação, que está relacionada com um comportamento qualquer, que pode ser mecânico, automático; por ela o sujeito não se responsabiliza na condição de ser pensante. Enquanto o ato é pensado, ou seja, proposto por um sujeito, a ação é um dado, ou seja, não postulada, mas repetida, sem responsabilidade.

Ser responsável não significa ser correto, mas assumir o que se faz e pensa, assinar o ato, já que se trata de postulação, de pensamento participativo e não de uma ação técnica. O ato resulta da não indiferença, ou seja, da ausência de álibi, em analogia do próprio Bajtín (1997): o sujeito é posto em contato com algo sobre o qual não consegue não pensar, não atuar.

Bakhtin sustenta que o ato é como Janus,¹² que “[...] olha para lados opostos: para a unidade objetiva da área cultural e para a unicidade irrepitível da vida transcorrida [...]”¹³. É no acontecimento único do ser que a unidade entre as duas faces pode ser constituída. Essa conexão não pode ocorrer no domínio do conhecimento teórico, ou seja, a partir de um sujeito

¹² Deus romano, com duas faces, uma que olha para frente e outra que olha para trás.

¹³ Tradução nossa de: “[...] mira hacia lados opuestos: hacia la unidad objetiva del área cultural y hacia la unicidad irrepitible de la vida transcurrida [...]” (BAJTIN, 1997, p. 8).

abstrato, mas da vida efetivamente vivida, porém sem que se desconsidere o caráter histórico do repetível.

O ato, por ter uma assinatura, tem responsabilidade do sujeito, que imprime sempre um tom volitivo e emocional, uma orientação, com respeito à circunstância em sua totalidade no contexto de uma vida real, singular e global. Assim, em oposição à concepção de que se pode teorizar antes para aplicar depois, a linguagem formou-se e forma-se a serviço do pensamento participativo e não da representação teórica. O significado abstrato é, conforme Bakhtin (2003c), um puro potencial para significar que só se expressa um significado real quando é explorado em uma ocasião particular, por um sujeito concreto.

O sujeito, então, nem é assujeitado ao domínio social nem abstraído da sociedade; é um sujeito situado. A ausência de alibileva-o a participar do mundo e assim afeta-o com seu tom emocional e volitivo. É o caso da língua, que não se resume a um sistema de signos abstraído da sociedade. O sujeito falante também constitui o sistema:

[...] a palavra vivente, a palavra plena ignora um objeto plenamente dado, [...] não somente designa o objeto como uma certa presença, mas também a marca mediante uma entonação [...] enquanto minha atitude valorativa para o objeto [...] (BAJTIN, 1997, p. 40).

Com efeito, a presença do outro é marcante, pois o eu precisa dele para se constituir. Assim, em uma arquitetônica que considera o *eu-para-mim*, *eu-para-o-outro* e o *outro-para-mim*, é constituída a relação dialógica entre sujeitos falantes. O outro sabe aquilo que o eu desconhece, e também o eu sabe do outro o que este não sabe sobre si. Faz-se necessário que o sujeito, então, assuma o lugar do outro, para tentar ver o que este não consegue enxergar, e depois retorne para seu espaço singular para poder, desse modo, totalizar sua visão com seus valores. Esse movimento é chamado pelo autor de exotopia¹⁵ (BAKHTIN, 2003d), um deslocamento vivente até o outro, com retorno ao lugar de partida, ao mesmo tempo é um distanciamento contemplador do acontecimento, dotado do excedente de visão proporcionado pelo outro. Tal excedente é condicionado pela singularidade: um sujeito falante, um eu, tem aquela visão única, um lugar insubstituível no mundo, sem o ponto de vista de tantos outros sobre si.

O exemplo analisado por Bajtin (1997) é um poema lírico de Pushikin, *Separação*

¹⁴ Tradução de: “[...] la palabra vivente, la palabra plena ignora un objeto plenamente dado, [...] no sólo designa el objeto como una cierta presencia, sino que también la marca mediante una entonación [...] en cuanto mi actitud valorativa hacia el objeto [...]”.

¹⁵ Paulo Bezerra traduz como “extralocalização” ou “extralocalidade” em Bakhtin (2017).

(*Razluka*), em que há um herói, eu-lírico, que fala sobre si e dá espaço a palavrada uma heroína, sua amada. Há dois contextos – o de cada personagem –, de modo que um é fundado pelo primeiro: só se sabe da heroína pela voz do herói. Ambos os contextos são ainda moldados por um maior que é o mundo estético, do autor-artista. A saída da heroína da terra de onde estava com seu amado – lugar estrangeiro para ela; natal para ele – é considerada no contexto do herói, um abandono¹⁶, ainda que tenha sido para a própria pátria, evento que poderia ser visto como um retorno, no tom valorativo dela, mas conhecemos o acontecimento via relato do herói.

Partindo da noção de ato responsável como algo simultaneamente singular e situado, propomos entendê-lo, fora da atividade estética, e dentro de certas atividades cotidianas, como um *continuum*, pois consideramos que, por vezes, há uma linha tênue para diferir o que é *pensado* e o que é automático, irrefletido. Enquanto o ato é da ordem da linguagem, do pensamento e da emoção, nos termos de Bajtin (1997), a ação, em termos nossos, seria a prática irrefletida que envolve mais objetos em detrimento daqueles três elementos.

Para exemplificar nossa proposta, façamos – antes de falarmos da ata – uma analogia com a construção de uma casa. Entre tantas etapas, destaquemos três: a limpeza do terreno, o projeto arquitetônico, a execução do projeto.

A limpeza simples do terreno seria mais próxima da ação técnica, sem uma tomada de posição axiológica, ou seja, sem pensamento, linguagem nem emoções¹⁷. Trata-se de uma execução automática, de modo que nem sequer se precisa ter em vista o que vai ser ou não construído naquele local. Já a elaboração do projeto arquitetônico configura-se como um ato responsável, com uma concepção definida, em que se fala pelas curvas e se justifica pelo equilíbrio estético-funcional da casa projetada. A execução do projeto prescinde da compreensão deste, porém não se constitui propriamente um exemplo de ato responsável, ao passo que não se trata de uma ação tão irrefletida quanto a limpeza, pois o engenheiro toma decisões mínimas de cunho funcional para conferir segurança ao ambiente, ao ler o projeto arquitetônico.

O exemplo dado serve apenas para termos a noção de que existem elementos mais ou menos automáticos e mais ou menos pensados que outros. Passemos, então, a tratar do processo de elaboração de atas em sessão plenária, trazendo à baila três diferentes atos ou

¹⁶ “Pelas margens de tua distante pátria/ abandonavas as terras estrangeiras”. Tradução de “Por las orillas de tu lejana patria/ abandonabas la tierra ajena”, poema de Pushikin citado por Bajtin (1997, p.73).

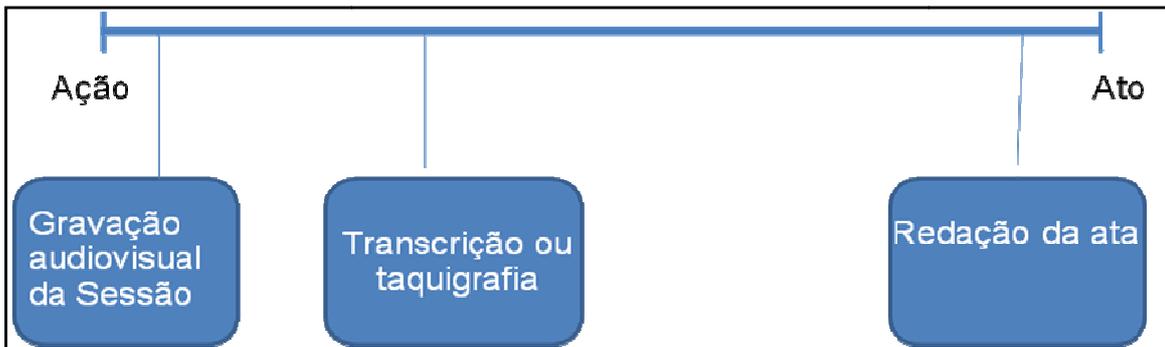
¹⁷ De maneira geral, a limpeza beira à ação técnica, mas pode tender ao ato responsável como a limpeza onde vai se constrói um campo de concentração e trabalho escravo, uma obra em área de proteção ambiental ou serviço de voluntários que limpam terrenos para construção de hospitais filantrópicos, igrejas e centros de recuperação de diversos tipos de vícios.

ações: a gravação audiovisual da sessão, o registro de notas taquigráficas, a redação da ata.

O profissional responsável por gravar o material tem em como funções básicas apertar botões de *play*, *pause* e *stop*. Em tese, é uma ação automática, irrefletida, logo ele não tem qualquer responsabilidade pelo que se diz na sessão¹⁸, o que consta na gravação. Já os registros de notas taquigráficas situam-se em lugar intermediário – bem mais próximo da ação, porém com indícios de responsabilidade mínima, de, por exemplo, organização textual, quando definem os parágrafos e períodos, e mesmo de redação, quando registram pausas e ruídos, do modo como os entendem. A redação da ata constitui um ato responsável, pois há vários cortes, resumos, paráfrases e reorganizações do discurso outro representado nela.

Visualizemos, então, nossa compreensão:

Figura 1 - Continuum Ação-Ato



Fonte: Elaboração própria

Com efeito, a redação de ata está mais para o eixo do ato – ético e responsável – que a gravação e a transcrição de maneira geral. No entanto, como um gênero essencialmente da representação discursiva, certas formas de RDO podem configurar-se mais ou menos em direção ao imperativo moral da responsabilidade, posto que há tipos que se assemelham à transcrição e outros em que há o nível de paráfrase que ultrapassa questões de estilo formal.

Assim, a noção de ato responsável pressupõe, portanto, não uma palavra neutra e abstrata, mas uma palavra constituída na relação entre participantes da comunicação: um enunciado, conforme discutido na seção seguinte.

¹⁸Não tratamos aqui de casos de protestos, em que tal profissional poderia atuar em favor dessa causa, eliminando discursos, interferindo no som etc.

3.2 GÊNEROS DISCURSIVOS: *TRILHAS DE UMA NOÇÃO*

Falar sobre gêneros do discurso já não é novidade em estudos sobre a linguagem no século XXI. O texto de Bakhtin (2003a) publicado em português como adendo da obra *Estética da Criação Verbal* tornou-se referência, mesmo para pesquisadores que não têm o viés plenamente dialógico nos seus trabalhos. Nossa proposta nesta seção é situar o artigo *Rečevye žanry* – traduzido como *gêneros do discurso* – nos estudos de seu tempo, traçando assim uma transformação do aparato teórico que se inicia na tradição russa do estudo da *palavra viva* e é influenciada pela filosofia alemã da virada do século XIX para XX, para, então, podermos, em seguida, tratar da ata como um gênero discursivo.

Primeiramente, apresentamos uma parte importante do contexto que precedeu a publicação do artigo de Bakhtin (2003a) sobre gêneros: a linguística russa que já tinha o diálogo como objeto de estudo – para tanto, apresentamos também noções lançadas por Jakubinkj (2015). Em seguida, debruçamo-nos sobre a obra de membros do círculo intelectual de que Bakhtin participou: P. Medviédév e V. Voloshinov. Este lançou uma teoria do enunciado, aquele contestou o aspecto meramente formal do gênero, Bakhtin (2003a) incorporou noções de ambos em seu estudo. Depois, apoiamo-nos notadamente em Sériot (2007), para tratar de aspectos históricos e contextuais da publicação de *Rečevye žanry* (doravante *RZ*), bem como de elementos de tradução e censura que influenciam em sua compreensão. Na seção 3.2.4, analisamos noções marcantes, a nosso ver, da teoria de gênero, as quais configuram um estágio mais bem elaborado do estudo acerca do enunciado, com o destaque para categorias que compõe nossa análise.

3.2.1 Precusores Russos: *O Estudo do Diálogo*

Do século X ao século XVIII, a Rússia foi marcada por uma profunda diglossia: de um lado, o eslavo, língua adotada pela Igreja, pela literatura; de outro, a língua russa oral, do cotidiano. Assim, a língua normatizada, cultuada e circulada literariamente era, apesar de próxima do russo, uma língua estrangeira. Tal situação começou a mudar com a chegada Pedro, o Grande, ao poder¹⁹. Foram implementadas várias reformas que resultaram na consideração do russo como língua das obras literárias. Diz Romashko (2000) que o eslavo não foi abandonado, de modo que, no início dos anos 1900, o russo *standard* era um eslavo

¹⁹Pedro I foi czar, de 1682 a 1721, e imperador, de 1721 a 1725.

transformado: “Esse trauma, causado pelo dualismo fundamental do desenvolvimento linguístico (e cultural em geral) na Rússia, suscitou a pesquisa de uma *língua viva* [...]” (ROMASHKO, 2000, p. 84; grifos do autor)²⁰. Os estudiosos russos, então, precisaram debruçar-se sobre a fala, para estudar a própria língua materna. Assim, o diálogo torna-se um objeto fundamental de pesquisa no contexto russo.

No início do século XX, os estudos histórico-comparativistas sofriam uma crise na Rússia, vários alunos de Badoin de Courtenay – entre os quais L. Jakubinskij – partindo do princípio defendido pelo mestre de que a língua oral tinha primazia sobre a escrita, centravam estudos na língua viva e observavam, portanto, as diferentes práticas do homem em relação à linguagem, tanto no cotidiano quanto na literatura (IVANOVA, 2011).

O grupo de que Jakubinskij fazia parte estava sediado em Leningrado, era influenciado pela ideia de uma ciência sociológica da linguagem; logo, seus linguistas refutavam a teoria de Saussure por considerá-la abstrata e realizavam pesquisas articuladas com a noção de língua como atividade de linguagem, produto e instrumento de processo histórico (AGEEVA, 2009). Entre os trabalhos vindos dos linguistas de Leningrado, destacamos a publicação de 1923 *O dialogičeskoj reči (Sobre a Fala Dialogal)* (JAKUBINSKIJ, 2015). O texto “[...] surpreende pelo caráter inesperado de sua problemática. Ele propõe a criação de uma nova linguística e vislumbra suas possibilidades de desenvolvimento, apoiando-se no diálogo como objeto de estudo” (IVANOVA, 2012, p. 233). Esse ensaio passou despercebido na época, porém Ivanova (2011) realiza uma comparação entre tal trabalho e o conhecido *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006; VOLÓCHINOV, 2017), publicado em 1929, sete anos depois do retorno de V. Voloshinov – junto com P. Medvedev – a Leningrado²¹.

O trabalho de Jakubinskij (2015) é centrado no diálogo, que é considerado como atividade mútua, cooperação, em que há o fenômeno da resposta, da produção de réplicas, daí resulta o caráter inacabado da fala – ou do enunciado. A noção de propósito dos interlocutores é lançada também nesse texto, de modo que a situação determina as escolhas, bem como a entonação e a forma daquilo que é dito. Outra noção importante é a de clichês – estereotípias – do cotidiano, caso dos enunciados extremamente comuns como *Bom dia!* ou *Tudo bem?*, os

²⁰Tradução nossa para o original: “Ce traumatisme, causé par le dualisme fondamental du développement linguistique (et culturel en général) en Russie, suscite la recherche d'une ‘langue vivante’ [...]”.

²¹Após ter passado uma temporada entre Nevel e Vitebsk (1919-1922), onde havia iniciado os círculos de conversas e produção intelectual com estudiosos entre os quais M. Bakhtin, M. Kagan, M. Judina, L. Pumpjanskij. O grupo continuou a se corresponder e a se encontrar, posteriormente, em Leningrado (cf. SÉRIOT, 2015)

quais precisam de um complemento expressivo.

Não é nossa intenção discutir a fundo o ensaio de Jakubinskij, mas apenas relevar que, na linguística soviética dos anos 1920, um respeitado linguista traçou duas importantes noções que, anos mais tarde, foram desenvolvidas por soviéticos, os quais se tornaram mais conhecidos no ocidente. A ideia de propósito do falante a perpassar escolhas formais e entonacionais possui ampla relação com a vontade discursiva (BAKHTIN, 2003a), que é capaz de determinar a escolha do objeto e seus limites, conforme apresentamos sem seção adiante. Já a noção de clichê pressupõe uma estabilidade da fala, que gera tipicidade dos *reči* – traduzidos como fala ou discurso –, logo constitui uma ideia embrionária de tipos de enunciado, já que se levam em conta situações cotidianas de comunicação, porém não necessariamente concretas, como os pensadores russos posteriores estudaram, a exemplo dos próximos apresentados.

3.2.2 Medviédev e Voloshinov: *O Estudo do Enunciado*

P. Medviédev e V. Voloshinov foram muito próximos a M. Bakhtin, compunham o mesmo círculo de intelectualidade e produziram obras com noções e conceitos semelhantes. Limitamo-nos nesta seção a quatro textos que ainda hoje podem aparecer com o nome do próprio Bakhtin²², tamanha semelhança epistemológica, de um lado, e confusão editorial, de outro.

Iniciemos, então, com a obra *Formálnyi Miétod v lieraturoviédanii: kritícheskoe vvediénie v sotsiologúitsheskuio poétku*, publicada originalmente em 1928, por Medviédev – traduzida como *O método formal nos estudos literários: uma introdução a uma poética sociológica* (MEDVIÉDEV, 2012). Declaradamente marxista, o autor almeja o que anuncia no subtítulo: uma poética sociológica. Tece, logo, críticas ao formalismo²³ nos estudos literários, porém defende que tal teoria pode transformar-se em “objeto de uma crítica séria” (MEDVIÉDEV, 2012, p.245).

O percurso teórico da obra inicia com a ideia de que os produtos artísticos são diferentes dos produtos naturais, dos instrumentos de produção e dos produtos de consumo,

²²Por respeito ao fato histórico da publicação, à facilidade de busca, e sem negar a polêmica, referenciamos os textos conforme foram publicados, ou seja, alguns não como coautoria, mas como se Voloshinov fosse pseudônimo.

²³ Os formalistas a que se refere constituem intelectuais que formaram notadamente dois grupos: o Círculo de Moscou, que tinha por objetivo o estudo da teoria literária, com vistas a uma nova visão sobre a crítica e o fazer literário; a Associação para o Estudo da Linguagem Poética – OPOIAZ –, de São Petersburgo, cujos membros estudavam a obra literária com enfoque no texto exclusivamente, desprezando qualquer interpretação ou influência extraliterária (cf. Schnaiderman, 1973).

pois são ideológicos, objeto da comunicação, logo neles são importantes as relações sociais, as interações: “Todos os processos psíquicos e fisiológicos subjetivos são aqui somente ingredientes sem autonomia dos processos sociais” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 53). Assim, a avaliação social determina a escolha do objeto, da palavra, da forma, bem como encontra expressão pura e típica na entoação expressiva. A língua é, então, desenvolvida sob um horizonte de valores.

No tocante aos gêneros, critica o fato de os estudiosos literários formalistas definirem como um agrupamento específico e constante, com procedimentos fundamentais determinados fora do enunciado completo. Diz, então: “[...] o gênero é uma forma típica do todo da obra, do todo do enunciado. Uma obra só se torna real quando toma a forma de gênero. O significado construtivo de cada elemento somente pode ser compreendido na relação com o gênero” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 193).

É o gênero uma totalidade típica com dupla orientação: para os ouvintes e para a vida, de modo que a determinação temática não é menos importante, posto que o tema transcende a língua, não está direcionado para a palavra, frase nem para o período, mas para o todo do enunciado. Em suma, “[...] a compreensão da realidade realiza-se com a ajuda da palavra efetiva, da palavra-enunciado. [...] o gênero é a unidade orgânica entre o tema e o que está além dos seus limites” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 197).

Uma obra literária não pode, para Medviédev (2012), ser estudada em partes de natureza linguística – orações e palavras por si –, mas na totalidade do gênero, pois é só ele que significa, as obras só se constituem de enunciados e constituem enunciados, elas não são uma seleção de frases. Nota-se aqui que esse argumento possui relação estreita com a relevante distinção feita por Bakhtin (2003a) entre enunciados e orações. Já em relação ao conteúdo da obra, o autor, mais uma vez, destaca a importância do gênero, pois é nele, em sua inteireza, que o conteúdo realiza-se e não por meio do conjunto de orações.

Ao discutir a relação entre gênero e realidade, destaca que é por meio dos enunciados que pensamos e compreendemos o mundo. “Dependendo do meio ideológico, uma consciência é mais rica em gêneros” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 198). Morson e Emerson (2008), com quem concordamos, chamam atenção para a similaridade de raciocínio com Bakhtin (2003a), que afirma que, quanto mais um falante domina os gêneros, melhor domina o falar de uma língua, e ainda dão o exemplo do aprendizado de idioma estrangeiro²⁴, em que, muitas vezes, o aprendiz sabe o léxico e a sintaxe, mas não sabe os modos peculiares de

²⁴ Mencionado por Voloshinov no capítulo “Língua, Linguagem e Enunciado” (VOLÓCHINOV, 2017).

organização do enunciado, por isso não é um falante competente, pois a unidade da comunicação discursiva não é a oração, mas o enunciado.

Em suma, Medviédev (2012) lança as bases da noção de conclusibilidade específica, tratada por Bakhtin (2003a) como peculiaridade do enunciado, bem como da superação da análise de unidades linguísticas para a análise do enunciado, da consideração deste como um todo, e não como conjunto de frases selecionadas e justapostas, além da sua orientação para o ouvinte, conseqüentemente, para a vida, corroborando a ideia de *palavra viva*, já estudada pelos linguistas de Leningrado (cf. Sériot, 2007).

Passemos, então, ao próximo autor. Da obra de Voloshinov, destacamos *Slovo v zhizni i slovo v poesie – Discurso na vida e Discurso na Arte* (doravante DVDA) (VOLOSHÍNOV/BAJTIN, 1997) – de 1926, *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (VOLÓCHINOV, 2017), de 1929 (doravante MFL), e o ensaio *Konstrukcija Vyskazyvaniya – A construção do enunciado*, de 1930, (VOLOSHINOV, 2013). Começemos pelo mais antigo.

Em DVDA, Voloshinov inicialmente situa a obra de arte no âmbito da criação ideológica, logo, para estudá-la, seria necessário um método sociológico. Critica, por isso, duas correntes: a imanentista (forma em si e por si) e a causal (fetiches sobre biografia de autor, de caráter psicologizante). A primeira considera a arte como um objeto contemplativo, artefato resumido em si – sem ser voltado para um público e realizado por um autor. A segunda resume-se ao estudo das experiências psíquicas do criador ou do contemplador. Conclui o autor que ambos os pontos de vista “[...] *tentam encontrar uma parte no todo*; eles tomam a estrutura de uma parte, separada do todo, como a estrutura do todo” (VOLOSHÍNOV/BAJTIN, 1997, p. 111; grifos do autor)²⁵.

Essa conclusão crítica possui ampla influência da noção de *gestalt*, lançada pelo alemão K. Bühler (1922)²⁶, para quem a psicologia, de que a linguagem é objeto, tem três aspectos: experiências, comportamento dos organismos e sua correção com as bases do espírito objetivo. Assim, conforme Brandist (2012), incorpora a noção do campo gestáltico no âmbito da filosofia da linguagem: *gestalt* é uma instância completa da relação e só pode ser compreendida em certas circunstâncias.

Bühler argumentava que o “significado em uso” de todas as palavras deriva do fato de elas estarem inseridas em uma oração ou parágrafo específicos e

²⁵ Tradução nossa de parte de “A fin de cuentas, los dos puntos de vista pecan de un mismo error: *intentar encontrar una parte en la totalidad*; hacen pasar la estrucutra de una parte separada del todo por la estructura de la totalidad.”

²⁶ Em obra que seria traduzida para o russo pelo próprio Voloshinov de acordo com seu arquivo pessoal (cf. Brandist, 2012)

que o ouvinte/ leitor deve inferir ativamente o significado provável em relação ao seu cenário linguístico. (BRANDIST, 2012, p. 43)

Voloshinov (VOLOSHÍNOV/ BAJTIN, 1997), então, elabora uma teoria do enunciado como *gestalt* tridimensional: o falante, o ouvinte e a palavra, em uma inter-relação – no caso da arte: criador, contemplador e obra. Para entender o enunciado artístico, é necessário, então, entender os enunciados da vida, por isso parte para análise da fala cotidiana. Os enunciados concretos, para o autor, estão inseridos em uma situação extraverbal, que não é, na prática, dissociada do verbal e possui um contexto, um *presumido*, composto por: 1) horizonte espacial comum (o que é conjuntamente visto); 2) conhecimento e compreensão comum (conjuntamente sabido); 3) avaliação comum (unanimemente avaliado).

Com efeito, em DVDA, constam as bases da teoria do enunciado, como um produto e expressão da interação social entre falante, ouvinte e daquele (ou daquilo) de que se fala, a qual seria ainda desenvolvida em obra mais extensa e densa, sob a mesma influência de Bühler e da escola de pensamento de F. Brentano, de cujos sucessores Voloshinov parece ter herdado “[...] uma teoria específica da estrutura que põe em primeiro plano as relações de dependência entre as partes e todo” (BRANDIST, 2012, p. 36). Passemos, então, para o próximo texto.

Na primeira parte de MFL, Voloshinov discute as ciências das ideologias, enfatizando a necessidade de uma visada sociológica para tal estudo bem como a relevância do signo: “Tudo que é ideológico possui uma *significação*; ele representa e substitui algo fora dele, ou seja, ele é um *signo*. Onde não há *signo* também não há *ideologia*” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 91 – grifos do autor). Critica a filosofia idealista neokantista e a visão psicologista da cultura, que, segundo ele, consideram a ideologia como um fato de consciência interna, de modo que o aspecto exterior ao signo seria apenas um revestimento. No entanto, destaca, em nota de rodapé, o trabalho de E. Cassirer, qualificado como neokantista moderno que considera a representação como um traço dominante da consciência. Para Voloshinov, os signos apenas surgem em um espaço interindividual, logo o que é externo à palavra é constitutivo do signo, necessariamente ideológico tal como a consciência individual. Assim, coloca o signo no campo da filosofia social da linguagem e o entende em uma dinamicidade na relação entre infra e superestruturas: “[...] surge entre indivíduos socialmente organizados no processo de sua interação” (VOLÓCHINOV, 2017, p.109).

O signo, então, é definido não somente como simples reflexo, mas como refração da realidade, ou seja, ao tempo que busca projetá-la, refrata-a, de acordo com a valoração de cada grupo social que realiza sua avaliação. Assim, a preocupação de Voloshinov é investigar

o processo do signo de tornar-se: da infra para superestrutura. Conforme Brandist (2012), ecoa nesse ponto a noção de existência mental e intencional dos objetos percebidos – formulada pela psicologia pós-brentaniana – a qual coloca a refletividade como traço fundamental de todo conhecimento, de modo que, ao pretender um objeto, o ato de consciência também transcende a imanência psíquica. Quem determina a refração é “[...] o cruzamento de interesses sociais multidirecionados nos limites de uma coletividade sgnica, isto é: *a luta de classes* [...]” (VOLÓCHINOV, 2017, p.112).

Esta noção de refração, segundo Brandist (2012), é um complemento da formulação de Lênin (1977) sobre dimensão: modo de apresentação de um objeto – existente ou não – a um sujeito cognoscente e resulta em uma confusão entre significado pragmático e significado semântico. A ideia de palavra que refrata intenções está presente também na obra de Bakhtin, inclusive em trechos sobre o discurso de outro (BAKHTIN, 2005; 2015), porém sem a referência direta à noção marxista de luta de classes²⁷.

Argumenta Brandist (2012) que, quando Voloshinov afirma em MFL que o sentido de uma palavra é completamente definido por seu contexto – de modo que há tantos mais significados quanto mais houver contextos de uso –, estaria preocupado com a situação social, sem qualquer conceito de estrutura institucional da linguagem. A nosso ver, as noções de tema e significação resolvem tal problema, conforme mostramos na apresentação e discussão da próxima etapa da obra.

Na segunda parte de MFL, o autor situa o método sociológico na história dos estudos da linguagem, tecendo críticas ao *objetivismo abstrato*, notadamente F. de Saussure e B. de Courtenay²⁸, e ao *subjetivismo idealista*, K. Vossler²⁹ e L. Spitzer, com influência de Humboldt³⁰. Entre os conceitos lançados e discutidos, destacamos a defesa da palavra viva – influência da Escola de Leningrado – ante a abstrata, logo aquela é orientada em função do

²⁷ Acerca do marxismo nos linguistas e filósofos soviéticos do começo do século XX, Alpatov (2003) diz que havia certa tendência comum entre orientações que não se contrapunham a tal, mas que não eram especificamente marxismo. Brandist (1998) entende que dizer que Bakhtin era contrário ao marxismo seria simplificar uma situação complexa, dividindoos posicionamentos em relação à ideologia soviética oficial e ao marxismo. Sériot (2018) afirma que os bakhtinianos russos sempre foram antimarxistas, mesmo no tempo soviéticos e aponta essa recepção de Bakhtin como marxista ao contexto francês dos anos 1960 (cf. Sériot , 2015).

²⁸ Grillo (2017), em ensaio por ocasião de nova tradução de MFL, aponta que Courtenay é um precursor de linguística estruturalista e “[...] algumas de suas posições aproximam-se e até mesmo antecipam as ideias de Saussure” (p. 48).

²⁹ Sériot (2015), destaca um capítulo para analisar a relação das ideias de Voloshinov com as desse linguista alemão e constata que o russo “adota e adapta o idealismo estético de Vossler numa concepção sociológica” (p. 104).

³⁰ Com base em pesquisas em manuais de linguística da época, Grillo (2017) afirma que Wilhem von Humboldt, e não Ferdinand de Saussure, ocupava, no contexto soviético do início do século XX a posição de iniciador da linguística moderna.

ouvinte e definida como um território comum entre locutor e interlocutor. Salientamos também a influência da situação social imediata e domeio social amplo na construção do enunciado. Pontuamos, finalmente, as noções de tema e significação: esta é um estágio inferior, uma possibilidade de significar, que, ao se estabilizar, dá suporte para aquele, que é concreto, instantâneo, um “[...] *complexo sistema dinâmico de signos que tenta se adequar ao momento concreto da formação*” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 229 – grifos do autor).

Retomando a discussão levantada por Brandist (2012) sobre a confusão entre significado semântico e pragmático, compreendemos, pela leitura de MFL, que existe sim uma estrutura maior e mais estável, porém ela só tem razão de ser postana realidade concreta pela interação verbal. Assim, o signo tem um caráter estável, que o é por conta da comunicação cotidiana, a cada aparição possui um tema único, que não necessariamente gera formas sígnicas novas, pois, se desse jeito fosse, haveria um novo termo para cada possibilidade de ser do signo e porque, ainda que afirme que o sentido seja determinado pelo contexto, Voloshinov, na sequência, diz:

[...] a palavra não perde a sua unicidade; ela, por assim dizer, não se desfaz em uma quantidade de palavras equivalente aos seus contextos de uso. Obviamente, essa integridade da palavra é garantida não apenas pela integridade da sua composição fonética, mas também pela unicidade comum a todas as suas significações (VOLÓCHINOV, 2017, p.196).

Ainda na segunda parte, é discutida a relevância da interação verbal como contraposição ao subjetivismo idealista, que pressupõe um dualismo entre exterior e interior, com primazia do conteúdo deste sobre o daquele. A resposta a isso é que a “[...] palavra é o território comum entre o falante e o interlocutor” (VOLÓCHINOV, 2017, p.205), um fenômeno biface conforme o tempo e o espaço em que o sujeito está. Entendemos que o sujeito, portanto, é participante na constituição do sentido, porém, como falante que é, atua na base e só afetaria a estrutura a partir de interações. Para Sériot (2007), entre outros comentadores, o sujeito de Voloshinov dissolve-se no coletivo, no social. Acostamo-nos a tal ideia, com uma ressalva, pois entendemos que, ao levar em conta o falar cotidiano e a capacidade deste, através da participação ativa de sujeitos, o autor russo considera o sujeito como entidade social, mas que não é apenas efeito da coletividade, e sim como ser cognoscente. A nosso ver, Voloshinov, por opção epistemológica, não definiu o caráter de responsabilidade do sujeito, diferentemente de Bakhtin, que, nos primeiros textos, buscava a filosofia primeira, a filosofia moral. Mais adiante, ao tratarmos do texto de Bakhtin (2003a) sobre gêneros, retomamos essa discussão.

Na terceira parte de MFL, é realizada uma tentativa de aplicação do método proposto aos problemas de sintaxe, entre os quais destacam-se os esquemas, variantes, estilos e dinâmicas da representação da palavra alheia.

No decorrer da obra, são lançadas algumas bases da teoria dos gêneros. Certos problemas de tradução causam, sobretudo a leitores brasileiros e franceses, alguma confusão. Souza (2003) realizou comparação entre as primeiras versões de MFL para o francês, português, espanhol e inglês, e mostrou que as duas primeiras omitem o termo *gênero* – preferindo outras denominações, como *modos de discurso*³¹, *fórmulas*, *registros* – enquanto que as outras trazem os termos *gênero* e *genres*. É importante pontuar que Sériot (2007) chama atenção para a possibilidade de se traduzir *rečevye žanry* como *registros de fala*. Ademais, Vauthier (2007), ao analisar as traduções francesa e alemã, mostra que nesta o termo foi desdobrado em *Gattungen e Gattungenformen*: o primeiro entendido como modalidade de enunciação – dramático, épico, narrativo, lírico, misto – e o segundo como formas de gênero – romance, novela, ode, poema. *O termo žanr* é, portanto, polissêmico, porém, em francês – tal como português – não há dois termos para distinguir essas acepções. É, portanto, proveitoso entender que tanto Voloshinov em MFL quanto Bakhtin em *RZ* tratam do gênero na dimensão da modalidade discursiva, de registros, que se estabilizam e tomam formas estáveis – relativamente.

Seguindo com o estudo do enunciado, o autor lança, em 1930, um ensaio em que trata sobre sua construção (VOLOSHINOV, 2013), que ocorre a partir de elementos que influenciam na mudança histórica da língua: 1) A organização econômica da sociedade; 2) A relação de comunicação social; 3) A interação verbal; 4) Os enunciados; 5) As formas gramaticais da linguagem. O autor diz que o primeiro elemento é objeto das ciências sociais e da economia política e que do segundo só se compromete a indicar as relações mais importantes, sem examiná-las. Em suma, as línguas mudam em face de cada um desses estágios, de modo que as formas da língua abstrata são uma estabilização momentânea das etapas anteriores.

Conforme Voloshinov (2013), todo enunciado comporta o verbalmente expresso, uma parte extraverbal – não expressa, mas percebida – constituída pela situação e pelo auditório, de modo que se emoldura em um aspecto acabado, é, portanto, uma unidade de comunicação e possui totalidade semântica.

O enunciado tem uma orientação social, ou seja, uma dependência face ao peso

³¹ Na tradução de MFL mais recente para o português (VOLÓCHINOV, 2017), aparece a expressão “gêneros discursivos” em vez de “modos de discurso”.

hierárquico e social do auditório, logo, a mudança de interlocutores provoca alteração avaliativa. Ademais, possui elementos fundamentais de organização de sua forma, a saber: a entonação, a escolha lexical e a sua disposição no interior do enunciado como um todo.

A entonação é o timbre expressivo da palavra. Voloshinov inclusive lembra o provérbio para fundamentar sua ideia: é o tom que faz a música. Assim, a significação global do enunciado, portanto, depende da entonação, que, por sua vez, é adaptada conforme a situação e o auditório, e, portanto, representa uma avaliação destes, motivo pelo qual influi nos outros elementos de organização: a escolha lexical e a disposição das palavras.

Ao se imprimir certo tom, precisa-se de certas palavras e expressões, de modo que elas significam efetivamente conforme a entonação dada, que também acarreta na disposição de certos termos no interior de frases e destas no conjunto maior, de modo que se forme um enunciado, compreendido, então, à luz de uma orientação avaliativa.

O estudo do discurso, entendemos, é, em MFL, o estudo sociológico da *parole*, de maneira que esta é entendida não em caráter individual, mas social. No seio da interação, algumas formas típicas de enunciar se estabilizam, tomam uma forma acabada nos traços peculiares que definem a situação vivenciada. O autor trata em *A construção do enunciado*, tal qual em MFL, de situações cotidianas que fazem emergir gêneros, por meio de fórmulas típicas, como nas conversas furtivas de festas sociais, em que surgem formas peculiares de discurso como a alusão, o subentendido, a repetição de narrativas conhecidas por todos e outras frivolidades.

Nas três obras que expusemos, a teoria do enunciado de Voloshinov avança em relação ao posto por Jakubinskijno tocante ao diálogo, com a contribuição do modelo triádico da *gestalt*, tendo como foco o processo de tornar-se do signo a partir da realidade.

É importante destacar também o desenvolvimento da noção de entonação, que tem estreita relação com o tom volitivo emocional, de que Bajtin (1997) também trata em relação ao ato ético.

Como se pode perceber, a noção de enunciado já vinha sendo discutida no contexto russo do início do século XX, em que se insere Mikhail Bakhtin para publicar mais tarde um texto marcante, de que passamos a tratar.

3.2.3 O Texto, o Contexto e as Noções de *Rečevye Žanry* (RZ)

Inicialmente, façamos um percurso das publicações. O artigo RZ foi publicado postumamente, pelo editor V. Kozinov, sob forma de fragmentos, na revista *Literaturnaja Učeba*, 1978, nº 1, p. 200-219. Um ano mais tarde, foi publicada em *Estetika Slovesnogo*

Tvorčestva, 1979, p. 237-280, uma versão mais completa, porém com alguns cortes. O original, manuscrito em 1953, fazia parte de um plano de pesquisas para o Instituto Pedagógico de Mordóvia, em Saransk, conforme Sériot (2007). Em 1984, foi publicado na França o texto *Les Genres du Discours* como parte da obra *Esthétique de la Création Verbale* (BAKHTINE, 1984), primeira tradução para o ocidente, a qual também serve de base para a tradução de segunda mão para o português, cuja primeira edição é de 1992. Em 2003, com tradução direta do texto russo de 1979 realizada por Paulo Bezerra, foi publicado *Os Gêneros do Discurso*, em *Estética da Criação Verbal* (BAKHTIN, 2003a). Anos mais tarde, foi lançada nova edição em português (BAKHTIN, 2016), organizada pelo mesmo tradutor.

O texto de 1979, que serviu de base para várias traduções no ocidente, foi editado por S. Bocarov, que expurgou passagens e alusões ao marxismo bem como à obra de Stalin (1950), considerado um não-ser após sua morte, conforme Sériot (2007), que, para contextualizar e analisar aspectos de tradução teve acesso à outra publicação (BAXTIN, 1997), menos censurada, com indicações dos expurgos, porém ainda incompleta.

Destacamos, então, do trabalho de Sériot (2007), duas análises de tradução, comentários sobre dois expurgos de termos e sobre dois apagamentos de referências.

O termo “gêneros do discurso” chega à língua portuguesa por influência da tradução francesa *genres du discours*, escolha que, de acordo com Sériot (2007), leva a uma filiação teórica diferente da possível tradução *registros da fala*, a qual não corrobora, e lança o termo *genres de la parole*, gêneros da fala.

Ora, Bakhtin, evidentemente, não falou de "gêneros do discurso", já que ele escreveu sobre "rečevye žanry", é dessas palavras que se deve partir, e interrogá-las primeiro, antes de qualquer discussão sobre exegeses diferentes. Se tivéssemos traduzido “rečevye žanry” por “registros de linguagem”, sem dúvida, uma direção completamente diferente teria sido seguida, uma outra filiação de termos e conceitos [...] (SÉRIOT, 2007, p. 40-41)³².

A opção pelo termo *discours* tem influência do contexto francês dos anos 1960 e 1970, em que os estudos retóricos e discursivos já se desenvolviam amplamente. No entanto, conforme Sériot (2007), o termo *discurso* de que *RZ* trata não guarda a mesma acepção da desenvolvida pela corrente que se convencionou chamar Análise do Discurso Francesa.

³²Tradução nossa de: “Or Bakhtine n’a évidemment pas parlé de « genres du discours », puisqu’il a écrit sur les « rečevye žanry » c’est de ces mots qu’il faut partir, et les interroger eux d’abord, avant toute discussion sur les différentes exégèses. Si l’on avait traduit *rečevye žanry* par les *registres de la parole*, c’est sans doute une tout autre direction qui aurait été suivie, une autre filiation des termes et des concepts[...]” (SÉRIOT, 2007, p. 40-41).

O segundo trecho de tradução que chama atenção é realizado pelo próprio Bakhtin, que chama a *parole* saussuriana de *vyskazyvanie*, termo que aparece muitas vezes no texto RZ e é traduzido em 1984 como *enoncé*, enunciado. Provavelmente, isso ocorre por influência da publicação de *Marxisme et Philosophie du Langage* (BAKHTINE/ VOLOSHINOV, 1977), em que se traduz tal termo russo ora como *enoncé* (enunciado), ora como *enonciation* (enunciação). Do mesmo modo, agem os tradutores das primeiras edições brasileiras em *Estética da Criação Verbal* (BAKHTIN, 1992) e MFL³³. Assim, tanto o leitor brasileiro quanto o francês receberam RZ com a ideia de que se falava do enunciado, que seria produto em oposição a enunciação, que seria processo, como se Bakhtin tivesse feito tal divisão. Cumpre-nos lembrar novamente que o tradutor das edições de 2003 e de 2016, Paulo Bezerra, esclarece que *vyskazyvanie* é “[...] derivado do infinitivo *vyskázivat*, que significa ato de enunciar, de exprimir, transmitir pensamentos, sentimentos etc. em palavras” (BAKHTIN, 2003a, p.261).

Bakhtin defende, então, que o estudo da *parole* não pode ser nos termos da linguística da língua de então, fixada na proposição – frase, oração –, uma unidade sem autoria, sem vida. Não temos, de modo algum, a ousadia de propor mudar o termo “gêneros do discurso” por “gêneros da fala”, pois o próprio autor não nomeou o título com qualquer declinação de *vyskázivat*, mas consideramos pertinente a reflexão, para pontuar a importância das peculiaridades do enunciado, a unidade essencial a ser estudada, contraposta à oração, considerando-o como expressão individual, com vontade de quem expressa, com propósitos, com um autor, que se relaciona com outros e com o próprio conteúdo, um enunciado, que é a própria *parole*, mas em termos não desenvolvidos por Saussure.

Já entre as discussões não referenciadas, destacamos o silêncio dado a um grande fato da década 1950 na União Soviética: a intervenção de Stálin na linguística. Sériot (2007) observa que o sintagma *obščënarodnyj jazyk* (língua do povo inteiro), que aparece três vezes em RZ, era uma alusão bastante conhecida, pois fazia parte do uso em falas do então Secretário-Geral Partido Comunista soviético, que se contrapunha à ideia de que havia diferentes modos de falar conforme as classes. Na versão francesa de 1984, consta: “*Le problème de ce qui, dans la langue, revient respectivement à l'usage courant et à l'individu est le problème même de l'enoncé*”³⁴ (BAKHTINE, 1984 ; grifos meus). Sériot (2007) mostra que o termo grifado é uma tradução muito parafraseada e traduz o texto de 1997 como “Le

³³A primeira edição é de 1986.

³⁴O problema do que, na língua, retorna, respectivamente, ao uso cotidiano e ao indivíduo é o problema do enunciado.

problème de la langue du peuple tout entier et de l'individuel dans la langue (p.41).³⁵”

A ideia de uma língua nacional, língua do povo inteiro, foi defendida por Stálin (1950) contra as propostas de N. Marr, que dotava de grande poder como linguista do regime soviético até sua morte em 1934. Bakhtin, então, usou um sintagma de ampla circulação à época, talvez por isso fosse desnecessário fazer menções em seus manuscritos de 1953, mas como foi modificado na publicação de 1977, sem qualquer nota explicativa, tal embate ficou perdido. Pelo que compreendemos, Bakhtin associa o estudo do enunciado – com todas as suas peculiaridades e traços –, ao da inserção da língua do povo inteiro na linguagem individual, logo considera que há, sim, a tal língua nacional, que está em relação com a expressão do falante.

Com se pode perceber, essa relação entre o universal e o singular já estava presente em *Para uma Filosofia do Ato* (BAJTIN, 1997) e permanece na de gênero discursivo, que, por sua vez, também dialoga com a obra dos outros autores russos com quem Bakhtin relacionou-se intelectualmente. Passemos, então, a características específicas do enunciado no texto *Os Gêneros do Discurso* (BAKHTIN, 2003a).

3.2.4 O Relativo Acabamento na Teoria de Gêneros

Um grande avanço em relação às noções de Medviédev e Voloshinov é a distinção entre enunciado e oração – proposição –, sobretudo quando discorrem sobre os limites desta e as peculiaridades daquele, quais sejam: alternância de sujeitos do discurso, conclusibilidade específica, relação com o falante e outros participantes da comunicação (BAKHTIN, 2003a).

A primeira peculiaridade apresenta uma marca de individualidade no enunciado, que cria limites internos, seja em enunciados curtos, seja em obras extensas, da conversa aos campos mais organizados. Antes de iniciar, os enunciados respondem a outros, o falante termina o seu para passar a palavra ao outro, dando lugar à compreensão ativamente responsiva. Assim, o sujeito, ainda que ouvinte, não é passivo, mas participante, responsável pelo aspecto de acabamento do enunciado de que é autor. Nesse ponto, consideramos que Bakhtin dá um segundo passo em relação a Voloshinov, pois se, para este, o discurso – a palavra – é um território comum entre sujeitos interlocutores, para aquele “[...] o discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito de discurso” (BAKHTIN, 2003a, p.274), e a relação de pertença e alternância que marca o

³⁵ “O problema da língua do povo inteiro e do individual na língua”.

acabamento confere responsabilidade ao sujeito. Nesta parte, concordamos com Sériot (2007) quando diz que o sujeito, em Bakhtin, é um indivíduo responsável e responsivo interagindo permanentemente com outros que são também sujeitos.

A segunda peculiaridade é um aspecto interno da primeira: trata-se da conclusibilidade específica. Seu primeiro critério é a possibilidade de responder a um enunciado, de reconhecer um acabamento, por exemplo, da fala na conversa, do pronunciamento na tribuna, do bilhete na geladeira, das cartas de amor, dos ofícios e memorandos, do romance, da notícia, do artigo científico. Essa inteireza é determinada por três elementos: a) a exauribilidade do objeto e do sentido; b) a vontade de discurso do falante; c) as formas típicas composicionais.

O objeto ou fenômeno é, naturalmente, inexaurível. Pensemos, por exemplo, na violência das grandes cidades: há uma infinidade de julgamentos, exposições, dados, opiniões, fatos, constatações a serem postos, de modo que não se põe um fechamento ao fenômeno abordado. No entanto, ao tornar-se objeto do enunciado, tal fenômeno recebe um caráter de acabamento apenas para configurar-se nele, e, como sempre há o que refutar ou acrescentar, gera a possibilidade de resposta, daí é que o objeto torna-se exaurível.

A vontade de discurso do sujeito é percebida a partir de antecipações do interlocutor desde o início do enunciado; é ela que determina a exauribilidade do objeto, por exemplo: violência em quais cidades; roubos no trânsito ou assaltos nos ônibus; sequestros relâmpagos ou ataques a bancos. É, então, necessária uma certa definição sobre o que se trata. O propósito discursivo é também que determina as formas de composição do enunciado, o terceiro elemento desta segunda peculiaridade, e o mais importante para Bakhtin (2003a), sobre o qual passamos a discutir.

As formas estáveis dos enunciados são determinadas: pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva (por exemplo: onde se fala sobre a violência urbana: no debate público, no âmbito acadêmico, nas casas legisladoras?); por considerações semântico-objetais (os limites dos conceitos e ideias que podem ser levantadas: pobreza, má distribuição de renda, investimento em educação, falta de Deus, corrupção...); pela situação concreta da comunicação discursiva (em que rede social, em que programa de televisão, de qual emissora, em qual universidade e departamento, na Câmara Federal ou na Assembleia Legislativa...); pela composição pessoal dos participantes (em uma resposta ao comentário de quem, um lançamento de provocação, a qual entrevistador, em uma mesa redonda com quem, em uma palestra ao grande público...). Em suma, “[...] falamos apenas através de gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*” (BAKHTIN, 2003a, p. 282; grifos do autor).

A composição dos participantes tanto determina as formas típicas – que, por sua vez, determinam a conclusibilidade específica – quanto constitui, em relação com o próprio enunciado, a terceira peculiaridade deste.

A última peculiaridade do enunciado é a relação deste com o próprio falante e com outros participantes da comunicação, que distinguimos em: a) destinatário – imediato e presumido; b) outros enunciados. Para entrarem em diálogo – sujeito falante e destinatários, enunciado em construção e enunciados já ditos –, compartilham de 1) horizonte espacial; 2) conhecimento e compreensão; 3) avaliação comum (VOLOSHINOV/ BAJTIN, 1997), ou seja, da extraverbalidade.

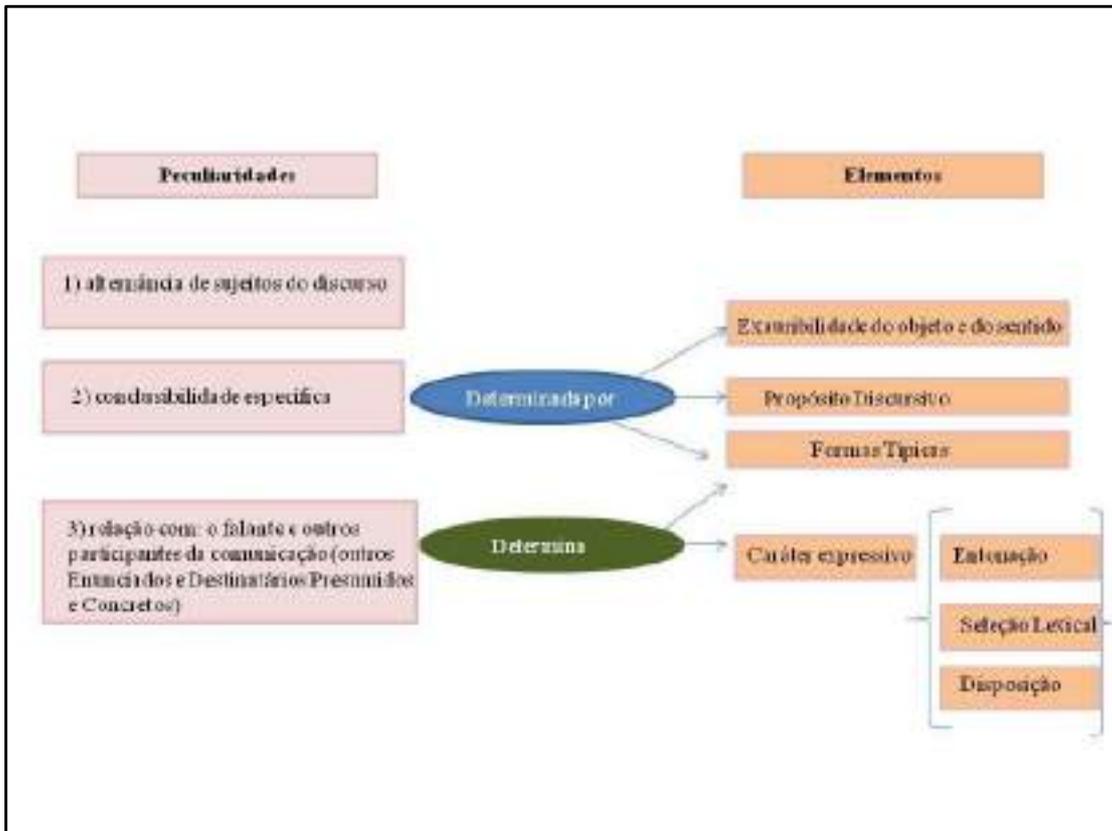
Essa relação deve ser entendida em caráter obviamente dialógico, portanto participam da comunicação discursiva não apenas o destinatário imediato, mas também o presumido, ou seja, o outro que constitui a produção do enunciado e pode ser concreto ou uma audiência dispersa. Participam também da comunicação discursiva enunciados já-ditos, ainda que não mencionados, mas percebidos pela resposta que o enunciado em desenvolvimento termina por ser, seja para refutar, concordar, complementar ...remetendo, assim, a um contexto mais imediato ou mais amplo.

Bakhtin (2003a) destaca dois elementos determinados por essa peculiaridade : a) as escolhas dos meios linguísticos e genérico-discursivos determinadas pela vontade do sujeito; b) o caráter expressivo, ou seja, a relação valorativa do falante com o conteúdo objeto, logo, com o sentido do enunciado. O aspecto expressivo é apenas do enunciado, jamais da oração como unidade linguística abstrata, daí que a entonação expressiva não é adorno, mas traço constitutivo.

Em suma, o enunciado é a unidade básica do discurso; o gênero, uma organização mais relativamente estável de enunciados. Logo, entendemos que Bakhtin (2003a) não considera tais peculiaridades apenas em um âmbito macro, ou seja, dos gêneros secundários, mas também nos tipos mais simples.

Ao articular os três elementos organizadores da forma do enunciado propostos Voloshinov (2013) com as três peculiaridades e seus quadro elementos, lançados por Bakhtin (2003a), constatamos que podem complementar-se, de modo que entonação, escolha e disposição das palavras constituem o caráter expressivo do enunciado, o qual é determinado pela relação com o falante e outros participantes da comunicação, conforme quadro a seguir:

Figura 2 - Peculiaridades e Elementos do Enunciado



Fonte: elaboração própria

A respeito do caráter expressivo do enunciado, mais especificamente da entonação, destacamos que, neste trabalho, no estudo da RDO, ou seja, do enunciado cujo tema é outro enunciado, fez-se necessário o desenvolvimento da noção de arranjo e altura, a fim de compreender o tom.

De acordo com Morson e Emerson (2008), a noção de tom, nos estudos dialógicos, está, na compreensão de ato responsável e, conseqüentemente, na de enunciado, que precisa de uma voz, já que necessita também de ser incorporado, ou seja, ser dito por uma pessoa, pois não é uma abstração. A entonação confere uma orientação avaliativa, segundo Voloshinov (2013), a qual, para Bakhtin (2003c; BAJTIN, 1997), sempre possui uma implicação ética.

O uso do termo “tom” é comum com essa dupla acepção em questões expressivas, quando se diz, por exemplo, que alguém subiu ou diminuiu o tom, ao tratar de reclamação ou acusação, e ao se falar que mudou tom, por expressar exigência com um e carinho com outro.

Fazendo, então, a mesma analogia com a música, o tom, como elemento do enunciado, tem sua altura dentro de uma mesma escala de valores e avaliações afins, de modo que pode ser aumentado ou diminuído. Cantar uma música em tom mais grave causa efeito diferente

que em tom agudo: certas notas são mais ou menos realçadas, assim como, por exemplo, uma mãe que diz carinhosamente “Coma”, pode falar em tom agudo, ao ser dirigido-se ao filho de um ano, e em tom menos agudo, à criança de três anos, porém dentro de um mesmo arranjo de valores afetivos. Se a mesma ordem for desprovida de carinho – se dirigida a um adolescente –, pode ter altura tão aguda quanto a do caso anterior, porém alterou-se o arranjo de valores. Em termos discursivos, por meio da altura do tom, realçam-se de certas notas avaliativas, sem alteração da orientação axiológica.

O arranjo, na música, é a adaptação de uma composição à voz, instrumentos e harmonia, ou seja, existe a canção composta em um estado – muitas vezes, com um ou poucos instrumentos – a qual recebe um arranjo, que pode alterar ritmo, melodia e notas de solo ou de acompanhamento. Em termos discursivos, entendemos que há uma escala de valores na orientação axiológica no processo de transmissão do enunciado-fonte para o enunciado representado, posto que é possível compará-los como duas composições musicais. De um lado, por exemplo, pode-se executar o Hino Nacional com todos os instrumentos de uma banda marcial e alterar-se o arranjo para executá-lo apenas com violão e voz, ou com a mesma instrumentação musical e diferente linha melódica. Ao transmitir um discurso de outro, pode-se: diminuir ou aumentar a complexidade dos temas desenvolvidos; aproximar-se ou afastar-se da norma culta; marcar mais claramente um ponto de vista. Ao alterar o arranjo, elementos do anterior ainda permanecem e podem ter sua altura de tom elevada ou diminuída.

Na ata, por vezes, o redator aumenta o tom de formalidade, diminui o tom de ataque e acusações; outras vezes, há uma alteração de arranjo, ou seja, não se trata somente de aumentar ou diminuir o tom, mas de mudar a escala de valores axiológicos, omitindo conteúdos, esclarecendo uns em detrimento de outros, conforme consta no capítulo com as análises.

Vista a configuração do enunciado, percebe-se que, entre seus elementos, o objeto pode ser justamente outro enunciado, ou seja, uma transmissão de discurso alheio, ou RDO. Passemos, então, a discorrer sobre isso no próximo capítulo.

4 A TRANSMISSÃO DE DISCURSO DE OUTRO

Os modos de relatar o discurso outro foram inicialmente objeto da retórica, da narratologia e da filosofia, passando pela gramática até chegar à linguística da enunciação e às análises de discurso.

Os termos latinos *oratio recta* e *oratio obliqua* não designavam na antiguidade, segundo Rosier (2008), pares gramaticais. *Oratio recta* era a forma teatral de fala retórica de personagem e de diálogo; *oratio obliqua* era a narrativa histórica. Distinguiu-se, no espírito do retórico Quintiliano, a narração dos eventos históricos, ou *adlocutiones obliqui*, e a produção com fins argumentativos e retóricos. Assim, nota-se que, mesmo nas origens, a reflexão sobre as formas de transmissão do discurso do outro não era gramatical, mas textual e discursiva.

Aristóteles distinguia a diégese – a narrativa, a imitação – da mimese – a representação direta dos acontecimentos. Platão já propunha uma classificação dos gêneros literários segundo utilização ou não da imitação. Rosier (2008) diz que, em âmbito francófono, é no século XVII, que se encontra a menção a discurso direto (DD) e discurso indireto (DI) como par gramatical, na *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal*. Esses estudos colaboraram para corroborar a ideia de fidelidade da forma discurso direto (DD) e de que o discurso indireto (DI) seria uma versão daquele.

Durante os primeiros estudos enunciativos franceses pré-Benveniste, Bally, segundo Rosier (1999), distinguia dois conjuntos de categorias: o *discurso reportado objetivo* – DD, DI e formas “de acordo com” – e a *retomada subjetiva* – casos em que o enunciador se posiciona em relação ao que ele cita. Nos estudos a partir de Benveniste, tem-se a investigação dos pontos de ancoragem do sujeito na materialidade da língua, por meio dos pronomes pessoais, demonstrativos, formas temporais, dêiticos, modalizadores e do discurso reportado.

No contexto do dialogismo bakhtiniano, destaca-se o trabalho de Voloshinov, na Terceira Parte de *MFL*, publicado originalmente em 1929, na então União Soviética, e em 1977, na França. O autor realiza sua tentativa de aplicação do método sociológico aos problemas sintáticos, tratando do que chama “discurso alheio” (VOLÓCHINOV, 2017), ao destacar variantes de discurso direto, indireto e indireto livre com análise da dinâmica de relação entre o contexto narrativo e o discurso citado.

Também em 1929, é publicado o ensaio *Problemas da Poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 2005), em que se destaca a criação de um novo tipo de pensamento artístico pelo escritor Fiódor Dostoiévski, o romance polifônico. Em meio à exposição acerca da ideia, da

personagem, das peculiaridades do gênero, há um capítulo dedicado aos tipos de discurso na prosa do autor.

Entre 1934 e 1935³⁶, Bakhtin publicou o ensaio *O Discurso no Romance* (BAKHTIN, 2015) – primeira publicação no ocidente: França, em 1978 –o qual, sem o objetivo de estabelecer um método sociológico, mas sim de mostrar o heterodiscurso no romance, também traz também questões sobre a relação entre o discurso do narrador e o discurso do herói.

No contexto francófono, o trabalho de Authier-Revuz (1978) e o de Maingueneau (1981), conforme Cunha (2008), merecem destaque por terem se lançado na perspectiva da enunciação. O primeiro tratou de outras formas marcação da alteridade, entre as quais, o emprego das aspas e o verbo no futuro do pretérito. Authier-Revuz(2004a; 2012) apresenta extenso trabalho sobre o assunto, com vários artigos, centrados na sua perspectiva enunciativa benvenistiana, com o dialogismo bakhtiniano como princípio da linguagem. Já o segundo, apesar de ter inicialmente abordado a categoria em um âmbito gerativo, saltou da abordagem sintática para a enunciativa, antecipando, entre outras noções, a de tomada de posição por um ato de fala.

Após a recepção ocidental da obra de Bakhtin, o discurso reportado vem sendo estudado sob um viés discursivo-dialógico, considerando questões como alteridade e circulação discursiva. Atualmente, destacamos o grupo fundado por Laurence Rosier – da Universidade de Bruxelas –, Sophie Marnette – da Universidade de Oxford – e Juan Manuel Lopes Muñoz – da Universidade de Cadiz, intitulado Ci-Dit, que agrupa pesquisadores tanto de perspectiva enunciativa de viés benvenistiano quanto dialógica. Rosier (2008) inclusive é autora de obra de coleção de temas essenciais para língua francesa, a qual trata exclusivamente do discurso reportado com vistas a uma gramática do assunto: história, teoria, formas, marcadores de subjetividade e contextos.

Dentro da perspectiva dialógica de linguagem, destaca-se, então, o trabalho de Voloshinov, atribuído inicialmente a Bakhtin (BAKHTINE, 1977; VOLÓCHINOV, 2017), que consagrou uma parte inteira ao estudo do discurso citado, e reverbera princípios lançados por Bakhtin (2003b; BAJTIN,1997), além de *O Discurso no Romance*(doravante DNR) (BAKHTIN, 2015) e *Problemas da Poética de Dostoiévski* (doravante PPD)(BAKHTIN,

³⁶ No prefácio da última tradução ao português (BAKHTIN, 2015), Paulo Bezerra esclarece que a obra sobre a Teoria do Romance teve seu primeiro capítulo concluído em março de 1930, antes do início da pena de exílio a que Mikhail Bakhtin fora condenado. Houve, mais tarde, em 14 de outubro de 1940, uma conferência, apresentada no Instituto de Literatura Universal da Academia de Ciências da URSS, da qual dois capítulos foram publicados em 1965 (cf. Campos, 2009; Lähtenmäki, 2005).

2005). Por outro lado, em busca de um esquema de apresentação da organização da análise, lançamos mão da noção de representação de discurso outro (RDO), desenvolvida por Authier-Revuz (1978; 2004a; 2012) bem como de suas categorias, no tratamento dos aspectos sintáticos. Tratemos, então, dessas duas perspectivas.

4.1 O DISCURSO DO OUTRO E OS RUSSOS DE 1929-30

O final da década de 1920 marca a produção das três obras que abordamos na seção. Como apresentado anteriormente, Mikhail Bakhtin e Valentin Voloshinov fizeram parte do mesmo grupo de estudos³⁷: enquanto este visava à filosofia marxista da linguagem, aquele desenvolvia a translinguística, ou metalinguística, a partir da consideração de que a linguística não dava conta da incessante dialogia da língua na vida concreta, de modo que ambos tinham em comum a ideia de que o outro constitui o discurso.

As obras de Bakhtin, DNR e PPD, inserem-se mais em uma antropologia filosófica, que não entra em questões sintáticas para tipificar os modos de surgimento do discurso do outro no fio da narração. Já a de Voloshinov, MFL, além de igualmente considerar o aspecto filosófico da orientação da palavra ao outro, parte da clássica tríade DI, DD e DIL e nelas apresenta variantes ou modificações, motivo pelo qual expomos depois, a fim de fazer um percurso do mais filosófico para o mais sintático, ou seja, de Bakhtin a Authier-Revuz.

4.1.1 Bakhtin e o Discurso Romanesco

Não se pode afirmar que Bakhtin tratou de discurso de outro apenas nas duas obras que expomos na seção, mas destacamo-las por encontrar mais claramente menções a tipos de transmissão da palavra alheia em prosa. Iniciemos, então, pelo estudo do discurso em Dostoiévski.

Publicada inicialmente em 1929 com o título *Problemy Tvorchestva Dostoevskogo* (*Problemas da Obra de Dostoiévski*), PPD (BAKHTIN, 2005) passou por uma reformulação e foi publicada com o novo título em 1963, porém o capítulo sobre o discurso, ou a palavra, em Dostoiévski fica mantido com as mesmas seções. Nesta obra, é desenvolvida a tese de que o

³⁷ Muito conhecido como *Círculo de Bakhtin*, porém sua liderança é questionada por Sériot (2015), que apresenta algumas fontes primárias que apontam M. Kagan com maior proeminência sob o grupo.

autor de *Crime e Castigo* possui um estilo peculiar de prosa denominado *romance polifônico*. Brait (2009) pontua que muitas noções caras ao dialogismo são igualmente discutidas na obra, como: alteridades, vozes, gênero, diferenças entre diálogo e dialogismo. Assim, trata-se de um texto acerca da poética de Dostoiévski o qual é também essencial para compreensão da teoria dialógica da linguagem, a metalinguística ou translinguística, cujo objeto principal é denominado de discurso bivocal, “[...] que surge inevitavelmente sob as condições de comunicação dialógica, ou seja nas condições de vida autêntica da palavra” (BAKHTIN, 2005, p. 185), e é ignorado pela linguística.

Para melhor situar seu objeto, Bakhtin (2005) coloca-o em uma classificação geral de discursos, alertando que esta não está esgotada: I) discurso referencial direto imediato; II) discurso representado e objetificado; III) discurso bivocal.

O discurso referencial direto imediato é a palavra plenissignificativa do autor. Trata-se de juízos revestidos de determinada forma lógica e um conteúdo semântico definido: é direcionado para o objeto, não cita nem narra. Bakhtin (2005) exemplifica com declarações simples que se constituem juízos: a vida é boa; a vida não é boa.

O discurso representado e objetificado é aquele que gera um novo plano discursivo em distância em relação ao do autor, como é o caso do discurso direto de personagens, em que existem dois centros, duas unidades de discurso – a do autor e a do herói – e a segunda é sempre parte da primeira e a ela é subordinada: a palavra do outro é objeto da intenção do um, o autor. O filósofo russo dá, primeiramente, o exemplo do artigo científico, em que são citadas opiniões de outro em relações dialógicas de acordo-desacordo, afirmação-complementação, pergunta-resposta, entre outras. Salienta que se trata de discurso que é objeto de uma orientação, a do autor-citante, cuja intenção não penetra na palavra alheia, de modo que ela é submetida sem alteração de tom nem sentido.

Os dois primeiros tipos são, conforme Bakhtin (2005), monovocais, posto que o discurso referencial direto e imediato conhece somente a si e seu objeto, e o discurso objetificado tem toda sua elaboração estilística subordinada ao contexto do autor, porém não são revestidas de nova avaliação. Convém, então, deduzir que voz, no pensamento bakhtiniano, não é um conceito que se iguala à citação; é presença de uma consciência e de orientação, logo falar que o discurso é monovocal é considerar que a citação está apresentada com a conservação de sua avaliação inicial, ainda que a serviço, como objeto.

O terceiro tipo é, então, o discurso bivocal, orientado para o discurso do outro, que

tem ao lado de sua orientação semântica uma nova, que é impressa pelo autor, logo são duas vozes em um mesmo discurso. Bakhtin (2005) realiza ainda uma divisão desse tipo em três grupos de variedades: 1) discurso bivocal de orientação única; 2) discurso bivocal de orientação vária; 3) discurso refletido do outro – tipo ativo.

As variedades do discurso bivocal de orientação única tendem para que as vozes fundam-se. São encabeçadas pela estilização, em que o pensamento do autor, de acordo com suas intenções, penetra na palavra do outro, sem entrar em choque: “O estilizador usa o discurso de um outro como discurso de um outro e assim lança uma leve sombra sobre esse discurso [...]. Ele trabalha com o ponto de vista do outro” (BAKHTIN, 2005, p. 190). Incluem-se na variedade as narrações de narrador – em 3ª ou 1ª pessoa – e os discursos não-objetificados de personagens das ideias do autor. O traço em comum é a inclusão do discurso do outro no plano discursivo do autor, que tem suas ideias refratadas na palavra alheia.

A nosso ver, este primeiro subtipo de discurso bivocal pode ser confundido com os dois tipos anteriores, já que, composicionalmente, podem ser semelhantes e há uma tendência de fusão das vozes, porém não se trata aqui de diferença composicional, nos termos da linguística, mas estilística, nos termos da metalinguística. Para pontuar o que não é o discurso bivocal de orientação única, Bakhtin (2005) dá exemplo da prosa romanesca de Turguêniev³⁸, que, para o filósofo do dialogismo, tem dificuldades em refratar suas ideias na palavra de um narrador e por isso cria narradores com a mesma consciência que a sua.

O segundo subtipo do discurso bivocal é o de orientação vária, que comporta vozes em conflito e tem como principal variedade a paródia, mas abrange qualquer transmissão de palavra alheia com alteração de acento. Incluem-se também aqui as narrações em 1ª ou 3ª pessoas e as falas de personagens, desde que paródicas.

Por fim, o terceiro subtipo é o discurso refletido do outro, ou ativo. Caracteriza-se pela influência da palavra alheia na palavra do autor, que, diferentemente das duas categorias anteriores, não emprega as formas, as palavras propriamente ditas de outro, para expressar seu ponto de vista. Assim, o discurso do outro age para determinar o do autor, de fora para dentro, com diferentes graus de influência deformante. Bakhtin (2005) destaca cinco variedades: a polêmica interna velada; a autobiografia e confissão polemicamente refletidas; discursos que

³⁸ Ivan Turguêniev (1818-1883), romancista russo, autor, entre outros, de *Pais e Filhos*.

visem ao discurso do outro; réplica de diálogo e diálogo velado. Exemplifica a polêmica velada com trecho de *Gente Pobre*, em que um dos narradores-personagens³⁹ defende suas qualidades de copista em contraposição ao discurso de outro que se faz presente não só por citação, mas pela palavra-resposta do herói:

Em conversa privada, Ievstáfi Ivánovitch disse recentemente que a mais importante virtude cívica é a capacidade de fazer fortuna. Ele falava de brincadeira (eu sei que era de brincadeira), entretanto a moral da história é a de que não se deve ser peso pra ninguém; *e eu não sou peso pra ninguém!* Eu como do meu próprio pão; *é verdade que é um pão simples, às vezes até seco é, mas eu o tenho e eu o consigo com esforços* e o como legal e irrepreensivelmente. Mas fazer o quê? Ora, *eu mesmo sei que faço pouco copiando; assim mesmo eu me orgulho disto: eu trabalho, suado a camisa. Por acaso há algo de mal no fato de eu copiar?* ” (DOSTOIEVSKI⁴⁰, *apud* BAKHTIN, 2005, pp. 208-209 – grifos nossos)

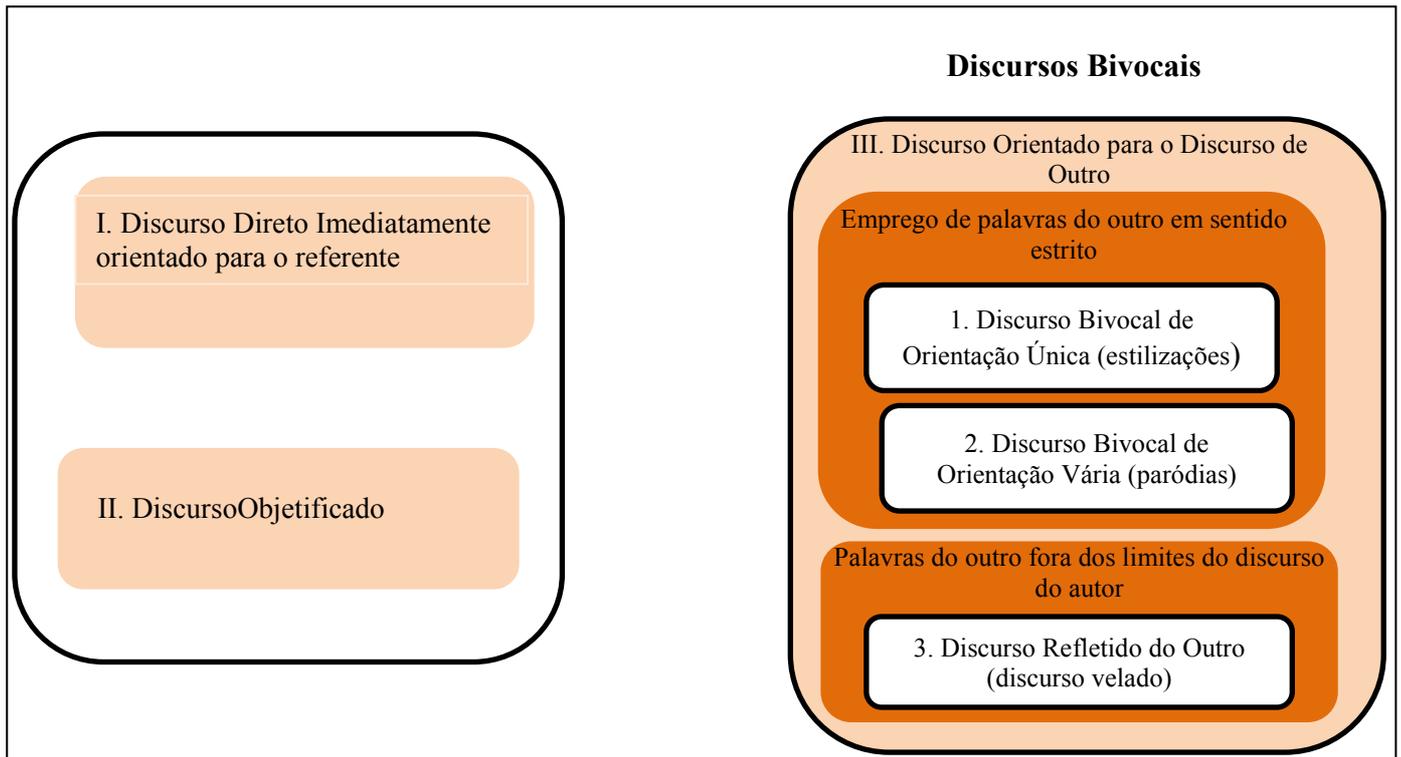
Grifamos algumas respostas do herói a acusações ou alegações do outro com quem dialoga veladamente. É como se lhe dissesse: “Você é um peso! Mal pode comer, tem apenas um pão seco e sequer se esforça para tal, pois é apenas um copista”. O discurso de Makar é “[...] como que o resultado da sobreposição e a fusão das réplicas desse diálogo numa voz” (BAKHTIN, 2005, p. 211).

Resumimos, então, a classificação proposta por Bakhtin, cujo critério é orientação dos discursos e a conseqüente presença de vozes bem como da relação entre estas:

³⁹ A narrativa é conduzida pela troca de cartas entre dois personagens: o funcionário público Makar Diévuchkin e a jovem Várvara Dobrossiélova.

⁴⁰ A tradução é da própria edição de PPD.

Figura 3 -Classificação Geral dos Discursos em Romances, conforme PPD.



Fonte:Elaboração própria

Em PPD, a tipologia serve primeiramente para separar o discurso duplamente orientado do de orientação única. No grupo dos monovocais, há os que têm objetos diversos e os que têm outros discursos como tais, ou seja, objetificados. Do lado dos bivocais, separam-se as duas primeiras categorias, em que as palavras do outro são efetivamente empregadas, da terceira, em que diálogo, réplica e polêmica são velados. Assim, Bakhtin (2005) privilegiou as variedades de refração das intenções do autor no discurso de outro e das tensões com o outro no discurso do autor, para descrever a poética peculiar de Dostoiévski. Em DNR (BAKHTIN, 2015), Bakhtin repisa várias ideias ao começar a estabelecer sua teoria do romance e propõe uma classificação com critério das relações entre as consciências presentes nos enunciados: o autor, o herói e opinião comum. Para tanto, sustenta que o estudo da prosa romanesca deve considerar a diversidade social de linguagens, ou seja, a palavra viva, diferentemente da estilística tradicional que se preocupava com pormenores e adornos.

O romance é, então, um gênero de encontros de vozes, discursos e estilos, “é um fenômeno pluriestilístico, heterodiscursivo, heterocal” (BAKHTIN, 2015, p.27) – mas não necessariamente polifônico. Como em uma orquestra e em um coro, o romancista lança mão de vários sons alheios, organiza-os e coordena a apresentação não de cada qual em sua

individualidade, e sim do conjunto, realçando suas particularidades não exatamente conforme o planejado pelo outro, mas pelo maestro.

Bakhtin (2015) traça diferenças entre o romance e a poesia, mostrando que a prosa tem mais potencial para heterodiscursividade, de modo que é na orientação dialógica entre discursos alheios que novas possibilidades surgem.

O discurso, então, “[...] surge no diálogo como réplica viva, forma-se na interação dinâmica com o discurso do outro no objeto” (BAKHTIN, 2015 p. 52). Não se trata, pois, do diálogo corrente formal, que até chegou a ser levado em conta pela estilística tradicional, mas da consideração de que o falante constrói seu dizer não em um campo aperceptivo neutro e homogêneo do sistema linguístico, mas no campo do outro, logo o sentido do que diz é sempre atualizado e “[...] interpretado no campo de outros enunciados concretos sobre o mesmo tema, no campo de opiniões de pontos de vista e avaliações dispersas [...]” (BAKHTIN, 2015, p.54). O discurso do um, do narrador, então, pode ser invadido pelo discurso do outro, não por uma menção direta, mas pelo entrelaçamento de valores e tons axiológicos em um mesmo enunciado.

Todo discurso, então, tem, nas palavras do autor, dialogicidade interna, ou seja, é construído como réplica ou ao já-dito ou à futura palavra-resposta e é mais forte quando os ecos dialógicos ocorrem nas camadas profundas do discurso e não nos topos semânticos, como nos gêneros retóricos, em que explicitamente fazem-se questionamentos. Assim, não se trata de diálogo em sentido estrito, mas da virtualidade constitutiva do outro, ou seja, a possível resposta imaginada orienta o fio discursivo.

Explica o pensador russo, por meio da comparação com um raio, que a intenção da palavra, ao direcionar-se ao objeto, refrata não neste, mas no ambiente de palavras, avaliações e acentos alheios, gerando, então, uma imagem não estática do objeto, mas um jogo de cores e luzes decorrente da refração.

Ao tratar do heterodiscurso no romance, Bakhtin (2015) apresenta alguns tipos do que chama de formas do discurso dissimulado do outro. A divisão que faz não leva em conta critérios sintáticos, mas o ponto de vista, o horizonte axiológico do enunciador que aparece. No primeiro grupo estão os casos de relações dialógicas entre autor-narrador e opinião comum; no segundo, as que acontecem com o herói.

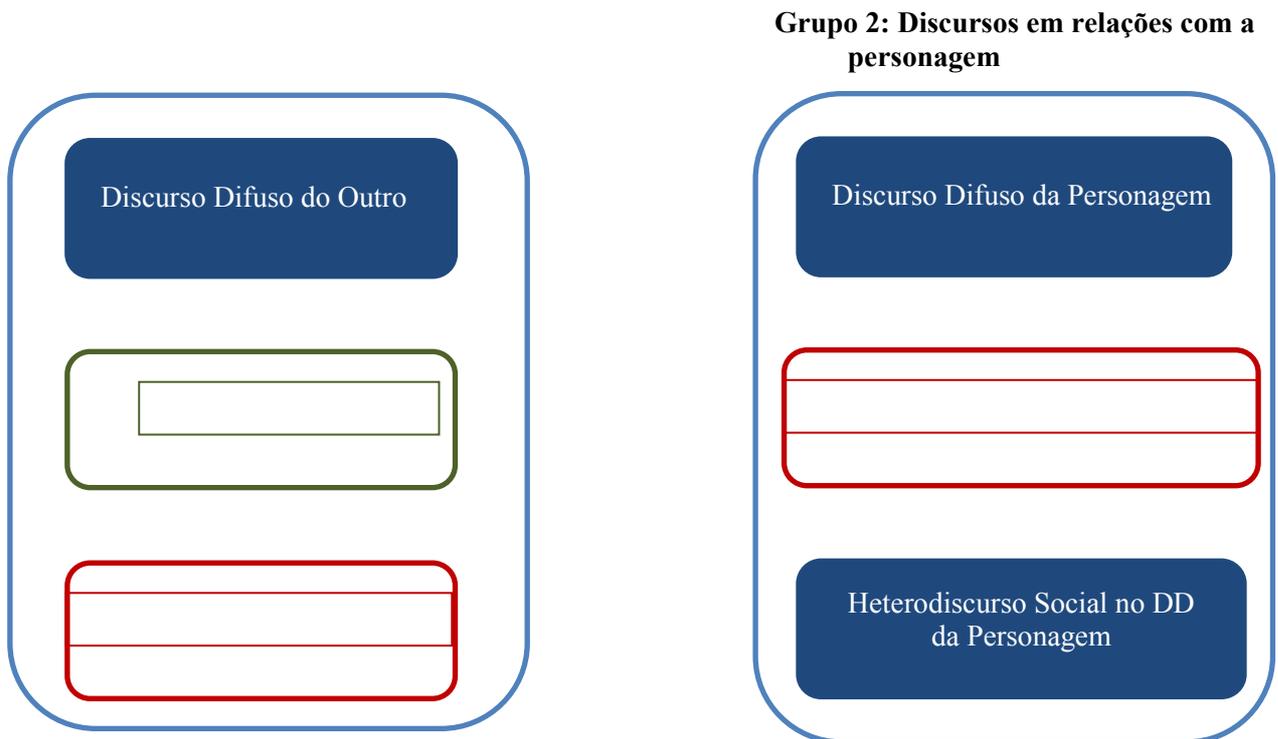
No primeiro conjunto, a narração segue sem qualquer marca formal de citação de outro, de modo que, por critérios sintáticos não se trataria nem de DI nem de DD. Bakhtin(2015) destaca três tipos: o discurso difuso do outro, a construção híbrida e motivação pseudo-objetiva.

O discurso difuso do outro aparece no fio narrativo, invadindo-o dissimuladamente, por uma linguagem que lhe é estranha no estilo e no acento axiológico. É observável pelo uso de certas expressões compreendidas não no fundo aperceptivo da opinião comum como vinha sendo narrado, mas de outro ponto de vista lançado, que, nos exemplo dados, é uma paródia de discursos solenes. Já a construção híbrida trata-se de enunciado cujos traços gramaticais indicam que pertence a um falante, mas em que estão mesclados dois enunciados, dois estilos, duas linguagens, dois universos semânticos e axiológicos. Por fim, a motivação pseudo-objetiva é um ponto de vista subjetivo do narrador inserido por formas de caráter objetivo, como as conjunções explicativas, causais ou adversativas. Nos três tipos, não há verbos *dicendi*, aspas ou indicações que a palavra alheia surgirá, trata-se formalmente da narração, mas, discursivamente, de uma dialogização interna, de invasão de acento axiológico.

O segundo grupo de tipos tem como enfoque a presença do discurso do herói, ou personagem, e do mesmo modo, sem necessariamente possuir marcas de DD ou DI, havendo inclusive parecidos com os dois últimos do conjunto anterior.

O primeiro tipo, então, é o discurso difuso do herói no fio narrativo, invadindo-o com elementos expressivos que lhe são peculiares, ou seja, não é fala marcada da personagem em diálogo ou menção, mas a própria narração, do ponto de vista formal, com traços do ponto de vista de uma personagem. O segundo é a fundamentação pseudo-objetiva, ou seja, a marca é conjunção explicativa, causal, conformativa, constituindo uma afirmação cujo fundo aperceptivo é recuperado pelo conhecimento da obra, de modo que se nota tratar de ponto de vista subjetivo do personagem imerso na narração. O terceiro é a introdução do heterodiscurso social nos DD's dos heróis em diálogos. Assim, quando há uma construção sintática que aponta para um discurso de outro – o narrador que dá voz ao personagem –, surge ainda outra invasão discursiva, em que o ponto de vista do autor ou da opinião comum aparece, ou seja, há uma dissimulação como se o acento valorativo fosse do herói.

Em resumo, eis a classificação proposta em DNR:

Figura 4 - Formas de Discurso Dissimulado do Outro

Fonte: Elaboração própria

Destacamos em três cores conforme outra tipificação e semelhanças que observamos. Os três retângulos azuis constituem discursos difusos e se diferenciam composicionalmente – em critérios linguísticos – em relação ao outro com quem se dialoga. Nos três, há elementos expressivos que invadem a palavra que se desenvolve: um outro que entra no discurso da opinião comum, na composição narrativa; o autor que entra na palavra da personagem, na composição do discurso deste; o heterodiscurso social que igualmente invade a fala do herói. Já os retângulos vermelhos dizem respeito a um tipo de enunciado que aparenta objetividade e monovocalidade – nos termos dos dois primeiros tipos da classificação proposta em PPD –, mas que, em uma macrorrelação, percebe-se a palavra alheia a polemizar, contrapor-se ou ridicularizar. E a hibridização constitui-se a variedade sem grupo nessa classificação, que tem em seu conceito a presença de uma forma para dois universos semânticos, admitindo-se, portanto, o discurso bivocal.

Em capítulo dedicado ao falante no romance, Bakhtin (2015) tece considerações sobre a transmissão do discurso em outras esferas além da literária, para afirmar que, enquanto nesta trata-se de uma representação ficcional da palavra alheia, na vida cotidiana, acontece uma transmissão interessada em sentido prático. Em razão disso, diz que não são as formas modelares – DD, DI, DIL – a questão mais importante, mas sim os meios dessa

transmissão, porém, de todo modo, ainda na esfera cotidiana, pode haver elementos de representação. Chama atenção a importância também da personalidade do falante, já que esta não se separa da compreensão e da avaliação, constituindo objeto da transmissão discursiva. Assim, o discurso do outro tem duas categorias no tocante à relação ideológica do enunciador-relator – no romance, seria o narrador – com o mundo: discurso autoritário e discurso interiormente persuasivo.

O discurso autoritário tem o suporte em um falante com poder para tal, pré-encontra-se unido pela natureza de autoridade, sem permitir jogos com o contexto emoldurador, ele penetra como massa compacta e indivisível: aceita-se ou refuta-se integralmente. Já o discurso interiormente persuasivo, apesar de, em geral, não ser sustentado por uma autoridade, atua na consciência e consegue adesões, pode entrelaçar-se com outros e com o próprio fio discursivo em desenvolvimento.

Em suma, Bakhtin (2015) afirma que os modelos sintáticos de transmissão dos discursos de outros – DD, DI, DIL – podem ter diferentes meios de molduragem replicadora e estratificação alternada entre o contexto do autor e do herói, contagiando um ao outro, de modo que a enformação sintática não se esgota nos três modelos e pode produzir um contexto que transforma a palavra alheia: “quando se estudam as diferentes formas de transmissão do discurso do outro não se pode promover uma separação entre os meios de enformação do próprio discurso do outro e os modos de sua molduragem contextual (dialogante)” (BAKHTIN, 2015, p. 134). Existem, portanto, relações dialógicas entre discurso do outro representado literariamente e o discurso do autor, as quais também ocorrem entre discurso do falante cotidiano e o discurso do outro transmitido. Vejamos, então, algumas dessas relações, com tipologia feita a partir de formas sintáticas clássicas, como apresentou Voloshinov em MFL.

4.1.2 Voloshinov e o Discurso Alheio

Após, na primeira parte, tratar da importância da filosofia da linguagem para o marxismo⁴¹ e, na segunda, discorrer sobre noções de tal filosofia – muitas das quais corroboram ideias do não marxista Bakhtin (2003b; BAJTIN, 1997)⁴², Volóchinov

⁴¹ Para o que Voloshinov entendia como marxismo, posto que a obra foi criticada por marxistas soviéticos quando da publicação, conforme Sériot (2015).

⁴² Destaca-se, primeiramente, a crítica ao objetivismo abstrato e ao subjetivismo individualista, tem ressonância, ainda que de maneira diferente, na consideração de que o pensamento teórico abstrato não tem sentido dissociado da vida e de que o ato ético engloba o singular a partir do universal (BAJTIN, 1997). Além disso, a

(2017) dedica em MFL uma parte para tratar como tal filosofia pode auxiliar à compreensão de problemas sintáticos, e elege o discurso citado – notadamente no romance – como fenômeno não da ordem formal, mas da relação dialógica e dinâmica entre narrador e herói.

Anuncia logo que “‘discurso citado’ é o *discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado*, mas, ao mesmo tempo, é também *o discurso sobre o discurso, o enunciado sobre enunciado*”. (VOLÓCHINOV, 2017, p.249, grifos do autor). Afirma que não se pode tratá-lo apenas na perspectiva de sintaxe formal e que objetivo verdadeiro da pesquisa é a interação dinâmica entre o discurso transmitido e aquele que o transmite, pois, na verdade, “[...] eles existem, vivem e se formam somente nessa inter-relação, e não isoladamente. O discurso alheio e o contexto transmissor são apenas termos de uma inter-relação dinâmica” (p.255).

Um elemento importante para a configuração do discurso alheio é a finalidade do contexto transmissor, ou seja, do autor, o enunciador apresentador, que é aquele tem, em tese, domínio do conteúdo e da expressão. Esse fim é variado, não somente conforme gênero discursivo, em um aspecto macro, mas também na singularidade de cada enunciado, ainda que do mesmo tipo relativamente estável.

É especialmente importante *finalidade da orientação do contexto autoral*. Nessa relação, o discurso artístico transmite com muito mais sensibilidade todas as mudanças na orientação sociodiscursiva mútua. Diferentemente do artístico, o discurso retórico não tem tanta liberdade no manuseio da palavra alheia, em razão da finalidade da sua orientação (VOLÓCHINOV, 2017, p. 261, grifos do autor).

A inter-relação associada ao fim tem duas orientações principais: o estilo linear e o estilo pictórico, além do deslocamento de dominância. Os dois primeiros são assim nomeados por Voloshinov, já o terceiro não tem denominação específica, mas fizemo-la a partir da explicação do autor.

No estilo linear, visa-se à conservação da integridade e da autenticidade do discurso de outrem, com a tendência de criar contornos exteriores nítidos entre discurso próprio e discurso alheio. É o estilo predominante da ata, conforme exemplos:

ideia da distinção entre tema e significado corrobora a de Bakhtin (2003), que diz que o significado abstrato é um puro potencial para significar que só se expressa um significado real quando é explorador em uma ocasião particular.

Quadro 1 - Exemplos de Estilo Linear.

- | |
|---|
| <p>(1) O Sr. vereador Fuba disse: “A discussão deve ser feita, agora, existe articulação política e reunião marcada para o próximo dia 28, para debater o futuro da Funjope [...]”</p> <p>(2) O Sr. vereador Raoni Mendes afirmou que não poderia ofertar o voto de aplauso para a SEMOB, na pessoa do Senhor Roberto Pinto.</p> <p>(3) O orador, Sr. vereador Sérgio da SAC, iniciou sua fala lembrando a audiência realizada na última segunda feira pelos 35 anos da Maçonaria. E continuou: “Quando cheguei aqui, Raoni era da situação e eu fiquei só [...]”.</p> |
|---|

Fonte: Ata da Sessão Ordinária de 23 de abril de 2015 – grifos do original.

No linear, é bastante perceptível as delimitações e, no caso da ata, ainda mais, por haver mais espaço ao discurso outro que asserções e comentários do narrador, como ocorrem em romances.

Já no estilo pictórico, podem-se atenuar ou até apagar os limites entre os dois discursos, de modo que o discurso próprio, citante, consegue penetrar no alheio com suas entonações, ironia, avaliações: desenvolvem-se modelos mistos de transmissão, como o discurso quase indireto, e o discurso indireto livre. No terceiro tipo, “[...] a dominante discursiva é transferida para o discurso alheio; tornando-o mais forte e mais ativo que o contexto autoral que o emoldura” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 259).

Enxergamos no segundo e terceiro estilos a bivocalidade: o pictórico está nos termos de PPD, mais precisamente nos casos de estilização ou paródia. Já o deslocamento de dominância constituiria variação especial em que o centro é o horizonte da palavra alheia, que influencia o contexto transmissor: não à toa, Volóchinov (2017) cita Dostoiévski como exemplo desse estilo.

Após as tendências estilísticas, são apresentadas as variantes dos já conhecidos modelos de base, DI e DD, destacam-se cinco tendências deste – preparado, reificado, antecipado, retórico e substituído; três daquele: analítico-objetal, analítico-verbal e impressionista, além do discurso indireto livre, que na obra tem capítulo específico. Antes, porém, declara algo muito importante a respeito dos esquemas sintáticos de discurso alheio na sua língua mãe.

Em russo, não há grandes diferenças formais entre DD e DI, e as marcas deste são fracas: não há, como, por exemplo, em português, alteração das formas temporais e pessoais nem o uso do subjuntivo em alguns casos. No exemplo comentado, retirado de *Inspetor Geral*, de Gógol, e usado na obra *A Sintaxe Russa*, de Pechkóvski, tudo o que vem como complemento do verbo “dizer” poderia adequar-se a um DD, posto que a partir de *eu*, o centro de referência pessoal passa a ser o herói e não o narrador: “O albergueiro disse *que* não dou

de comer *ao senhor*, enquanto você não pagar sua conta”⁴³ (VOLÓCHINOV, 2017, p. 265 – grifos do autor).

O DI na língua russa, portanto, diz Volóchinov (2017), não tem identidade própria, não cria um espaço que favoreça o desenvolvimento amplo de variantes, e isso ajuda o desenvolvimento do estilo pictórico. Nesse ponto, há a crítica à tentativa do gramático Pechkóvski de realizar exercícios de transposição palavra por palavra e à sua conclusão de que o DI seria estranho ao russo. Reafirma, então, a necessidade de não divorciar gramática da estilística, que é, no caso, a consideração dos aspectos inter-relacionais entre os dois atos enunciativos. Tratemos, então, das tendências apresentadas.

A primeira é a variante analítico-objetiva, que “[...] percebe o enunciado alheio no plano puramente temático, e tudo o que não possui significação temática simplesmente deixa de ser ouvido, captado por ela” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 272, grifos do autor). Assim, aquilo que é peculiar do enunciador do discurso do outro, que é de sua expressão, torna-se conteúdo do discurso transmissor, o narrativo, ou se torna comentário, análise, do enunciador apresentador na preparação da transmissão e preserva a integridade do enunciado representado, não em termos sintáticos, mas semânticos.

A outra variante é a analítico-verbal, em que há caracterização não só do fenômeno dito, mas do enunciador, de seu estado de espírito, expresso não no conteúdo, porém nas formas de discurso: “Essas palavras e modos de dizer são introduzidos de forma que o seu caráter específico, subjetivo e típico seja percebido com clareza” (BAKHTIN, 2017, p.273). Isso ocorre de tal forma que, na maioria das vezes, há uso de aspas, para marcar a expressão do outro.

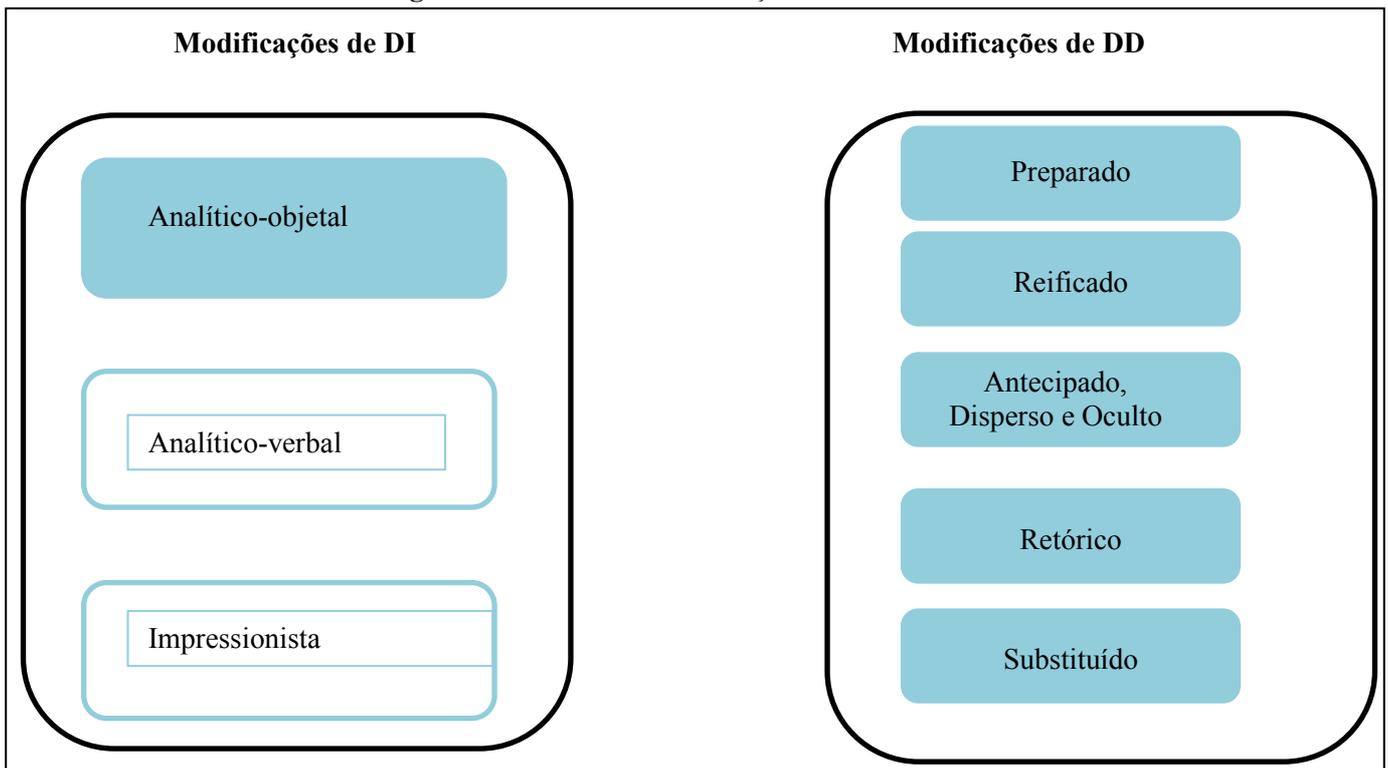
Passemos a tratar das variantes de DD, começando pelo *preparado*, que surge a partir do indireto, ou seja, os temas do DD são revelados antecipadamente pela narração indireta, com a entoação do apresentador. Já o DD *reificado* é aquele em que o contexto narrativo constrói-se de maneira a caracterizar objetivamente o enunciador do discurso representado, possuindo, então, mais conteúdo, mais material, e esvaziando, portanto, o peso semântico do discurso alheio. A terceira tendência é o *discurso alheio antecipado, disperso e oculto* destacado pelo autor como um tipo especial: fica oculto no contexto narrativo, porém é corroborado no DD como um discurso do herói. O DD retórico é a quarta tendência, em que um questionamento ou uma exclamação é feita ou pelo enunciador do DO ou pelo narrador, constituindo exemplo claro de estilo linear de transmissão da palavra alheia. O DD *substituído*

⁴³ Em português, poderia ser: “O albergueiro disse que não daria de comer enquanto ele (nome do personagem) não pagasse sua conta”.

é a última tendência apresentada, em que há um paralelismo de entoações entre o discurso do herói e discurso do narrador: uma solidariedade recíproca, de modo que a narração tem o tom da personagem; a fala deste, o tom do narrador.

Resumimos, então, os tipos levantados por Volóchinov (2017) no esquema:

Figura 5 - Modelos e Modificações de DD e DI em MFL.



Fonte: Elaboração própria

Convém observar que em MFL, a classificação parte dos modelos sintáticos já conhecidos: DI, DD e DIL, com as devidas considerações a respeito de estilo no tocante ao grau de manutenção e alteração do tom do falante na relação entre o transmissor e o outro que a tem a palavra transmitida. É diferente de PPD, cuja divisão principal tem por critério a oposição entre mono e bivocalidade, nas quais as formas DD e DI, por exemplo, podem encaixar-se.

A respeito das variantes ou modificações das formas apontadas por Volóchinov (2017) presentes na ata, conforme mencionamos, seu estilo é linear, logo o DI analítico-objetal e o DD preparado são os mais recorrentes. Há de considerar que as propriedades do estilo pictórico e de algumas de suas formas não na análise isolada da ata, mas na comparação com o enunciado-fonte associadas à noção de tom e arranjo discursivo.

Em suma, Volóchinov (2017) afirma que não é possível separar gramática de

estilística. Restringir-se àquela, tal qual fez Pechkóvski, leva, conforme o princípio dialógico, à análise da palavra abstrata, afastada do pensamento participativo, do ato responsável. Isso não significa que uma análise dialógica prescindia da análise linguística, nem que esta se restrinja a noções gramaticais clássicas, como é dito em PPD (BAKHTIN, 2005). O autor ainda afirma que, em muitas línguas, o DI distingue-se do DD pelo emprego de formas temporais, dos modos verbais, das conjunções dos anafóricos, entre outros. Assim, esses elementos não especificados constituem marcas de diferentes eus, já que, em DD, o objeto direto do verbo *dicendi*, o qual vem entre aspas, é o enunciado representado com um eudiferente do enunciado que o precede, conseqüentemente, este eu instaura diferentes aquisições agora, ou seja, em outras palavras, índices de pessoa, ostensão e tempo, categorias instauradas quando se enuncia e que foram estudadas notadamente por Benveniste (1995, 1989) em outra perspectiva de enunciação, aproveitada por Authier-Revuz (1978; 1982, 2004a) para compor seus estudos a respeito da heterogeneidade da linguagem, da metaenunciação e da RDO. Desse modo, lançamos mão dos estudos de Authier-Revuz, também pelo fato de seu esquema apresentar categorias de variantes formais dentro do enunciador apresentador e da forma do enunciado apresentado, como mostramos a seguir.

4.2 AUTHIER-REVUZ E A RDO

O estudo da representação de discurso outro (RDO), ainda que com outras denominações, vem sendo desenvolvido por Authier-Revuz ao longo dos últimos 40 anos. Em sua tese doutoral de estado (AUTHIER-REVUZ, 1982), a autora considera a proposta de Benveniste – centrada na investigação do sujeito que atua na estrutura linguística – e simultaneamente acolhe o dialogismo, de Bakhtin, como lei da linguagem. Centra a análise no fio discursivo, no que ela chama de formas da heterogeneidade representada na linguagem, as quais estão em constante negociação com outro nível de heterogeneidade, a constitutiva, que é um princípio. Assim, considera que, nos enunciados, o dizer representa-se como não falando por si, que a enunciação desdobra-se como um comentário de si mesma, ou seja, busca fontes dentro de si.

A autora situa-se ao lado de Benveniste (1989) na distinção entre modos de significância: o semiótico – da estrutura da língua – e o semântico – o do discurso. Ela diz que, para tratar de assuntos interpretativos, deve-se partir da “rigidez e da pobreza abstrata” (AUTHIER-REVUZ, 2004a) das formas da língua, mas considera a articulação com o já-dito,

com o histórico, com a lei do discurso humano: o dialogismo.

Sua concepção de heterogeneidade constitutiva tem duas bases: a releitura de Freud por Lacan a respeito do inconsciente e o dialogismo bakhtiniano. Assim, o sujeito é atravessado e descentrado, mas tem uma necessidade de estar no centro. Essa proposta primeiramente até pode se parecer com a noção althusseriana de sujeito assujeitado pelas estruturas sociais, utilizada por Michel Pêcheux na *Análise do Discurso Francesa*, mas, se Althusser (1987) fala em ilusão de centro sobredeterminada pela força da ideologia, Authier-Revuz (1982) destaca a necessidade da criação do centro, que ocorre através de uma contínua negociação com as formas da heterogeneidade representada.

Em trabalho posterior, desenvolve a noção de modalização autonímica, que advém da propriedade do signo linguístico poder autorreferir-se. Assim, trata de áreas dos comentários metaenunciativos que chama de *não-coincidências do dizer* (AUTHIER-REVUZ, 1993, 1998; 2004c), destacando quatro tipos, que são: a) não-coincidência interlocutiva entre os coenunciadores; b) não-coincidência do discurso consigo mesmo; c) não-coincidência entre signos⁴⁴ e coisas; d) não-coincidência dos signos consigo mesmo.

A não-coincidência interlocutiva consiste em comentários que expressam que os sentidos compreendidos de certos termos pelos dois coenunciadores são diferentes: digamos X; X, passe-me a expressão; X, compreenda...; X, se você quer; X, se você vê o que quero dizer etc.

Já a não-coincidência do discurso consigo é posta como constitutiva, em meio a dialogismo, de modo que toda palavra é habitada pelo discurso do outro, logo trata-se de formas que assinalam essa presença da palavra alheia: X, como diz fulano; para retomar as palavras de X; X, no sentido que fulano diz.

A não-coincidência entre signos e coisas está expressa em formas que mostram hesitações e busca pelo termo exato ou mais propício, é posta como constitutiva em dupla perspectiva: a linguística – de oposição entre o sistema finito de formas discretas e a infinidade coisas de mundo real a serem descritas e nominadas – e o lacaniano – do real como radicalmente heterogêneo ao simbólico. São as formas como: X, por assim dizer; como eu diria? X; X, melhor dizendo, Y; X, não, mas eu não encontro palavra; X, é essa a palavra, mas Y.

Por fim, a não-coincidência dos signos consigo é posta em contrário a abordagens

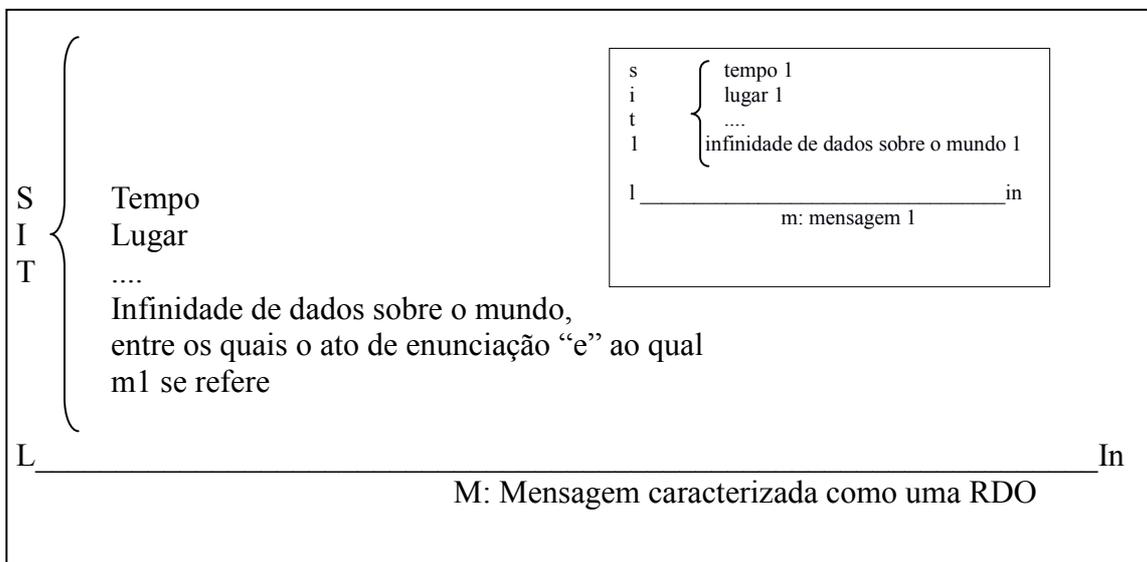
⁴⁴ Authier-Revuz (1993) fala em *mot* – palavra –, porém não na acepção que temos usado a partir de Bakhtin e sim mais próxima a esse duplo construto de forma e significação.

monossemisantes⁴⁵, designando recusa ou aceitação de fatos de polissemia, homonímia, trocadilho, com vistas a fixar um sentido: X, em sentido figurado; X, não no sentido Y, mas Z...; X, nos dois sentidos; X em todos os sentidos do termo...

As formas da heterogeneidade mostrada são como *anéisenunciativos*⁴⁶, pois, de maneira circular, voltam para si, constituindo um trabalho de reflexão sobre o dizer. No entanto, não são, de forma alguma, reflexo da heterogeneidade constitutiva, mas “elementos da *representação* – fantásmica – que o locutor (se) dá de sua enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 2004b, p. 70 – grifos da autora).

O estudo sobre o discurso relatado – depois denominado RDO⁴⁷ –, é posto então como parte da metaenunciação, do dizer que tem o dizer como objeto. Para a autora, ao representar um discurso outro, não se relata uma frase, mas um ato de enunciação. Trata-se, em concordância neste caso com Volóchinov (2017), de discurso no esobrediscurso, de enunciado no e sobre o enunciado: um fato metalinguageiro. (AUTHIER-REVUZ, 1998), conforme a figura a seguir:

Figura 6 - Elementos da Representação de Discurso Outro.



Fonte: Adaptado de Authier-Revuz, 1998, p.146

⁴⁵ Tradução de “monosémisantes”, entre aspas (AUTHIER-REVUZ, 1993, p. 248).

⁴⁶ Tradução livre de *boucles énonciatives* (AUTHIER-REVUZ, 2004a).

⁴⁷ RDA em francês – représentation du discours autre.

Na interação verbal, há uma série de elementos, como tempo, lugar e dados sobre o mundo. Ao representar um discurso outro, não só as palavras, mas toda a situação é, de certo modo, representada também. Assim, o discurso representado e todo o seu contexto situacional fazem parte do contexto situacional do discurso representador, de modo que há sempre uma dupla de cada elemento envolvido na comunicação, um do ato de enunciação representador (os que estão em letras maiúsculas) e um do ato de enunciação representado (em letras minúsculas e com o número 1). Entre os elementos nominados por Authier-Revuz (1998), percebem-se aqueles que se relacionam com as instâncias geradas pelo existir do ato enunciativo conforme Benveniste (1989): a categoria de pessoa – com as duas relações eu-tu –, que, por sua vez, instaura-se no espaço e tempo, que não é cronológico, mas enunciativo.

Authier-Revuz (2004a) dá razões para preferir o termo *representação do discurso outro* (RDO) a *discurso relatado*, entre as quais destacamos duas: não invocar apenas as formas mais clássicas como DD e DI, deixando de fora as modalizações, por exemplo; posicionar essa categoria no campo da metadiscursividade, desse modo em oposição ao termo *discurso*, que se referiria à estrita reflexividade da *auto-representação do dizer se fazendo*, enquanto que DO seria a reflexividade, um discurso sobre outro.

No plano das formas, elenca alguns tipos, dos quais quatro se relacionam segundo critérios de: A) Predicação; ou B) Modalização do Dizer pelo DO; e de acordo com o tipo de imagem que se faz do DO: a) paráfrase, ou b) mostrações de palavras. Considerando o outro como o enunciador do discurso representado, e *um*, daquele que representa, explica-se a partir do quadro:

Tabela 1 - Resumo das Zonas Básicas de formas de RDO.

1- Forma do Enunciado Apresentador	2 - Forma do Enunciado Apresentado	(1 + 2) Formas Marcadas	Ato do <i>um</i> ante o <i>outro</i>
A- Predicação com verbo <i>dicendi</i>	a) Paráfrase	Aa: Discurso Indireto	<i>Um</i> fala do <i>outro</i> , redirecionando-o ao <i>um</i>
A- Predicação com verbo <i>dicendi</i>	b) Mostrações de Palavras	Ab: Discurso Direto	<i>Um</i> fala do <i>outro</i> , classificando-o, localmente como outro
B - Modalização	a) Paráfrase	Ba: Modalização em Asserção Segunda	<i>Um</i> fala segundo o <i>outro</i> , fonte de predicações
B - Modalização	b) Mostrações de Palavras	Bb: Modalização Autonímica de Empréstimo	<i>Um</i> fala segundo o <i>outro</i> , fonte da maneira de dizer.

Fonte: Adaptado de Authier-Revuz (2004a)

Assim, em “Aa”, temos a zona do DI, que é a paráfrase com predicação concernente ao DO, ou seja, este é, formalmente, apresentado como complemento oracional do verbo

dicendi, com palavras expressões instauradas a partir do eu-aqui-agora do apresentador. Em “Ab”, zona do DD, trata-setambém da predição, mas com mostração das palavras do enunciado apresentado, ou seja, com um uma nova instauração das categorias de pessoa, espaço e tempo. Constituem formas canônicas e verificáveis em gramáticas de várias línguas.

As formas “B”, ou seja, com modalização constituem importante reflexão de Authier-Revuz a partir de estudo deste fenômeno enunciativo que constitui uma atitude, um julgamento do falante sobre o conteúdo de sua fala. Assim, acontece a tomada de posição no discurso apresentador de afirmar algo e delimitar a condição de verdade do dito, ao transferir a responsabilidade a outrem. Em “Ba”, a zona da modalização do dizer como asserção segunda (MAS), enquadram-se enunciados com formas como *Segundo...*, *De acordo com...*, *Conforme...*, sintaticamente classificados pela tradição gramatical como adjuntos adverbiais, expressam, no contexto narrativo, a responsabilidade do discurso como sendo de outrem, mas com palavras e expressões do enunciador apresentador, ou narrador, via paráfrase. Já “Bb” constitui a zona da modalização autonímica de empréstimo (MAE) – formas como “Isso está *horrendo*, como diria minha fulano”, “A reunião foi, nas palavras de Fulano, um *monólogo excepcional*” – trata-se da modalização do dizer com a imagem do DO feita através da mostração de palavras, ou seja, a não só se avalia o próprio dizer, transferindo responsabilidade do conteúdo para outro, mas também, usam-se palavras próprias de outrem. Nessas modalizações, os tipos que ficam fora do quadro constituem a bivocalidade, entre os quais está um que propriamente se confunde com ele, é o chamado discurso indireto livre (DIL), que apresenta *graus e marcações diversos* (AUTHIER-REVUZ, 2004a). Trata-se de uma hibridez ou mixagem enunciativa. Convém pontuar que esta bivocalidade é de outra ordem em relação à mencionada por Bakhtin (2005) em PPD, já que Authier-Revuz atenta-se a marcas enunciativas

O inventário desses cinco grandes tipos – DD, DI, MAS, MAE e bivocal – é definido segundo três critérios: a) fórmula distintiva de traços semânticos, semióticos e de ancoragem enunciativa das categorias linguísticas entre o ato de enunciação representador e representado; b) zona dos tipos de agenciamento lineares pelos quais a fórmula pode se realizar (as formas) c) ocorrências concretas com seus efeitos de sentido. O trabalho de Authier-Revuz é exaustivo, sobretudo no que concerne às estruturas de base, a ponto de buscar critérios objetivos para classificar as formas.

Há um forte enfoque nos critérios “a” e “b”, que nos parecem ser mais genéricos em oposição ao critério “c”, que é mais específico conforme contextos – e é o que uma proposta de análise dialógica deve almejar. Assim, a autora, por uma escolha de teoria e de objeto de

estudo, dedica-se muito mais à observação das características sintático-enunciativas que constituem as fórmulas do critério “a” do que aos efeitos semânticos do critério “c”, os quais não são tão facilmente observáveis em extratos textuais tão curtos. Desse modo, tomamos como partida os quatro primeiros tipos de formas sobretudo, em sua divisão de critérios segundo a imagem que se faz do discurso outro – mostração ou paráfrase –, já que as modalizações como MAE e MAS são menos comuns na ata da CMJP.

Convém explicar que não consideramos o DIL um modelo sintático-enunciativo, não à toa, Authier-Revuz (2004a) não o coloca no seu quadro de zonas de básicas. O DIL não tem forma característica nem marcante. Parece-nos mais proveitoso cotejar linguística – com as quatro formas modelares – e metalinguística – relações dialógica, entre as quais a bivocalidade em termos bakhtinianos que pode aparecer em quaisquer das formas sintáticas – sem fundi-las.

O critério “c” de Authier-Revuz (2004a) está fora do âmbito meramente linguístico, as ocorrências concretas e seus efeitos de sentido dependem das relações dialógicas estabelecidas entre a palavra do enunciadortransmissor e a do enunciador transmitido e entre aquela e a opinião ou avaliação comum.

A consideração de que se trata de zonas⁴⁸ e não de um inventário fechado, dá a margem para considerar as tendências, as variantes, algumas das quais são as verificadas por Volóchinov (2017) na terceira parte de MFL, que usou o critério da relação avaliativa entre contexto transmissor – o discurso *um* – e a fala do herói – discurso do *outro* – em romances.

4.3 CONSONÂNCIAS E DISSONÂNCIAS

Nosso trabalho visa a verificar as relações entre o discurso transmissor⁴⁹ e o discurso alheio em atas de sessões plenárias de um parlamento. Podemos, então, partir das definições estritamente formais, linguísticas de Authier-Revuz e considerar as variantes estilísticas de Volóchinov (2017), à luz do que fala Bakhtin (2005) sobre a necessidade do estudo sobre tipos e graus de alteridadeda apreensão da palavra do outro, das formas de relação com ela e dos meios da sua exclusão da vida discursiva. Ao mesmo tempo, há de se verificar que alguns tipos dialógicos mencionados em PPD e DNR são observáveis no decorrer de textos não literários, como a ata, sem configurar o gênero como polifônico ou mesmo o discurso como bivocal, mas surgem em partes do enunciado transmissor ou no enunciado-fonte – o

⁴⁸ Termo usado por Authier-Revuz (2004a).

⁴⁹ *Enunciador representador* ou *apresentador* é o do redator da ata; *enunciador do DO* é o *enunciador representado*, ou seja, o parlamentar.

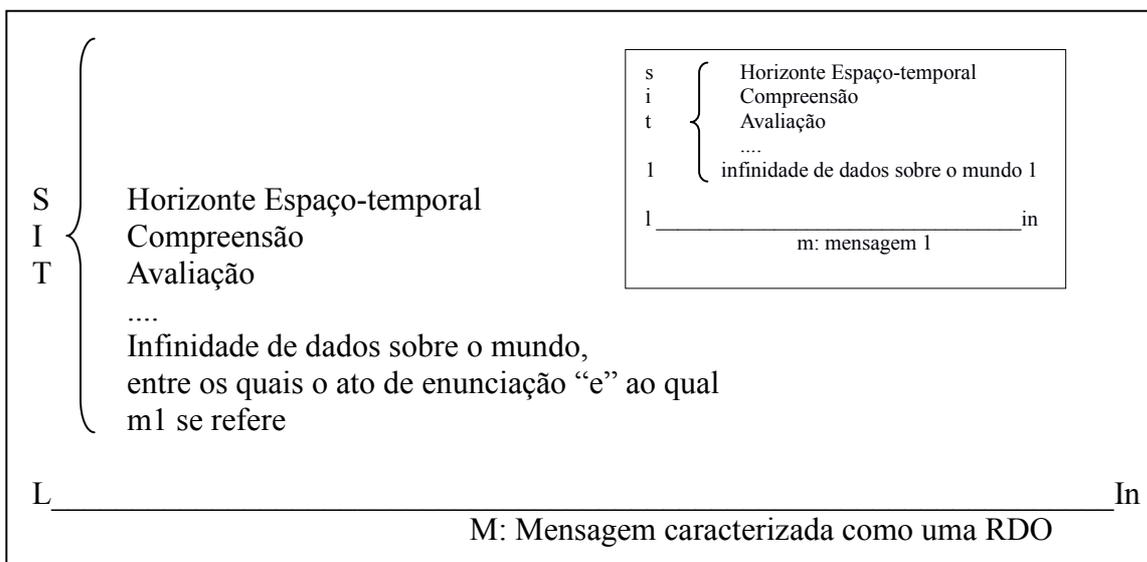
pronunciamento parlamentar – , notadamente a motivação ou fundamentação objetiva e a polêmica velada.

Consideramos que as formas de RDO são modelos linguísticos com significado apreendido em enunciados concretos, logo devem ser considerados os entornos, ou seja, em termos formais, os sintagmas introdutórios e as proposições encaixadas, as que antecedem ou sucedem as formas marcadas de RDO; em termos dialógicos, são elementos mantenedores dos contornos nítidos ou do colorir que o enunciador representador faz sobre o discurso alheio, marcas da entonação do enunciado, os quais estão no contexto transmissor.

Enquanto Volóchinov (2017) parte da categoria sintática abordada por Péchkovski para declarar a necessidade do estudo da interação dos contextos, em um viés que ultrapasse a forma, nosso trabalho considera as categorias levantadas por Authier-Revuz –predicação, modalização, mostração e paráfrase – e lhes associa as variações estilísticas propostas em MFL, PPD – o discurso velado – e DNR – a fundamentação pseudo-objetiva

Em uma perspectiva dialógica, é preciso, então, considerar que a mensagem- “M” e “m1” – a que Authier-Revuz (1998) se refere tem que ser o enunciado concreto, logo com todas as suas peculiaridades e elementos (BAKHTIN, 2003a), bem como que a linha entre locutor e interlocutor não é unidirecional e está inserida em um campo compartilhado com: 1) horizonte espacial e temporal comum; 2) conhecimento compreensão comum; 3) avaliação comum (VOLOSHINOV, 2013).

Figura 7 - Elementos da RDO reconfigurados



Fonte: adaptação de Authier-Revuz (1998), com termos de Voloshinov (2013)

Cada quadro desses é um enunciado, logo possui os elementos e as peculiaridades comentados no capítulo anterior. Com o acesso ao enunciado-fonte – no caso deste trabalho, a gravação em áudio da sessão ordinária –, pode-se estabelecer também o grau de paráfrase que pode ser realizado no DD, algo não verificável por Voloshinov em MFL, por usar exemplos literários, em que obviamente não se tem acesso à fonte, nem por Authier-Revuz, posto que não contemplou comparações. Ademais, é possível também estabelecer as variantes das formas de DD e DI por meio das alterações da compreensão e da avaliação do enunciador da ata e do enunciador da sessão, as quais constituem as mudanças da entoação, seja da altura, seja do arranjo, conforme demonstramos mais adiante no capítulo 6. Antes, vistas as concepções de gênero discursivo e de RDO, tratemos do gênero que constitui nosso *corpus* e o fenômeno de análise, conteúdo do próximo capítulo.

5 AATA

Estudar uma ata é, na perspectiva dialógica, estudar a representação de discursos. Assim, nosso fenômeno de estudo não é a ata isolada nem as formas transmissão, mas sim a interação verbal nas atas de sessão ordinárias do Poder Legislativo Municipal de João Pessoa.

Compreendemo-lo de tal maneira, pois nos sustentamos em um horizonte teórico que preconiza que as formas da língua não podem ser estudadas separadas de seu domínio de realização. Assim, elas

[...] só podem implicar um destinatário real no todo de um enunciado concreto. (...) quando se analisa uma oração isolada tirada de seu contexto, encobrem-se os indícios que revelariam seu caráter de dirigir-se a alguém, a influência da resposta pressuposta, a ressonância ideológica que remete aos enunciados anteriores do outro, as marcas atenuadas da alternância dos sujeitos falantes que sulcaram o enunciado por dentro (BAKHTIN, 2003a, p. 326)

A ata insere-se em um conjunto de gêneros predominantemente narrativos, com referências explícitas a discursos e fatos anteriores, como no caso da notícia e da biografia, por exemplo, com a diferença substancial que aquilo que vem antes e é reportado em qualquer ata é necessariamente uma reunião, permeada de declarações – ainda mais no caso das que circulam no Poder Legislativo. Desse modo, ela é inteiramente uma representação de falas de outrem.

Com efeito, consideramo-la, à luz de Authier-Revuz e LeFebvre (2015) como um gênero discursivo da representação de discurso ou seja, faz parte do grupo daqueles que têm forte densidade de formas transmissão e em cuja definição a atividade de representar discurso outro possui um papel crucial e constitutivo. Assim, não se trata de gênero em que as formas aparecem – como pode ser o conto, o artigo científico, a reportagem – , mas de um gênero constituído e definido por aquelas.

O termo “ata” é do século XII, segundo o Dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2001), e constitui um documento que resume fatos e decisões de uma assembleia. É um gênero corrente em diversos domínios: sindical, poder público, associações, condomínios. Assim, ela está intimamente ligada à reunião do órgão colegiado, por isso ela reporta a outro gênero e domínio discursivo – a reunião ou assembleia –, que possui rito específico. Geralmente, o conjunto de atas de certo período – em geral, um ano – constitui livro próprio, motivo pelo qual existem vários modelos de livros de atas comercializados.

A ata confere valor jurídico ao que foi decidido e anunciado na reunião a que se refere, logo há uma necessidade de se referir objetivamente às deliberações, a fim de não haver questionamentos futuros em vias administrativas ou judiciais. Esse vínculo à sessão em os que ocorrem debates e essa competência legal leva-nos a caracterizá-la, ainda conforme Authier-Revuz e Lebfevre (2015), como uma parte de um grupo mais específico ainda, o daqueles que são “colocados no lugar de” (p.1), ou seja, que substituem outro discurso.

Ela possui algumas fórmulas relativamente fixas que aparecem em uma sequência de parágrafo único após o título – em que se identifica o tipo de reunião, sua periodização por data ou pela quantidade de sessões: a) data, hora e local (Aos X dias do mês Y do no ZXXY, às NN horas, na sala Z/ na sede F/ no auditório A, na cidade C); b) identificação sobre o colegiado que se reúne e o tipo de reunião (reuniu-se/reuniram-se o Conselho Deliberativo da Empresa E/ a Assembleia Legislativa do Estado D/ os condôminos do Edifício H/ os professores do Departamento L em sessão ordinária/ em assembleia extraordinária/ para discutir o assunto X...); c) lista de presentes ou informação sobre eles (presentes os senhores(as)/ presentes os conselheiros/ presentes os que subscrevem esta ata/ presentes os que assinam a lista anexa...); d) informação sobre quem preside a reunião, pauta, decisões e síntese de alguma discussão, caso seja considerada importante pelos presentes; e) fecho ou encerramento (O Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, Fulano, lavrei esta ata. Lugar, em XX de mês de AAAA). Após o parágrafo extenso, constam as assinaturas do Presidente e do Secretário que redigiu a ata. A cristalização das fórmulas é tamanha que existem livros de ata como produto comercializado em papelarias e livrarias, além de manuais de redação comercial e oficial, que contribuem em ciclo para fixação das fórmulas iniciais e finais.

Uma informação importante é a necessidade de aprovação da ata pelo colegiado, ou seja, o secretário redige, porém ela deve ser lida para que alterações possam ser feitas, caso a maioria decida. Esse momento de leitura é variável conforme a quantidade de membros do colegiado, da periodicidade das reuniões e do meio de registro – eletrônico ou escrito. Trata-se, portanto, de um relato feito pelo secretário e chancelado pelos demais. Em razão disso, muitos manuais – a exemplo de Martins e Zilberknop (2010) e Lima (2010) – preconizam relato apenas por DI.

Em alguns colégios, devido ao tipo e à repercussão da reunião, a ata possui características que não se enquadram no padrão preconizado pelos manuais e modelos de livros. É o caso que ocorre no âmbito do Poder Legislativo, conforme esmiuçamos na próxima subseção.

5.1 A ATA NO PODER LEGISLATIVO E COLEGIADOS MAIS COMPLEXOS

As atas de que tratamos são mais complexas pelo fato de as reuniões que relatam também o serem. Além da função legiferante – que, portanto, resulta deliberações –, o Poder Legislativo tem função representativa, a qual, em plenário, culmina na ação do falar, tanto que os representantes eleitos em quaisquer níveis – municipal, estadual ou federal – são chamados de *parlamentares*, ou seja, falar – *parlare* – faz parte do ofício. Assim, as discussões tanto sobre as proposições legislativas quanto sobre temas que rondam o domínio político se configuram como importantes para fins de registro tanto quanto a deliberação em si.

Com efeito, tornou-se comum em algumas casas legislativas brasileiras a edição de dois tipos de atas: *minuciosa* e *sucinta*, caso das que seguem o padrão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, uma das poucas que publica manual de redação (SILVEIRA, 2013). Há também casos como o da Câmara Municipal de João Pessoa (doravante CMJP), que possui apenas um tipo de ata, nem minuciosa tampouco sucinta, que foi transformada sem preconização de um manual, mas de acordo com os pedidos de inserção de pronunciamentos e debates durante as aprovações do texto pelos parlamentares.

Na Seção I do Título VI do Regimento Interno da CMJP (JOÃO PESSOA, 2003), constam as partes de uma sessão ordinária: 1) Pequeno Expediente, em que são lidas as correspondências recebidas e apreciados os requerimentos dos vereadores a outros órgãos, com o intuito de receber ou não a chancela de toda a câmara para ser enviado não como um pedido de um parlamentar, mas do Poder Legislativo; 2) Ordem do Dia, deliberação e discussão de proposições legislativas; 3) Grande Expediente, momento em que cada parlamentar inscrito em lista específica pode falar da tribuna por quinze minutos sobre qualquer assunto; 4) Explicações Pessoais, momento não regular, que só ocorre caso algum vereador queira explicar-se quanto a uma atitude pessoal e, para tanto, deve pedir permissão justificar o pedido à Mesa Diretora, que concederá ou não o tempo.

Com efeito, as atas contemporâneas da CMJP não estão organizadas em um parágrafo único, mas em seções e subseções, conforme ordem acima. Além disso, é verificável transmissão de discurso por DD, em vez da exclusividade do DI, e a presença de muitos registros de pronunciamentos extensos e informes, em vez de apenas a síntese das deliberações.

Verificamos algumas pesquisas que abordam as atas complexas, ou seja, aquelas cujas características ultrapassam a simplicidade do modelo convencional. Os pesquisadores se preocuparam em geral com processos e técnicas de retextualização do oral para o escrito,

como é caso de Guimarães (2008) e Oliveira (2009), que respectivamente trabalharam com atas do Conselho Universitário da PUC-MG e da Câmara Municipal de Guarulhos, diferentemente deste trabalho que, no mesmo gênero, almeja analisar as relações dialógicas e a transmissão destas.

A passagem de um gênero oral (reunião plenária) para um escrito (ata) é um fator importante, porém não nos interessa identificar ou catalogar o processo de retextualização. Identificamos nessa espécie de ata um campo rico para o estudo da heterogeneidade representada na linguagem, sobretudo das relações dialógicas no enunciado-fonte e no enunciado de transmissão. Nota-se um rompimento com os esquemas fixos, ao apresentar um DD com transcrições inexatas de alguns pronunciamentos e declarações, uma alternância entre DD, DI e modalizações, a fim de simultaneamente ser mais sucinta que a reunião e mais minuciosa que uma ata canônica: são características e, em termos bakhtinianos, peculiaridades do enunciado, de que passamos a discorrer.

5.2 PECULIARIDADES DAS ATAS DE SESSÃO ORDINÁRIA DA CMJP

Nesta seção, realizamos a apresentação da ata da CMJP, primeiramente tratamos das condições de elaboração do documento. Em seguida, apontamos as peculiaridades na condição de enunciado .

A elaboração das atas, conforme registro em todas elas, compete ao Núcleo de Redação de Atas, sob supervisão da Primeira Secretaria. Essa unidade de trabalho, possui, conforme a lei da estrutura de cargos da CMJP (JOÃO PESSOA, 2008a) e suas alterações, um diretor e um chefe de revisão, além dos demais redatores – todos servidores públicos de carreira com requisito de conclusão de curso superior para exercer o cargo.

Entre as atribuições do cargo não consta a taquigrafia, o que faz com que os registros não sejam, portanto, transcrições *ipsis litteris* dos debates em plenário, conforme consta no anexo II da lei 1669/2008 “Redigir e revisar atas, proposições e documentos do processo legislativo, resumido pronunciamentos e debates proferidos em plenário, anotando o tema central das discussões [...]” (JOÃO PESSOA, 2008b).

De acordo com as citadas leis e alterações, existem 12 cargos de redator de atas, mas não significa que o núcleo tenha todos a sua disposição, haja vista a ocupação de funções gratificadas em outras unidades ou a designação para setores da área legislativa. Além disso, nem todos redigem as sessões ordinárias, já que o grupo divide-se entre estas e as especiais,

solene e audiências públicas que acontecem à tarde.

Pela experiência que tivemos até 2011 e por consulta à diretora do núcleo durante o ano 2015, podemos descrever o processo de trabalho dos redatores.

As atas das sessões de terças e quartas-feiras têm de ficar prontas no mesmo dia, pois são apreciadas via de regra, no seguinte. Para as sessões ordinárias, há quatro ou cinco redatores, entre os quais um por sessão é o responsável pelo fechamento da ata, observa toda a sessão sem registrar pronunciamentos, mas deliberações, os demais registram as falas dos vereadores em rodízio. Após término da sessão, todos procedem à finalização de suas partes e repassa tudo responsável que compõe a ata editando-a. O documento, então, é enviado ao chefe de revisão, que, após revisar, caso as correções sejam apenas de cunho ortográfico e não de conteúdo, pode enviar direto às assessorias parlamentares; caso haja dúvidas, devolve-se ao responsável do dia. Na sessão de apreciação da ata, cabe seu editor o acompanhamento da leitura e realização de correções, se houver. Após leitura e apreciação da maioria entre os vereadores presentes, a ata pode ser aprovada. Mostrada a dinâmica de trabalho, apresentamos as peculiaridades da ata, conforme Bakhtin, 2003a: 1) a alternância de sujeitos do discurso; 2) a conclusibilidade específica; 3) relação com o falante e de mais participantes.

Na ata, no tocante ao discurso de transmissão, o sujeito falante tem os vereadores cujos pronunciamentos são registrados como seus destinatários, haja vista que estes têm o poder para aprovar ou não a redação, bem como um auditório espalhado: a municipalidade – que tem o direito a acompanhar os trabalhos legislativos, mas, sobretudo, o destinatário presumido é a Administração Pública (autoridades e instituições públicas), já que os registros ganham valor legal e são elaborados de maneira a serem entendidos à luz da legislação vigente. Convém acrescentar a influência do *Manual de Redação Oficial da Presidência da República*, que serve de norte para muitos órgãos, o qual a respeito dos documentos públicos diz: “[...] o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes” (MENDES e FORSTER JÚNIOR, 2002), além de preconizar como características a impessoalidade, a formalidade, padronização, concisão e clareza.

Já os enunciados-fonte dos parlamentares são direcionados de maneira geral ao público virtual e presente, concidadãos e possíveis eleitores. Quando transmitidos na ata, resquícios dessa relação podem ficar, mesmo com a busca do redator por um documento que seja impessoal e padronizado.

Passemos, então, a discutir os fatores que determinam a conclusibilidade específica da ata, quais sejam: a exauribilidade do fenômeno sessão ordinária; o propósito discursivo do

redator da ata – enunciador apresentador – e dos parlamentares – enunciador do discurso representado; as formas típicas do gênero.

Na ata, o fenômeno em questão é a reunião relatada e, por consequência, o discurso político presente nas sessões. As delimitações acontecem pelas características da sessão, as quais são absorvidas no relato, logo não se trata de política em sentido amplo, mas limitada aos afazeres do parlamento municipal. A sessão plenária possui marcações conforme o rito regimental: no pequeno expediente, trata-se das correspondências e dos diversos requerimentos elaborados pelos parlamentares para vários órgãos públicos, ora solicitando serviços para os munícipes, ora pedindo explicações, além de intervenções acerca do andamento da própria sessão; na ordem do dia, constam os projetos de lei das mais diversas espécies, devendo o dizer manter-se concentrado na apreciação destes; no grande expediente, há os pronunciamentos parlamentares de assuntos livres.

Quando os debates e falas da reunião tornam-se objeto da ata, quando o discurso da sessão é nela representado, há um novo processo de exauribilidade, como aspecto interno da alternância de sujeitos, pois, nesse segundo momento, o enunciador apresentador – responsável pela redação da ata – realiza edições nos pronunciamentos, representa as discussões resumidas tanto sobre os requerimentos do pequeno expediente como sobre os projetos da ordem do dia e ainda os apresenta não necessariamente na sequência cronológica, mas em sequência temática: conforme a existência ou não de discussões e o status do projeto em relação à proximidade do encerramento do trâmite (se ainda está na primeira ou na segunda discussão, por exemplo). Tal organização visa a dar um aspecto acabado ao sentido, de modo que os leitores da ata possam compreender o que se decidiu na reunião.

O propósito discursivo da ata é bem diferente dos diversos propósitos dos enunciativos da sessão plenária. Se os parlamentares visam a justificar suas escolhas, convencer colegas, convencer o grande público, seja na defesa de uma ideia ou de uma matéria legislativa, a vontade discursiva do enunciador representador é registrar os fatos e as decisões de maneira a constituir um todo significativo, compreensível a toda municipalidade e com o caráter oficial, ou seja, com a assinaturada instituição.

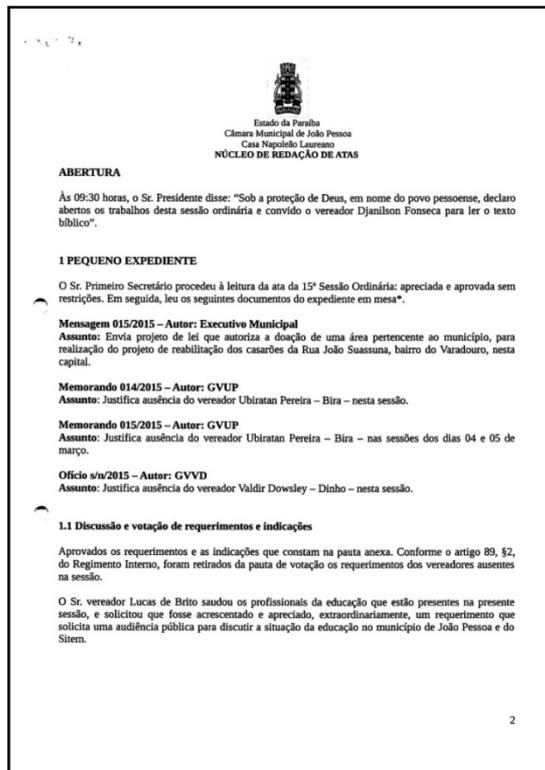
A forma da ata e as formas de suas partes são determinadas, então, pelos quatro elementos levantados por Bakhtin (2003a): especificidade de um dado campo da comunicação discursiva; considerações semântico-objetais; situação concreta da comunicação discursiva; composição pessoal dos participantes.

A especificidade do campo político institucional legislativogera a necessidade do registro como condição de existência oficial e legal de um ato. Já as considerações semântico-

objetais que determinam a forma da ata são consequências das características do discurso transmitido: a sessão plenária do Poder Legislativo, que, nesse âmbito, separa o momento para leitura de correspondências e apreciação de requerimentos – que podem tornar-se ofícios para outros órgãos⁵⁰ – do momento da apreciação de projetos de lei e ainda reserva espaço para que cada membro possa pronunciar por quinze minutos.

A situação concreta da comunicação discursiva, ou seja, a elaboração de um documento oficial de registro logo depois do acontecimento da reunião, com a fala de vários sujeitos – todos em igualdade de importância oficial –, faz com que os diversos momentos e tipos de fala sejam separados tipograficamente, já que os textos se tornam longos, fugindo ao padrão de uma ata convencional, como na imagem a seguir:

Imagem 1 - Cópia reduzida da página 2 da ata da 16ª sessão ordinária de 2015.



Fonte: Arquivo da Seclegis da Câmara Municipal de João Pessoa – íntegra no anexo

Os participantes que compõem a comunicação do discurso representado – a sessão plenária – são os parlamentares, que efetivamente têm direito à voz, e o público não falante, na medida em que não possui competência para tomar o turno e realizar pronunciamentos ou intervenções, mas para o qual os políticos dirigem-se, prestam contas, fazem pedidos: as pessoas presentes na galeria, os telespectadores da TV Câmara, o corpo de jornalistas que

⁵⁰Em outras reuniões, como de condomínio, por exemplo, as correspondências são poucas ou inexistentes.

cobrem os eventos e algumas autoridades – como o Prefeito, secretários, diretores de empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos. Dependendo de para quem o enunciado se dirige, há uma composição diferente: quando se pronuncia a um secretário municipal para pedir obras em determinados bairros, por exemplo, faz-se por requerimento escrito, que pode ser justificado oralmente no pequeno expediente, com vistas a dirigir-se também ao grande público; já quando se objetiva denunciar ao público alguma espécie de malfeito de grupo político adversário ou apresentar à opinião pública uma defesa em seu nome ou de seu grupo, o parlamentar pode valer-se de gêneros como a carta aberta, ou reportar-se a outros enunciados publicados em jornais escritos ou até vídeos.

Com efeito, os participantes da comunicação do discurso da ata são diretamente: o redator – como aquele apresenta, ou seja, não teve voz na sessão, mas tem a atribuição de representar as vozes daqueles que legitimamente falaram; o parlamentar – na condição tanto daquele que tem a fala representada quanto na de interlocutor de seus pares; os interlocutores mencionados do discurso apresentado, mencionados anteriormente. Na ata, almeja-se o registro do que foi dito em sessão, logo os diferentes tipos de enunciados nela aparecem com marcas e referências de como foram realizados. Por exemplo, os artigos jornalísticos e demais enunciados lidos são duplamente marcados, tanto pela informação de que o parlamentar *leu* – em vez de apenas informar que este *disse* – quanto pela fonte itálica.

Em suma, podemos também dizer que há na ata, traços da heterodiscursividade (BAKHTIN, 2015), posto que há uma diversidade de linguagens. Enquanto o gênero literário estudado por Bakhtin é marcado pela recepção de outros tantos tipos de enunciados – uma carta, uma confissão, um anúncio, um poema, uma notícia, um depoimento –, o gênero oficial em tela também recebe, além de pronunciamentos orais, trechos de notícias, reportagens, publicação de decisões jurídicas ou administrativas, resultado de votações etc.

Assim, o redator não reproduz as palavras do outro, mas representa o discurso, conforme o arranjo discursivo da instituição, da variante escrita e do próprio parlamentar. Se, no romance, há uma consciência de autor-pessoa, que organiza e representa a palavra das personagens e do narrador, o autor-criador, seja personagem ou não, na ata, há uma arquitetura organizadora também, porém sem princípio literário, posto que não é um acontecimento estético

Em suma, as formas estáveis da ata estão em uma construção composicional, que divide toda intervenção oral ou registro de ato de condução da sessão – do Presidente ou do Secretário – em parágrafos. Já as partes da sessão ordinária, conforme o Regimento Interno (JOÃO PESSOA, 2003), constituem seções, que são acrescidas de subseções com títulos não

mencionados em plenário, mas constantes em quase todas as atas do *corpus*. Eis, então, as partes:

Tabela 2 -Partes da Ata da Sessão Ordinária da CMJP.

Parte	Descrição	Exemplo
Cabeçalho	Brasão do Município, identificação do órgão, centralizado, em todas as páginas.	Estado da Paraíba Câmara Municipal de João Pessoa Casa Napoleão Laureano NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS
Identificação da ata	Informação de data, legislatura, período, ordem numérica da sessão.	Ata da 16ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 24 dias do mês de março do ano de 2015.
Composição da Mesa de Abertura	Informação de quem preside e quem secretaria os trabalhos, com separação de linhas.	Composição da mesa na abertura dos trabalhos Presidente Vereador DurvalFerreiradaSilvaFilho· (PP) 1º Secretário VereadorBenilton Lúcio Lucena da Silva· (PT)
Lista de Presentes	Nome e partido dos presentes, com separação de linhas.	Lista de presentes Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo · (PSB) Vereador Felipe Matos Leitão · (SD) Vereador Dr. Luís Flávio Medeiros Paiva · (PSDB) [...]
Lista de ausentes	Nome e partido dos ausentes e ausentes com justificativa, conforme o caso,com destaque em negrito.	Ausentes com justificativa: Vereador ... (PARTIDO) Ausentes: Vereador (PARTIDO)
Abertura	Registro de frase protocolar em todas as atas, semelhante à que consta no Regimento Interno.	ABERTURA Às09:30 horas, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária e convido o vereador para ler o texto bíblico”.
Pequeno Expediente	Numerado como primeira seção, há registro de leitura da atae dos documentos lidos, com um asterisco que remete ao anexo da ata com a pauta de requerimentos. Abaixo, são listados outros documentos como Mensagens do Executivo, Indicações e Memorandos dos vereadores.	1 PEQUENO EXPEDIENTE OSr. Primeiro Secretário procedeu à leitura da ata da 16ª Sessão Ordinária: apreciada e aprovada sem restrições. Em seguida, leu os seguintes documentos do expediente em mesa*. Mensagem 015/2015 – Autor: Executivo Municipal Assunto: Envia projeto de lei que autoriza a doação de uma área pertencente ao município, para realização do projeto de reabilitação dos casarões da Rua João Suassuna, bairro do Varadouro, nesta capital. [...]
Discussão e votação	Subseção do Pequeno Expediente.	1.1 Discussão e votação de requerimentos

<p>de requerimentos e indicações</p>	<p>Identifica-se a matéria, separando um parágrafo para cada qual, que é finalizado com o resultado da apreciação. Em alguns casos, quando a discussão se estende, há parágrafos para cada intervenção oral de vereador.</p> <p>A seção é encerrada com o registro dos requerimentos e indicações aprovados e os retirados de pauta.</p>	<p>e indicações</p> <p>Para discutir: <u>Indicação nº 333/2015, de autoria do vereador Marco Antônio:</u> O Sr. vereador Marco Antônio fez a justificativa da indicação de sua autoria e convidou a todos para a sessão sobre discussão hídrica que acontecerá na tarde do dia 26/03/15, no plenário da Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP). O Sr. vereador Lucas de Brito parabenizou ao iniciativa parlamentar. [...]</p> <p>Situação: aprovada a indicação. [...]</p> <p>Aprovados os requerimentos e as indicações que constam na pauta anexa. Conforme o artigo 89, §2, do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos dos vereadores ausentes na sessão.</p>
<p>Demais comunicações</p>	<p>Outra subseção do Pequeno Expediente, com registros breves de comunicados. Observa-se que é um título fixo, mesmo quando ninguém fala, ocasião em que registra-se “Não houve”.</p>	<p>1.2 Demais comunicações</p> <p>A Sr.^a vereadora Raíssa Lacerda convidou a todos para a sessão especial, que acontecerá no dia 30/03/15, sobre a empresa Energisa.</p>
<p>Ordem do Dia</p>	<p>Segunda seção da ata, geralmente acontece uma vez por semana, logo há muitas atas com o registro “Não houve”, porém o título não some. Assemelha-se ao registro das matérias votas no Pequeno Expediente, com mais informações a respeito dos pareceres dados e, ao término, o placar de votação e a situação da matéria.</p>	<p>ITEM1: PL 969/2015 Autoria:Executivo Municipal Assunto: Altera os artigos 41 e 42 da lei nº 11.407/2008, que institui diretrizes para a formulação da Política Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente, e dá outras providências. Pareceres orais:favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Finanças e Orçamento e da Comissão de Políticas Públicas. Discussão: O 1º Secretário explicou que o projeto ampliava o quantitativo de Conselhos Tutelares e mudava as datas das eleições. O Sr. vereador Raoni Mendes disse: [...]” Votação: favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08. Situação: aprovado em 1ª e 2ª discussão.</p>
<p>Grande Expediente</p>	<p>T3ª seção da ata; Registro de pronunciamento de oradores na tribuna. Um bloco contínuo, sem espaços entre os parágrafos de apartes, mas com a divisão e destaque para cada vereador.</p>	<p>3 GRANDE EXPEDIENTE</p> <p>[...]</p> <p>2ºOrador(a) O orador, Sr. vereador Renato Martins iniciou dizendo que“hoje é um dia muito simbólico, em que mais uma vez a Casa não consegue interpretar corretamente o sentimento das ruas [...]</p> <p>Em aparte, oSr. vereador Marco Antônio lamentou a saída do vereador Renato Martins da bancada de Situação.</p> <p>Em aparte, o Sr. Vereador Lucas parabenizou de forma pública o vereador</p>

		[...]. Retomando a palavra, o Sr. Vereador Renato Martins agradeceu [...]
Explicações Pessoais	Raramente aparece. No <i>corpus</i> , não consta. Em outras atas, vimos que, quando surge, é numerado como a quarta seção. Possui estrutura semelhante às comunicações do Pequeno Expediente	4 EXPLICAÇÕES PESSOAIS Em explicações pessoais, o Sr. Vereador _____ respondeu à citação de seu nome feita pelo vereador ____: “[...]”
Demais matérias	Seção mais frequente nas atas até 2016. Constavam os projetos de lei apresentados pelos vereadores. A partir de 2017, tais matérias passaram constar na pauta anexa lida no Pequeno Expediente.	4 DEMAIS MATÉRIAS LEGISLATIVAS ENCAMINHADAS Autor – vereador Lucas de Brito PL – Torna obrigatória a realização de audiências públicas, no Município de João Pessoa, sempre que o valor estimado para uma obra e/ou projeto for superior a R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), e dá outras providências. Autor – vereador Marmuthe Cavalcanti PL – Estabelece penalidade monetária e suspensão de atividades para a vendedora e comerciante que descumprir a norma do que regula e proíbe a venda casada de alimentos nocivos à saúde e brinquedos no município de João Pessoa.
Encerramento, créditos e fecho	Narração protocolar em que se identifica o vereador que presidia e os trabalhos . Separa da por parágrafos, constam as informações do núcleo responsável pela elaboração da ata, o órgão que orienta e a submissão ao plenário. Mais abaixo o fecho, com nova identificação de local, data e assinaturas do presidente e do secretário em exercício.	5 ENCERRAMENTO Na presidência, o Sr. vereador João Bosco dos Santos Filho - Bosquinho - disse: “Declaro encerrada a presente sessão marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos”. Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da casa (**), sob a orientação da Primeira Secretária da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária. (*) Correspondências e requerimentos encaminhados e apreciados nesta presente sessão constam em anexo, na pauta do Setor de Expediente. (**) Com base nos registros dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo. Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos ___ dias do mês de ___ do ano de 20__. Presidente Secretário

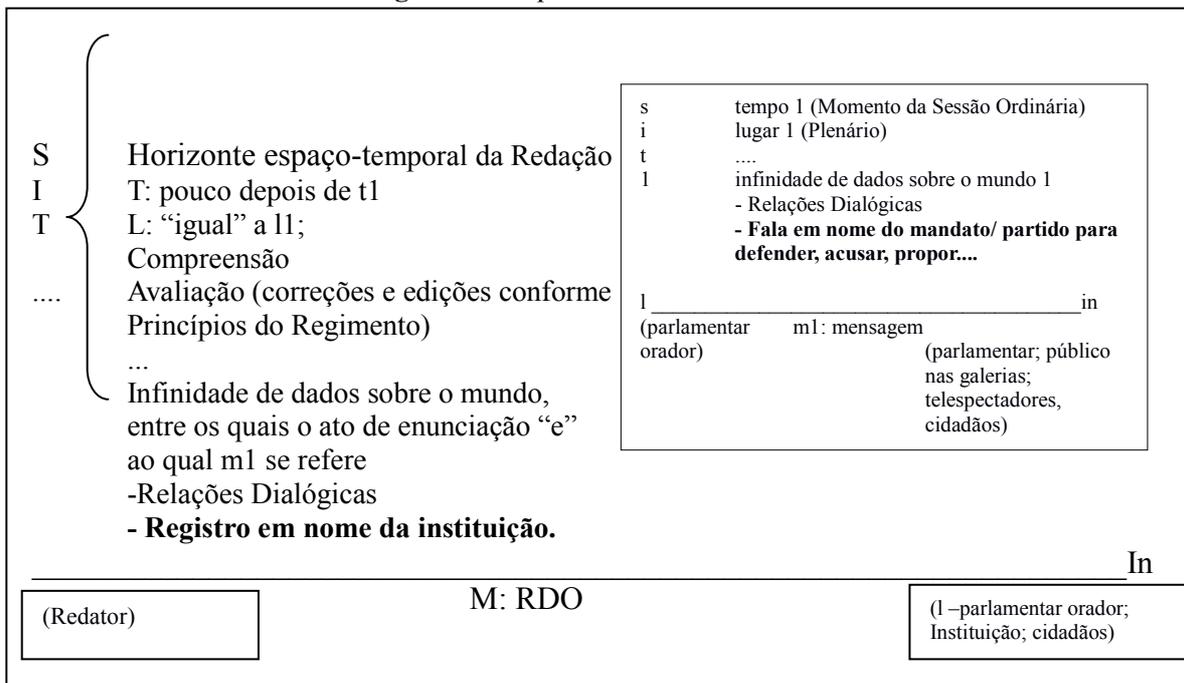
Fonte:elaboração própria – a partir de atas do arquivo da Seclegis da CMJP

Vistas, então, as formas estáveis que compõe a ata, vejamos os demais elementos do enunciado.

Conforme explicamos no capítulo 4, à luz de Bakhtin (2003a) e Voloshinov (2013), a relação entre falante e participantes da comunicação é determinante do caráter expressivo do enunciado, a saber: a entonação – altura de tom e arranjo –, a seleção lexical e a disposição das palavras, de modo que a primeira é mostrada pelas outras duas e constituída pela avaliação e compreensão do enunciador conforme a situação em que o enunciado acontece.

Para resumir e melhor ilustrar as peculiaridades da ata, refaçamos o esquema de comunicação proposto por Authier-Revuz (1998), considerando que o propósito discursivo – registro em nome da instituição e fala em nome do mandato/partido – como um dos itens que compõe o contexto situacional:

Figura 8 - Esquema de RDO da Ata da CMJP



É válido lembrar que, como as mensagens – M e m1 – são enunciados concretos, existem suas peculiaridades e elementos que os relativizam como gênero, mas também há pormenores de cada evento concreto, que podem ser demonstrados nos casos selecionados para análise, que compõe o próximo capítulo.

6 O MÉTODO E A ANÁLISE DIALÓGICOS

Desenvolvemos até aqui um caminho teórico em cujo processo o conhecimento é construído e pode, então, ser melhor explicitado na análise do *corpus*. Para o cumprimento de nossos objetivos, ressaltamos neste capítulo a reflexão da pesquisa como ato (BAJTIN, 1997) e a conseqüente articulação entre conhecimento, linguagem e realidade (PAVIANI, 2013), além de apresentar o procedimento de coleta de dados e plano amostral e tratamento daqueles.

Uma pesquisa alicerçada no dialogismo é, sobretudo, não positivista e não interpretativista, pois considera simultaneamente o singular da vida vivida e a influência social acima do psiquismo. De acordo com Bajtin (1997), a ciência positivista busca princípios universais, logo busca a verdade universal de um pensamento (*pravda* em russo), ao passo que o subjetivismo enfoca em realizações particulares, ou seja, na validade de um pensamento (*istina* em russo). Assim, esse pensador russo busca a complementariedade, a dialogia, já que considerar que um lado seja o todo não leva ao conhecimento do ato. O que parece preocupá-lo é tanto a cisão entre teoria pura e o sujeito quanto o subjetivismo relativista que recusa a *istina*, daí que o autor critica tanto o psicologismo quanto o sociologismo.

Com efeito, refletimos, à luz de Bajtin (1997): o pesquisador, ao receber categorias dadas previamente, sem as questionar, e aplicá-las em experiências cujos dados terminam sendo recortados e moldados para satisfazer aos princípios já existentes, atua participativamente ou age tecnicamente? É necessário observar as singularidades dos atos concretos, realizar a exotopia (BAKHTIN, 2003d), ou seja, sair do teoreticismo, para observar e experimentar a vida vivida e, ao retornar, revelar algo do sujeito analisado, algo que este não consegue ver.

A articulação entre conhecimento, linguagem e realidade, segundo Paviani (2013), tem, ao longo da história, basicamente, três grandes modos: dialética, analítica e hermenêutica.

A dialética, que tem Platão como grande nome, encara a realidade como um jogo de opostos: a síntese vem após o lançamento da tese e da antítese. Já a analítica, desenvolvida a partir de Aristóteles, considera a linguagem como representação da realidade, e se sustenta a partir do raciocínio lógico e indutivo, ou seja, parte de premissas particulares na busca de princípios universais. A hermenêutica é a terceira via, condizente mais com as ciências humanas, que diferentemente das ciências exatas e naturais, não lidam com objetos mudos,

mas com fenômenos ou sujeitos vivos. Assim, conforme Bakhtin (2003b), enquanto nas ciências exatas, o objeto é explicado; nas humanas, o fenômeno é compreendido.

Da articulação entre as noções de sentido, compreensão e interpretação surgem os princípios básicos da hermenêutica (PAVIANI, 2013): a inseparabilidade entre sujeito e fenômeno; a circularidade entre o todo e o particular; a construção do conhecimento a partir da pré-compreensão. Neste trabalho, então, buscamos estabelecer relações dialógicas entre linguagem, conhecimento e realidade. Afinal, não é nosso intuito caracterizar formalmente o gênero ata, mas desvelá-lo a partir dos sujeitos que interagem e nela estão marcados.

Nosso fenômeno não é propriamente o texto formal da ata, mas a interação verbal da ata, constituída de enunciados e de pontos de vista que se corroboram e se confrontam. Para tanto, há de se considerar características universais do gênero ata, do Poder Legislativo, das atribuições legais do redator de atas e do parlamentar, mas também as peculiaridades de cada interação. Ademais, não estabelecemos categorias imutáveis previamente. Não partimos, porém, do nada, e sim da uma compreensão existente tanto no domínio social, em que ocorrem as interações, quanto dos aspectos teórico-analíticos do dialogismo.

Convém salientar que articular, hermenêutica e dialogicamente, a linguagem, a realidade e o conhecimento, não significa abandonar, por completo, a analítica e a dialética, já que a hermenêutica só acontece com a contribuição destas (PAVIANI, 2013), e a dialogia é um estudo ontológico e hermenêutico, posto que, conforme Bajtin (1997), o universal e o particular devem ser considerados. Assim, voltamos o olhar tanto para a unidade objetiva da cultura e quanto para a unicidade irrepitível da vida transcorrida.

O que é necessário salientar é que partimos de um horizonte teórico-metodológico, o dialogismo, com vistas à materialidade linguística. Bakhtin não propôs qualquer receita ou cartilha de como prosseguir, mas nos deu, entre outros, bons exemplos de teorização e análise: *Problemas da Poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, 2005), em que discutiu o que já havia sido dito por outros críticos sobre a obra literária desse prosador russo e formulou noções a partir do contato com os textos literários; as tarefas de compreensão mencionadas em *Fragmentos dos 1970-71* (BAKHTIN, 2003e) – compreender como o autor compreendeu e trazer ao nosso contexto; e os níveis de compreensão estabelecidos em *Metodologia das Ciências Humanas* (BAKHTIN 2003b). Já Voloshinov propôs método e análise do discurso citado em MFL (VOLÓCHINOV, 2017) e tratou da análise sociológica da palavra em *DVDA* (VOLOSHINOV/BAJTIN, 1997). Assim, tomando como exemplo a construção do conceito bakhtiniano de polifonia, este não está dado previamente para ser aplicado aos textos escolhidos, mas é a obra de Dostoiévski que leva Bakhtin (2005) à concepção de romance

polifônico (BRAIT, 2009).

Para este trabalho, há uma base conceitual de ato (BAJTIN, 1997), enunciado (BAKHTIN, 2003a; VOLOSHINOV, 2013) transmissão de discurso de outro (VOLÓCHINOV, 2017; AUTHIER-REVUZ, 1998; 2004a; 2012), porém construiu-se um método de análise dialógica não previamente, e sim por meio do contato com os documentos, observando neles o fenômeno do ato de representar discursos outros, que apontam novas articulações de ideias e noções acerca da interação verbal.

O próximo aspecto relevante de caracterização é a tipologia da pesquisa, que é documental: o procedimento de coleta de dados ocorreu, sobretudo, em fontes primárias, não produzidas especificamente para este trabalho, logo em seu estado de primeira publicação. Trata-se de documentos oficiais: atas dos Anais da Câmara Municipal de João Pessoa, copiadas do arquivo dessa instituição, e gravações em áudio e vídeo das sessões transmitidas ao vivo pela TV Câmara, do arquivo oficial de emissora pública de televisão. Os dados de fontes secundárias são as transcrições das sessões escolhidas para fins de análise, feitas a partir do áudio constante nos documentos mencionados anteriormente.

O plano amostral dos dados possui etapas para delimitação do material plenamente analisado. A primeira foi a da coleta dos textos das atas e dos documentos audiovisuais. Como nosso foco está nas atas contemporâneas, buscamos inicialmente apenas as sessões realizadas nas duas últimas legislaturas (2013-2016 e 2009-2012).

As sessões ordinárias ocorrem três vezes por semana de fevereiro a dezembro, com pausa em julho (cf. João Pessoa, 2003), logo, em média, há 110 (cento e dez) reuniões dessas por ano. Ainda que fossem seis meses apenas, teríamos em torno de 55 (cinquenta e cinco) atas, cada qual com cerca de 10 (dez) laudas para analisar, com os mais diferentes assuntos, ora com muitas, ora com poucas discussões. Assim, para filtrar melhor e atingir da pesquisa, fez-se necessário focar em temas que gerassem debates, sem deixar de contemplar assuntos transversais menos polêmicos. Devido a isso, com base em um conhecimento prévio e consulta ao histórico de notícias do sítio eletrônico da instituição, escolhemos o tema da educação pelas razões elencadas

Não há efetivamente um assunto único em cada sessão ordinária, pois as matérias legislativas bem como os pronunciamentos dos parlamentares são de livre iniciativa. Há, porém, problemas sociais que aparecem várias vezes durante certos espaços de tempo, repetindo-se em sessões consecutivas ou não. Assim, a escolha desse tema garantiu-nos tanto a análise da interação verbal, com maiores discussões, quanto a compreensão de sessões inteiras, com suas diferentes partes de discussão e de relatos – momento da leitura de

requerimentos, dos pronunciamentos dos parlamentares, de votação, de discussão de projetos. Ao escolhermos um específico, que aparece ao longo de 3 (três) a 5 (cinco) semanas, filtramos a quantidade de atas para cerca de 12 (doze), já que, entre elas, há sessões que não continuam após a abertura por falta de quórum.

Acerca do assunto escolhido, trata-se de área essencial para o cuidado do poder público, tanto que o texto constitucional garante-lhe a maior vinculação de despesa; 25% (vinte e cinco por cento) da receita líquida da União, Estados e Municípios, devem ser gastos com educação e saúde, respectivamente (cf. Brasil, 2014).

Entre as discussões dos últimos anos na CMJP, na área da educação, o assunto com quantidade de notícias no sítio oficial que proporciona um recorte mais claro é a greve de professores e servidores de educação da rede municipal.

As atas e audiovisuais desta segunda etapa de delimitação foram observadas, para o procedimento do terceiro corte: a escolha para transcrição daquelas em que os assuntos são rememorados – haja vista que há dias de sessões rápidas por falta de quórum ou razões inespecíficas, como falecimento de autoridade ou causas naturais. Assim, constituíram essa parte (oito) atas de sessões entre março e abril de 2015 – a quando aconteceu a greve de servidores da Secretaria de Educação – para efetivar os primeiros procedimentos comparativos inicialmente ao tempo que, nessa pesquisa de escuta do fenômeno, desenvolviam-se as categorias de análise, haja vista que a priori o que se tinha eram as formas e modificações ou variantes, conforme Authier-Revuz (2004a) e Volóchinov (2017). À medida que método amadurecia, focava-se cada vez mais apenas nas discussões a respeito da greve, de modo que, filtramos para 3 atas – que constam no anexo da tese. Alguns excertos foram destacados por sua menção à greve e outros para verificação conforme as partes da sessão. Assim, chegamos a 6 pronunciamentos, todos registrados na ata da da 16ª sessão ordinária de 2015, em 24 de março, com os seguintes tipos: 2 intervenções de Pequeno Expediente, 2 declarações de voto, 1 pronunciamento de Grande Expediente e 1 aparte.

O método de transcrição tem inspiração no sugerido por Marcuschi (1986), com as catorze formas de sinalizar as ocorrências de fala. Salientamos que nossa pesquisa, diferentemente daquelas para as quais tal método foi desenvolvido, não aborda técnicas de transcrição, retextualização, ou sobre análise da conversação em si. Interessa-nos as tomadas de posição do sujeito redator na ata, servindo o material transcrito como comparação, com foco na sua constituição como enunciado. Assim, uma série de regras foram dispensáveis, já que o turno é bem dividido e obedece a um ritual, com poucas sobreposições, pois o microfone é desligado quando o tempo do orador termina. Usamos o período como sinal de

pausas em uma intervenção oral e transcrevemos cada qual em parágrafo único, sempre iniciado pelo nome do orador seguido de dois-pontos, exceto em casos de longas interrupções.

Cada pronunciamento é apresentado em uma tabela com duas colunas, uma com o trecho da ata ao lado esquerdo, outro com o da transcrição a lado direito. Em alguns pronunciamentos, fizemos divisões internas com linhas que estabelecem a comparação por segmento transcrito e representado na ata, dadas as diferenças de sequência do conteúdo entre transcrição e ata. Para os procedimentos, então, usamos os códigos a seguir:

Tabela 3 - Legenda de Transcrição.

Legenda	Significado
(Segmento)	Início de trecho segmentado para fins de comparação com a ata.
[...]	Fim do segmento transcrito e início de outro não apresentado nestalinha.
[inint]	Trecho não compreendido com clareza
Ahãm, uhum	Interjeição de afirmação, de concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Tsi-tsi	Interjeição de negação
TEXTO EM CAIXA ALTA	Palavra ou expressão pronunciada com ênfase
Hí-fen	Palavra dita de modo silábico
“ ”	Trecho lido pelo orador.

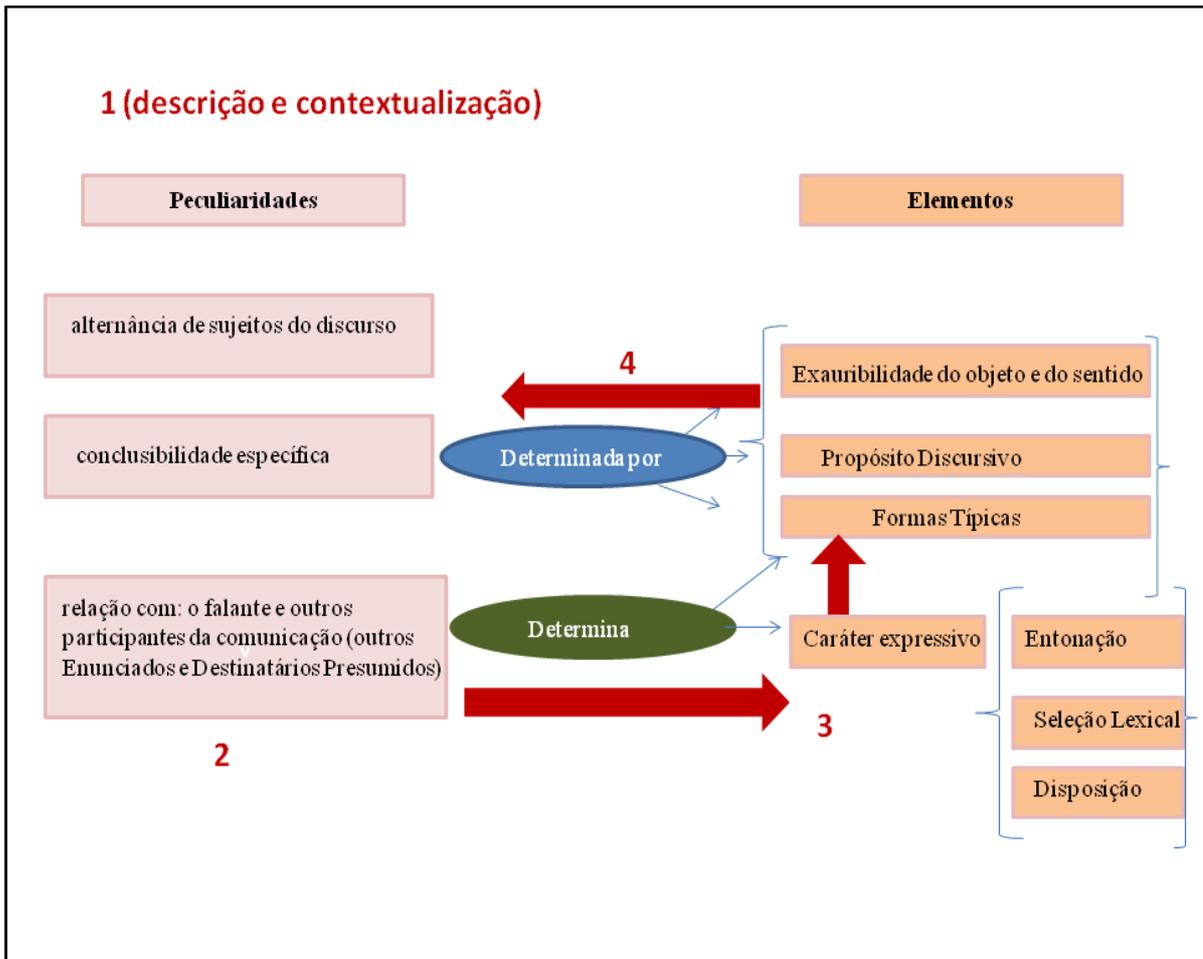
Fonte: elaboração própria a partir de Marcuschi (1986)

A análise dialógica de discurso foi realizada, então, com os seguintes passos: 1) descrição e apresentação da situação da interação verbal da sessão ordinária, contextualização dos debates; 2) explicitação dos elementos e peculiaridades do enunciado, a representação da sessão na ata, percorrendo a seguinte sequência: apresentação e análise das relações dialógicas do enunciado com o falante e demais participantes, destinatários presumidos e demais enunciados; 3) apontamento do caráter expressivo – tom, arranjo, seleção lexical e disposição de palavras – e das formas típicas; 4) análise de conjunção de formas típicas, propósito

discursivo e a exauribilidade de sentido, com o conseqüente acabamento do enunciado.

Com efeito, partimos das categorias lançadas como elementos e peculiaridades do enunciado de Bakhtin (2003a). Para melhor ilustrar, refazemos a figura apresentada capítulo 3, com as etapas em seqüência com os algarismos entre as setas:

Figura 9 - Percurso de Análise Dialógica a partir de Peculiaridade e Elementos do Enunciado.



Fonte: elaboração própria

Antes de apresentar as análises de cada excerto, convém elencar as relações dialógicas verificadas tanto na transcrição quanto na ata, já que constituem o peculiar da pesquisa que não se pode pormenorizar previamente quando da discussão teórica, por não constituir uma unidade dada a priori – como são, por exemplo, as formas de transmissão como DD e DI.

6.1 RELAÇÕES DIALÓGICAS NAS SESSÕES PLENÁRIAS E NAS ATAS

Uma das peculiaridades do enunciado é a relação dialógica deste com o falante e os demais participantes da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2003a), a saber, o destinatário presumido e outros enunciados – sejam passados ou futuros. Constituem, então, duas categorias de divisão de tipo das relações:

Quadro 2 - Relações dialógicas nos pronunciamentos.

<p>Relações Dialógicas com destinatário presumido</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contiguidade; - Tradução de Domínio Discursivo; - (Des)qualificação de terceiro <p>Relações Dialógicas com outros enunciados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acordo ou desacordo; - Complementação/ explicação; - Divisão e seleção; - Resposta antecipada; - Apropriação

Fonte: elaboração própria

As relações com o destinatário presumido são estabelecidas para facilitar sua compreensão, haja vista a existência de ritos e normas do processo legislativo e do andamento da sessão. Em geral, há um superdestinatário que é o público – potencial eleitor – que acompanha a sessão *in loco*, pela televisão ao vivo, em reprises, em trechos editados em reportagens, em trechos de vídeo nas redes sociais do vereador ou de blogs de política, etc. Por vezes, há uma segregação desse grande público, que é especificado em grupos: moradores de um bairro, usuários de certos equipamentos públicos, entre outros, inclusive, classe de servidores, como é o caso contemplado no *corpus*.

A relação de contiguidade consiste na colocação de termos e expressões de um mesmo domínio discursivo comum ao destinatário. Já a tradução de domínio discursivo acontece por meio de analogias, comparações, metáforas, metonímias com o objetivo de dar conhecimento de fatos que seriam ditos dentro de um domínio estranho ou menos familiar ao

destinatário. A (des)qualificação de terceiro é estabelecida pela caracterização positiva ou negativa de um terceiro participante da comunicação discursiva. Convém esclarecer que pode ser um dos interlocutores no campo linguístico, posto que, por vezes, na sessão, o vereador dirige-se a um colega em sentido estrito da comunicação, mas é a outro que visa a comunicar-se, entrando, então, em relação dialógica. De maneira geral, foi constatado que os pronunciamentos dos vereadores buscam aproximação com o público – nos casos analisados nas seções seguintes, com os servidores de Secretaria de Educação –, já o discurso da ata estabelece relação dialógica de contiguidade com a administração pública, com criação de seções, subseções e blocos de texto iniciados com termos próprios do processo legislativo.

O segundo grupo de relações dialógicas é o das que ocorrem com outros enunciados com os quais os pronunciamentos parlamentares relacionam-se, que são, além das falas anteriores dos pares, notícias a respeito da greve, notas do sindicato, da prefeitura, além da resposta futura, imaginada em decorrência do conhecimento da situação, da opinião pública generalizada ou da classe de servidores da Secretaria de Educação.

Com efeito, o enunciado entra em acordo ou desacordo com outro, pode também reafirmá-lo e ainda complementar, para que seja melhor entendido. Já a relação de divisão e seleção consiste em desagrupar conteúdos do discurso outro, trazendo apenas o que melhor serve aos propósitos do enunciado em elaboração. A resposta antecipada é uma refutação ou uma explicação cuidadosa a indagações não realizadas materialmente, mas presentes na constituição do enunciado. Já a apropriação é a tomada de um discurso de outro não como menção a outro e sim como sendo próprio, de modo que sujeito falante se põe no mesmo domínio social de determinado grupo.

Elencadas, então, as relações dialógicas com os elementos da comunicação discursiva, apresentamos as análises realizadas.

6.2 APRECIÇÃO DE REQUERIMENTO DE AGENDAMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE GREVE DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO

Esta sequência de análise é das intervenções proferidas na apreciação de requerimento de solicitação de agendamento de audiência pública para discutir a educação pública do Município de João Pessoa. Convém esclarecer que o requerimento não constava na pauta, ou seja, não havia sido registrado eletronicamente com a antecedência necessária, tanto que, como não foi aprovado, é possível constatar em pesquisa ao Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), no portal eletrônico da CMJP, que não há, no ano de 2015,

requerimento sobre tal assunto apresentado pelo autor que consta na ata e no áudio – transcrição. Não à toa, registra-se o caráter excepcional da apreciação e o requerimento sequer ganhou um número.

O assunto da audiência pública solicitada é a greve de servidores públicos da Rede Municipal de Ensino, iniciada onze dias antes da realização do pedido. Após a leitura comum dos documentos do Pequeno Expediente, foi solicitado que se colocasse excepcionalmente tal requerimento em apreciação. Nesse dia, as galerias contavam com a presença de vários professores, supervisores e demais profissionais, mencionados em diversas falas dos parlamentares e ouvidos, por vezes, nitidamente, ao fundo na gravação de áudio da sessão.

O requerimento foi colocado em votação pelo presidente e foi recusado pela maioria dos presentes. Destacamos, então, alguns trechos da discussão e da declaração de votos.

6.2.1 Intervenção 1: vereador Lucas de Brito – autor do requerimento

As discussões começam com o pedido, no Pequeno Expediente, de inclusão em pauta de um requerimento que agenda a audiência pública com os secretários de finanças e educação:

Ata – 16 SO 24.03.2015	Transcrição
<p>O sr. vereador Lucas de Brito saudou os profissionais da educação que estão presentes na presente sessão, e solicitou que fosse acrescentado e apreciado, extraordinariamente, um requerimento que solicita uma audiência pública para discutir a situação da educação no município de João Pessoa e do Sitem⁵¹.</p>	<p>Vereador Lucas de Brito: Senhor Presidente, quero iniciar minhas palavras dando as boas-vindas aos professores, aos profissionais em educação que vieram prestigiar a nossa sessão ordinária da Câmara Municipal de João Pessoa e pedir a atenção especial de Vossa Excelência, da mesa diretora, para incluir em pauta um requerimento que pede o agendamento de uma audiência pública para debater a situação da educação no município de João Pessoa e as reivindicações do Sitem⁵². Nós tomamos conhecimento, Senhor Presidente, de que no dia vinte de março a presidência do Sitem encaminhou a esta casa um ofício, solicitando essa audiência pública e na data de ontem os vereadores Raoni Mendes e Renato estiveram presentes nas manifestações pacíficas e ordeiras que os professores realizaram.</p>

⁵¹ O nome o sindicato foi publicado com erro de grafia na ata.

⁵² Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

	Presidente Vereador Durval Ferreira: Conclua.
	Vereador Lucas de Brito: E aí essa reivindicação foi novamente manifestada na data de ontem, os vereadores nos comunicaram em nome dos demais vereadores da casa. Eu estou apresentando esse requerimento, pedindo para ser incluído em pauta e pedindo aos colegas parlamentares que, até como um gesto de atenção aos professores que vieram à nossa sessão ordinária, nós aprovemos esse requerimento e façamos no dia solicitado, no dia vinte e seis de março, às dez horas da manhã... onze horas da manhã, essa audiência pública para discutir a situação da educação no município de João Pessoa e as reivindicações do Sintem, convocando, na verdade, convidando os secretários das finanças e o secretário da educação do município de João Pessoa. Peço a aprovação, Senhor Presidente. Obrigado

Iniciemos discorrendo acerca da relação do enunciado com o falante e demais participantes no discurso a ser representado. O enunciado transcrito é um pedido oral ao presidente para inclusão de matéria na pauta: requerimento de realização de audiência pública para tratar de questões educacionais. Por questões ritualísticas, é endereçado a quem preside a sessão, mas os interlocutores mencionados, a quem o vereador registra cumprimentos, constituem os participantes efetivos, são eles os interessados no objeto da solicitação, é a eles a quem o vereador fala. Assim os destinatários presumidos são os profissionais da rede municipal de ensino.

O contexto mostra que é difícil que aconteça o agendamento de uma audiência pública com a secretária de educação e com o secretário da receita, em plena greve de servidores, a pedido de um membro da bancada minoritária de oposição ao chefe do Poder Executivo, por um meio que não cumpre o rito regimental. Fosse um pedido em reunião privada, obviamente, seria de outro jeito, mas trata-se de reunião pública transmitida em canal de televisão aberto, pela internet e com espaço físico aberto. Os demais participantes, geralmente, constituem uma massa indefinida, a quem se pode chamar de povo, população, conterrâneos, cidadãos... No caso em tela, eles são mais bem definidos, são servidores públicos da Secretaria Municipal de Educação, ou seja, professores, secretários escolares, psicólogos, supervisores pedagógicos, assistentes sociais, que, em tese, não conhecem o regimento da Casa e querem resolver a situação que desencadeara o movimento paredista.

A sessão ordinária é bastante ritualística, logo, vista como gênero possui, como vários outros, tipos relativamente estabilizados em seu interior. Neste caso, trata-se de um requerimento oral, realizado durante o Pequeno Expediente, o qual tem necessariamente um objeto do pedido e uma justificativa. Por ser também a primeira intervenção oral do vereador na sessão, ele realiza um cumprimento, porém não protocolar – aos pares –, ou genérico como um “Bom dia”, mas dirigido aos servidores, devidamente nomeados de forma parecida com a expressão de seu sindicato: “em educação”. Com efeito, o pronunciamento possui uma relação de empatia entre o vereador e seu destinatário presumido, por exemplo, ao tratar por “profissionais em educação que vieram prestigiar a nossa sessão ordinária”.

Entre as relações dialógicas estabelecidas entre o enunciado e o destinatário presumido está a de contiguidade, ou seja, há palavras e expressões que formam um campo semântico específico que é do conhecimento do destinatário, a partir da antecipação que o sujeito falante – o vereador – realiza. Destacamos as expressões “profissionais em educação”, “reivindicações do Sintem” e “manifestações pacíficas e ordeiras”, que pertencem ao campo comum do domínio sindical.

A primeira é uma variação de “trabalhadores em educação”, termo utilizado vastamente pelos sindicatos, inclusive o do caso em tela e, conforme mostrado em seção mais adiante, o mesmo vereador fala em outro momento a expressão tal qual consta no nome da entidade. O detalhe da preposição “em” no lugar de “de/a” demonstra, pelo menos, um maior conhecimento de como o grupo se denomina. A contiguidade aqui não é meramente textual, na acepção da materialidade do texto, pois não se trata de uso de adorno estilístico para evitar repetições de termos, mas é a contiguidade dialógica, envolvendo, portanto, um elemento do enunciado – e não da frase ou oração – mais especificamente o destinatário, o corpo de servidores públicos municipais da área educacional.

Já a expressão “reivindicações do Sintem” demonstra a concordância com o destinatário presumido por meio da seleção lexical. Não são reclamações quaisquer de um grupo desorganizado, o termo “reivindicação” designa a reclamação a que se postula um direito, e a identificação do sindicato confere autoridade institucional ao coletivo. Ademais, convém observar que tal expressão – ou sinônima – não consta no requerimento lido pelo Primeiro Secretário – apresentado em seção mais à frente. Assim, ao pedir ao Presidente que aprecie o requerimento, o vereador cita um objeto diverso, posto que no texto consta uma expressão genérica “situação da educação em João Pessoa”, fato que demonstra quem é o principal destinatário do enunciado.

Ao mencionar as manifestações, além de estabelecer a relação de contiguidade com

fatos e palavras comuns ao destinatário presumido, o vereador ainda qualifica positivamente estabelecendo mais empatia com os servidores. Ademais, são incluídos como participantes de tal evento dois colegas vereadores da bancada de oposição, que têm, então, seus nomes ligados à defesa dos servidores públicos. Toda a relação de contiguidade, enfim, gera empatia entre o vereador e o destinatário presumido.

A intervenção do vereador remete-se explicitamente a um ofício do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, com o qual estabelece relação dialógica de menção e seleção. Nesta relação, o sujeito falante destaca alguns elementos do enunciado anterior e consequentemente omite outros, por não se considerar adequada menção, pelo menos no primeiro momento, a fim de cumprir os propósitos do enunciado em desenvolvimento.

O requerimento do Sintem menciona os secretários a serem convidados e a expressão que consta também no pedido do vereador “debater a situação da educação em João Pessoa”, porém omite uma afirmação contra a qual a bancada do governo seria: “sobretudo o impasse estabelecido pela Prefeitura quanto a um diálogo propositivo [...]”. Assim, o vereador, em tal momento, não imputa à gestão municipal qualquer culpa pelo impasse nas negociações, evitando-se, até então, qualquer tom belicoso contra o governo.

Imagem 2 - Ofício do SINTEM à CMJP.



Fonte: Disponível em <https://sitemjp.org.br/noticias/a-luta-continua-com-participacao-e-luta-agora-e-a-vez-da-camara-mostrar-de-que-lado-esta>

Há um percurso de omissão de termos que gerem embates na circulação dos enunciados: 1) requerimento do Sintem; 2) requerimento escrito do vereador para agendamento da audiência; 3) requerimento oral do vereador para que requerimento de agendamento seja extraordinariamente pautado na sessão. Embora a ordem cronológica de elaboração seja essa, 3 é conhecido antes de 2. Em 1, há a afirmação de que a Prefeitura gera impasse, já 2⁵³ está no padrão de requerimentos de agendamento, e omitem-se menções ao sindicato e conseqüentemente ao confronto com o governo, estando o documento, assim, mais possível de aprovação pelo plenário sem necessidade de destaque. Convém explicar que os requerimentos, por serem em grande quantidade, são aprovados em bloco, de modo que uma redação que evite ataques à Prefeitura passa mais facilmente despercebida pela bancada do governo. No entanto, os servidores públicos foram à Câmara, assim o requerimento oral para

⁵³ “Requeiro, na forma regimental e após apreciação do plenário, que a Casa Napoleão Laureano registre em atas dos trabalhos e aprove audiência pública a ser realizada no dia vinte e seis de março de dois mil e quinze, às onze horas, no plenário da Câmara Municipal de João Pessoa, para debater a situação da educação em João Pessoa. Convidando-se os secretários municipais das finanças e da educação” (transcrito da fala do Primeiro Secretário, apresentada em seção posterior da tese).

inclusão de pauta torna a mencionar as reivindicações e o sindicato.

Com efeito, a intervenção oral do vereador estabelece relação de complementação/explicação com o requerimento escrito, já que este é endereçado aos pares e visa a ser neutro e o menos polêmico possível, para não sair do bloco dos aprovados simbolicamente, logo “discutir a situação da educação em João Pessoa” é complementada com “reivindicações do Sintem”.

Conforme a acepção de enunciado de Bakhtin (2003a) – e o esquema apresentado em figura no capítulo 3 –, as relações dialógicas entre os participantes da comunicação determinam o caráter expressivo e as formas típicas.

A entonação é de empatia com os servidores públicos e com os dois colegas mencionados, tanto que a justificativa se alonga em uma narrativa que qualifica as manifestações grevistas positivamente e salienta participação desses edis nos eventos bem como fala da reiteração no dia anterior do pedido realizado pelos servidores para realização de audiência pública e conclui especificando a data, hora e os dois secretários a serem convocados ou convidados. Sobre essa retificação feita pelo próprio vereador, convém esclarecer que a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno conferem à Câmara Municipal poder de convocar secretário do Município para prestação de esclarecimentos cabíveis em audiência pública. Por outro lado, para audiências sobre certos projetos em tramitação ou sobre assuntos específicos, alguns secretários municipais – assim como membros de outros órgãos – são convidados, conforme o caso. O requerimento em questão revela ser de segundo tipo, logo os dois secretários não seriam obrigados a comparecer à audiência.

O timbre expressivo da palavra, ou seja, a entonação, é volitiva e emocional, logo a disposição na sequência de: menção à presença dos profissionais/ trabalhadores, o destaque na saudação, a síntese do pedido de realização de audiência com a menção das reivindicações do sindicato constitui também objeto. Soma-se à justificativa em narrativa acerca da origem do pedido pelo sindicato e das manifestações classificadas como ordeiras, de modo que tudo isso apresenta os servidores como defensores de causa justa.

Na escolha de algumas palavras e expressões, ou seja, na relação dialógica de contiguidade entre o falante e o destinatário presumido bem como na relação de complementação com o enunciado requerimento escrito e de seleção com o enunciado ofício do Sintem, é desenvolvida a entonação de empatia e adesão à causa dos servidores: “profissionais em educação”; “reivindicações do Sintem”, “manifestações pacíficas e ordeiras que os professores realizaram”; “até como um gesto de atenção aos professores”.

O propósito discursivo em questão não é propriamente apenas o que está textualmente anunciado, a inclusão em pauta e a aprovação de um requerimento que agenda audiência pública, mas a demonstração aos servidores presentes de que se está apoiando a causa defendida por eles. Já a exauribilidade específica do sentido e do objeto está na circunscrição do gesto de momento: o pedido de inclusão de pauta, e não ainda o que é feito mais adiante na sessão, críticas ao prefeito, à situação da educação pública, aos demais pares, ou seja, fecha-se o enunciado com o tema do pedido sem ainda recorrer a outros. Nesse caso, por mais que se possa antecipar a possível derrota, seja pela bancada minoritária, seja pelo vício regimental, é necessário, para tal vereador, que surja o requerimento e que seus interlocutores saibam que alguém o fez por eles.

Esse ato responsável possui uma arquitetura cuja imagem do que o *eu* quer construir para o *outro* é a do parlamentar que escuta um grupo específico e representa a classe, que é capaz de trazer os responsáveis ao debate. Já o outro é perceptível ao parlamentar como aquele que precisa de alguém que resolva um problema, a greve, e no caso específico, que traga duas pessoas-chave com a responsabilidade técnica para tratar do assunto.

6.2.1.1 A transmissão na ata

Como um gênero de RDO, a ata constitui enunciado que fala de outro, no caso, o pronunciamento, o requerimento oral do vereador. Entre os participantes da comunicação, o falante é o redator, chancelado pela Mesa Diretora, e posteriormente pelos demais vereadores, quando da aprovação da ata na sessão seguinte. Elaborar registros e atas constitui ofício do falante do enunciado, o qual, neste caso, visa a registrar o requerimento oral, ou seja, a forma típica identificada dentro das possibilidades regimentais, a qual é expressa na zona do DI, com dois verbos *dicendi* e paráfrase: a primeira sem necessidade de oração subordinada – “saudou os profissionais [...]”; a segunda com um verbo *dicendi* que parafraseia a ação anunciada do falante do DO em seu dizer – “solicitou que fosse acrescentado e apreciado [...]”, logo resumem-se alguns pontos do pronunciamento e excluem-se outros.

Há, portanto, uma nova configuração de participantes da comunicação, com alteração do destinatário presumido e o destinatário presumido representado. O redator tem como destinatário presumido o próprio parlamentar cujo pronunciamento é registrado, além da instituição, já que o documento pode ser revisado tanto pela Mesa Diretora quanto em plenário, sobretudo pelo orador. Por se tratar de um gênero da RDO, a ata busca representar a

sessão, logo almeja-se reproduzir que nesta aconteceu. E aqui há a mudança que gera outras nas relações dialógicas: formalmente, o vereador dirigiu-se ao Presidente, e não aos servidores. Convém, então, registrar as relações dialógicas presentes na ata e alterações ocorridas por causa da transmissão.

Conforme anotado, o destinatário presumido é diferente daquele da intervenção oral, logo a relação dialógica de contiguidade não se estabelece por expressões do domínio sindical, mas da própria rotina da casa legislativa. Para melhor compreender, colocamos de novo a o quadro de ata e transcrição, separando dois momentos: a saudação e o pedido:

Ata – 16 SO 24.03.2015	Transcrição
O sr. vereador Lucas de Brito saudou os profissionais da educação que estão presentes na presente sessão,	Vereador Lucas de Brito: (Segmento A) Senhor Presidente, quero iniciar minhas palavras dando as boas-vindas aos professores, aos profissionais em educação que vieram prestigiar a nossa sessão ordinária da Câmara Municipal de João Pessoa
e solicitou que fosse acrescentado e apreciado, extraordinariamente, um requerimento que solicita uma audiência pública para discutir a situação da educação no município de João Pessoa e do Sitem.	(Segmento B) e pedir a atenção especial de Vossa Excelência, da mesa diretora, para incluir em pauta um requerimento que pede o agendamento de uma audiência pública para debater a situação da educação no município de João Pessoa e as reivindicações do Sintem.

Na saudação transmitida pela ata, há o apagamento da aproximação e da empatia entre vereador e servidores, que não mais são “em educação”, mas “da educação”, bem como não mais “prestigiam”; estão “presentes”. Por outro lado, no trecho do pedido, “gostaria de pedir [...] para incluir em pauta” é transmitido como “solicitou que fosse acrescentado e apreciado, extraordinariamente”, há uma tradução para o domínio do rito processual legislativo, pois na ata esclarece-se que a inclusão em pauta abrange a apresentação e apreciação. Ademais, o vereador não qualifica seu requerimento como extraordinário, o surgimento da tal palavra na ata acontece devido a relação institucional, que, neste caso, explicita um dado importante não revelado de início no pronunciamento: o pedido foge à ordem prevista, ou seja, a da pauta regimental. Assim, o enunciado da ata complementa e explica termos do enunciado-fonte, que não constavam por, entre outros motivos possíveis, não serem necessários para a empatia entre vereador e servidores, ao passo que regimental e processualmente torna mais fato mais compreensível para o destinatário presumido da redação oficial, qual seja, a administração e o interesse públicos.

Na comparação dos trechos, é notória, na ata, a omissão de toda a justificativa do pedido, em que se destacam os colegas de bancada, qualificam-se positivamente as

manifestações e se pede o voto como um gesto de atenção aos servidores presentes. As marcas da relação dialógica de contiguidade, neste caso, não são alteradas, mas até apagadas.

No caráter expressivo do redator, percebem-se alterações. A entonação de empatia existente no pronunciamento é alterada para um tom de institucionalidade, de respeito ao regimento, afasta a empatia do político junto ao povo. O tom de impessoalidade é destacado inclusive na expressão “presente sessão” e lugar de “nossa sessão”, pois, enquanto o vereador qualifica a sessão com um possessivo na acepção familiar, de fazer parte da sessão e de realizá-la, o redator marca o aqui-agora de sua redação concomitante à sessão, porém estabelece um eu que observa, mas não faz parte. Além disso, o redator não compartilha desse horizonte de avaliação comum entre o parlamentar e seus interlocutores e parece realizar uma correção, haja vista que “de educação” atende à norma-padrão.

O propósito discursivo do falante da ata sempre é o de registro, porém não de tudo e, neste caso, não é de estabelecimento de relação empática do parlamentar com o povo presente. Assim, o enunciado possui uma exauribilidade de sentido que circunscreve aquilo que é relevante do ponto de vista da instituição, logo apresenta-se o requerimento oral e seu objeto, omite-se a justificativa e acrescenta-se o que não fora dito no pronunciamento, mas depreendido da compreensão prévia do regimento e da prática ordinária da apreciação de matérias naquela parte da sessão, e é relevante para a compreensão do debate: a informação de que a apreciação do requerimento seria extraordinária.

A forma de transmissão é por paráfrase e predicação de verbo *dicendi* (AUTHIER-REVUZ, 2004a), ou seja, porDI: “O sr. vereador Lucas de Brito saudou [...] e solicitou que [...]”. Neste caso, os elementos afetivos e entonacionais do falante do pronunciamento, o enunciado-fonte, não são transpostos e alguns se tornam conteúdo, logo se trata da variante analítico-objetal (VOLÓCHINOV, 2017), porém há uma peculiaridade a mais: a entonação e a afetividade são alteradas, por causa da alteração de destinatário presumido e podem ser verificadas na comparação com a transcrição, algo possível apenas em situações como esta em que se tem acesso ao enunciado-fonte, diferentemente de como é proposto por Volóchinov (2017), que o fazia em textos literários.

Convém anotar a noção de refração presente na tipificação de discurso bivocal de orientação única (BAKHTIN, 2005), pois as intenções do autor da ata estão refratadas em novas palavras supostamente ditas pelo vereador conforme o esquema sintático. A paráfrase realizada com os acréscimos de “extraordinariamente”, “acrescentado e apreciado” e as omissões das qualificações positivas mostram uma fala de parlamentar mais preocupado em explicar o processo que em angariar a simpatia dos servidores públicos.

O ato do redator está sob a arquitetura em que seu outro é primeiramente a própria instituição e, em segundo plano, o parlamentar cujo pronunciamento registra. Já os servidores públicos a quem o parlamentar dirige-se constituem assunto de uma fala, mas não adquirem estatuto de participante da comunicação no enunciado da ata.

Resume-se, então, a análise no quadro:

Quadro 3 - Elementos da RDO – Intervenção 1.

<p>L – Enunciador e locutor da ata: redator, chancelado pela Mesa Diretora. II – locutor do pronunciamento: “Sr. Vereador Lucas de Brito” In – interlocutores da ata: II, Mesa, demais vereadores; in: interlocutores do pronunciamento: In, servidores públicos da secretaria de educação M – mensagem caracterizada como RDO: saudou os profissionais[...] e solicitou que [...] Forma: DI (Predicação de verbo <i>dicendi</i> e paráfrase) (verbo <i>dicendi</i>+ oração subordinada substantiva objetiva direta) Variante: analítico-objetal, com alteração de arranjo e diminuição do tom. Compreensão comum: os servidores públicos da Secretaria de Educação estão presentes, há um pedido de apreciação de requerimento de interesse deles, o qual descumpra o regimento; é excepcional; outras vezes já aconteceu. Avaliação comum: o pedido é excepcional; Avaliação de L: o pedido é antirregimental; Avaliação de II: o pedido é possível; atendê-lo é uma atenção com os servidores Relações Dialógicas na Transcrição: 1) Destinatário Presumido: contiguidade com o domínio sindical 2) Enunciados: seleção, com o Ofício do Sintem; complementação/explicação: com o requerimento escrito do próprio vereador. Relações Dialógicas na ata: 3) Destinatário Presumido: contiguidade com o processo legislativo; 4) Enunciado-fonte: complementação/explicação do domínio do processo legislativo; omissão da relação 1.</p>

Fonte: elaboração própria

6.2.2 Intervenção 2: vereador Benilton Lucena – primeiro secretário

A segunda intervenção destacada para análise é do primeiro secretário, ou seja, de um parlamentar membro da mesa diretora, em seu ofício de auxílio à presidência dos trabalhos, que, a pedido do presidente, realiza a leitura do requerimento do vereador Lucas de Brito.

Ata – 16SO 24.03.2015	Transcrição
O 1º secretário leu o requerimento de autoria do vereador Lucas de Brito, que solicita audiência pública no próximo dia 26 de março, às 11h, mas justificou que, regimentalmente, o	1º Secretário Vereador Benilton: Senhor Presidente, o requerimento do vereador Lucas de Brito, nós vamos fazer a leitura e, conforme determina o nosso regimento, ele só poderá ser colocado pra

<p>requerimento seria apenas lido e apreciado na próxima sessão.</p>	<p>aprovação no dia seguinte. Isso já foi determinado, inclusive, no último requerimento apresentado nesta casa. Então, fazendo a respectiva leitura. Eu vou fazer a leitura do requerimento do vereador Lucas de Brito.</p> <p>"Requeiro, na forma regimental e após apreciação do plenário, que a Casa Napoleão Laureano registre em atas dos trabalhos e aprove audiência pública a ser realizada no dia vinte e seis de março de dois mil e quinze, às onze horas, no plenário da Câmara Municipal de João Pessoa, para debater a situação da educação em João Pessoa. Convidando-se os secretários municipais das finanças e da educação."</p> <p>Esse é o requerimento, Senhor Presidente, já feito a respectiva leitura e, conforme o nosso regimento, para aprovação ou não no dia de amanhã.</p>
--	---

A relação deste enunciado com o sujeito é de legitimação, pois só no exercício da secretaria dos trabalhos é que se pode realizar leituras e dar informes a pedido do presidente. Não se trata, portanto, de um parlamentar que fala em nome de seu mandato, mas em nome da administração da casa. Em suas intervenções, por isso, aparecem representações de trechos ou interpretações do regimento interno da Casa, além de leituras expressas de documentos constantes na pauta, como é o caso em questão no trecho transcrito entre aspas.

O Primeiro Secretário, conforme consta em trechos posteriores da ata, é um professor e ex-presidente do Sintem, logo fala a dois tipos de pares: os vereadores, para instruir a sessão conforme determinação do Presidente da Câmara, e aos servidores da Secretaria de Educação para explicar o rito que acontece. A relação de contiguidade com o domínio do processo legislativo é deixada de lado e lançam-se marcas da relação dialógica de tradução de domínio discursivo, em que se gasta mais tempo e palavras com a explicação de fatos, seja por analogia ou breve narrativa, que é o caso em questão. Por três vezes, deixa-se claro que se trata apenas de leitura e, por duas, que a apreciação só deve ocorrer no dia seguinte – ambas as menções com modalização em asserção segunda (MAS) (AUTHIER-REVUZ, 2004a), com apelo à autoridade do Regimento Interno.

Destacamos quatro enunciados com o qual a fala do secretário mantém relação dialógica, quais sejam: 1) o requerimento oral do vereador Lucas de Brito para pautar o requerimento escrito; 2) o requerimento escrito de agendamento de audiência pública; 3) o

Regimento Interno; 4) as possíveis objeções dos colegas servidores da Secretaria de Educação.

O requerimento oral, constante na seção anterior, dá expectativas positivas aos servidores, mas o regimento não e quem deve aplicá-lo primeiramente é a Mesa Diretora, porém, por mais simples que seja fazê-lo, posto que não se trata de dúvida complexa, pois o requerimento sequer tem numeração, porém trata-se de assunto sensível não ao cargo de primeiro secretário, mas à pessoa que este ocupa: um professor de rede pública municipal, que em tal momento encontra-se diante vários colegas que deverão ter um pleito recusado por, entre outras pessoas, ele mesmo.

Assim, há uma relação dialógica de desacordo com o pedido oral do vereador Lucas, que solicitara minutos antes apreciação de um requerimento que não constava até então no sistema eletrônico nem para ser lido, ao reiterar que leitura e apreciação não ocorrem no mesmo dia. Do mesmo modo, está em desacordo com o possível enunciado futuro de acusação de ter prejudicado sua classe, por isso recorre duas vezes à autoridade do Regimento Interno e ainda menciona uma decisão da Mesa Diretora em caso recente, é uma resposta antecipada, portanto.

O caráter expressivo, que é determinado por tais relações, é composto por uma entonação de oficialidade e de autoridade; por uma seleção e disposição lexical que refletem isso: “conforme determina o regimento, ele só poderá ser colocado para aprovação no dia seguinte; “isso já foi determinado” e, após a leitura, a reiteração da recorrência ao regimento. No primeiro destaque, trata-se de uma modalização em asserção segunda (MAS), de recorrência à autoridade regimental, sob uma afirmação vedativa. No segundo, o falante traz uma lembrança para ratificar a prática mencionada.

Salienta-se que o primeiro secretário só iniciou a leitura, por concessão do presidente, após aprovação em bloco dos requerimentos não destacados. Assim, pela norma apresentada pelo primeiro secretário, podia o presidente recusar de plano o pedido do vereador Lucas, mas pediu a leitura, concedeu, em questão de ordem, a palavra a outro vereador – vereador Sérgio da SAC, que argumentou contra a apreciação do requerimento – e reiterou ao primeiro secretário que lesse a matéria. Ao pedir a leitura após a contestação, o presidente dá ao requerimento oral o mesmo estatuto dos requerimentos lidos anteriormente, já que a condição para ser lido e não apreciado é ausência do autor. No entanto, o presidente não anunciou explicitamente deferimento ou não ao primeiro pedido, ou seja, o de inclusão na pauta, porém pedir leitura é um gesto de colocar em pauta. Como não houve menção direta, o primeiro secretário explicitou que não podia apreciar, logo a disposição das palavras é

realizada de modo que a leitura do requerimento é antecedida e sucedida pela palavra de autoridade com menção ao regimento.

Fosse um vereador qualquer, poderia ser um pedido de cumprimento das normas, uma questão de ordem, como foi do vereador que antecedeu o primeiro secretário, porém se trata daquele que auxilia diretamente o presidente na aplicação da norma, logo o tom de autoridade e legalidade é impresso pelo arranjo de tais formas. Por outro lado, a reiteração e o tom didático são consequência da resposta antecipada às objeções dos colegas servidores.

O propósito discursivo de tal enunciado é a não apreciação do requerimento na sessão do dia, vitória da bancada governista de que o Primeiro Secretário faz parte, e concessão de justificativa plausível aos colegas servidores: o cumprimento da ordem regimental. O sentido do enunciado é construído em meio ao enquadramento da leitura do requerimento, a qual é delineada pelo enfraquecimento de tal ação, quando o secretário tenta marcara sua própria invalidade, pelas formas apresentadas: “[...] conforme determina o nosso regimento, ele só poderá ser colocado pra aprovação no dia seguinte. Isso já foi determinado, inclusive, no último requerimento apresentado nesta casa [...]”; “[...] já feito a respectiva leitura e, conforme o nosso regimento, para aprovação ou não no dia de amanhã”.

6.2.2.1 A transmissão na ata

Na ata, sujeito falante é o redator, e os demais participantes são o primeiro secretário, vereador Benilton, o autor do requerimento lido, vereador Lucas de Brito e a própria administração pública, representada pela Mesa Diretora. Mais uma vez, destaca-se aqui que a entonação de oficialidade é mantida, porém a repetição é abandonada por não ser um elemento desse tipo de enunciado, ou seja, a ata, ao contrário do pronunciamento oral, preza pela síntese. Desse modo, os segmentos A, C e D, da transcrição, que se referem à ação da leitura e seu conteúdo, resumem-se em um relato objetivo, e a ponderação de que a apreciação do requerimento só poderia acontecer na sessão seguinte, constam nos segmentos B e E, conforme quadro abaixo:

Ata – 16SO 24.03.2015	Transcrição
O 1º secretário leu o requerimento de autoria do vereador Lucas de Brito, que solicita audiência pública no próximo dia 26 de março, às 11h,	1º Secretário Vereador Benilton: (Segmento A) Senhor Presidente, o requerimento do vereador Lucas de Brito, nós vamos fazer a leitura (segmento B)[...] (Segmento C) Então, fazendo a respectiva leitura. Eu vou fazer a leitura do

	<p>requerimento do vereador Lucas de Brito. "Requeiro, na forma regimental e após apreciação do plenário, que a Casa Napoleão Laureano registre em atas dos trabalhos e aprove audiência pública a ser realizada no dia vinte e seis de março de dois mil e quinze, às onze horas, no plenário da Câmara Municipal de João Pessoa, para debater a situação da educação em João Pessoa. Convidando-se os secretários municipais das finanças e da educação."</p> <p>(Segmento D) Esse é o requerimento, Senhor Presidente, já feito a respectiva leitura</p> <p>(Segmento E)[...]</p>
<p>mas justificou que, regimentalmente, o requerimento seria apenas lido e apreciado na próxima sessão.</p>	<p>(Segmento A)[...]</p> <p>(Segmento B) e, conforme determina o nosso regimento, ele só poderá ser colocado pra aprovação no dia seguinte. Isso já foi determinado, inclusive, no último requerimento apresentado nesta casa.</p> <p>(Segmento C) [...]</p> <p>(Segmento D) [...]</p> <p>(Segmento E) e, conforme o nosso regimento, para aprovação ou não no dia de amanhã.</p>

A disposição das palavras e expressões segue a expressividade oficial e sintética da ata. Segue, então, o apontamento das relações dialógicas na ata.

O destinatário presumido da ata é sempre a própria administração pública e o parlamentar que tem a fala registrada, conseqüentemente por ser um enunciado sobre enunciado, os elementos daquele que é transmitido também ecoam. Tal que no trecho da seção anterior, há uma menor preocupação em estabelecer empatia com os servidores públicos, porém há o princípio de interesse público de publicizar atos com eficiência. Assim, se por um lado, o caráter sintético da ata faz o redator eliminar as repetições – que corroboram a relação de tradução de domínio discursivo –, por outro, não o impedem de refratar as intenções do primeiro secretário na palavra do relato, registrando a fala não com um verbo *dicendi* meramente declarativo, mas com um qualificador do próprio dizer: “justificou”. Desse modo, não se registra apenas que o secretário disse que o requerimento somente seria lido, mas que “justificou, regimentalmente”.

Há, portanto, uma relação de contiguidade com o domínio discursivo do processo legislativo estabelecido por meio de expressões como: “1º secretário”, “requerimento”,

“regimentalmente”, “lido”, “apreciado”, de modo que a exclusão das repetições, além de atender à característica do gênero ata, apaga a tradução de domínio com vistas a explicar melhor ao público não acostumado com o processo legislativo.

A explicitação do caráter de oficialidade do regimento – segmento B – é formalmente iniciada no pronunciamento oral, pela conjunção “e”; já na ata, a seleção lexical foi da conjunção “mas”. O emprego da conjunção adversativa no fio narrativo é, lembramos, uma característica da motivação pseudo-objetiva (BAKHTIN, 2015). A diferença aqui é o de que ela antecede um verbo *dicendi*, marcando, portanto, a transmissão de discurso de outro, que é caracterizado pelo redator como uma justificativa regimental. De todo modo, refrata as intenções do outro, o primeiro secretário, já na parte introdutória da transmissão. Assim, a tomada de posição de que a apreciação do requerimento só poderia acontecer na sessão seguinte não é somente assumida pelo redator, como também o tom é elevado, posto que “mas” marca explicitamente adversidade entre ler e votar a matéria no mesmo dia e, como uma oração adversativa que é, introduz o argumento mais forte.

A forma “regimentalmente”, destacada entre vírgulas, transmite as duas MAEs da fala do secretário de recorrência à autoridade do regimento. Tem, então, a dupla missão de sintetizar o conteúdo da fala em plenário e preservar o propósito discursivo, que é o deixar claro que a instrução dada não tem caráter pessoal, mas institucional.

As formas de RDO permanecem na zona do DI, com uma característica peculiar na primeira separação – segmentos A, C e D –, pois há uma RDO por DD na transcrição, já que o primeiro secretário leu *ipsis literis* o requerimento, esse relato, na ata, também permanece na zona DI, via paráfrase por uma predicação de verbo *dicendi* – “solicita”. Nota-se, então, como a forma corrobora o tom e o propósito discursivo de síntese e oficialidade. No segundo trecho (segmentos B e E), a representação segue na zona do DI, com a peculiaridade de ser iniciado por uma conjunção adversativa. Assim, a paráfrase favorece o estabelecimento dessa relação adversativa não apenas no conteúdo, mas no domínio do relato.

A variante de DI é a analítico-objetal, porém, diferentemente da intervenção 1, o arranjo discursivo do pronunciamento é mantido e o tom de legalidade ampliado.

Quadro 4 - Elementos da RDO – Intervenção 2.

<p>L – Enunciador e locutor apresentador: redator da ata; 11 – locutor apresentado: “O 1º secretário”; In – interlocutores da ata: 11, Mesa, demais vereadores; in: interlocutores do pronunciamento: In, servidores públicos da secretaria de educação M – mensagem caracterizada como RDO: leu o requerimento [...] mas justificou que [...] seria apenas lido e apreciado na próxima sessão;</p>
--

Formas: DI (verbo *dicendi*+ predicação) + conjunção adversativa + DI (verbo *dicendi* + predicação);
Variante: analítico-objetal, com manutenção de arranjo e aumento do tom;
Compreensão comum: o secretário tem que ler o requerimento porque o presidente mandou; a apreciação do requerimento no mesmo dia não é regimental;
Avaliação comum, de L e de II: o pedido é antirregimental.

Relações Dialógicas na Transcrição:

- 1) Destinatário Presumido: tradução de domínio para os servidores;
- 2) Enunciados: desacordo, com o requerimento a ser lido, com a intervenção oral do vereador Lucas de Brito, com a possível acusação futura dos servidores; acordo com o Regimento Interno (recorrência à autoridade).

Relações Dialógicas na ata:

- 3) Destinatário Presumido: contiguidade com o processo legislativo;
- 4) Enunciado-fonte: acordo com Regimento Interno; perda da tradução de domínio discursivo.

Fonte: Elaboração própria

6.2.3 Declaração de Voto 1: vereador Lucas de Brito

Após o imbróglgio sobre a pauta, decidiu-se colocar o requerimento em votação. Ao término desta, podem os vereadores declarara justificativa de seu voto. Iniciamos, então, pelo autor do requerimento que foi derrotado.

Separamos, então, por segmentos para melhor visualizar e comparar.

Ata – 16SO 24.03.2015	Transcrição
	Vereador Lucas de Brito: (Segmento A) Senhor Presidente, eu quero registrar o meu protesto de ter, na data de hoje visto esta Câmara Municipal de João Pessoa se enterrar
O sr. vereador Lucas de Brito disse: “hoje foi o enterro da Câmara Municipal de João Pessoa. Esta câmara disse à cidade que está muito mais a serviço do prefeito Luciano Cartaxo do que do povo da cidade. Negou o microfone, que é público, ao povo.	(Segmento B) Foi o enterro da Câmara Municipal de João Pessoa. Foi na data de hoje que esta câmara disse à cidade de João Pessoa pra todo mundo ouvir que tá muito mais a serviço do prefeito Luciano Cartaxo do que do povo da cidade de João Pessoa. A câmara se enterrou na data de hoje, negou o microfone, o que esses trabalhadores em educação do município de João Pessoa pediram e pedem, é que aquele microfone que é público, aquele microfone da Câmara Municipal de João Pessoa fique à disposição do povo e esse direito foi negado, Senhor Presidente.
Lamento que o requerimento que apresentamos tenha sido derrubado nesta casa	(Segmento C) Então, eu registro meu protesto, lamento que o requerimento que apresentamos na data de hoje tenha sido rejeitado, derrubado.
	Presidente, Vereador Durval Ferreira: (Segmento D) Conclua, vereador.

<p>e lamento que um dos instrumentos mais democráticos, a audiência pública, tenha sido negada para os professores do município de João Pessoa. Independente de assembleia ou de encontro com o prefeito, o direito de usar esta casa foi negado.</p>	<p>Vereador Lucas de Brito: (Segmento E) E lamento que um dos instrumentos mais democráticos criados pelo legislador brasileiro, a audiência pública tenha sido negada para os professores em educação para os trabalhadores emeducação, para os professores do município de João Pessoa. Independentemente de assembleia, independentemente de encontro com o prefeito, independentemente de mesa de negociação que não funciona, o direito que eles têm de fazer desta casa seu instrumento a serviço do povo de João Pessoa foi negado.</p>
<p>Vejo a morte da democracia e da câmara municipal de João Pessoa”.</p>	<p>(Segmento F) Isso é um absurdo, eu registro meu protesto, eu vejo a morte da democracia nesse ato, eu vejo a morte da Câmara Municipal de João Pessoa. Eu acho que é o enterro o que nós estamos assistindo na data de hoje. Lamento que nós tenhamos chegado a esse ponto, Presidente, porque a audiência pública é um instrumento legítimo de discussão de todos os problemas da cidade. Lamento.</p>

A relação do enunciado com o falante é a de que este se encontra na situação de ter presenciado a derrota de seu pedido corroborado por servidores públicos presentes que se manifestavam. Assim, o falante entoava seu enunciado seguindo os moldes da intervenção 1, com o destaque à presença dos servidores e conseqüentemente a busca por empatia, porém eleva o volume nas acusações à bancada do governo.

Destacam-se dois tipos de relações dialógicas estabelecidas que visam ao destinatário presumido, os servidores: contigüidade e tradução de domínio discursivo.

A contigüidade é estabelecida por termos do domínio sindical e demais grupos civis organizados que se dirigem ao parlamento: audiência pública negada, instrumento democrático, trabalhadores em educação, mesa de negociação, a serviço do Prefeito, “direito que têm de fazer da Casa seu instrumento a serviço do povo”. A questão regimental, usada pela bancada do governo e pela Mesa Diretora, é respondida com a elevação do pedido de realização da audiência a um patamar acima dos ritos, sob a justificativa de que a Câmara não pode negar ao povo o direito de falar. Tal ideia é desenvolvida por meio de analogias ao funeral e pela metonímia do microfone, maneiras de traduzir ao domínio discursivo do cidadão comum.

Ao afirmar que a negação do requerimento é “o enterro da Câmara Municipal”, que, a seu ver, “negou o microfone” ao povo, estabelece ainda uma oposição entre “povo da cidade

de João Pessoa” e “Prefeito Luciano Cartaxo” e coloca os pares do parlamento ao lado do chefe de Executivo, logo contra a população. A analogia com enterro inicia a declaração de voto referindo-se à Câmara e é retomando com “a morte da democracia”. Já a metonímia do microfone traduz uma parte destacada pelo vereador do que foi a derrota do requerimento: os servidores não poderão subir à tribuna para falar em reunião pública na Câmara Municipal.

A declaração de que o microfone foi negado e a Câmara se enterrou entra também em relação dialógica com os pronunciamentos oficiais do Sintem por meio de notícias em seu *site*, cujas falas da diretoria foram replicadas em outros portais. A página do sindicato mostrava até 24/03/2015 que já houvera três reuniões com a prefeitura, esta oferecera 3% de reajuste aos servidores, que solicitavam 16%. A notícia do dia 20 mostra que a proposta da administração municipal fora reiterada e assim o sindicato recorreu à câmara: “Cartaxo renova proposta de 3% e sindicato busca audiência pública na CMJP para discutir a crise na educação”⁵⁴. Após protocolar o requerimento, foi publicado lançado no *site* “A luta continua com participação e luta. Agora é a vez da Câmara mostrar de que lado está”⁵⁵.

Nota-se, então, que a declaração de voto é uma resposta ao pedido de posicionamento do sindicato. Não se trata propriamente da resposta a essa publicação específica, mas ao discurso de defesa dos servidores que vinha sendo feito em vários canais bem como nas assembleias sindicais que, conforme registro nas atas, eram acompanhadas por vereadores da bancada de oposição. Assim, o pronunciamento do vereador visa a apresentar com que aquele resultado, a Câmara mostrou de que lado estava, que isso era sua morte, ao tempo que mostra que ele não havia seguido a maioria do parlamento. Há, portanto, uma relação dialógica de acordo com o discurso sindical.

No segmento E, o vereador reenfatiza a importância a audiência pública e entra em relação dialógica de desacordo com a intervenção oral do vereador Marco Antônio,⁵⁶ quando ainda da discussão acerca da inserção do requerimento em pauta, que é um exemplo do

⁵⁴ Disponível em <https://sintemjp.org.br/noticias/cartaxo-renova-proposta-de-3-e-sindicato-busca-audiencia-publica-na-cmjp-para-discutir-crise-na-educacao/>, aceso em 28 abr 2019.

⁵⁵ Disponível em <https://sintemjp.org.br/noticias/a-luta-continua-com-participacao-e-luta-agora-e-a-vez-da-camara-mostrar-de-que-lado-esta/>.

⁵⁶ O sr. vereador Marco Antônio disse: “queria eu que todas as sessões desta casa fossem tão participativas. É um dia de festa na casa. Queria dizer aos colegas que não estiveram presentes ontem na prefeitura, na reunião ordinária da bancada, que surgiu esta pauta, de que o comando de greve pedia uma audiência pública com o prefeito para tratar da greve. Essa pauta foi levada pelo vereador Benilton e defendida pelo vereador Gabriel. Pediram que o prefeito abrisse esse canal de negociação e isso foi concedido e, ontem, às 19h, estávamos reunidos eu, Benilton e Prof. Gabriel, atendendo a solicitação do sindicato, e a câmara participou desta discussão, e foi feita uma evolução, foi feita uma contraproposta do sindicato, no sentido de se formar comissão paritária, e ficou marcado pelo comando de greve que iria acontecer uma assembleia da categoria e o comando de greve falou que não estava com a autorização da assembleia para fechar a negociação. Essa assembleia será feita amanhã, às 15h da tarde, para saber se aceitam a proposta da prefeitura. Se existe uma audiência já marcada no dia 2 de abril, que seja incorporada esta discussão à pauta” (Ata da 16ª Sessão Ordinária de 2015 – p. 3).

discurso do governo, presente em notas e declarações à imprensa como a replicada no portal G1: “O prefeito Luciano Cartaxo está aberto ao diálogo como forma de conciliar o que deseja a categoria e com o que é possível oferecer”⁵⁷, e esta, no portal oficial da Prefeitura: “Prefeito recebe professores em seu gabinete e tenta novo acordo para por fim à greve da categoria”⁵⁸, após a reunião na véspera da sessão ordinária em questão. O desacordo é com o discurso de que há alguma negociação efetiva, por isso o destaque para a audiência pública, que não seria uma reunião a portas fechadas, mas inclusive transmitida por canal de televisão aberto.

As relações dialógicas com o destinatário presumido determinam o caráter expressivo revolta, de ira contra a bancadagovernista, daí a seleção lexical de termos como “mais a serviço do prefeito que da população”, “direito negado”, “um dos instrumentos mais democráticos [...] foi negado”. Aliados a estes, estão os próprios termos da analogia com o enterro e da metonímia do microfone, forjados nesse arranjo discursivo de protesto.

Como o propósito discursivo é o de repudiar a rejeição do requerimento, colocando-se ao lado dos funcionários públicos da Secretaria Municipal de Educação, a declaração de voto tem seu acabamento na omissão da outra audiência pública com a secretária de educação, até então marcada para dia 02 de abril, na delimitação dos temas, com o destaque para negação de nova audiência, qualificada como negação de palavra aos servidores, a despeito das reuniões com a Secretaria e com alguns vereadores. Faz acusações não ao prefeito diretamente, mas a própria câmara – que seria subserviente ao alcaide –, limitando a mencionar o chefe do Poder Executivo como beneficiário de um erro da Casa Legislativa, posto que o enunciado pede tal acabamento por constituir-se uma declaração de voto, que suscita o limite de tratar da votação recente.

6.2.3.1 A transmissão na ata

Destacamos, inicialmente, que, diferentemente dos excertos anterior, a transmissão é feita por DD, que indica a necessidade considerada pelo redator de registro palavras *ipsis litteris*, ou de efeito de sentido como tal, haja vista sua avaliação de que são palavras graves e da dificuldade em colocá-las na narração do redator em nome da Casa. Seguimos, então, a comparação da transmissão das relações dialógicas.

O destinatário presumido da ata é, como sempre, a administração pública, - Mesa

⁵⁷ Disponível em <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/03/professores-da-rede-municipal-fazem-nova-passeata-em-joao-pessoa.html>, acesso em 28 abr 2019.

⁵⁸ Disponível em <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeito-recebe-professores-em-seu-gabinete-e-tenta-novo-acordo-para-por-fim-a-greve-da-categoria/>, acesso em 28 abr 2019.

Diretora –, consequentemente o interesse público, e o vereador cuja fala é registrada, neste caso, o vereador Lucas de Brito. A relação de contiguidade com os destinatários da esfera pública oficial por termos que antecedem esse registro específico e constam na ata em sequência:

Quadro 5 - Registro das primeiras declarações de voto.

Situação do requerimento: **derrubado.**

Declarações de voto

O sr. vereador Renato Martins disse que a decisão foi contra os anseios da população. Disse que esteve presente na assembleia dos professores e que os mesmos lutam pela melhoria da educação. Disse ainda que a derrubada do requerimento foi vergonhosa.

O sr. vereador Raoni Mendes disse que a categoria não estava contra o prefeito A, B ou C, eles somente queriam o direito de falar. E disse: “será que não é urgente, mais de 60 mil alunos sem aulas. Não será o prefeito que vai tolher o direito dos professores”.

O sr. vereador Lucas de Brito disse: [...]

Fonte: Ata da 16ª Sessão Ordinária, aos 23 dias de março de 2015, p.4⁵⁹

A fala do vereador é a terceira em trecho reservado para declarações de voto, após a votação do requerimento. Essa distribuição e colocação dos termos do processo de apreciação favorecem a compreensão. Já o registro em DD, diferentemente do primeiro, completamente em DI, e do segundo, com as duas formas, confere responsabilidade da expressão. O redator registra à administração pública que não só o conteúdo, mas os termos empregados são do vereador. Para tanto, são mantidas, apesar da redução de conteúdo, as relações de contiguidade e tradução de domínio discursivo estabelecidas pelo vereador com seu destinatário presumido, os servidores da Secretaria de Educação, bem como a relação de desacordo com o discurso da prefeitura exemplificado pela fala do vereador Marco Antônio, porém com leve diminuição do volume de ira.

Existe a tentativa de manter a escala de tom da declaração de voto, ao tempo que se contém o volume, por meio da não repetição de certas expressões ditas pelo vereador, mas mencionadas apenas uma vez na ata: a qualificação de enterro – três vezes na declaração e uma vez na ata; a metonímia do microfone negado – três vezes na declaração e uma na ata; a negação da audiência pública – duas vezes na declaração e uma na ata. No entanto, a sequência de aparição dos temas lançados pelo vereador é mantida e com a mostra efetiva dos termos, ou seja, conferindo responsabilidade ao parlamentar. Assim, a exauribilidade está com os mesmos temas, as omissões são das repetições que não alteram o ponto de vista, mas diminuem um pouco o volume do tom.

⁵⁹ Íntegra da ata no Anexo da tese.

Ao valer-se do DD, o redator dá acesso à expressão do parlamentar, sem necessariamente corroborá-lo. Tal variante deste DD não se enquadra nos tipos elencados por Volóchinov (2017), pelo fato de não haver comentários prévios que o esvaziem. Há edições com vistas a sintetizar, porém mantém-se o arranjo do discurso alheio, com leve diminuição do volume das denúncias, mas sem alteração de ponto de vista. O redator da ata realiza um ato a partir de um conhecimento de que o discurso da minoria, ainda que seja de ataque – por causa da maioria – à instituição, precisa de registro com fidedignidade, mesmo com palavras duras de acusação.

Quadro 6 - Elementos da RDO – Declaração de Voto 1.

<p>L – Enunciador e locutor apresentador: redator da ata; II – locutor apresentado: “O Sr. Vereador Lucas de Brito”; In – interlocutores da ata: II, Mesa, demais vereadores; in: interlocutores do pronunciamento: In, servidores públicos da secretaria de educação; M – mensagem caracterizada como RDA: “O senhor vereador Lucas de Brito disse. ‘[...]’” Formas: DD (verbo <i>dicendi</i>+ mostração) Variante: com manutenção de arranjo e leve diminuição do tom; Compreensão comum: o requerimento foi rejeitado porque era da bancada minoritária, contrariava a majoritária, havia problemas no processo, requerimentos possuem processo de tramitação simples, já houve exceções semelhantes; Avaliação comum: o vereador considera a rejeição do pedido de audiência pública desrespeitosa aos servidores e a razão de ser do Parlamento; Avaliação de L: as palavras fortes e graves de II precisam ser registradas, com responsabilidade atribuída a ele. Avaliação de II: a rejeição do pedido de audiência pública é desrespeitosa aos servidores e à razão de ser do Parlamento; os vereadores estão com o prefeito e contra o povo.</p> <p>Relações Dialógicas na Transcrição:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Destinatário Presumido: a) tradução de domínio (analogia com enterro, metonímia do microfone/ direito de fala); b) contiguidade com o domínio sindical e dos grupos civis organizados. 2) Enunciados: desacordo com o discurso do governo sobre andamento das negociações; acordo com o discurso do sindicato. <p>Relações Dialógicas na ata:</p> <ol style="list-style-type: none"> 3) Destinatário Presumido: contiguidade com o processo legislativo; 4) Enunciado-fonte: acordo – a manutenção das relações

Fonte: Elaboração própria

6.2.4 Declaração de Voto 2: vereador Marco Antônio

A declaração de voto do líder do governo é, como se espera, uma resposta aos vereadores opositores. Seu pronunciamento tem como interlocutores explícitos os três

membros da bancada minoritária, com menções expressas às declarações de dois deles, e fala da categoria ao se dirigir aos parlamentares, afirmando que estes se aproveitam do evento e querem jogar a classe de servidores contra os vereadores situacionistas. Tais funcionários são, assim como o público expectador constituem o destinatário presumido, com a peculiaridade de tentativa e separação entre o cidadão comum prejudicado pela greve e a classe de servidores.

Ata – 16SO 24.03.2015	Transcrição
<p>O sr. vereador Marco Antônio disse: “essa audiência pública já está marcada nesta casa e não venham vossas excelências, que me antecederam, falar de forma irresponsável, jogando a categoria contra todos os vereadores desta casa. Vereador Lucas, digo que esse enterro que vossa excelência fala, vossa excelência vai como defunto também, porque aqui todos são vereadores. A discussão vai haver, mas espero que a greve acabe antes disso. Peço a vossas excelências que entendam o que está acontecendo. Vereador Raoni Mendes, não venham com esta verborreia de que a educação está sucateada e esquecida”.</p>	<p>Vereador Marco Antônio: senhor Presidente, até por uma questão de ordem, eu acredito que o que foi dito aqui pelos três vereadores que defenderam o seu posicionamento com relação à audiência pública, hora nenhuma eles disseram que a audiência pública já está marcada aqui nesta casa. Já está marcada aqui nesta casa para o dia dois de abril, ficou bem claro isso aqui. Agora não venham Vossas Excelências que me antecederam, os três, de forma irresponsável querer jogar aqui uma categoria, querer jogar a categoria dos professores contra todos os vereadores aqui desta casa. Não sejam irresponsáveis. E vereador Lucas, esse enterro que Vossa Excelência fala, da câmara, Vossa Excelência não vai como convidado, não, vai como defunto também, vai como defunto, porque Vossa Excelência é vereador e aqui não tem separação de vereador.</p>
	<p>Presidente, Vereador Durval Ferreira: Conclua, vereador.</p>
	<p>Vereador Marco Antônio: Aqui não tem separação de vereador que é a favor do povo e que é contra o povo. Todos aqui são a favor do povo. Não venham com demagogia. Agora eu chamo feita a ordem pra dizer que a audiência vai acontecer. Agora, vai acontecer se a greve não acabar e eu quero é que a greve acabe, porque eu sou pai também de aluno, eu quero os alunos na sala de aula, eu quero os alunos recebendo merenda, eu quero os pais dos alunos trabalhando. A greve vai acabar. Vai acabar. Então, eu peço a Vossas Excelências que entendam o que está sendo votado. E vereador Raoni, não é com essa verborreia aqui de dizer que a educação é menosprezada, que a educação é sucateada, que Vossa Excelência vai tirar proveito em cima dos vereadores, aqui dos seus colegas, não. Muito obrigado, Senhor Presidente.</p>

O pronunciamento inicia com a avaliação de que os vereadores da oposição omitiram a existência de audiência pública agendada para data próxima e que tal omissão é um elemento que favorece a interpretação de que a bancada do prefeito queria cercear o debate. O enunciado é, portanto, do ponto de vista de falante, uma resposta a três opositores, uma defesa da bancada situacionista e do prefeito ao tempo que, dialogicamente, é um esclarecimento aos servidores e ao público em geral.

O vereador mira os servidores e o público geral em duas partes de sua declaração: a refutação dos atos dos vereadores da bancada de oposição e a expressão de desejo de término da greve. No primeiro, há uma relação dialógica de desqualificação de terceiro: enquanto a contiguidade e tradução de domínio visam a aproximar o sujeito falante ao destinatário presumido diretamente por empatia, essa outra aproxima pela negatização de características de um terceiro participante, por isso tem íntima ligação com a relação dialógica com outro enunciado, seja desacordo ou explicação. Note-se que os vereadores de oposição constituem interlocutores no campo da comunicação linguística, são explicitamente mencionados, enquanto o público em geral – incluídos os servidores da Secretaria de Educação – é o destinatário presumido da comunicação discursiva, a metalinguística, para usar termo bakhtiniano. Essa primeira parte é composta pelas qualificações dos opositoristas como irresponsáveis, pela afirmação de que já havia sido agendada audiência pública sobre educação e explicação a respeito da analogia feita pelo vereador Lucas de Brito entre a votação que derrotou o requerimento e um funeral.

Na segunda parte, é feito um movimento de separação do destinatário presumido por meio da aproximação com apenas uma parcela deste. O vereador qualifica-se como pai de aluno, por isso assume um discurso diferente – comentado mais adiante – que segrega o público geral: de um lado, grevistas; de outro, prejudicados pela greve. Não há relações dialógicas de contiguidade ou tradução de domínio, apontamos apenas que há uma alteração do destinatário relacionado com esse enunciado, a partir do momento que o sujeito falante toma-o ão para citar ou concordar, mas para dizê-lo na condição de eu.

Essa relação do falante com o enunciado e seus participantes traduz-se em um caráter expressivo acusatório, de refutação aos três pronunciamentos de parlamentares opositoristas, sem empatia estabelecida com os servidores, posto que se posiciona como pai de aluno que quer que a greve acabe e como pessoa que deseja o retorno da merenda e dos pais ao trabalho, deixando pressuposto que o movimento paredista causa o impedimento de algumas refeições dos estudantes e o afastamento de pais de suas ocupações para estar com os filhos.

Esta declaração de voto, como já assinalado, responde as dos vereadores de oposição,

logo entra em relação de confronto. Destacamos a que se estabelece com a do vereador Lucas de Brito, que qualificou a derrota de seu requerimento de audiência pública com secretários de educação e finanças como enterro da Câmara. Há uma relação dialógica do tipo complementação/explicação, na medida em que o papel do vereador Lucas de Brito no analogia do funeral é definido pelo vereador Marco Antônio não como o de convidado, mas como defunto, já que no enunciado primeiro esses papéis não são ditos. Assim, tal explicação configura-se como mais um elemento de acusação e desqualificação da bancada oposicionista.

Na segunda parte, há o estabelecimento da relação dialógica de apropriação com o discurso do pai de aluno prejudicado pela greve. O enunciado não é apresentado como sendo de outro, ele não aparece para ser confirmado, mas é assumido pelo vereador como seu, logo não se trata de concordar, mas de afirmar.

Convém anotar que a apropriação é no primeiro momento: “eu quero é que a greve acabe, porque eu sou pai também de aluno[...]” . Depois, pode-se notar uma espécie de transição, “eu quero os alunos na sala de aula, eu quero os alunos recebendo merenda”, e não “meus filhos”. Por fim, culmina com a cisão entre “eu” e “pais”: “eu quero os pais dos alunos trabalhando”. Assim, o olhar do pai de aluno é lembrado e lançado ao debate não como comentário, mas assumido, primeiramente, por quem se apresenta como tal, sem necessariamente ser, e depois usa-se o discurso do outro para seus fins: neste caso, a crítica velada ao movimento grevista que, após algumas reuniões, negara a proposta de reajuste salarial oferecida pela prefeitura.

O tratamento dado pelo líder do governo a dois grupos de interlocutores é expresso pela seleção lexical que marca sua entonação de contra-ataque. Aos vereadores da oposição, há menções diretas com qualificações pejorativas, seja por meio de verbos no imperativo negativo – “Não me venham [...] de forma irresponsável”, “Não sejam irresponsáveis”, “Não venham com demagogia” –, seja por assertivas: “Vossa Excelência vai como defunto também”, “Não é com essa verborreia que Vossa Excelência vai tirar proveito em cima dos vereadores [...]”.

Já aos servidores da educação, o vereador não se dirige, eles nem são acusados nem defendidos diretamente, há afirmações acerca de fatos pressupostos como ocasionados pela greve, mas com uma seleção de formas que mostra o lado do pai que precisa trabalhar preocupado com o filho que precisa de merenda: é a maneira possível para a crítica sem ter de usar expressões explícitas contra os servidores. É um tom de lamento pelo prejuízo causado pela greve às famílias.

O propósito discursivo dessa declaração de voto também é dividido em duas partes: o

ataque ao discurso da oposição, com respostas diretas e acusações a parlamentares, e acrítica velada ao movimento grevista, com o destaque de uma categoria de pessoas prejudicadas pela greve, sem acusações diretas aos responsáveis pelo movimento paredista. Ambas levam ao propósito maior: a defesa do Prefeito e sua equipe.

A conclusibilidade do enunciado é determinada também pela exauribilidade do fenômeno circunscrita pelo sujeito: o agendamento de audiência sobre a saúde, que acarreta nas acusações aos vereadores oposicionistas e a apresentação de aspectos negativos da greve a um público diverso dos servidores. Vejamos, então, como esse enunciado foi representado na ata.

6.2.4.1 A transmissão na ata

Convém ressaltar que, antes da declaração de voto do autor do requerimento, registraram-se duas declarações por DI, e, após tal pronunciamento, todos os parlamentares seguintes, da bancada situacionista, tiveram suas declarações representada por DD, a sexta declaração de voto é esta do líder do prefeito, que possui, portanto, a prerrogativa oficial de defender o chefe do executivo na Câmara. Assim, pode-se supor que, após o registro de um pronunciamento tão acusatório como o do vereador Lucas de Brito, o redator da ata, tenha optado pela mostração de palavras, com vistas ao efeito de sentido de responsabilidade do vereador e à maior extensão dos registros.

Os interlocutores do pronunciamento da sessão são representados na ata, conforme o grau de explicitude dado pelo sujeito falante. Na arquitetura do ato, o outro do redator de atas é primeiramente a administração e o interesse públicos, depois o vereador que declara voto, então seus interlocutores diretos e os destinatáriospresumidos: vereadores da oposição, estão em um grau de apresentação mais explícito que servidores públicos, que estão mais explícitos que pais e estudantes, que não são mencionados.

As relações dialógicas estabelecidas no enunciado-fonte expressas em parte na ata. Os ataques aos vereadores de oposição são registrados, de forma resumida, mas constam o termo “irresponsáveis” e a analogia do velório, logo a desqualificação dos vereadores permanece, porém não consta em ata a transmissão da parte que marca relação de apropriação do discurso do pai de aluno. Assim, na ata, não se percebe a divisão do destinatário presumido, e as críticas veladas ao movimento paredista somem.

O enunciado da ata coaduna-se com o discurso defesa da prefeitura, com as notas soltadas na imprensa de que houve diálogo e que fora oferecido reajuste salarial aos

servidores da área educacional, porém com um volume mais baixo de críticas e leve alteração do arranjo discursivo, por causa da omissão do argumento de que a greve prejudica famílias.

O caráter expressivo do enunciado é inicialmente o da manutenção do arranjo de ataque aos vereadores de oposição, quase sem diminuição de tom, já que, com adaptação ao aspecto resumitivo da ata, abrandando-se o acento valorativo dado pela repetição, mas, de todo modo, expressões que entoam a refutação aos opositoristas são trazidas para ata, conforme trechos sublinhados:

⁶⁰ Ata – 16SO 24.03.2015	Transcrição
O sr. vereador Marco Antônio disse:	Vereador Marco Antônio:
	(Segmento A) senhor Presidente, até por uma questão de ordem, eu acredito que o que foi dito aqui pelos três vereadores que defenderam o seu posicionamento com relação à audiência pública, hora nenhuma eles disseram que
“essa audiência pública já está marcada nesta casa	(Segmento B) a audiência pública já está marcada aqui nesta casa. Já está marcada aqui nesta casa para o dia dois de abril, ficou bem claro isso aqui.
<u>enão venham</u> vossas excelências, que me antecederam, falar de <u>forma irresponsável</u> , jogando a categoria contra todos os vereadores desta casa.	(Segmento C) Agora não venham Vossas Excelências que me antecederam, os três, de forma irresponsável querer jogar aqui uma categoria, querer jogar a categoria dos professores contra todos os vereadores aqui desta casa. Não sejam irresponsáveis.
Vereador Lucas, digo que esse enterro que vossa excelência fala, <u>vossa excelência vai como defunto</u> também, porque aqui todos são vereadores.	(Segmento D) E vereador Lucas, esse enterro que Vossa Excelência fala, da câmara, Vossa Excelência não vai como convidado, não, vai como defunto também, vai como defunto, porque Vossa Excelência é vereador e aqui não tem separação de vereador.
	Presidente, Vereador Durval Ferreira: Conclua, vereador.
	(Segmento E) Vereador Marco Antônio: Aqui não tem separação de vereador que é a favor do povo e que é contra o povo. Todos aqui são a favor do povo. Não venham com demagogia
A discussão vai haver, mas espero que a greve acabe antes disso.	(Segmento F) Agora eu chamo feita a ordem pra dizer que a audiência vai acontecer. Agora, vai acontecer se a greve não acabar e eu quero é que a greve acabe,
	(Segmento G) porque eu sou pai também de aluno, eu quero os alunos na sala de aula, eu quero os alunos recebendo merenda, eu quero os pais dos alunos trabalhando. A greve vai acabar. Vai acabar.
Peço a vossas excelências que entendam o que está acontecendo. Vereador Raoni Mendes, <u>não venham com esta verborreia</u> de que a educação está sucateada e esquecida”.	(Segmento H) Então, eu peço a Vossas Excelências que entendam o que está sendo votado. E vereador Raoni, não é com essa verborreia aqui de dizer que a educação é menosprezada, que a educação é sucateada, que Vossa Excelência vai tirar proveito em cima dos vereadores, aqui dos seus colegas,

⁶⁰ Destaques sublinhados nossos, destaque em negrito é original da ata.

	não.
	(Segmento I) Muito obrigado, Senhor Presidente.

Já o arranjo expressivo que envolve os servidores, pais e estudantes, é alterado, conforme a paráfrase do segmento F e supressão do segmento G. No primeiro caso, o vereador, no pronunciamento condiciona a realização da audiência à manutenção da greve; naata, a circunstância condicional é omitida, consta registra-se que o vereador espera que a greve acabe. Já no segundo, não consta em ata, conforme dissemos anteriormente, omite-se a explicação em que aparecem as figuras dos prejudicados pela paralisação de aulas. Essa construção, conforme apresentada anteriormente, é muito sutil, dadoo constrangimento que pode ser para um parlamentar acusar funcionários da educação pública – algo que não é problema quando se trata de um vereador de bancada adversária. Tal sutileza não é contemplada na ata, seja por sua discrição não perceptível no momento do registro, seja pela preservação da categoria por alguma empatia do redator. Assim o arranjo de toda a transmissão do discurso da declaração de voto é levemente alterado, já que, na ata, não se apresenta um pai de aluno preocupado com adultos que têm de cuidar dos filhos em horário escolar e com estudantes sem aulas nem merenda.

A forma de transmissão é o DD em seu estado mais simples, a predicação com o verbo “dizer” e mostração de palavras marcadas com aspas. Tal qual as outras declarações de voto, não há qualquer preparação nem esvaziamento por parte do contexto narrativo do redator data.

Convém comentar o efeito de sentido de fidelidade dos termos, mesmo com a diminuição do volume do tom ataque e, desta vez – diferentemente da declaração de voto 1 – da leve alteração de arranjo discursivo

Quadro 7 - Elementos da RDO – Declaração de Voto 2.

<p>L – Enunciador e locutor apresentador: redator da ata; II – locutor apresentado: “O Sr. Vereador Marco Antônio”; In – interlocutores da ata: II, Mesa, demais vereadores; in: interlocutores do pronunciamento: In, servidores públicos da secretaria de educação, vereador Lucas de Brito, vereador Raoni Mendes, vereador Renato Martins. M – mensagem caracterizada como RDA: “O sr. vereador Marco Antônio disse: [...]” Formas: DD (verbo <i>dicendi</i>+ mostração, com paráfrase) Variante: sintetizadora de conteúdo, com leve alteração de arranjo e leve diminuição do tom; Compreensão comum: há outra audiência pública agendada sobre educação com a secretária municipal; Avaliação comum: a bancada do governo tem o direito de responder; Avaliação de L: devem ser registradas do mesmo modo a resposta da bancada do governo às palavras fortes e graves ditas pelo vereador da oposição;</p>

Avaliação de II: vereadores da oposição omitiram informações e queriam se aproveitar da presença dos servidores para jogá-los contra os parlamentares da bancada do governo, a greve prejudica os alunos e a nós, pais.

Relações Dialógicas na Transcrição:

- 1) Destinatário Presumido: desqualificação de terceiro,
- 2) Enunciados: a) complementação/ explicação com o discurso da Oposição; b) apropriação do discurso do pai de aluno prejudicado pela greve,

Relações Dialógicas na ata:

- 3) Destinatário Presumido: desqualificação suavizada;
- 4) Enunciado-fonte: complementação/ explicação com o discurso da Oposição; omissão de “2b”.

Fonte: Elaboração própria

6.2.5 Orador: vereador Benilton Lucena

Na mesma sessão do dia 24 de março de 2015, não houve matérias na Ordem do Dia e passou-se diretamente ao Grande Expediente, em que o vereador Benilton Lucena foi o primeiro orador. Destaca-se tal pronunciamento por ser de vereador-presidente do Sintem-JP e membro da bancada do governo. Note-se também que o registro em ata nesta seção, omite seu cargo de primeiro secretário, já que, da tribuna, não se fala em nome da Mesa Diretora, mas como qualquer outro parlamentar. Como os registros de Grande Expediente são mais extensos, segmentamos a tabela comparativo:

Ata – 16 SO – 24.03.2015	Transcrição
	(Segmento A) Vereador Benilton Lucena: Bom dia. Bom dia, Presidente. Bom dia, meus pares, vereadores. Dizer, Presidente, que sou professor por convicção, estou neste mandato, tenho certeza conferidos nesses três últimos por minha categoria, que sabe da representação, do carinho, da vontade que tenho em fazer uma política voltada pra melhoria na qualidade do ensino da cidade de João Pessoa. Tenho feito isso com muita maestria nesses dez últimos anos que aqui estou
1º Orador(a) O orador, Sr. vereador Benilton Lucena, disse: “Não poderia deixar de furtar de falar, no dia de hoje, que não são vereadores de oposição que o quanto pior melhor para João Pessoa que deixar e de falar do movimento de educação de João Pessoa. Fui presidente deste sindicato e fizemos várias caminhadas, painéis, e hoje não poderia ser diferente.	(Segmento B) e, Presidente, não poderia deixar e me furtar de falar no dia de hoje. Não vai ser vereadores de oposição, que fazem uma política do quanto pior melhor, vereador Edson Cruz, para a cidade de João Pessoa, que nós vamos nos furtar a discutir o movimento que é muito justo, o movimento de reivindicação da nossa categoria, porque fui professor, fui diretor de escola, fui presidente de sindicato e sei da responsabilidade que é uma representação sindical, que é um movimento de paralisação. Conheço porque

	fizemos vários movimentos, várias caminhadas, vários painéis na nossa trajetória política e não poderia ser diferente. O dia de hoje dos profissionais trabalhadores em educação vêm estar presentes nessa casa democrática e do povo, pra que a gente possa discutir um movimento que é justo de reivindicações.
Agora dizer que não serão os vereadores quem dirão que devem continuar ou não na greve. Mas, queremos agradecer aos vereadores que estiveram abrindo o canal de diálogo que estava fechado.	(Segmento C) Agora, dizer, Presidente, que não serão os vereadores que irão terminar ou continuar na greve, isso depende das assembleias da categoria. A assembleia é quem pode deliberar ou não, vereador João dos Santos. Então, é nesse sentido que nós queríamos esclarecer e agradecer a todos os vereadores da bancada de situação que lá estiveram na prefeitura. É bom que vocês saibam, o canal de diálogo estava fechado
A categoria não quer manter a greve pela greve, pois temos a obrigação de 200 (duzentos) dias letivos e cada dia paralisado é um dia a mais no ano letivo. O que nós queremos é que a greve acabe e os alunos nas salas de aulas. Precisamos ter um canal de diálogo aberto e isso nós fizemos ontem à noite. Foi apresentada uma outra proposta que será aprovada ou não.	(Segmento D) e não é essa a intenção da categoria em manter a greve pela greve e sim fazer com que ela seja, projete reflexão, para que a prefeitura de João Pessoa, através da sua equipe econômica, através da secretaria de educação encontre um denominador comum para que a paralisação acabe. A categoria não quer manter a greve pela greve, porque o calendário escolar, pessoal, vocês que estão aqui sabem disso, nós temos a obrigação de duzentos dias letivos e cada dia que nós nos mantemos paralisados é um dia a mais nesse calendário. Eu entendo e faço com que esta tribuna possa representar essa categoria, porque o que nós queremos é que a greve acabe. O que nós queremos é o aluno na sala de aula e pra isso qual a reivindicação? Que o prefeito atenda com o que a categoria deliberou. Agora, pra isso, gente, precisa ter um canal de diálogo aberto e esse trabalho nós fizemos no dia de ontem. Esse trabalho os vereadores da situação fizeram e abriram esse canal de negociação e a categoria foi recebida ontem à noite e foi apresentada uma outra proposta, sim e que será deliberada ou não. Esse é o nosso papel.
Já tínhamos aprovado aqui uma audiência pública, um requerimento do vereador Raoni, uma audiência com a secretaria de educação, para que se tenha uma educação mais ampla e democrática em João Pessoa.	(Segmento E) Agora, nós já tínhamos aqui aprovado, vereador João Almeida, vereador Zezinho, vereador Eduardo Carneiro, nós já tínhamos aprovado aqui uma audiência pública. Isso mostra de a forma democrática que os vereadores atuam nesta casa. Um projeto, um requerimento feito pelo vereador Raoni, aprovado por maioria nesta casa a audiência com a secretária de educação, pra podermos fazer com que a educação tenha um caráter mais amplo, mais democrático e que a gente possa estar fazendo com que as reivindicações sejam atendidas.
Apresentamos mais de 50 (cinquenta) projetos de leis que beneficiam professores, pais de	(Segmento F) Senhor Presidente, gostaria de apresentar, no dia de hoje, aqui para que a

<p>alunos e o dia a dia nas escolas”.</p>	<p>população, vereador Marco Antonio tenha conhecimento, nós apresentamos mais de cinquenta projetos de leis, vereador Professor Gabriel, que esteve conosco na audiência. Projetos que venham a beneficiar o professor, projetos que venham a beneficiar o dia a dia da escola, projetos que venham a beneficiar os pais dos alunos, vereador Chico, projetos que venham a valorizar o aluno. Vou citar alguns para que Vossas Excelências tenham e saibam o poder de um mandato de um vereador que está voltado pra educação</p>
<p>Em seguida, o orador finalizou com a leitura de vários projetos, de sua autoria, voltados para a melhoria da educação municipal de João Pessoa</p>	<p>(Segmento G) Projeto de lei doze mil oitocentos e setenta e um, cria o programa de incentivo à leitura nas empresas do município de João Pessoa. Projeto de lei doze mil setecentos e quarenta, dispõe sobre a proibição de qualquer discriminação a criança e o adolescente portador de diabetes nos estabelecimentos de ensino, creche ou similares em instituições públicas ou privadas no município de João Pessoa. Projeto de lei doze mil oitocentos e cinquenta e um, que dispõe sobre o incentivo à leitura nas escolas do município de João Pessoa. Projeto de lei doze mil seiscentos e setenta e cinco, que dispõe sobre a reserva de vagas em creches municipais para filhos de mulheres vítimas de violência doméstica, de natureza física ou sexual. Projeto de lei doze mil seiscentos e dezoito, implanta a responsabilidade educacional no município de João Pessoa. Projeto de lei doze mil quinhentos e dez, cria nos estabelecimentos da rede municipal de ensino público e privado espaços apropriados para amamentação. Projeto de lei doze mil quatrocentos e quarenta e dois, altera dispositivo na lei onze zero noventa e um de dois mil e sete, que dispõe sobre a escolha de diretores e vice-diretores dos estabelecimentos de ensino. Projeto de lei dezoito cento e quarenta, determina a organização institucional da memória da educação. Projeto de lei dezoito zero nove, que dispõe sobre a oferta de orientação psicopedagógica nas escolas integrantes da rede pública. Projeto de lei doze quatrocentos e dezesseis, institui a semana de mobilização social pela educação. Projeto de lei doze duzentos e sete, institui no âmbito do município de João Pessoa a semana de estudos prevenção e combate ao câncer bucal. Projeto de lei doze duzentos e setenta, denomina de crei Maria Jurandir de Alencar, grei localizada no bairro José Américo. Projeto de lei onze oitocentos e noventa, dispõe sobre a implantação da competição denominada maratona do saber nas escolas municipais de João Pessoa. Projeto de lei que dispõe sobre a qualificação</p>

	<p>específica de pedagogos na rede municipal de educação. Projeto de lei, Senhor Presidente, que institui na rede pública municipal de ensino o boletim escolar eletrônico. Projeto de lei que dispõe sobre a instalação de câmaras de segurança nas escolas municipais, que hoje é uma realidade no nosso município. Projeto de lei que institui o sistema de informação sobre a violência nas escolas da rede municipal de ensino, melhorando aí o dia a dia dos nossos alunos. Projeto de lei que dispõe sobre a instalação de alarmes de monitoramento, botão de pânico nas escolas municipais ligado à polícia militar e à guarda municipal. Projeto de lei que dispõe sobre a criação do protocolo de atendimento ao cidadão, pais de alunos e ex-alunos em escolas municipais. Projeto de lei que institui o sistema de avaliação da educação no município de João Pessoa. Projeto de lei que dispõe sobre a instituição de uma política de incentivo à saúde vocal do professor, vereador Sérgio. Projeto de lei que implanta a responsabilidade educacional no município de João Pessoa. Projeto de lei que dispõe sobre a proibição de qualquer discriminação à criança e ao adolescente nas creches e escolas do município. Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade... mais dois minutos pra poder concluir, Senhor Presidente.</p>
	<p>(Segmento H) Presidente, Vereador Durval Ferreira: Conclua, vereador. Dois minutos pra Vossa Excelência.</p> <p>(Segmento I) Vereador Benilton Lucena: Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da avaliação dentária dos alunos da rede pública municipal. Projeto de lei que dispõe sobre a exigência da avaliação médica para realização das aulas de educação física. Projeto de lei que dispõe sobre a implantação de estacionamento de bicicletas para alunos e trabalhadores em educação. Projeto de lei que institui a política municipal de prevenção às doenças ocupacionais do educador. Projeto de lei que dispõe sobre incentivo à leitura nas escolas públicas. Projeto de lei que dispõe sobre o programa de bolsa talento no município de João Pessoa. Projeto de lei que dispõe sobre a criação do plano cargos e carreiras e remuneração das bandas marciais das nossas escolas. Projeto de lei que cria o programa de saúde do trabalhador nas escolas municipais, projeto de lei que dispõe sobre a oferta de orientação psicopedagógica nas escolas integrantes do município. Projeto de lei que cria o concurso municipal de contos literários nas escolas. Projeto de lei que dispõe sobre a identificação civil dos estudantes. Projeto de lei</p>

	que se incorpora à rede municipal de ensino, à área de educação doméstica, que institui o programa cultural João Pessoa.
	(Segmento J) Senhor Presidente, nesses dois últimos anos, vereadores, apresentei mais de cinquenta projetos de leis relacionados à educação. Isso prova o nosso compromisso. Pergunte a esses vereadores que aqui querem fazer a política do pior... do pior melhor, quantos projetos têm em relação à educação. Faça o comparativo, faça essa comparação e nós vamos ver vereadores comprometidos com a causa, que sabem o que os trabalhadores em educação reivindicam, vereador Presidente.
e ainda disse: “Esse sim é o trabalho que estamos fazendo na Casa Napoleão Laureano”.	(Segmento K) Esse, sim é o nosso encaminhamento. Esse, sim é o trabalho que fazemos com muita responsabilidade aqui na Casa Napoleão Laureano, vereador Sérgio, vereador Marco Antonio.
	(Segmento L) Mas neste momento, gostaria de escutar os vereadores, pra que a gente pudesse fazer um processo amplo e democrático, uma visão de educador, uma visão de uma educação melhor pra cidade de João Pessoa. Eu escuto com prazer, primeiro, vereador Sérgio e logo em seguida os demais vereadores. Vereador Sérgio.

O pronunciamento do vereador Benilton Lucena acontece após as discussões e votação do requerimento. Em certos momentos da gravação da sessão, o áudio ambiente pode ser compreendido e percebem-se gritos mais fortes quando este parlamentar tem a palavra, porém não fica nítido. Para confirmar o fato, consultamos blogs e portais locais que tratam de política e encontramos duas menções explícitas de que o vereador fora vaiado e chamado de traidor⁶¹. Assim, trata-se de discurso com objetivo de mostrar – ou recuperar – credibilidade junto ao destinatário presumido: os servidores da Secretaria de Educação.

O segundo destaque aos participantes da comunicação discursiva é para o *eu* que discursa, não mais na condição de Primeiro Secretário, mas na de vereador representante da classe dos trabalhadores em educação, com a experiência de três mandatos na câmara, além da presidência do sindicato. Tal característica é muito mais relevada pelo sujeito falante do

⁶¹ “Benilton viu professores, sua principal base eleitoral, lhe chamar de “traidor””, disponível em <https://www.politicaetc.com.br/2015/03/benilton-vota-contr-professores-e-categoria-dispara-e-traidor-nao-me-representa-foa-benilton>. “O vereador Benilton Lucena (PT) foi vaiado e chamado de traidores pelos grevistas. O parlamentar, que também é professor, votou contra a aprovação do requerimento que pedia para transformar a sessão em audiência pública”, disponível em “<https://portalcorreio.com.br/professores-ocupam-cmjp-e-apelam-para-interveno-dos-vereadores/>”, acessos em 05 mai 2019.

que a de membro da bancada do governo que votou a contragosto da citada categoria.

Ao mirar os servidores da secretaria da educação, o vereador busca mostrar que é professor e sindicalista. Assim, estabelece relação de contiguidade com o domínio sindical-educacional, ao contar sua história: professor, diretor de escola, presidente do sindicato; ao lembrar momentos de que participou: movimento de paralisação, caminhadas, panelaço; ao tratar a categoria por “trabalhadores em educação”. Evidencia-se como representante da classe no parlamento municipal por três mandatos, faz autoelogio acerca de seu trabalho realizado “com maestria” e lê a ementa de 31 (trinta e um) projetos de lei de sua autoria, sempre iniciando com a identificação de tipo e número, uma repetição, que enfatiza sua produção legislativa para defender-se.

Convém salientar que, por um lado, diferentemente do colega líder da bancada do governo, este orador não faz o movimento de separação do destinatário presumido, posto que, para o vereador Benilton, fica claro e expresso que seu público eleitor potencial é justamente a classe de servidores da área educacional. Por outro lado, tal qual a declaração de voto do vereador Marco Antônio, estabelece também uma relação dialógica de desqualificação de terceiro, que também são os vereadores opositores, que, conforme o orador, “fazem uma política do quanto pior melhor”, não têm projetos apresentados de interesse da classe e almejam fazer-se representantes naquele momento. Após elencar os projetos de sua autoria, dirige-se ao presidente para sugerir: “Faça o comparativo, faça essa comparação e nós vamos ver vereadores comprometidos com a causa, que sabem o que os trabalhadores em educação reivindicam, vereador Presidente”. No âmbito da comunicação linguística, o *tu* é o presidente dos trabalhos, mas, na comunicação discursiva, metalinguística, dirige-se aos servidores da educação para mostrar-lhes que os outros não têm projetos para a área educacional enquanto ele tem mais de 50 e é capaz dar tantos exemplos.

O pronunciamento contrapõe-se ao discurso da oposição, o qual visa a tachar a bancada governista – e o Prefeito – de intransigente, por não querer ouvir as reivindicações servidores, logo mantém relação dialógica de desacordo com as todas as falas dos vereadores de oposição ditas ao longo da sessão. Enquanto a oposição diz “a câmara negou o microfone aos professores”, o vereador Benilton responde “[...] nós já tínhamos aprovado aqui uma audiência pública[...]”; para “Câmara está mais a serviço do prefeito Luciano Cartaxo do que do povo da cidade de João Pessoa”, diz “[...]precisa ter um canal de diálogo aberto e esse trabalho nós fizemos no dia de ontem. Esse trabalho os vereadores da situação fizeram”.

Há também uma relação de desacordo com o enunciado que tacha o orador de traidor. Neste caso, em primeira análise, somente pela ata, seria certamente uma resposta

antecipada, como pode ter sido, já que o vereador era o primeiro inscrito e tinha a posse de várias ementas de projetos. No entanto, os barulhos que em alguns momentos vazam na gravação, confirmados por relatos de dois blogs, mostram que, certamente, após a votação os xingamentos já haviam começado. De todo modo, a apresentação de seu currículo e a listagem de matérias apresentadas acerca da educação respondem ao enunciado “o vereador Benilton é traidor dos trabalhadores em educação”, que está disperso antes, depois e durante a sessão, posto que a greve estava em seu nono dia oficial – sem contar os dois de paralisação após primeira assembleia – e, conforme relatos na própria sessão ordinária e imprensa, havia registros de participação dos vereadores da oposição nos eventos, mas não do vereador sindicalista, logo é possível a preparação do orador para tal resposta.

As relações entre os participantes da comunicação discursiva determinam uma expressão de autovalorização com um tom elogioso, daí que resultam a lista de projetos e termos e o questionamento sobre o que os outros haviam feito. A disposição estrutural, primeiramente segue a alternância entre declaração de currículo e afirmação de que a oposição não resolve o fim da greve, para depois iniciar a listagem de matérias e culminar na mesma alternância de palavras de ataque à oposição e autoelogio do mandato.

O acabamento do enunciado ocorre pela delimitação do objeto: em meio a tanto que se pode dizer acerca da greve, dos motivos da categoria e das justificativas do governo, o enunciado exaure-se no currículo político-sindical de um dos membros da bancada do governo e na falta de semelhante história na bancada oposicionista. Com efeito, o propósito discursivo é o de afirmação ou lembrança da posição do vereador como representante legítimo da categoria dos servidores municipais da educação e refutação das acusações de traição.

Configura-se assim um enunciado de autodefesa em uma situação de confronto entre dois domínios a que o orador pertence: o governo municipal e o sindicato. Visto o enunciado-fonte, discorramos então, acerca da ata.

6.2.5.1 A transmissão na ata

O pronunciamento de Grande Expediente é o tipo de registro mais extenso da ata, já que, nessa parte da sessão ordinária, não há deliberações nem qualquer fase do processo legislativo. É o momento de o vereador falar sobreque quiser, logo, como em outros casos, o redator dirige-se à Mesa Diretora, porém o orador tem mais força como participante da comunicação discursiva, pois, diferentemente de outras partes, seu pronunciamento não é condicionado pelo Regimento Interno a um assunto, como discutir certa matéria, justificar um

voto, questionar um procedimento.

Destacamos a identificação do orador, informando-se que ele fala na condição de parlamentar comum e não como membro da Mesa Diretora, podendo, então, tratar de assuntos referentes a seu mandato.

As relações dialógicas estabelecidas com o destinatário presumido do enunciado-fonte são mantidas na medida que vários segmentos são contemplados, com transcrição de algumas palavras-chave do domínio sindical bem como da informação quantitativa a respeito dos projetos apresentados. A relação de desqualificação de terceiro também é mantida com a acusação de que os vereadores da oposição pensam que “quanto pior, melhor”. No entanto, conforme explicado mais adiante, há uma diminuição do tom de autoelogio e de acusação aos opositores.

A relação de desacordo com o discurso oposicionista também é mantida com as menções à audiência pública já aprovada e ao trabalho realizado por alguns vereadores da bancada de governo na reunião da noite anterior. Do mesmo modo, porém com menos volume, é mantida a menção aos mais de 50 (cinquenta) projetos que o vereador diz ter apresentado. Já o desacordo com a acusação de traidor não é apagado pelos fatores do caráter expressivo da ata, conforme explicado adiante.

É perceptível a manutenção do arranjo discursivo no tocante à harmonia dos dois enunciados, porém a ata, nessa metáfora musical, teria alguns instrumentos a menos, diminuindo o volume da orquestra. Ambos estão em um tom mais baixo: o autoelogio e o ataque à oposição, mas estão lá.

Com efeito, trata-se do filtro institucional do redator, que faz com o tom de combate ser diminuído, tanto que a menção aos projetos fica apenas com limita à exaltação resumida de virtudes próprias, sem a parte enfrentadora que consta na transcrição: “Pergunte a esses vereadores que aqui querem fazer a política do pior... do pior melhor, quantos projetos têm em relação à educação”. Já a listagem das 31 ementas não entrou na ata, provavelmente, pelo caráter resumitivo e por não ter sido encaminhado o documento lido pelo orador. De todo modo, há uma perda do volume do elogio ao representante da classe.

A falta da listagem dos projetos e da expressão de enfrentamento modificam o arranjo expressivo e dificultam a recuperação, na superfície linguística, da relação dialógica de desacordo com a acusação de traidor, existente no pronunciamento. Tal relação pode ser recuperada com a compreensão de outras intervenções registradas na ata bem como pelo conhecimento da situação por outros meios, porém não está mais marcada na linguagem, em termos de Authier-Revuz (1982).

Quase todo o registro é feito em DD, com uma entrada de DI no meio. Assim, a primeira parte é a variante encontrada vastamente na ata, DD resumitivo, que não é preparado nem esvaziado, nos termos de Volóchinov (2017), neste caso, com alteração –diminuição de volume – do tom, mas manutenção de arranjo discursivo e bastante preservação dos termos, ou seja, com mostração de palavras (AUTHIER-REVUZ, 2004a), apesar de também haver paráfrases.

No meio do relato, a lista das ementas de projetos apresentados é reduzida a “Em seguida, o orador finalizou com a leitura de vários projetos, de sua autoria, voltados para a melhoria da educação municipal de João Pessoa”. Do ponto de vista formal, não se enquadraria como DI canônico gramatical, com verbo *dicendi* e conjunção integrante, porém, ao considerar que os critérios levantados por Authier-Revuz (2004a), vê-se que a parte referente ao apresentador está a presença de verbo faz as vezes de *dicendi* por conta da complementação “com a leitura” e o enunciado apresentado é parafraseado - e resumido. Assim, o registro está na zona de formas do DI. Já em relação à variante, enquadra-se na analítico-objetal, já que o enunciado alheio fica no plano temático.

No fim do registro, aparece um relato por DD: “e ainda disse: ‘Esse sim é o trabalho que estamos fazendo na Casa Napoleão Laureano’”, que está completamente esvaziado pela relato em DI, configurando-se como DD reificado. Trata-se do fim do pronunciamento, havendo apenas omissão da menção de aparte, de modo que nesse trecho, a diminuição do tom deve-se à relação que têm com o segmento anterior, ou seja, na ata, “tudo isso” tem um peso bem mais leve que o da transcrição que sucede uma listagem de ementas.

Recapitulemos, então, análise desse registro:

Quadro 8 - Elementos da RDO – Orador

<p>L – Enunciador e locutor apresentador: redator da ata; II – locutor apresentado: “O orador, Sr. Vereador Benilton Lucena”; In – interlocutores da ata: II, Mesa, demais vereadores; in: interlocutores do pronunciamento: In, servidores públicos da secretaria de educação, vereador Lucas de Brito, vereador Raoni Mendes, vereador Renato Martins. M – mensagem caracterizada como RDO: “O orador, Sr. Vereador Benilton Lucena disse: ‘[...]’. finalizou com a leitura [...] e ainda disse ‘[...]’” Formas: DD (verbo <i>dicendi</i> + mostração, com paráfrase); DI (verbo <i>dicendi</i> + paráfrases resumida); DD (verbo <i>dicendi</i> + mostração, com paráfrase) Variantes: DD sintetizadora de conteúdo, com manutenção de arranjo e leve diminuição do tom; DI analítico-objetal, com alteração de arranjo e diminuição de tom; DD reificado sintetizadora de conteúdo, com manutenção de arranjo e manutenção do tom; Compreensão comum: o vereador Benilton tem uma história como representante da categoria dos servidores da educação;</p>

Avaliação comum: o vereador Benilton deve responder;

Avaliação de L: um orador deve ter registros mais extensos na ata; os ataques aos pares devem registrados, mas suavizados.

Avaliação de II: vereadores da oposição torcem para a situação piorar, não têm projetos apresentados em prol da educação; sou o legítimo representante da categoria provo com a apresentação de mais de 30 ementas de projetos.

Relações Dialógicas na Transcrição:

- 1) Destinatário Presumido: a) contiguidade com o domínio sindical, b) desqualificação de terceiro
- 2) Enunciados: a) desacordo com o discurso da bancada de oposição; b) desacordo com a acusação de traidor.

Relações Dialógicas na ata:

- 3) Destinatário Presumido: 1a suavizado; 2) b alterado (terceiro é despersonificado);
- 4) Enunciado-fonte: manutenção e suavização de 2a.; apagamento de 2b.

6.2.6 Aparte do vereador Sérgio da SAC ao orador vereador Benilton Lucena

Este pronunciamento é um aparte, ou seja, breve interrupção para comentar a fala do orador. O aparteante anuncia logo no início o caráter laudatório de sua intervenção ao principal interlocutor por definição, o orador, e, conseqüentemente, é uma crítica à atuação da bancada de oposição. Juntos, a defesa do orador e o ataque à conduta da bancada minoritária constituem uma apresentação dos fatos aos servidores presentes e demais espectadores que desconheçam o trabalho do citado vereador. É, portanto, um testemunho de solidariedade.

Ata 16SO – 24/03/2015 ⁶²	Transcrição
-------------------------------------	-------------

⁶² Grifos do original.

<p>Em aparte, o Sr. vereador Sérgio da SAC parabenizou, rechaçou o oportunismo, a politicagem e disse: “V. Ex.^a tem dado a vida para que os professores recebam hoje um dos melhores salários do nordeste”.</p>	<p>Vereador Sérgio da SAC: Senhor Presidente, aqui cheguei nesta casa e posso dizer a Vossa Excelência lhe chamar professor Benilton, mas professor em todo sentido. Quem estava ontem presente na reunião lá viu a sua aflição de levar uma negociação justa, porém justa e como justa. Via nos seus olhos, ontem, uma frase bem fácil de dizer ...foi mais de cinquenta projetos. Nesta casa é muito fácil se dar uma de oposição quem nunca fez oposição a quase nada nesta casa. A história do professor Benilton e vereador é uma história limpa, é uma história bonita, é uma história de movimentos dentro da categoria que até a categoria sabe. Vossa Excelência sabe mais do que eu o quanto Vossa Excelência tem dado a vida para que hoje esteja aqui nesta casa o professor recebendo o melhor salário do nordeste. Vossa Excelência...</p>
	<p>Presidente, Vereador Durval Ferreira: Conclua, vereador.</p>
	<p>Vereador Sérgio da SAC: Vossa Excelência vem contribuindo e muito nas negociações, quem não vê é porque não quer ver, mas Vossa Excelência, além de ser um professor, é um bom vereador e a prova está aí, são cinquenta projetos. Atirar, dizer que quer salário, é muito fácil, ficar ao lado daqueles num movimento oportuno é uma politqueira que não vai bem pra essa casa. Parabéns, vereador Benilton por ser professor e ser ainda líder do sindicato.</p>

É perceptível a diferença da extensão do trecho transcrito e o registrado em ata. O aparteante ratifica todo o pronunciamento do colega: no elogio à história do vereador Benilton, na menção à reunião da noite anterior e no ataque à bancada de oposição. Realizamos, então, como nas outras, primeiramente a análise das relações do enunciado-fonte.

O aparte tem como destinatário imediato o orador que concede o turno. Mantém, como o pronunciamento a que se refere, o público expectador como participante da comunicação discursiva. Assim, há uma repetição de assuntos, porém sem a relação de contiguidade com o domínio sindical. Os elogios ao vereador Benilton são genéricos e se remetem à história deste e aos fatos recentes: o aparteante repete alguns trechos do pronunciamento e formula frases sem, por vezes, conectá-las. Como se visa ao público expectador, estabelece com este relações de (des)qualificação de terceiro, amplamente vinculada com relação dialógica de acordo com outros enunciados: enaltece-se o colega:

ataca-se a bancada de oposição.

Conforme dito, o aparteante reitera o pronunciamento do vereador Benilton, para concordar inteiramente. Acrescenta uma informação ao fim reverberando o discurso da gestão municipal de que os professores da educação básica de João Pessoa tem o melhor salário do Nordeste, entre as redes públicas. Como exemplo desse discurso, citamos títulos de notícias do portal oficial da Prefeitura, respectivamente em fevereiro e outubro de 2014: “Prefeito anuncia reajuste para professores e mantém melhor salário do Norte/Nordeste”⁶³; “Salário de professores chega a R\$ 5.240, o maior entre cidades do Norte e do Nordeste”⁶⁴. Durante as negociações, em entrevistas, os representantes mencionavam tal informação e, em nota publicada em diversos portais na semana anterior, após uma manifestação, foi reiterado pela prefeitura:

Quadro 9 - Trecho de Nota da Prefeitura.

Mesmo com a crise econômica que atinge o poder público em todo o País, a Prefeitura apresentou proposta de reajuste real de 3%. Com esse reajuste, um professor de nível superior da rede municipal de ensino da Capital passaria a receber R\$ 2.506 para uma carga horária de 30 horas semanais. Vale lembrar que os professores da rede municipal já têm o segundo melhor salário das regiões Norte e Nordeste.

Fonte: Jornal da Paraíba⁶⁵.

O aparte do vereador Sérgio da SAC, então, entra em relação dialógica do tipo acordo com o discurso oficial da Prefeitura, complementando o pronunciamento do vereador Benilton com vistas ao público expectador da sessão.

O caráter de enaltecimento ao colega é expresso por de termos como “professor em todo sentido”, “é uma história bonita, é uma história de movimentos dentro da categoria”, “Vossa Excelência tem dado a vida para que esteja [...] o professor recebendo o melhor salário do Nordeste”. Há um tom testemunhal, o aparteante frisa sua condição de ter conhecimento da biografia, incluindo os feitos recentes do orador: “posso dizer a Vossa Excelência lhe chamar

⁶³ Disponível em <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeito-anuncia-reajuste-a-professores-e-capital-mantem-melhor-salario-do-no-ne/>, acesso em 31 mai 2019.

⁶⁴ Disponível em <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/salario-de-professores-chega-a-r-5-240-o-maior-entre-cidades-do-norte-e-do-nordeste/>, acesso em 31 mai 2019.

⁶⁵ Disponível em http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/servidores-da-educacao-de-jp-protestam-por-reajuste-salarial.html, e <https://www.maispb.com.br/86687/pmjp-lamenta-greve-dos-professores-e-diz-que-esta-aberta-ao-dialogo.html>, acesso em 31 mai 2019.

professor Benilton”; “Quem estava ontem presente na reunião lá viu a sua aflição de levar uma negociação justa”; “Via nos seus olhos, ontem, uma frase bem fácil de dizer”

Já o ataque à bancada de oposição é colocado no meio da narração de fatos recentes e no término do aparte: “Nesta casa é muito fácil se dar uma de oposição quem nunca fez oposição a quase nada nesta casa”; “[...] ficar ao lado daqueles num movimento oportuno é uma politqueira que não vai bem pra essa casa”. Nota-se ainda nos trechos um registro informal da língua, não por desrespeito à formalidade da casa, já que há expressões protocolares, como “Senhor Presidente e “Vossa Excelência”, mas pela não concordância de certos termos, pela disposição de palavras, pela construção sintática truncada.

O acabamento do enunciado é delineado pela exauribilidade do sentido, no ataque à oposição e ao replicar aspectos da história do orador, inclusive complementação com o discurso da Prefeitura acerca do “maior salário do Norte e Nordeste” é colocado como um fato decorrente da ação do vereador Benilton Lucena. Assim, o propósito discursivo é o de defesa de um colega de bancada perante seus eleitores potenciais e a consequente defesa do governo ante o discurso da oposição.

Na ata, há diferenças consideráveis, conforme mostrado a seguir.

6.2.6.1 A transmissão na ata

É notório, de acordo com o já posto, que há um amplo processo de resumo na ata. Refizemos o quadro comparativo, segmentando os trechos:

Ata 16SO – 24/03/2015 - Segmentada	Transcrição Segmentada
Em aparte, o Sr. vereador Sérgio da SAC	Vereador Sérgio da SAC: Senhor Presidente, aqui cheguei nesta casa
parabenizou,	(segmento A) e posso dizer a Vossa Excelência lhe chamar professor Benilton, mas professor em todo sentido. Quem estava ontem presente na reunião lá viu a sua aflição de levar uma negociação justa, porém justa e como justa. Via nos seus olhos, ontem, uma frase bem fácil de dizer, foi mais de cinquenta projetos. Nesta casa é muito fácil se dar uma de oposição quem nunca fez oposição a quase nada nesta casa. A história do professor Benilton e vereador é uma história limpa, é uma história bonita, é uma história de

	movimentos dentro da categoria que até a categoria sabe. (deslocamento do Segmento B) [...]
	Presidente, Vereador Durval Ferreira: (Segmento C) Conclua, vereador.
	Vereador Sérgio da SAC: (Segmento D) Vossa Excelência vem contribuindo e muito nas negociações, quem não vê é porque não quer ver, mas Vossa Excelência, além de ser um professor é um bom vereador e a prova está aí, são cinquenta projetos..
rechaçou o oportunismo,	(Segmento E) Atirar, dizer que quer salário, é muito fácil, ficar ao lado daqueles num movimento oportuno
a politicagem	(Segmento F) é uma politqueira que não vai bem pra essa casa
	(Segmento G) Parabéns, vereador Benilton por ser professor e ser ainda líder do sindicato
e disse: “V. Ex. ^a tem dado a vida para que os professores recebam hoje um dos melhores salários do nordeste”.	(Segmento B) Vossa Excelência sabe mais do que eu o quanto Vossa Excelência tem dado a vida para que hoje esteja aqui nesta casa o professor recebendo o melhor salário do Nordeste. Vossa Excelência...

Convém repontuar que o público expectador potencial eleitor não é encarado pelo redator como participante da comunicação discursiva e o filtro institucional de evitar ataques é, mais uma vez, acionado, o que faz com que relações dialógicas distintas seja estabelecidas.

A ata não deixa transparecer as mesmas relações dialógicas do aparte na sessão, sobretudo a desqualificação dos vereadores, resumida literalmente em três palavras. Por outro lado, a qualificação positiva, tem um pouco mais de espaço, com o destaque para a relação com o discurso da prefeitura acerca do salário dos professores de João Pessoa.

O caráter expressivo da ata altera um pouco o arranjo discursivo testemunhal e o transforma em cumprimento porém mantém a entonação elogiosa. Já o ataque direcionado à bancada de oposição torna-se uma crítica a certas práticas de maneira geral sem especificidade de autoria.

Ao analisarmos a escala de tom de variantes linguísticas, o redator diminui com mais vigor nesse pronunciamento a entonação informal e popular do vereador, conferindo-lhe mais formalidade.

No tocante às formas de RDO, o relato em ata é feito inicialmente em DI, com a variante analítico-objetal. Toda a narrativa laudatória do segmento A é resumida em “parabenizou”, logo a ata não registra o testemunho de afeto apresentado pelo aparteante ao orador. Já os segmentos E e F são representados apenas por “rechaçou o oportunismo e a politicagem”, porém não se atribui quem pratica esses atos rechaçáveis, embora no segmento A, o aparteante teça a crítica: “Nesta casa é muito fácil se dar uma de oposição quem nunca fez oposição a quase nada [...]”.

Ao término do registro em ata, representa-se na zona do DD, um forte elogio, preparado pela construção indireta que lhe antecede, a qual já relata atitudes positivas do vereador Benilton Lucena, caracterizando-se, portanto como DD preparado. Assim, conclui-se que o arranjo de valores laudatórios ainda possui eco na ata, embora em tom mais baixo, enquanto o arranjo de críticas à bancada de oposição não é registrado, ficando de maneira genérica como rechaço a defeitos da cena política.

Há de se considerar a possível dificuldade tanto de mostraçã quanto de paráfrasede certas proposições, como o segmento E e alguns trechos do segmento A – “ Via nos seus olhos, ontem, uma frase bem fácil de dizer, foi mais de cinquenta projetos”. Assim, redator da ata, além de resumir alguns, omite os segmentos A, E e F, palavras e expressões que alteram o arranjo de valores.

Em suma, o ato do redator vale-se da paráfrase resumida tanto por tratar-se de aparte quanto pelo emprego de tom formal, ao tempo que elimina do contexto narrativo, ou seja, da parte que não consta entre aspas, o alvo das críticas, de modo que não se deixa apresentar por suas palavras afirmações como “o oportunismo e politicagem da bancada de oposição”.

Quadro 10 - Elementos da RDO – Aparte.

<p>L – Enunciador e locutor apresentador: redator da ata; II – locutor apresentado: “O Sr. Vereador Sérgio da SAC”; In – interlocutores da ata: II, Mesa, demais vereadores; in: interlocutores do pronunciamento: Orador Vereador Benilton Lucena, Presidente, servidores nas galerias. M – mensagem caracterizada como RDA: “O Sr. Vereador Sérgio da SAC parabenizou, rechaçou o oportunismo, a politicagem e disse: [...]” Formas: DI (verbo <i>dicendi</i>+ paráfrase) DD (verbo <i>dicendi</i>+ mostraçãõ) Variante: DI analisadora de conteúdo, com extrema síntese, com alteração de arranjo e ampla diminuição do tom;</p>
--

DD preparado, sintetizador de conteúdo , com alteração de arranjo e diminuição de tom

Compreensão comum: o aparte deve dirigir-se ao orador, e, neste caso é um elogio;

Avaliação comum: oportunismo e politicagem/ politiqueira são algo pejorativo;

Avaliação de L: o aparteante se solidarizou com o orador; o registro deve ser curto;

Avaliação de II: o orador tem uma história bonita e tentou uma negociação justa, quem critica o orador faz um movimento oportunista (“oportuno”) e politicagem (“politiqueira”)

Relações Dialógicas na Transcrição:

- 1) Destinatário Presumido: a) desqualificação de terceiro; b) qualificação de terceiro
- 2) Enunciados: a) acordo com o orador; b) acordo com o discurso da Prefeitura

Relações Dialógicas na ata:

- 3) Destinatário Presumido: desqualificação bastante suavizada; b) qualificação de terceiro levemente suavizada
- 4) Enunciado-fonte: manutenção e suavização de 2a; manutenção, com destaque, de 2b.

Fonte: elaboração própria

Apresentada a análise de cada pronunciamento, passemos, então às últimas discussões.

6.3 CONSOLIDAÇÃO DA ANÁLISE

Procedemos, então, à elaboração de tabela-resumo para melhor explicação dos resultados encontrados, de modo que possamos verificar quais relações dialógicas são verificadas no pronunciamento e, ao comparar com as que estão na ata, ter ciência de quais têm marcas apagadas bem como quais as novas relações estabelecidas no gênero escrito que não constavam inicialmente nos debates orais transcritos das sessões.

Tabela 4 - Resumo de Formas, Arranjos e Relações Dialógicas Encontradas.

Enunciado	Formas	Arranjo/ Tom	Relações Dialógicas - Plenário	Relações Dialógicas na Ata
Intervenção 1 – Vereador Lucas de Brito	DI Analítico-Objetal	alteração/ diminuição	Contiguidade com Domínio Sindical	-
			-	Contiguidade com Domínio Institucional
			Seleção – Discurso do Sindicato	Seleção – Discurso do Sindicato
			Complementação – requerimento	Complementação – requerimento
			-	Complementação/Explicação – Domínio do Processo Legislativo
Intervenção 2 – Vereador Benilton – Primeiro Secretário	DI Analítico-Objetal	manutenção/ aumento	Tradução de Domínio comum aos servidores	-
			-	- Contiguidade com Domínio do Processo Legislativo
			- Desacordo com requerimento e interv. do Ver. Lucas	- Desacordo com requerimento e interv. do Ver. Lucas
			- Resposta Antecipada/	- Resposta Antecipada/ desacordo –

			desacordo – acusação dos servidores	acusação dos servidores
				- Acordo – Regimento Interno
Declaração de Voto 1 – Vereador Lucas de Brito	DD	manutenção/diminuição	- Tradução de Domínio comum aos servidores	- Tradução de Domínio comum aos servidores
			- Contiguidade com domínio sindical	Contiguidade com domínio sindical
			-	- Contiguidade com Domínio do processo legislativo
			- Desacordo – Discurso do Governo/ negociações	- Desacordo – Discurso do Governo/ negociações
			- Acordo – Discurso do Sindicato	- Acordo – Discurso do Sindicato
Declaração de Voto 2 – Vereador Marco Antônio	DD	alteração/diminuição	- Desqualificação de Terceiro	Desqualificação de Terceiro
			Complementação/ Explicação – Discurso da Oposição	- Complementação/ Explicação – Discurso da Oposição
			Apropriação – Discurso Pais de Aluno	-
Orador 1 – Vereador Benilton	DD	alteração/diminuição	- Contiguidade com o domínio sindical	
			- Desqualificação de Terceiro (bancada contrária)	- Desqualificação de Terceiro (despersonificado)
	DI analítico-objetual		Desacordo com discurso oposição;	Desacordo com discurso oposição;
	DD reificado		Desacordo com a acusação de traidor	-
Aparte 1 – Vereador Sérgio da SAC	DI analítico-objetual	alteração/diminuição	Desqualificação de terceiro;	-
			Qualificação de terceiro.	- Qualificação de terceiro
			Acordo -orador;	
	DD Preparado/	alteração/diminuição	Qualificação de terceiro.	- Qualificação de terceiro
			Acordo -orador;	Acordo -orador;
			Acordo -discurso da Prefeitura	Acordo -discurso da Prefeitura

Fonte: Elaboração própria

Pela leitura do quadro, destacamos, então, as relações dialógicas presentes no enunciado-fonte cujas marcas não são apresentadas na ata bem como as novas relações que surgem na resignificação para o novo gênero.

No lado das que tiveram marcas apagadas, entre as que se estabelecem com o destinatário presumido, destacam-se: contiguidade com o domínio discursivo sindical, tradução de domínio discursivo, desqualificação de terceiro (vereador da bancada contrária). Já entre as estabelecidas com outros enunciados, notam-se: apropriação – do discurso dos pais prejudicados; desacordo (com a acusação de traidor) e acordo (com o orador) – esta última deve ser entendida como apagamento parcial no registro por DI, mas recuperado por DD na transmissão do mesmo pronunciamento, o aparte do Vereador Sérgio da SAC.

Com efeito, o relato em ata, em alguns casos, desconsiderou as marcas da interação estabelecida com os servidores da secretaria de educação, na busca de empatia dos vereadores para com esse público, bem como eliminou, em outros, as marcas da relação tensa com a bancada adversária e com ataques a condutas.

No âmbito das novas relações estabelecidas na ata, observam-se na tabela: contiguidade com o domínio institucional, com o processo legislativo e acordo com Regimento Interno. Assim, um novo destinatário presumido surge, não mais o possível eleitor, mas um completo impessoal formado pela Administração Pública, pelo interesse público, pelo leitor especializado e pelos próprios parlamentares – entendidos como supostos conhecedores das regras, ainda que por assessorias.

As relações dialógicas com outros enunciados ou com o destinatário presumido determinam tanto a expressão quanto as formas típicas que constituem um gênero discursivo e são observáveis pelas marcas, conforme Authier-Revuz (1982), que deixam na superfície da materialidade linguística as quais cabe ao analista o estabelecimento de suas ligações. Notamos, então, que não há vínculo entre as formas DD e DI com, respectivamente, a manutenção ou diminuição das marcas das relações dialógicas com destinatário presumido do enunciado-fonte. Há, no entanto, de se aceitar as formas de DD – na ata, sempre com aspas – representam que os termos são de outro, daí que é preciso compreender a mostração de palavras, uma imagem do discurso outro, conforme Authier-Revuz (2004a), como causadora de efeito de sentido que confere responsabilidade ao sujeito falante do enunciado-fonte, o vereador, mas que não necessariamente as reproduzem.

Entre os elementos do caráter expressivo, destacamos o arranjo discursivo e o tom. Aquele tende sempre a ser alterado quando a composição privilegia o ataque com uso de palavras consideradas fortes ou agressivas pelo redator. Quando mantido, nesses casos, tem seu volume ou seu tom diminuído. Por outro lado, as alterações são mais leves ou até o mesmo arranjo é mantido em casos de recorrência ao regimento e à organização do rito quando já constante no pronunciamento.

O que há em comum, portanto, em todos os registros em ata é a busca para facilitar a compreensão ao destinatário presumido da redação oficial, com a inserção de termos e informações para situar o andamento da sessão e do processo legislativo. Enquanto o vereador fala para um possível eleitor, o redator da ata fala para própria administração pública, em primeiro lugar. Há, porém, abertura de espaço na ata, em vários momentos, com destaque para os embates acirrados, para captar o máximo possível da entonação do vereador, pois este é também destinatário, já que pode pedir retificação de termos, de modo que, em alguns casos, o registro é por DI e outras por DD, que confere o efeito de sentido de transmissão de responsabilidade.

A ata preza por um tom institucional, que evita tomar partido, logo os enunciados vindos do debate político-partidário podem quebrar essa tentativa de imparcialidade, por isso

há diminuição e supressão de expressões de ataque, manutenção dos elogios e de menções corretas – para o redator – à interpretação do regimento interno. Isso não constitui regra, mas uma tendência dos conteúdos representados a qual influencia no estilo: é o filtro institucional do redator.

A filtragem decorre do ato responsivo, em termos de Bajtin (1997), do enunciador da ata que trabalha no limiar entre a manutenção da institucionalidade do gênero discursivo e a necessidade de evidenciar a palavra alheia, posto que a simples menção de que alguém falou não daria conta de transmitir o discurso do outro, cuja função é, entre outras, representar o povo pela fala. De maneira geral, são evitados ou suavizados: expressões de ataques; erros de menção ao regimento; informalidade excessiva, além das alterações próprias à passagem da modalidade oral para a escrita como os segmentos truncados, incompletos, tautologia e redundância.

O redator da ata trabalha com a singularidade de cada pronunciamento – o parlamentar, sua bancada, o assunto, a parte da sessão, o tom, o destinatário e, ao mesmo tempo com a regularidade de domínio discursivo institucional, que lhe impõe um outro, um destinatário presumido que não necessariamente estava contemplado no enunciado-fonte. Consolidados e discutidos os resultados, podemos passar à finalização do trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas últimas palavras, apresentamos o alcance do objetivo geral bem como apontamos caminhos que o trabalho deixa para pesquisas futuras.

Foi alcançado o objetivo geral de desvelar os efeitos de sentido da transmissão de discurso outro em atas de sessões plenárias ordinárias. Para tanto, a análise dos tipos de relações dialógicas existentes entre os participantes da comunicação discursiva – o destinatário presumido e outros enunciados – nos pronunciamentos e na ata foi tarefa essencial, somada à análise do fenômeno de supressão, manutenção ou inserção de novas relações dialógicas na transição do enunciado-fonte para o documento escrito.

O objetivo, portanto, foi cumprido com o apontamento das relações dialógicas – contigüidade, tradução de domínio discursivo; (des)qualificação de terceiro; acordo ou desacordo, complementação/ explicação, divisão e seleção, resposta antecipada, apropriação – e apresentação de sua dinâmica nas transcrições e trechos das atas, por meio de categorias formuladas a partir de elementos do enunciado (BAKHTIN, 2003a), mostrando os efeitos de sentido que as formas de transmissão de discurso de outro apresentam.

Sustenta-se, então, nossa tese de que a fidedignidade – e também sua ausência – entre o enunciado da sessão plenária e o da ata da Câmara Municipal de João Pessoa pode ser observada por meio da consideração das relações dialógicas e das alterações e manutenções de arranjo discursivo e tom. Afinal, pela natureza do serviço, sempre haverá muitas mudanças sob a ótica da materialidade linguística da retextualização, por isso há de se considerar que, quando uma série de relações dialógicas do enunciado-fonte é mantida assim como o arranjo discursivo, configura-se fidedignidade, sobretudo em pronunciamentos mais longos, como no grande expediente ou mais sensíveis de marcação de posição política como as declarações de voto.

Ao considerar a pesquisa como enunciado, nos termos de Bakhtin (2003a), assume-se que é preciso dar-lhe acabamento, a exauribilidade do sentido, por isso o pesquisador realiza um ato responsável, com caráter singular e ao mesmo tempo situado no mundo, de fazer os cortes para delimitar seu trabalho. Cabe, então, apresentar, pelo menos, três possibilidades de investigação que esta tese deixa.

A primeira possibilidade é a respeito das demais relações dialógicas que podem ser encontradas em outras sessões ordinárias com debates a respeito de outros assuntos. Assim, não se pode afirmar que existam apenas os oito tipos apontados. A ampliação de análise em atas de sessões ordinárias mesmo – mas também em outras – pode trazer novas relações.

O segundo ponto é a respeito dos sujeitos falantes, pois, nas sessões ordinárias, apenas parlamentares podem tomar a palavra. Há de se perguntar como ocorre a dinâmica de registro em sessões, em que membros de outros poderes e convidados como representantes de grupos e da academia também falam, e em audiências públicas, em que qualquer pessoa não convidada pode inscrever-se para falar.

O terceiro é a princípio de ordem linguística: os efeitos de sentido das modalizações apontadas por Authier-Revuz (2004a): em asserção segunda – MAS – e autonímica de empréstimo (MAE). Do mesmo modo, que consideramos os esquemas de transmissão por predicação – DI e DO – como marcas dentro de uma ampla relação dialógica, há de considerá-las do mesmo modo e de verificar a ocorrência e a dinâmica dessas formas, haja vista que, foram encontradas atas em que elas aparecem, porém não nos pronunciamentos acerca do tema aqui contemplado.

Em suma, a redação da ata, é um ato responsivo, constitutivamente dialógico, em que alguns argumentos dos parlamentares são omitidos, outros são resumidos. A escolha é feita pelo redator segundo um ponto de vista da busca pelo que ele julga ser – e que não necessariamente é – o cerne da questão e relevante para a instituição. Tal julgamento, apesar de buscar objetividade, é feito sob um ponto de vista, que necessariamente é axiológico, com a contemplação de certas marcas de relações dialógicas do enunciado-fonte, mas também com omissões e inserções bem como com mudanças no tom e arranjo discursivos, de modo a formar um novo enunciado.

REFERÊNCIAS

- AGEEVA, I. La critique de F. de Saussure dans Marxisme et philosophie du langage de V.N. Vološinov et le contexte de la réception des idées saussuriennes dans les années 1920-1930 en Russie. In: Cahiers de l'ILSL, N° 26, pp. 73-84, 2009.
- ALPATOV, V. Linguistique Marxiste. In: **Le discours sur la langue en URSS à l'époque stalinienne** (épistémologie, philosophie, idéologie). Cahiers de l'ILSL. Lausanne, n°14, p. 5-22. 2003.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- AUTHIER-REVUZ, J. Les formes de discours rapporté - Remarques syntaxiques et sémantiques à partir de traitements proposés. **D.R.L.A.V.** Paris, v.1., p.1-78, set.1978.
- _____. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans les discours. **D.R.L.A.V.** Paris, n°26, p.91-151, 1982.
- _____. Les non-coïncidences du dire et leur représentation méta-énonciative. Etude linguistique et discursive de la modalisation autonymique. Résumé de Thèse. **Linguisticae Investigationes**, n° XVII-1, p. 239-252, 1993.
- _____. **Palavras Incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. La représentation du discours autre: un champ multiplement hétérogène. In: LOPES-MUÑOZ, J. L.; MARNETT, L.; ROSIER, L. (orgs.). **Le discours rapporté dans tous ses états**: question de frontières. Paris: L'Harmattan, p. 35-53, 2004a.
- _____. A heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004b.
- _____. A não-coincidência interlocutiva e seus reflexos metaenunciativos. In: _____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004c.
- _____. Représentation du Discours Autre et catégorisation métalangagière. In: GRINSHPUN, Y. ; NYÉE-DOGGEN, J. (orgs). **Regards croisés sur la langue française** : usages, pratiques, histoire. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, p.157-170, 2012.
- _____. ; LEBFEVRE, J. L'entretien de presse: un genre discursif de représentation de discours autre. **Investigações**. Recife, v. 8. n.especial, dezembro, 2015, p. 1-59.
- BAJTIN, M. M. Hacia una filosofía del acto ético. In: _____. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores**: y otros escritos. Comentarios de Iris M. Zavala y Augusto Ponzio. Tradução de Tatiana Bubnova. Barcelona: Antropos. San Juan: Universidad de Porto Rico, 1997.

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: _____ **Estética da Criação Verbal**. 1 ed. Tradução de Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____ **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____ Os gêneros do discurso. In: _____ **Estética da criação verbal**. 4 ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

_____ O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: _____ **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003b.

_____ Metodologia das Ciências Humanas. In: _____ **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003c.

_____ O autor e a personagem na atividade estética. In: _____ **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003d.

_____ Fragmentos dos anos 1970-71. In: _____ **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003e.

_____ **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

_____ O Discurso no Romance. In: _____ **Teoria do Romance I: A estilística**. São Paulo: Editora 34, 2015.

_____ Os gêneros do discurso. In: _____ **Os Gêneros do Discurso**. Organização e Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016a.

_____ Diálogo I: A questão do discurso dialógico. In: _____ **Os Gêneros do Discurso**. Organização e Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016b.

_____ **Notas sobre Literatura, Cultura e Ciências Humanas**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, M. M./ VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 12 ed. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTINE, M. M (VOLOSHINOV, V. N) **Marxisme et Philosophie du Langage**. Essai d'application de la méthode sociologique en linguistique. Tradução de Marina Yagello. Paris: Les Éditions de Minuit, 1977.

BAKHTINE, Les genres du discours. In: _____ **Esthétique de la création verbale**. 1 ed. Tradução de Alfreda Aucouturier, Paris: NRF-Gallimard, 1984.

BAXTIN, M. M. Problema rečevyx žanrov. **Sobranie sočinenij**, nº. 5. Moscou: Russkie Slovare, 1997, p. 159-206.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. 4 ed. Campinas: Pontes, 1995.

___ **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BRAIT, B. Problemas da poética de Dostoiévski e estudos da linguagem. In: ___ (org.) **Bakhtin, Dialogismo e Polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009.

___ Perspectiva Dialógica. In: ___; SOUZA-E-SILVA, M. C. (orgs.). **Texto ou Discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.

BRANDIST, C. **Responsibility and the logic of validity**. Bakhtinskie chteniia, vol. 3 (Materialy Mezhdunarodnoi nauchnoi konferentsii, Vitebsk, 23–25 iunია 1998 g.) Vitebsk: Izdatel'stvo Vitebskogo Universiteta, pp. 58–67, 1998.

___ O dilema de Voloshinov. In: ___ **Repensando o Círculo de Bakhtin**. Organização e notas de Maria Inês Campos e Rosemary H. Schettini. Tradução de Helenice Gouveia e Rosemary H. Schettini. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL, Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 02 fev. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado, 2014.

BUBNOVA, T. Voz, sentido e diálogo em Bakhtin. **Bakhtiniana**, São Paulo, 6 (1): 268-280, Ago./Dez. 2011.

BÜHLER, K. Vom Wesen der Syntax. In: KLEMPERER, V; LERCH, E. (orgs.) **Idealistische Neuphilologie: Festschrift für Karl Vossler**. Heidelberg: Carl Winter, 1922.

CALMON, P. **Curso de Teoria Geral do Estado**. 4ª edição revista. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1954.

CAMPOS, M. I. B. Questões de Literatura e Estética. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin, Dialogismo e Polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, D. A. C. Do discurso citado à circulação dos discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.15, n. 22, jan./jun. 2008, p.129-144.

GUIMARÃES, G. M. **Do Plenário para o Papel**: análise do processo de retextualização desenvolvido na produção de ata de reunião plenária. 199 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2008.

GRILLO, S. Ensaio Introdutório. In: VOLÓCHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grilo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IVANOVA, I. Lev Jakubinski (1892-1945): o destino de um linguista russo, 2012. In: **Cadernos Cenpec**. V.2, n.2, São Paulo, p.225-241, dez. 2012 (disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/179>).

_____. O diálogo na linguística soviética dos anos 1920-30. Tradução de Dóris Cunha e Herbert C. e Silva. **Bakhtiniana**, Rev. Estud. Discurso. Vol.6, n.1 São Paulo Ago./Dez. 2011,

JAKUBINSKI, L. **Sobre a palavra dialogal**. 1 ed. Tradução (russo-francês) de Irina Ivanova e Pratríck Sériot e (francês-português) de Dóris Cunha e Silvana Cortez. São Paulo: Parábola, 2015.

JOÃO PESSOA. Câmara Municipal. Aprova o Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pessoa. Resolução 05, de 18 de dezembro de 2003.

_____. Altera os arts. 11 e 12 da Lei 11.388/08 - que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de João Pessoa. Lei 1.669, de 18 de dezembro de 2008.

_____. Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pessoa. Projeto de Resolução 27, de 11 de abril de 2018.

JOÃO PESSOA. Gabinete do Prefeito. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Câmara Municipal de João Pessoa, revoga dispositivos da lei nº 7.487, de 20 de dezembro de 1993 (Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de João Pessoa), da lei nº 4.608 de 21 de março de 1985 e da lei nº 3.972 de 08 de novembro de 1982, estabelecendo perspectivas para o desenvolvimento funcional. Lei 11.388, de 08 de fevereiro de 2008.

LÄHTEENMÄKI, M. Estratificação social da linguagem no “discurso sobre o romance”: o contexto soviético o oculto. In: ZANDWAIS, A. (org.) Mikhail Bakhtin: contribuições para uma filosofia da linguagem e estudos discursivos. Porto Alegre: Sagra Luzzato, p. 41-58, 2005.

LENIN, V. I. Materialism and Empirio-Criticism: Critical Comments on a Reactionary Philosophy. In: _____. **V. I. Lenin Collected Works**. V. 14. 4 ed. Tradução de Abraham Fineberg. Moscou: Progress Publishers, 1977.

LIMA, A. O. **Manual de Redação Oficial**. Teoria, modelos e exercícios. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MAINGUENEAU, D. **Approche de l'énonciation en linguistique française**. Paris, Hachette, 1981.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**: O que é? Como se faz?. São Paulo: Ática, 1986.

MARROU, H. **História da Educação na Antiguidade**. Tradução de Mário Leônidas Casanova. 1 ed. Campinas: Kírion, 2017.

MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. **Português Instrumental**: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOSO, J. **História de Portugal**. Vol. II – A Monarquia Feudal. 4 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MEDVIÉDEV, P. **O Método Formal nos Estudos Literários**: Introdução Crítica a uma Poética Sociológica. 1 ed. Tradução de Sheila Grilo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDES, G. F.; FORSTER JÚNIOR, N. J. **Manual de Redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília : Presidência da República, 2002.

MORSON, G. S.; EMERSON, C. **Mikhail Bakhtin**: Criação de uma Prosaística. 1 ed. Tradução de Antônio Danesi. São Paulo: Edusp, 2008.

OLIVEIRA, M. R. **Discurso Parlamentar**: estratégias de retextualização. 122 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

PAVIANI, J. **Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico**. 2. Ed. Caxias do Sul: Educ; 2012.

PINTO, I. **Datas e Notas para História da Parahyba**. Vol. I. Imprensa Oficial da Parahyba do Norte: Parahyba, 1909.

RECIFE. Câmara Municipal. Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife. Resolução 2.624, de 20 de dezembro de 2016.

RIBEIRO, G. W. **Funcionamento do Poder Legislativo Municipal**. Brasília : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.

ROMASHKO, S.A. Vers l'analyse du dialogue en Russie. In: **Histoire Épistémologie Langage**, tomo 22, fascículo 1, Horizons de la grammaire alexandrine (1), 2000, pp. 83-98.

ROSIER, L. **Le discours rapporté – histoire, théories, pratiques**. Paris/ Bruxelles: Duculot, 1999.

_____ **Les Discours Rapporté en Français**. Paris: Éditions Ophrys, 2008.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHNAIDERMAN, B. Prefácio. In: TOLEDO, D. (Org.). **Teoria da literatura**: formalistas russos. 3 ed. Tradução de Ana Mariza Ribeira Filipouski et al. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

SÉRIOT, P. Généraliser l'unique: genres, types et sphères chez Bakhtine. **Linx**. N° 56. Universidade de Paris Oeste Nanterre La Defense, 2007, p. 37-54. (Disponível em <http://linx.revues.org/356>, acesso em 03 mar. 2018).

_____. **Volosinov e a filosofia da linguagem**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. Pourquoi Bakhtine n'est pas Pêcheux: un grand malentendu sur l'analyse de discours. Trad. de Gabriel Leopoldino dos Santos [Por que Bakhtin não é Pêcheux: um grande malentendido sobre a Análise de Discurso; texto em versão bilingue]. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 17, p. 31-46, jul. - dez. 2018.

SILVEIRA, A. B. da. (coord.) **Manual de Redação Parlamentar**. 3 ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013.

SOBRAL, A. Ato/ atividade e evento. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin: conceitos-chave**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SOUZA, G. T. Gêneros discursivos em Marxismo e Filosofia da Linguagem. *The ESpecialist*, vol. 24, nº especial, 2003, p. 185-202. (Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/9493>, acesso em 10 jun. 2016)

STALIN, I. **Marksizm i voprosy jazykoznanija**. Moscou: Gosudarstvennoe izdatel'stvo političeskoj literatury, 1950.

VAUTHIER, B. Forme architectonique et formes compositionnelles : la question du *žanr* dans les écrits de M. Bakhtine, P. Medvedev et V. Volochinov, **Linx**. Nº 56. Universidade de Paris Oeste Nanterre La Defense, 2007, p. 55-72 (Disponível em <http://linx.revues.org/356>, acesso em 12 jun. 2016).

VOLÓCHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grilo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

_____. A construção da enunciação. In: _____. **A Construção da Enunciação e Outros Ensaios**. Tradução e organização de João W. Geraldi. 1 ed. São Paulo: Pedro & João, 2013.

VOLOSHÍNOV, V.N. / BAJTIN, M. M. La Palabra en la Vida y la Palabra en poesia: hacia una poética sociológica. In: BAJTIN, M. M. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores**: y otros escritos. Comentarios de Iris M. Zavala y Augusto Ponzio. Tradução de Tatiana Bubnova. Barcelona: Antropos. San Juan: Universidad de Porto Rico, 1997.

ATAS

16 SO, 24/03/2015 – Ata da 16ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 24 dias do mês de março do ano de 2015.

19 SO, 31/03/2015 – Ata da 19ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativo da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 31 dias do mês de março do ano de 2015.

28 SO, 23/04/2015 – Ata da 28ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 23 dias do mês de abril do ano de 2015.

ANEXO A - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE MARÇO DE 2015



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 16ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 24 dias do mês de março do ano de 2015.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho - (PP)

1º Secretário

Vereador Bezilton Lúcia Lucena da Silva - (PT)

Lista de presentes

Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo - (PSB)
Vereador Felipe Matos Leitão - (SD)
Vereador Dr. Luís Flávio Medeiros Paiva - (PSDB)
Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho - (DEM)
Vereador Djanilson Alves da Fonseca – Faça Cega - (PPS)
Vereador Fernando Paulo Pessoa Milanez - (PMDB)
Vereador João Corujinha - (PSDC)
Vereador Evandro Sérgio de Azevedo Araújo – Sérgio da SAC - (PSL)
Vereador Marco Antônio Cartaxo Queiroga Lopes - (PPS)
Vereador Eduardo Carneiro - (SD)
Vereador Flávio Eduardo Maroja Ribeiro – Fuba - (PT)
Vereador Francisco Henrique da Silva – Chicó do Sindicato - (PP)
Vereador Rsoni Barreto Mendes - (PDT)
Vereador João dos Santos Filho - (PR)
Vereadora Raissa Gomes Lacerda Rodrigues de Aquino - (PSD)
Vereador Gabriel Carvalho Câmara – Prof. Gabriel - (SD)
Vereador João Almeida (SD)
Vereador Edson Cruz - (PP)
Vereador Lucas Clemente de Brito Pereira - (DEM)
Vereador Marmuthe de Souza Cavalcanti - (S/P)
Vereador Renato Martins Leitão - (PSB)
Vereador Santino Feliciano da Silva - (PT do B)
Vereadora Eliza Virgínia Silva de Souza - (PSDB)

Ausentes com justificativa: Vereador Valdir José Dowsley – Dinho - (PR) e Ubiratan Pereira de Oliveira – Bira - (PT).



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 09:30 horas, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária e convido o vereador Djanilson Fonseca para ler o texto bíblico”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Primeiro Secretário procedeu à leitura da ata da 15ª Sessão Ordinária: apreciada e aprovada sem restrições. Em seguida, leu os seguintes documentos do expediente em mesa*.

Mensagem 015/2015 – Autor: Executivo Municipal

Assunto: Envia projeto de lei que autoriza a doação de uma área pertencente ao município, para realização do projeto de reabilitação dos casarões da Rua João Suassuna, bairro do Varadouro, nesta capital.

Memorando 014/2015 – Autor: GVUP

Assunto: Justifica ausência do vereador Ubiratan Pereira – Bira – nesta sessão.

Memorando 015/2015 – Autor: GVUP

Assunto: Justifica ausência do vereador Ubiratan Pereira – Bira – nas sessões dos dias 04 e 05 de março.

Ofício s/n/2015 – Autor: GVVD

Assunto: Justifica ausência do vereador Valdir Dowsley – Dinho – nesta sessão.

1.1 Discussão e votação de requerimentos e indicações

Aprovados os requerimentos e as indicações que constam na pauta anexa. Conforme o artigo 89, §2, do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos dos vereadores ausentes na sessão.

O Sr. vereador Lucas de Brito saudou os profissionais da educação que estão presentes na presente sessão, e solicitou que fosse acrescentado e apreciado, extraordinariamente, um requerimento que solicita uma audiência pública para discutir a situação da educação no município de João Pessoa e do Sitem.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

O Sr. vereador Sérgio da SAC disse: “Acredito que esta Casa já aprovou uma audiência com a secretária de educação e que já está marcada, e acho que seria oportuno utilizar esta audiência para debater a questão da educação”.

O 1º secretário leu o requerimento de autoria do vereador Lucas de Brito, que solicita audiência pública no próximo dia 26 de março, às 11h, mas justificou que, regimentalmente, o requerimento seria apenas lido e apreciado na próxima sessão.

O Sr. vereador Renato Martins disse que a educação era um serviço prioritário e que a greve tornava o momento ainda mais delicado. Também disse que, segundo o regimento, o plenário era soberano e que, portanto, o requerimento poderia ser apreciado imediatamente. Disse que encaminhou requerimento no dia 20 pedindo a audiência e disse que a questão era urgente: “Não sei qual é o receio de fazer uma audiência pública específica para discutir a educação. Quero lembrar que a audiência com a secretária de educação é para discutir recursos do Fundeb e não poderá ser discutida outra coisa. Essa mesa de negociação nunca foi formada e não se pode esperar mais”.

O Sr. vereador Marco Antônio disse: “Queria eu que todas as sessões desta Casa fossem tão participativas. É um dia de festa na Casa. Queria dizer aos colegas que não estiveram presentes ontem na prefeitura, na reunião ordinária da bancada, que surgiu esta pauta, de que o comando de greve pedia uma audiência pública com o Prefeito para tratar da greve. Essa pauta foi levada pelo vereador Benilton e defendida pelo vereador Gabriel. Pediram que o Prefeito abrisse esse canal de negociação e isso foi concedido e, ontem, às 19h, estávamos reunidos eu, Benilton e Prof. Gabriel, atendendo a solicitação do Sindicato, e a Câmara participou desta discussão, e foi feita uma evolução, foi feita uma contraproposta do Sindicato, no sentido de se formar comissão paritária, e ficou marcado pelo comando de greve que iria acontecer uma assembleia da categoria e o comando de greve falou que não estava com a autorização da assembleia para fechar a negociação. Essa assembleia será feita amanhã, às 15h da tarde, para saber se aceitam a proposta da Prefeitura. Se existe uma audiência já marcada no dia 2 de abril, que seja incorporada esta discussão à pauta”.

O presidente, Sr. vereador Durval Ferreira colocou o requerimento para votação. O Sr. vereador Fernando Milanez sugeriu que alguns vereadores falassem com o Prefeito. Disse ainda: “Derrotar o requerimento por derrotar, não vejo prudência nisso. Acho que a categoria deveria ser a melhor remunerada no Brasil e sei que o Prefeito está preocupado, e tenho certeza que vamos encontrar uma solução, como gente civilizada. Acho que devemos falar com o Prefeito para saber o que se pode fazer”. O Sr. vereador Zezinho Botafogo parabenizou o vereador Benilton Lucena pela luta em prol da categoria e disse que gostaria de ouvir a opinião do mesmo. O Sr. vereador Durval Ferreira também parabenizou o vereador Benilton Lucena. O Sr. vereador Benilton Lucena disse: “Ontem, na abertura do canal de negociação, como professor e fundador deste Sindicato, sei que não é o desejo da categoria permanecer em greve. Eles querem encontrar uma proposta para conter os ânimos e, ontem, fizemos a solicitação a todos os vereadores e parabenizo os vereadores que se colocaram à disposição e, ontem a noite, foi apresentada uma proposta à categoria, que vai se reunir para discutir se aceita ou não. Esse



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

foi o encaminhamento no dia de ontem. Agora, se a categoria vai aceitar ou não, isso vai ser acordado em assembleia da categoria. Já temos uma audiência marcada, dia 2 de abril, mostrando que não queremos correr do debate”. O Sr. vereador Marco Antônio encaminhou sua bancada pela derrubada do requerimento e pela inclusão como ponto de pauta a discussão salarial na audiência do dia 2 de abril, caso a categoria ainda esteja em greve. O Sr. vereador Raoni Mendes disse que não se pode incluir pauta num requerimento já aprovado. Ainda disse: “Esta Casa é autônoma e os professores devem ter voz. Peço a consciência dos colegas e requeiro votação nominal”.

Situação do requerimento: **derrubado.**

Declarações de voto

- O Sr. vereador Renato Martins disse que a decisão foi contra os anseios da população. Disse que esteve presente na assembleia dos professores e que os mesmos lutam pela melhoria da educação. Disse ainda que a derrubada do requerimento foi vergonhosa. O Sr. vereador Raoni Mendes disse que a categoria não estava contra o Prefeito A, B ou C, eles somente queriam o direito de falar. E disse: “Será que não é urgente, mais de 60 mil alunos sem aulas. Não será o Prefeito que vai tolher o direito dos professores”. O Sr. vereador Lucas de Brito disse: “Hoje foi o enterro da Câmara Municipal de João Pessoa. Esta Câmara disse à cidade que está muito mais a serviço do prefeito Luciano Cartaxo do que do povo da cidade. Negou o microfone, que é público, ao povo. Lamento que o requerimento que apresentamos tenha sido derrubado nesta Casa e lamento que um dos instrumentos mais democráticos, a audiência pública, tenha sido negada para os professores do município de João Pessoa. Independente de assembleia ou de encontro com o Prefeito, o direito de usar esta Casa foi negado. Vejo a morte da democracia e da Câmara Municipal de João Pessoa”. O Sr. vereador Benilton Lucena disse: “Não podemos aceitar que a Câmara enterrou um processo amplo e democrático que vivemos. Essa é uma casa democrática e deve ser respeitada a vontade da maioria. Já está aprovada a audiência pública nesta Casa. Não seremos pautados pela oposição. Essa é uma casa democrática, onde tudo se discute, e faremos com que possamos achar uma forma democrática para negociar o melhor. Vi ontem todos que estavam na mesa de negociações sendo favoráveis a categoria. Isso sim foi o que foi apresentado, e foram os membros do comando de greve quem receberam uma proposta e quem deve deliberar é a categoria, em assembleia”. O Sr. vereador Fernando Milanez disse: “Há 15 dias atrás eu dizia, vamos abrir mão dos nossos salários para ajudar a categoria. Vergonha desta Casa não. Temos que ter bom senso. O momento que estamos vivendo no país é difícil. Se o prefeito puder, tenho certeza que ele dará. O índice de aumento, sugiro que seja maior que qualquer outra categoria”. O Sr. vereador Marco Antônio disse: “A audiência pública já está marcada nesta Casa e não venham vossas excelências, que me antecederam, falar de forma irresponsável, jogando a categoria contra todos os vereadores desta Casa. Vereador Lucas, digo que esse enterro que vossa excelência fala, vossa excelência vai como defunto também, porque aqui todos são vereadores. A discussão vai haver, mas espero que a greve acabe antes disso. Peço que vossas excelências entendam o que está acontecendo. Vereador Raoni Mendes, não venham com esta verborreia de que a educação está sucateada e esquecida”. O Sr. vereador Sérgio da SAC disse: “Gente, até semana passada o salário dos professores da Paraíba era o maior do Nordeste. E isso mudou? Não. Então, vereador Raoni, vossa excelência não tem moral de cobrar tanto, nem você nem os vereadores que fazem oposição”. O Sr. vereador João Almeida disse:



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

“Ontem esse assunto foi tratado e vi e vejo o empenho do vereador Benilton Lucena para discutir isso. A pauta levada ontem, 90 % (noventa por cento) o Prefeito cedeu e está disposto a negociar o aumento, e não sei porque essa pirotécnia. Tenho certeza que isso vai se resolver”. O Sr. vereador Lucas de Brito, em resposta ao vereador Marco Antônio, disse: “Quando a câmara morre, morre todo mundo mesmo. Mas, prefiro morrer em pé a morrer de cócoras. É cômodo estar aqui recebendo quinze mil reais por mês e negar o microfone aos professores que recebem mil reais. É injusto. A audiência pública é para servir aos professores”.

1.2 Demais comunicações

O presidente, Sr. vereador Durval Ferreira, repercutiu documento encaminhado pela empresa Energisa, comunicando que não poderia se fazer presente na audiência pública solicitada pela Câmara. A Sr.^a vereadora Raissa Lacerda, autora do requerimento, solicitou que outra data fosse imediatamente marcada, sugerindo os dias 29 ou 30 de abril.

2 ORDEM DO DIA

Não houve.

3 GRANDE EXPEDIENTE

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Benilton Lucena, disse: “Não poderia deixar de furtar de falar, no dia de hoje, que não são vereadores de oposição que o quanto pior melhor para João Pessoa que deixar e de falar do movimento de educação de João Pessoa. Fui presidente deste sindicato e dizemos várias caminhadas, panelaços, e hoje não poderia ser diferente. Agora dizer que não serão os vereadores quem dirão que devem continuar ou não na greve. Mas, queremos agradecer aos vereadores que estiveram abrindo o canal de diálogo que estava fechado. A categoria não quer manter a greve pela greve, pois temos a obrigação de 200 (duzentos) dias letivos e cada dia paralisado é um dia a mais no ano letivo O que nós queremos é que a greve acabe e os alunos nas salas de aulas. Precisamo ter um canal de diálogo aberto re isso nós fizemos ontem à noite. Foi apresentada uma outra proposta que será aprovada ou não. Já tínhamos aproado aqui uma audiência pública, um requerimento do vereador Raoni, uma audiência com a secretaria de educação, para que se tenha uma educação mais ampla e democrática em João Pessoa. Apresentamos mais de 50 (cinquenta) projetos de leis que beneficiam professores, pais de aulas e o dia a dia nas escolas”. Em seguida, o orador finalizou com a leitura de vários projetos, de sua autoria, voltados para a melhoria da educação municipal de João Pessoa e ainda disse: “Esse sim é o trabalho que estamos fazendo na Casa Napoleão Laureano”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Em aparte, o Sr. vereador Chico do Sindicato parabenizou e disse: “Foi um grande avanço essa negociação e não vamos aceitar que a oposição venha a denigrir o papel da Secretária de Educação Edilma”.

Aparteando, o Sr. vereador Marco Antônio parabenizou disse: “Lutar por uma categoria se faz de forma plena e permanente e não oportunista. Temos que fazer o discurso do possível, não o da utopia nem o do oportunismo”.

Em aparte, o Sr. vereador Fernando Milanez parabenizou e disse: “Não são justas essas vaias de hoje. Imagino a dor que v. Ex.^a vem sentindo, mas nem por isso deixar de ser o grande defensor dessa categoria da forma que sendo”.

Aparteando, o Sr. vereador Zezinho Botafogo parabenizou e disse: “Quantas e quantas vezes vi V. Ex.^a junto com Daniel bater de frente com o poder em prol dessa categorial. V. Ex.^a não é digno de vaias de nenhum que está aqui”.

Em aparte, o Sr. vereador Prof. Gabriel parabenizou e disse: “O prefeito não fechou o diálogo que foi aberto por V. Ex.^a e ontem houve um avanço”.

Aparteando, o Sr. vereador João Almeida parabenizou e disse: “Como sindicalista aprendi que há dois tipos de movimentos: um que quer resolver; outro que quer se aproveitar da situação. Fico triste, porque V. Ex.^a apresenta uma série de projetos e foi vaiado por quem será por eles beneficiados”.

Em aparte, o Sr. vereador Sérgio da SAC parabenizou, rechaçou o oportunismo, a politicagem e disse: “V. Ex.^a tem dado a vida para que os professores recebam hoje um dos melhores salários do nordeste.

Aparteando, o Sr. vereador Edson Cruz parabenizou e disse: “Os muitos que aqui hoje te vaiam irão te aplaudir pelo que V. Ex.^a faz pela categoria”.

Em aparte, a Sr.^a vereadora Raíssa Lacerda parabenizou e disse: “Sei que V. Ex.^a queria muito mais que três por cento, queríamos os 16% que a categoria quer também”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Benilton Lucena, concluindo seu pronunciamento disse: “Não vimos nenhum paladino da justiça fazer a defesa da educação no estado. Não queremos nos aproveitar do movimento, mas, estamos juntos, para conseguirmos avanços com o prefeito Luciano Cartaxo. O nosso compromisso é com o aluno e contem comigo”.

2º Orador (a)

O orador, Sr. vereador, Renato Martins, disse: “Hoje é um dia muito simbólico, em que mais uma vez a Casa não consegue interpretar corretamente o sentimento das ruas. Eu tinha dito há alguns meses que a política não pode ser um teatro, pois se assim o fosse, eu não iria participar. Quando pedi pra ser vereador, Deus não podia ter me dado um presente tão imenso como esse. Fui líder da oposição na época do oba-oba. Nesse período, nós lutamos contra os cartórios, apresentamos lutas contra as casas rachadas, lutamos com os agentes comunitários de saúde, demos conta da falta de merenda escolar, do atraso do fardamento e da necessidade de se respeitar a data base dos professores da nossa cidade. Foram muitos requerimentos e foram derrotados. Pedimos pelo Trevo de Mangabeira, e esse conseguimos. Quando chegou o período eleitoral eu acreditei na Aliança. A votação esmagadora da Aliança de esquerda me deu a impressão de que haveria um plano de trabalho e pedi votos a todos os meus amigos e após as eleições, não acreditei que fosse um jogo de marketing, eu me manifestei em



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

defender um grupo de trabalho para melhorar a educação, a saúde, defendi para que aproveitassem as câmeras residenciais e a baixo custo a gente ter uma cidade monitorada e mais segura. Pedi pela saúde, apresentei a Declaração da Saúde, para o cidadão que não fosse atendido no PSF, sugeri, na forma de um movimento, a humanização do transporte coletivo e, pasmem, a resposta que recebi dos Secretário da Semob foi que ele sequer sabia que existia no país ônibus sendo climatizado. Essa resposta eu achei inominável. Pedi a planilha de custo do transporte coletivo, e não recebi. Apresentei um projeto de lei para que essas planilhas ficassem afixadas nos ônibus e ainda não recebi. Faço meu registro, peço que autorize a que entreguem essa planilha de custo. Precisamos quebrar as caixas pretas que existem na nossa cidade. Essa precariedade se fez latente quando me dirigi à assembleia dos professores, que me relataram o problemas da merenda, da distribuição do material didático, na manutenção de ventiladores, claro que também a questão salarial. E nenhum desses que estão aí são mentirosos. Acredito que quem fala a verdade estão nas ruas. Esses professores falaram inclusive em perseguição por conta de estágio probatório e coloco a assessoria jurídica do meu mandato à disposição de qualquer um que esteja sofrendo essa perseguição. Entre o teatro que parece estar virando a política e a democracia, com todos os riscos, comprei briga no meu partido, a minha voz como proponente não foi ouvida e iremos nos unir a quem está nas ruas para ouvir esse povo. Falo com esperança: nós anunciamos a adesão a bancada de oposição dessa Casa, vamos construir um grande movimento de diálogo nessa cidade. E vamos conversar com agentes de limpeza, de saúde, com professores, com sindicatos, vamos conversar nas ruas o que não podemos conversar aqui. Vamos construir um programa de governo e gestão com nova visão para retomar o caminho do desenvolvimento econômico”.

Em aparte, o Sr. vereador Marco Antônio lamentou a saída do vereador Renato Martins da bancada de Situação.

Em aparte, o Sr. vereador Lucas de Brito parabenizou de forma pública o vereador Renato Martins dizendo que ele dava uma demonstração de que seguia seus ideais de acordo com sua consciência e deu as boas vindas àquele vereador.

Retomando a palavra, o Sr. vereador Renato Martins agradeceu os apartes e disse: “Registro que nosso empenho foi sincero e queria que aquela Aliança tivesse capacidade de superar as vaidades da política e infelizmente a coisa foi diferente. O dia a dia foi atropelado pela vaidade, e dessa vaidade estou fora. Tenho lucidez tremenda, corro risco de não ser reeleito, o único risco que não vou correr é o de trair minha consciência e meus valores. Minha consciência está muito perto do que vejo nas ruas. A precarização da vida tem em mim um grande inimigo. Vamos às ruas e contaremos com vocês”, concluiu.

3º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Raoni Mendes, fez seu discurso tratando sobre problemas ocasionados pela chuva na cidade de João Pessoa, saudou o vereador Renato Martins, novo membro da Bancada de Oposição, e defendeu a categoria dos Professores municipais que estão em greve: “*Senhoras e senhores pessoenses, aos que nos acompanham pela Tv Câmara e aqui mesmo das galerias, muito bom dia. Amigos da imprensa, torço para que tenhamos uma terça-feira de muito trabalho e sucesso.*”



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Bom dia senhoras e senhores vereadores, espero que Vossas Excelências tenham tido melhor sorte, nesse final de semana, do que a população de João Pessoa. A cidade alagada e a comprovação da falácia da dragagem da Lagoa do Parque Sólon de Lucena são algumas das verdades que vieram a tona e agora está claro, inclusive para a população, que a propaganda da prefeitura não aguenta uma chuva. Meus caros, é com imensa satisfação que subo a esta tribuna para dar as boas vindas ao novo membro da bancada de oposição, o competente e comprometido vereador Renato Martins. Meu caro Renato, meu caro Lucas, tenho certeza que os responsáveis pela articulação política do prefeito, hoje, amanheceram com mais preocupação do que a chuva, que nos últimos dias falou pela oposição e desmontou inúmeras bravatas da propaganda institucional. Hoje os já desastrados articuladores políticos do prefeito estão de olhos e ouvidos bem abertos e voltados para esta Casa. Afinal, a bancada de oposição, meu caro Lucas, ganha um reforço estratégico e tem um salto qualitativo tremendo! Vereador Renato, tenho certeza que se a turma já não dormia comigo e com Lucas, a sua chegada causa uma insônia digna de tarja preta! Vereador Renato, é inconveniente que eu tente descrever a sua atuação, os princípios e a ideologia que Vossa excelência representa nesta Casa. A maneira politizada e polida com as quais Vossa Excelência lida com os temas que aborda e trata os segmentos que evidencia. Isso é claro e certo para todos e são, justamente, essas características que o tornam diferenciado, enquanto representante do povo, e prestigiado em qualquer agrupamento político onde esteja militando. Portanto, Vereador Lucas, eu me sinto muito contemplado quando penso que, juntos, nós agora contamos com um qualificado reforço na luta contra a aspiração do prefeito de fazer da Câmara Municipal uma casa de chancela das suas vontades e embora saiba que o trabalho é duro e as forças instrumentalizadas pela prefeitura sejam cruéis, nosso papel é não deixar João Pessoa desassistida e manter, em dia, a fiscalização da gestão e as propostas dos grupos oprimidos pela ação da prefeitura e do prefeito. Vereador Renato, seja muito bem vindo! E por falar em grupos oprimidos pela prefeitura e pelo prefeito, aqui estão os representantes dos funcionários da educação de João Pessoa. Grandes homens e mulheres que não se dobram as ameaças latentes e públicas aos recém concursados que aderiram ao movimento grevista da sua categoria, sejam todos bem vindos a Casa do Povo! Me causa estranheza que a prefeitura de João Pessoa, governada pelo Partido dos Trabalhadores, o famigerado PT, não respeite o movimento da categoria e entre na justiça sob a alegação de que a greve é ilegal. Meus caros, quem mais fez greve em João Pessoa e no Brasil, quando chega ao poder executivo, ao invés de respeitar os direitos do trabalhador, tenta entrevar o direito constitucional de suspensão das suas atividades laborais. Absurdo! Um verdadeiro Absurdo! Meus caros, não vejo nada de ilegítimo naquilo que é reivindicado pela categoria, principalmente, no que diz respeito a questão salarial. Afinal, o FUNDEB teve um aumento de 13,01% na sua verba. Ora, se o FUNDEB teve aumento de 13,01 e pelo menos sessenta por cento dessa rubrica deve ser destinada a remuneração dos profissionais do magistério, em pleno exercício, como pode a prefeitura não repassar, no mínimo, o mesmo percentual aos profissionais? Ora, meus caros Lucas e Renato, se eu recebo do governo federal uma verba e faço uso de pelo menos 60% dela para remuneração de pessoal, como posso não repassar para a categoria, no mínimo, o mesmo percentual de aumento desta verba? Ingerência e incompetência na gestão dos recursos são máximas da gestão Cartaxo! A prefeitura está quebrada! Cartaxo, em Cabedelo, nossa vizinha, o aumento para os professores foi de 13,01%, mesmo assim a classe está articulada em movimento para a paralisação. Em Pernambuco,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

eles estão paralisados e o aumento proposto é de 13,01%. Imagine se os docentes do município de João Pessoa estariam satisfeitos com a proposta ridícula de 3% de reajuste. Aliás, reajuste não! Que não se pode chamar de reajuste percentual abaixo ou igual a inflação do ano anterior. Se for igual é recomposição, senhoras e senhores. Recomposição! Porém, a proposta salarial da prefeitura é de 3% e a inflação de 2014 foi de 6,5%, ou seja, é tão insuficiente que nem chega a recompor a perda salarial com a inflação. Senhoras e senhores professores de João Pessoa. Contem conosco! Contem com a bancada de oposição! Nós estamos com vocês nesta luta e, conforme a sua permissão, usaremos esta tribuna e os mandatos conquistados com o apoio de muitos de vocês, em favor da causa da educação municipal de qualidade, o que significa não apenas melhores condições de trabalho e respeito por parte dos gestores, mas remuneração digna! Muito obrigado!”.

Em aparte, o Sr. vereador Renato Martins disse: “O aumento de três por cento (3%) é a quebra de uma tradição, porque os professores nunca receberam abaixo da inflação. Não respeitaram a data-base dos professores, para piorar, o aumento proposto não é metade do índice da inflação. Significa dizer que a educação não é política estratégica. Tratam o filho do mais simples, a merenda, a sala de aula, o professor como algo não prioritário”.

Aparteando, o Sr. vereador Lucas de Brito disse: “Quero ressaltar dois pontos do seu discurso. O primeiro é a diferença de reajuste de recomposição. O que foi proposto não é recomposição ou reajuste, a inflação chegou em sete por cento (7%), a proposta é de três por cento (3%). Tem professor que com o aumento proposto pelo Executivo, vai aumentar o salário em vinte e cinco reais (R\$ 25,00). Olha a afronta da proposta! O segundo dado expressivo é o aumento do Fundeb, se o aumento do repasse do Fundeb ultrapassa dez por cento (10%). Por que o reajuste é tão pouco? A proposta é indigna. Os profissionais da educação são verdadeiros heróis porque cuidam das crianças que mais precisam”.

Finalizando, o orador, Sr. vereador Raoni Mendes, afirmou que nada diminuirá a ação da Bancada de Oposição. Convidou os vereadores para irem até a Assembleia dos professores e disse: “Não sou pai de nada, mas sou a voz de muitos”.

4º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Lucas de Brito, disse: “Muito mais ricas seriam as sessões ordinárias com a presença da população. Quero perguntar aos professores se o prometido pelo prefeito na campanha foi cumprido. Então vamos assistir o que foi prometido”. O orador solicitou que fosse exibido o vídeo da campanha do então candidato Luciano Cartaxo. Depois disse: “Pergunto, qual é a melhoria salarial? Isso não é nem recomposição. Não atinge nem o índice inflacionário. Por acaso a crise na prefeitura com o estouro da folha de pessoal é culpa dos professores, para eles serem penalizados? Eles estão pagando a conta que não é deles. Foi Luciano Cartaxo que permitiu o oba oba e os gastos irresponsáveis com a folha de pessoal que fizeram com que ele tivesse que fazer um corte de 30 % na folha de pessoal, 20% na folha de custeio, e oferecer apenas três por cento de reajuste aos professores. Pergunto, os cursos de qualificação prometidos estão acontecendo? Não. Os professores estão dizendo. Gostaria que os professores pudessem estar aqui falando, mas o direito à audiência foi negado. Estão confundindo alhos com bugalhos. A audiência que já está marcada tem outra pauta, o descarte dos



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

livros e os recursos do Fundeb. O que nós queríamos era discutir as reivindicações dos profissionais em educação. Passar para opinião pública que uma coisa vai atender a outra não é verdade. O microfone dos professores foi cortado e nós lamentamos. Gostaria de dizer que lamento a situação da educação em João Pessoa. Em 2013 e 2014 fiz denúncias nesta casa da questão do atraso sistemático na entrega de material didático na rede municipal de ensino. Como o professor começa o ano letivo sem ao menos um diário de classe, ou um livro, ou cadernos? Como se dá condições de igualdade para o filho do pobre pessoense que tem que estudar em escola pública? Veja a diferença de tratamento. A escola pública deve formar desde que a prefeitura dê condições. Os professores estão dispendendo recursos do próprio bolso, e são os heróis do nosso município. Na situação que o nosso país vivencia, em que tudo aumenta, é o momento que o prefeito dá as costas. Registro nosso protesto pela falta de políticas de valorização do servidor. Lamento que as promessas de campanha não estejam sendo cumpridas. E na LOA a proposição foi de catorze por cento de reajuste. E o prefeito se blinda do diálogo. As conquistas alcançadas pelos vereadores não podem ser creditadas a figuras políticas. Foram as lutas da categoria que conquistaram o que os professores tem hoje”.

Em aparte, o Sr. vereador Renato Martins registrou a sua solidariedade a todos os professores que tem lutado pelos seus direitos.

Em aparte, o Sr. vereador Raoni Mendes disse que o seu interesse era apenas em prol da educação e que não era oportunista.

Encerrando, o Sr. vereador Lucas de Brito, disse: “A verdade é que o prefeito recebeu a categoria dos professores com um dos melhores salários da região e, se continuar com reajustes de três por cento, vai deixar a categoria com um dos piores salários”. Solicitou ainda que o tempo concedido aos professores na audiência pública, do dia 2 de abril, seja o mesmo tempo concedido à prefeitura.

4 DEMAIS MATÉRIAS LEGISLATIVAS ENCAMINHADAS

Autor – vereador Eduardo Carneiro

PL – Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de Crachá de identificação para os profissionais que atuam na categoria de motofretistas e motoboys em empresas e cooperativas que trabalham com serviços de delivery (entrega) no âmbito do município de João Pessoa, e dá outras providências.

PL – Dispõe sobre a identificação dos frequentadores dos eventos de gêneros esportivos ou similares, a comercialização de ingressos e a instalação de catracas eletrônicas nos locais que realizam os eventos esportivos no âmbito do município de João Pessoa, e dá outras providências.

PDL – Concede Título de Cidadão Pessoaense ao Jornalista José Valdez Pereira Pacífico e dá outras providências.

5 ENCERRAMENTO

Na presidência, o Sr. vereador João Bosco – Bosquinho – lembrou a todos da audiência pública que acontecerá no plenário da casa, hoje, às 15h, para discutir a problemática da barreira do Cabo Branco e



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

disse: “Declaro encerrada a presente sessão marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos”.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da casa (**), sob a orientação da Primeira Secretária da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Correspondências e requerimentos encaminhados e apreciados nesta presente sessão constam em anexo, na pauta do Setor de Expediente.

(**) Com base nos registros dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos 24 dias do mês de março do ano de 2015.


Durval Ferreira da Silva Filho
Presidente da Mesa


Benilton Lúcio Lucena da Silva
Primeiro Secretário



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ANEXO:
PAUTA DO SETOR DE EXPEDIENTE



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

016ª SESSÃO ORDINÁRIA - CMJP - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 1º PERÍODO - 16ª LEGISLATURA

PEQUENO EXPEDIENTE - 24/03/2015 - (TERÇA-FEIRA)

ATAS

1- Ata da 015ª Sessão Ordinária - 3ª Sessão Legislativa - 1º Período - 16ª Legislatura, realizada em 19/03/2015.

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 00329/2015 **AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO**
ASSUNTO: INDICA QUE SEJA APRESENTADO MATÉRIA NORMATIVA QUE ISENTE DO PAGAMENTO DE TAXA DE VISTORIA AOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS DESTINADOS A CATEGORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR DEVIDAMENTE SINDICALIZADO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

INDICAÇÃO Nº 330/2015 **AUTOR(A) : UBIRATAN PEREIRA (BIRA)**
ASSUNTO: INDICA A CRIAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA APLICADO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

INDICAÇÃO Nº 331/2015 **AUTOR(A) : BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: INDICA A CRIAÇÃO DA SEMANA DA SEGURANÇA NO TRÂNSITO A SER REALIZADA ANUALMENTE NA SEMANA DO DIA 18 DE SETEMBRO.

CORRESPONDÊNCIAS

OFÍCIO Nº 191/2015 **AUTOR(A) : SEDURB**
ASSUNTO: EM RESPOSTA AO PROCESSO Nº 2015/028771 E REQUERIMENTO Nº 13829/2015 DE AUTORIA DO VEREADOR BOSQUINHO, INFORMA QUE SÃO REALIZADOS SERVIÇOS PERMANENTES DE MANUNTEÇÃO NA PRAÇA DA PAZ.

REQUERIMENTOS

ENCAMINHADOS:

REQUERIMENTO Nº 14518/2015 **AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO DA RUA PROJETADA, NO BAIRRO JOÃO PAULO II.

REQUERIMENTO Nº 14519/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA CALÇAMENTO NA AVENIDA CHINA, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14520/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO DA RUA RAIMUNDO RODRIGUES, NO BAIRRO JOÃO PAULO II.

REQUERIMENTO Nº 14521/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO DA RUA GENTIL LUIZ DE MORAIS, NO BAIRRO JOÃO PAULO II.

REQUERIMENTO Nº 14522/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO DA RUA JOAQUIM PATRÍCIO, NO BAIRRO JOÃO PAULO II.

REQUERIMENTO Nº 14523/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE CALÇAMENTO DA RUA ROMEU RANGEL, NO BAIRRO DO RANGEL.

REQUERIMENTO Nº 14524/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO DA RUA ALFREDO DIAS PINTO, NO BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14525/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO DA RUA JORNALISTA ULISSES DE OLIVEIRA, NO BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14526/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB UMA LOMBADA NA RUA PORFÍRIO COSTA, NO BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14527/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR LIMPEZA GERAL NA RUA FRANCISCA DANTAS DE SOUZA, NO BAIRRO JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA.

REQUERIMENTO Nº 14716/2015 AUTOR(A) : UBIRATAN PEREIRA (BIRA)
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR PEDIDO DE LIXEIRAS PARA O MERCADO PÚBLICO DO BESSA.

REQUERIMENTO Nº 14717/2015 AUTOR(A) : UBIRATAN PEREIRA (BIRA)
ASSUNTO: REQUER VOTOS DE APLAUSOS AO SINDIFISCO PELA PASSAGEM DOS 25 ANOS DA FUNDAÇÃO.

REQUERIMENTO Nº 14718/2015 AUTOR(A) : UBIRATAN PEREIRA (BIRA)
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA REPOSIÇÃO DE LÂMPADAS NA RUA HORTÊNCIO OSTERNE CARNEIRO, NO BAIRRO DO BESSA.

REQUERIMENTO Nº 14719/2015 AUTOR(A) : UBIRATAN PEREIRA (BIRA)
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA PEDIDO DE CONCLUSÃO DA RETIRADA DOS ENTULHOS NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ.

REQUERIMENTO Nº 14737/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SECRETARIA DO TRABALHO, PRODUÇÃO E RENDA E AO EMPREENDEDOR PB, QUE SEJA ABERTO LINHA DE CRÉDITO PARA OS PROFISSIONAIS DA CATEGORIA DE TRANSPORTE ESCOLAR, DEVIDAMENTE LEGALIZADOS E SINDICALIZADOS, QUE POSSUAM APENAS UM VEÍCULO POR PROPRIETÁRIO.

REQUERIMENTO Nº 14738/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA CALÇAMENTO DA RUA DOM LUIZ VASCONCELOS, NO BAIRRO JARDIM VENEZA.

REQUERIMENTO Nº 14739/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA CALÇAMENTO DA RUA ESTUDANTE SILVAN JOSÉ DA SILVA, NO BAIRRO JARDIM VENEZA.

REQUERIMENTO Nº 14740/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA CALÇAMENTO DA RUA MOTORISTA FAUSTINO DE OLIVEIRA, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14741/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA CALÇAMENTO DA RUA ROBERVAL CEABA MARQUES, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14790/2015 AUTOR(A) : ZEZINHO BOTAFOGO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, NO FINAL DA RUA LIMA FILHO COM A RUA QUATRO DE OUTUBRO, NO BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14791/2015 AUTOR(A) : ZEZINHO BOTAFOGO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA SERVIÇOS DE TAPA BURACO NA CONFLUÊNCIA DAS RUAS XAVIER JÚNIOR COM A Av. ABEL DA SILVA, NO BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14792/2015 AUTOR(A) : ZEZINHO BOTAFOGO
ASSUNTO: REQUER VOTOS DE APLAUSOS PELA PASSAGEM DO DIA NACIONAL DO ARTESÃO, ACONTECIMENTO DE EXTREMA RELEVÂNCIA PARA O PAÍS, QUE OCORRE NA DATA DE 19 DE MARÇO.

REQUERIMENTO Nº 14820/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: REQUER VOTOS DE CONGRATULAÇÕES AO EX-GOVERNADOR E ATUAL DEPUTADO FEDERAL RÔMULO GOUVEIA, PELA PASSAGEM DO SEU ANIVERSÁRIO, COMEMORADO EM 19 DE MARÇO.

REQUERIMENTO Nº 14821/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEDURB A CONCLUSÃO DO PAISAGISMO DA PRAÇA DA RUA MANOEL CALDAS GUSMÃO, NO BAIRRO DOS IPÉS.

REQUERIMENTO Nº 14822/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, EM MANDACARÚ.

REQUERIMENTO Nº 14823/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, EM MANAÍRA.

REQUERIMENTO Nº 14824/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, EM CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14825/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO GEISEL.

REQUERIMENTO Nº 14826/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO JOSÉ AMÉRICO.

REQUERIMENTO Nº 14827/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO COLINAS DO SUL.

REQUERIMENTO Nº 14828/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 14829/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, EM MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 14830/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, EM JAGUARIBE.

REQUERIMENTO Nº 14831/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO TREZE DE MAIO.

REQUERIMENTO Nº 14832/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO RANGEL.

REQUERIMENTO Nº 14833/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO CRISTO.

REQUERIMENTO Nº 14834/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA INTENSIFICADO O PROGRAMA PRÉ-NATAL ODONTOLÓGICO NAS UNIDADES DE SAÚDE, EM CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14835/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB UMA VISTORIA NA ESTRUTURA DOS SEMÁFOROS DO BAIRRO DO CRISTO.

REQUERIMENTO Nº 14836/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB UMA VISTORIA NA ESTRUTURA DOS SEMÁFOROS DO BAIRRO DO RANGEL.

REQUERIMENTO Nº 14837/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS QUEBRADAS NA RUA ASPIRANTE JOSÉ EVANDRO DE VASCONCELOS, NO BAIRRO DE OITIZEIRO.

REQUERIMENTO Nº 14838/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS QUEBRADAS NA RUA RODRIGUES ALVES, NO BAIRRO DE MANDACARU.

REQUERIMENTO Nº 14839/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS QUEBRADAS NA RUA IVANILDE PICORELLI DE LIMA, NO BAIRRO DO ROGER.

REQUERIMENTO Nº 14840/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS QUEBRADAS NA RUA SINÉSIO GUIMARÃES, NA TORRE.

REQUERIMENTO Nº 14841/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS QUEBRADAS NA RUA ARACI RODRIGUES DE MOURA, NO GEISEL.

REQUERIMENTO Nº 14842/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS QUEBRADAS NA RUA TRAJANO PIRES, NO GEISEL.

REQUERIMENTO Nº 14843/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS QUEBRADAS NA RUA DAS CUPIUBAS, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 14844/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS QUEBRADAS NA RUA DO ROSÁRIO, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 14845/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A PINTURA DA LOMBADA NA RUA MORISE DE MIRANDA GUSMÃO, NO CRISTO.

REQUERIMENTO Nº 14846/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A PINTURA DA LOMBADA NA RUA MAJOR ÁLVARO MONTEIRO, NO BAIRRO DOS IPÊS.

REQUERIMENTO Nº 14847/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A PINTURA DA FAIXA DE PEDESTRES NA RUA MAJOR ÁLVARO MONTEIRO, NO BAIRRO DOS IPÊS.

REQUERIMENTO Nº 14848/2015 AUTOR(A) : SANTINO FELICIANO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA JOSÉ SOARES DE SOUSA, NO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 14849/2015 AUTOR(A) : SANTINO FELICIANO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA GATO DO MATO, EM NOVA MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 14850/2015 AUTOR(A) : SANTINO FELICIANO

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A MANUTENÇÃO - TAPA-BURACOS NA RUA ALCIDES BEZERRA, EM CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14851/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO

ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A PINTURA DA LOMBADA NA RUA SINÉSIO GUIMARÃES, NA TORRE.

REQUERIMENTO Nº 14852/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO

ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A PINTURA DA FAIXA DE PEDESTRE DA AV. VASCO DA GAMA, EM JAGUARIBE.

REQUERIMENTO Nº 14853/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO

ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A PINTURA DA FAIXA DE PEDESTRE DA RUA DAS OLIVEIRAS, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 14854/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO

ASSUNTO: SOLICITA À SEDURB A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA CONQUISTA, NO PADRE ZÉ.

REQUERIMENTO Nº 14855/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO

ASSUNTO: SOLICITA À SEMAM A EXPANSÃO DO PROGRAMA CARBONO ZERO NA PRAÇA DO BAIRRO DE MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 14856/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO

ASSUNTO: SOLICITA À SEMAM A EXPANSÃO DO PROGRAMA CARBONO ZERO NA PRAÇA DE CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14857/2015 AUTOR(A) : MARCO ANTÔNIO

ASSUNTO: REQUER VOTOS DE APLAUSOS AO CLUBE DE ORIENTAÇÃO DO EXTREMO LESTE - CORELE, ATRAVÉS DE SUA DIRETORIA COMPOSTA PELO PRESIDENTE Sr. RENAN DOS SANTOS OLIVEIRA, PELO VICE-PRESIDENTE Sr. WADSON ESTRELA CORREIA LIMA E PELO DIRETOR DE PATRIMÔNIO Sr. FRANCISCO ROGÉRIO RODRIGUES DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO Nº 14858/2015 AUTOR(A) : MARCO ANTÔNIO

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A MELHORIA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA ANA NERI, EM OITIZEIRO.

REQUERIMENTO Nº 14859/2015 AUTOR(A) : MARCO ANTÔNIO

ASSUNTO: SOLICITA À SEDURB QUE SEJA PROVIDENCIADO NO MERCADO DA TORRE, LOCAIS DE ACONDICIONAMENTO DE MERCADORIAS EXCEDENTES PERTENCENTES AOS COMERCIANTES DETENTORES DOS BOX'S NAQUELE EQUIPAMENTO.

REQUERIMENTO Nº 14860/2015 AUTOR(A) : MARMUTHE CAVALCANTI

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DA RUA EDSON GOMES DE NÓBREGA, EM MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 14861/2015 AUTOR(A) : MARMUTHE CAVALCANTI

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DA RUA ANANIAS VIRGÍNIO DE LUCENA, EM MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 14862/2015 AUTOR(A) : MARMUTHE CAVALCANTI
ASSUNTO: SOLICITA À SEDURB A PODA DE ÁRVORES DA RUA ANANIAS VIRGÍNIO DE LUCENA, EM MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 14863/2015 AUTOR(A) : MARMUTHE CAVALCANTI
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS DA RUA GOVERNADOR TARCÍSIO MIRANDA DE BURITY, EM MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 14864/2015 AUTOR(A) : MARMUTHE CAVALCANTI
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A TERRAPLANAGEM DA RUA AYRTON PINHEIRO DE FARIAS, EM MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 14865/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR O RECOLHIMENTO DE LIXO NA RUA SOUZA RANGEL, NO BAIRRO DO RANGEL.

REQUERIMENTO Nº 14866/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR O RECOLHIMENTO DE LIXO NA RUA MORISE DE MIRANDA GUSMÃO, NO BAIRRO DO CRISTO REDENTOR .

REQUERIMENTO Nº 14867/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR O RECOLHIMENTO DE ENTULHOS NA RUA ASPIRANTE JOSÉ EVANDRO DE VASCONCELOS, NO BAIRRO DE OITIZEIRO .

REQUERIMENTO Nº 14868/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR O RECOLHIMENTO DE ENTULHOS NA RUA PREFEITO AMAURI SALES DE MELO, NO BAIRRO DO TREZE DE MAIO .

REQUERIMENTO Nº 14869/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A REALIZAÇÃO DE CAPINAGEM E VARRIÇÃO NA RUA SÉRGIO MEIRA, NO BAIRRO DE MANDACARU .

REQUERIMENTO Nº 14870/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMAM A EXPANSÃO DO PROGRAMA CARBONO ZERO NA PRAÇA DO BAIRRO DO CRISTO REDENTOR.

REQUERIMENTO Nº 14871/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMAM A EXPANSÃO DO PROGRAMA CARBONO ZERO NA PRAÇA DO BAIRRO DOS BANCÁRIOS.

REQUERIMENTO Nº 14872/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMAM A EXPANSÃO DO PROGRAMA CARBONO ZERO NA PRAÇA DO BAIRRO DE MANDACARU.

REQUERIMENTO Nº 14873/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMAM A EXPANSÃO DO PROGRAMA CARBONO ZERO NA PRAÇA DO BAIRRO DO RANGEL.

REQUERIMENTO Nº 14874/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMAM A EXPANSÃO DO PROGRAMA CARBONO ZERO NA PRAÇA DO BAIRRO DO TAMBIA.

REQUERIMENTO Nº 14901/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAGEM NA RUA PAULO SOARES PEIXOTO, NO BAIRRO DO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 14902/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAGEM NA RUA SEVERINO FREIRE, NO BAIRRO DO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 14903/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA TRAVESSA DOLORES DURAN, LOCALIZADA, NO BAIRRO ALTO DO MATEUS.

REQUERIMENTO Nº 14904/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA NOVA, NO BAIRRO DO ALTO DO MATEUS.

REQUERIMENTO Nº 14905/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA SÃO JUDAS TADEU, NO BAIRRO ALTO DO MATEUS.

REQUERIMENTO Nº 14906/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA PROFESSOR RAUL CÓRDULA, NO BAIRRO ALTO DO MATEUS.

REQUERIMENTO Nº 14907/2015 AUTOR(A) : RENATO MARTINS
ASSUNTO: SOLICITA À SESAU INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE REFORMA DOS PSF'S DOS FUNCIONÁRIOS I E GUAIBA.

REQUERIMENTO Nº 14908/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A TERRAPLANAGEM DA AV. CIDADE DE CAJAZEIRAS, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14909/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A TERRAPLANAGEM DA RUA DOS CRISTAIS, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14910/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A TERRAPLANAGEM DA RUA DOS CRAVOS, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14911/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA AV. CIDADE DE SALGADO DE SÃO FÉLIX, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14912/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA DOS CRISTAIS, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14913/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA DOS CRAVOS, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14888/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DO ROGER.

REQUERIMENTO Nº 14889/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DO TAMBÁ.

REQUERIMENTO Nº 14890/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DO CRISTO REDENTOR.

REQUERIMENTO Nº 14891/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DO RANGEL.

REQUERIMENTO Nº 14892/2015 AUTOR(A) : LUCAS DE BRITO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE TAPA BURACO NA RUA PROF. BATISTA LEITE, NAS PROXIMIDADES DO COLÉGIO JOÃO XXIII, NO BAIRRO DO ROGER.

REQUERIMENTO Nº 14893/2015 AUTOR(A) : LUCAS DE BRITO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE TAPA BURACO NA RUA MANOEL PAULINO JÚNIOR, NO BAIRRO DE TÁMBAUZINHO.

REQUERIMENTO Nº 14894/2015 AUTOR(A) : LUCAS DE BRITO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE TAPA BURACO NA RUA CAPITÃO JOÃO FREIRE, NAS PROXIMIDADES DA CASA ROCCIA RECEPÇÕES, NO BAIRRO DOS EXPEDICIONÁRIOS.

REQUERIMENTO Nº 14895/2015 AUTOR(A) : LUCAS DE BRITO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A MÁXIMA AGILIDADE NOS ENCAMINHAMENTOS MÉDICOS ORIUNDOS DO PSF PADRE HILDON BANDEIRA, SITUADO À RUA SEVERINO PROCÓPIO, NO BAIRRO DOS EXPEDICIONÁRIOS.

REQUERIMENTO Nº 14896/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAGEM NA RUA JOSÉ BONIFÁCIO, NO BAIRRO DOS NOVAIS.

REQUERIMENTO Nº 14897/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA SANDRO MARIA M. DE BRITO, NO BAIRRO ÁGUA FRIA.

REQUERIMENTO Nº 14898/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA PREF. FRANCISCO DE ASSIS . N. NÓBREGA, NO BAIRRO DE ÁGUA FRIA.

REQUERIMENTO Nº 14899/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAGEM NA RUA JOAQUIM CLEMENTINO PEREIRA, NO BAIRRO DO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 14900/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAGEM NA RUA JURANDIR RIBEIRO DE OLIVEIRA, NO BAIRRO DO VALENTINA

REQUERIMENTO Nº 14875/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMAM A EXPANSÃO DO PROGRAMA CARBONO ZERO NA PRAÇA DO BAIRRO DO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 14876/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMAM A EXPANSÃO DO PROGRAMA CARBONO ZERO NA PRAÇA DO BAIRRO DO JOSÉ AMÉRICO.

REQUERIMENTO Nº 14877/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMAM A EXPANSÃO DO PROGRAMA CARBONO ZERO NA PRAÇA DO BAIRRO DO ERNESTO GEISEL.

REQUERIMENTO Nº 14878/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMAM A EXPANSÃO DO PROGRAMA CARBONO ZERO NA PRAÇA DO BAIRRO DO CASTELO BRANCO.

REQUERIMENTO Nº 14879/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DO ERNESTO GEISEL.

REQUERIMENTO Nº 14880/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DO COLINAS DO SUL.

REQUERIMENTO Nº 14881/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DO ALTO DO MATEUS.

REQUERIMENTO Nº 14882/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14883/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO TREZE DE MAIO.

REQUERIMENTO Nº 14884/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DE MANDACARU.

REQUERIMENTO Nº 14885/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DE OITIZEIRO.

REQUERIMENTO Nº 14886/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DA TORRE.

REQUERIMENTO Nº 14887/2015 AUTOR(A) : CHICO DO SINDICATO
ASSUNTO: SOLICITA À SMS A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CUIDAR DOS DIABÉTICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE, NO BAIRRO DE JAGUARIBE.

REQUERIMENTO Nº 14914/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA AV. CIDADE DE CAJAZEIRAS, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14915/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA CIDADE DE MARIZÓPOLIS, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14916/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA TRAVESSA CIDADE DO CONDE, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14917/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA CIDADE DE APARECIDA, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14918/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAÇÃO DA RUA CIDADE DE MARIZÓPOLIS, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14919/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAÇÃO DA RUA CIDADE DE APARECIDA, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14920/2015 AUTOR(A) : BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAÇÃO DA TRAVESSA CIDADE DO CONDE, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14921/2015 AUTOR(A) : FUBA
ASSUNTO: REQUER VOTOS DE APLAUSOS À ARTISTA PARAIBANA LUCY ALVES QUE FOI VENCEDORA DO PRÊMIO BRAZILIAN INTERNACIONAL AWARDS E RECEBERÁ A PREMIAÇÃO NO AMATURO THEATER DO BROWARD CENTER FOR THE PERFORMING ARTS, EM FORT LAUDERDALE, NA FLÓRIDA, NOS ESTADOS UNIDOS.

REQUERIMENTO Nº 14922/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA DO CORAÇÃO NO GERVÁSIO MAIA.

REQUERIMENTO Nº 14923/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO
ASSUNTO: SOLICITA À SEDURB A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DO GERVÁSIO MAIA, EM GRAMAME.

REQUERIMENTO Nº 14924/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A REVITALIZAÇÃO DE TODAS AS FAIXAS DE PEDESTRES DA AV. 1º DE MAIO, EM JAGUARIBÉ.

REQUERIMENTO Nº 14925/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A REVITALIZAÇÃO DE TODAS AS FAIXAS DE PEDESTRES DA AV. FLORIANO PEIXOTO, EM JAGUARIBÉ.

REQUERIMENTO Nº 14926/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ADEMAR CABRAL DE MEDEIROS, EM JAGUARIBÉ.

REQUERIMENTO Nº 14927/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA JOSÉ GALVÃO DE MELO, EM JAGUARIBE.

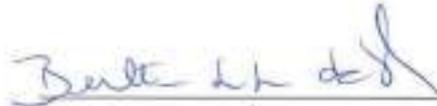
REQUERIMENTO Nº 14928/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA MELHORIA NA ILUMINAÇÃO DA RUA ADEMAR CABRAL DE MEDEIROS, EM JAGUARIBE.

REQUERIMENTO Nº 14929/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA HERMENEGILDO DIAS DA SILVA, NO LOTEAMENTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, NO JARDIM VENEZA.

REQUERIMENTO Nº 14930/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA ANTONIO TARGINO SOBRINHO, NOS FUNCIONÁRIOS I.

Esta Pauta foi elaborada pelo Setor de Expediente, e submete-se à apreciação Plenária.

PRESIDENTE



1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

ANEXO B - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 31 DE MARÇO DE 2015



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS



Ata da 19ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 31 dias do mês de março do ano de 2015.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho - (PP)

1º Secretário

Vereador Benilton Lúcio Lucena da Silva - (PT)

Lista de presentes

Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo - (PSB)
Vereador Felipe Matos Leitão - (SD)
Vereador Dr. Luís Flávio Medeiros Paiva - (PSDB)
Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho - (DEM)
Vereadora Eliza Virgínia Silva de Souza - (PSDB)
Vereador João Corujinha- (PSDC)
Vereador Evandro Sérgio de Azevedo Araújo – Sérgio da SAC - (PSL)
Vereador Marco Antônio Cartaxo Queiroga Lopes - (PPS)
Vereador Eduardo Carneiro - (SD)
Vereador Valdir José Dowsley – Dirho - (PR)
Vereador Flávio Eduardo Maroja Ribeiro – Fuba - (PT)
Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato - (PP)
Vereador Raoni Barreto Mendes - (PDT)
Vereador João dos Santos Filho - (PR)
Vereadora Raissa Gomes Lacerda Rodrigues de Aquino - (PSD)
Vereador Gabriel Carvalho Câmara – Prof. Gabriel - (SD)
Vereador João Almeida (SD)
Vereador Edson Cruz - (PP)
Vereador Lucas Clemente de Brito Pereira - (DEM)
Vereador Marmuthe de Souza Cavalcanti – Marmuthe - (S/P)
Vereador Renato Martins Leitão - (PSB)
Vereador Santino Feliciano da Silva - (PT do B)

Ausentes com justificativa: Vereadores Djanilson da Fonseca (PPS), Fernando Paulo Pessoa Milanez (PMDB) e Ubiratan Pereira de Oliveira – Bira - (PT).



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 09:30 horas, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária e convido o vereador João Bosco dos Santos Filho para ler o texto bíblico”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Primeiro Secretário procedeu à leitura da ata da 18ª Sessão Ordinária: apreciada e aprovada sem restrições. Em seguida, leu os seguintes documentos do expediente em mesa*.

Memorando s/n /2015 – Autor: GVDF

Assunto: Justifica ausência do vereador Djanilson da Fonseca nesta sessão.,

Memorando 017/2015 – Autor: GVFM

Assunto: Justifica ausência do vereador Fernando Milanez nesta sessão.

Memorando 017/2015 – Autor: GVUP

Assunto: Justifica ausência do vereador Ubiratan Pereira nesta sessão.

Memorando 005/2015 – Autor: GVSF

Assunto: Justifica atraso do vereador Santino Feliciano nesta sessão.

Memorando 005/2015 – Autor: GVFL

Assunto: Justifica atraso do vereador Felipe Leitão nesta sessão

Ato da Mesa Diretora nº02/2015.

Assunto: A mesa diretora define os membros das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de João Pessoa.

1.1 Discussão e votação de requerimentos e indicações

Discussão do Requerimento nº15181/2015: O autor do requerimento, vereador Lucas de Brito, disse que realizou ontem a primeira reunião de estudos pela reforma política que incluirá a lei dos partidos políticos na reforma para aperfeiçoar a democracia brasileira. O vereador Renato Martins justificou a necessidade dessa formação de comissão de estudo e disse da importância de que as pessoas venham participar dessas reuniões, de onde sairá um documento a ser encaminhado para o Congresso Nacional.

Situação: aprovado o requerimento.





Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Discussão do Requerimento nº 15182/2015: O vereador Renato Martins registrou que no último domingo, em Mangabeira, ocorreu uma eleição onde se viu um exemplo de cidadania, destacou o trabalho que será realizado pelo PROSIND, destinado ao desenvolvimento artístico, profissional, cultural e econômico. Parabenizou a formação da nova diretoria do PROSIND, considerando que esse grupo será um lutador em favor das melhorias no bairro de Mangabeira. O Sr vereador Corujinha também parabenizou a chapa eleita, lembrando a boa estrutura daquela associação.

Situação: aprovado o requerimento.

Discussão do Requerimento nº15188/2015: O vereador Marco Antônio anunciou que a obra da Praça Independência estava começando hoje e que a TV Câmara realizou um programa mostrando a história da Praça. O vereador Lucas de Brito disse estar satisfeito com a revitalização da Praça. E solicitou que a Prefeitura coloque as placas com data de entrega da obra, para que o cronograma de trabalho possa ser acompanhado. O vereador Renato Martins lembrou que existe obra inacabada e parada no conjunto Gervásio Maia, que não tem placa com prazo de entrega da obra, e pediu que a Prefeitura sinalizasse sobre o fim da obra da Praça da Independência. O vereador Raoni Mendes pediu que não acontecesse o que acontece com a obra da praça João Pessoa e que se coloque a placa com data de entrega da obra, tendo em vista a Lei da Transparência. O vereador Benilton Lucena parabenizou o Prefeito, a Secretaria de Planejamento e a de Desenvolvimento Urbano, pela parte inicial das obras. E parabenizou, também, o vereador Lucas que cobrava um trabalho a ser realizado ali.

Situação: aprovado o requerimento.

Aprovados os requerimentos e as indicações que constam na pauta anexa, e excepcionalmente os Requerimentos nº 15212/2015 (João dos Santos), 15213/2015 (Eliza Virginia), 15214/2015 (Marco Antônio), 15215/2015 e 1520162/015 (Durval Ferreira). Conforme o artigo 89, §2, do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos dos vereadores ausentes na sessão.

1.2 Demais comunicações

O 1º Secretário, Sr. vereador Benilton Lucena trouxe a informação que a Prefeitura de João Pessoa está em dia, segundo o CAUC, com todas as suas contas pagas e a execução dos contratos das obras previstas.

O Sr. vereador Marco Antônio pediu voto de pesar a família do senhor Antonio Alves de Sousa, bombeiro aposentado, pelo seu falecimento.

O Presidente, Sr. vereador Durval Ferreira, também solicitou voto de pesar pelo falecimento do genitor do vereador dr. Luís Flávio.

O Presidente, Sr. Vereador Durval Ferreira encaminhou requerimentos com votos de aplausos ao prefeito Luciano Cartaxo pela construção e entrega das casas da comunidade Vieira Diniz e ao governador Ricardo Coutinho pela inauguração da Vila Olímpica Paraíba. Ainda comunicou já ter





Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

solicitado ao Prefeito um trabalho de reforma no Mercado do Bairro dos Estados, e também mais segurança naquele bairro. O Sr. vereador Marco Antônio lembrou a importância da parceria entre governo do Estado e Prefeitura de João Pessoa, pelo bem da comunidade. O Sr. vereador Bosquinho pediu para subscrever o requerimento de voto de aplausos ao prefeito Luciano Cartaxo pela obra no Vieira Diniz. E parabenizou o Governador pela recuperação e entrega do novo DEDE, Vila Olímpica Paraíba. O Sr. vereador João Almeida também parabenizou o governo estadual em devolver o DEDE para a população, dizendo que o esporte é algo que integra e tira das ruas as crianças sujeitas ao envolvimento com drogas.

O Presidente, Sr. vereador Durval Ferreira, avisou que a próxima quinta-feira será ponto facultativo, não devendo haver expediente na Casa. E assim sendo, remarcaria a audiência com a Secretária de Educação para o dia 23 de abril, às 11 horas. O Sr. vereador Raoni Mendes considerou que essa prorrogação da audiência com a Secretaria de Educação, marcada para 02 de abril, seria uma manobra de evitar um debate já marcado com antecedência. O Sr. vereador Renato Martins disse ter ficado estarelecido com a comunicação de adiamento da sessão, pois esse debate estaria sendo esperado pelos professores, pois ontem, em assembleia, mais de 2 mil professores deliberaram que viriam na próxima quinta-feira participar daquele encontro. O Sr. vereador Lucas de Brito fez um apelo para que fosse mantido o dia 2 de abril para a realização da sessão ou houvesse a antecipação para o dia 1º de abril. O Sr. vereador Marco Antônio disse que a oposição queria jogar toda a categoria de professores contra a Câmara Municipal e que já houve um grande avanço com a proposta de uma comissão paritária para analisar o aumento dos professores. O Sr. vereador Dinho pediu serenidade diante dessa questão da audiência com a Secretaria da Educação, pois não via celeuma em remarcar a audiência, uma vez que a secretária já tinha se colocado à disposição da Casa. O Presidente, Sr. vereador Durval Ferreira, reafirmou que será ponto facultativo na quinta-feira e audiência ficará para 23 de abril.

2 ORDEM DO DIA

Não houve

3 GRANDE EXPEDIENTE

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Edson Cruz, inicialmente, parabenizou as ações da gestão municipal na cidade de João Pessoa e o desempenho positivo de um atleta de Taekwondo preparado pelo treinador Tomaz, do bairro de Mangabeira. Então disse: “A população de João Pessoa entendeu que queria essa parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Há quanto tempo se necessitavam de obras como a da Praça da Independência, a da Lagoa e a da Praça João Pessoa? O conjunto Cidade Verde está recebendo calçamento, saneamento e a entrega de escrituras das casas. O Trevo do Viaduto do Almeidão e o Trevo da entrada de Mangabeira são obras do Governado do Estado, também. Gostaria que fosse mantido a proposta, do nome Eduardo Campos, na altura do





Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Almeidão. O DEDE agora, Ginásio de Esportes Paraíba, estiveram presentes lá o Prefeito da cidade de João Pessoa, com o Governador, porque a cidade de João Pessoa está querendo esse tipo de iniciativa, com as gestões estadual e municipal trabalhando juntas. Enganam-se aqueles que pensam neste rompimento, porque a cada dia que se passa obras e mais obras serão realizadas e, em breve, com o DEDE sendo entregue, muitos outros atletas como Gabrielle aparecerão também. Parabéns ao Governador e, ao Prefeito também, porque têm trazido aquilo que a população de João Pessoa tanto precisa. Vamos receber mais 400 (quatrocentas) unidades habitacionais, investimentos nos Colinas do Sul e era essa parceira o que o povo queria”.

Em um aparte, o Sr. vereador Marco Antônio disse: “O prefeito Luciano Cartaxo quando fez a aliança com o Governador, nas eleições, estava pensando nessa parceria. Gostaria de fazer um apelo, para que a gente forme uma comissão de vereadores e que visitemos a Secretaria de Segurança Pública para solicitarmos mais atuação da segurança pública no Bairro dos Estados. O conhecido Dentista Orlandino teve a sua casa invadida, um prejuízo material e psicológico muito grande”.

Aparteando, o Sr. vereador Sérgio da SAC disse: “V. Ex.^a tem feito um trabalho belíssimo pela Zona Sul, no bairro de Mangabeira. Estive sábado no Wilsão e vi o quão é importante um patrimônio daquele em Mangabeira. Gostaria de me acostar ao voto de aplauso ao Governador pela entrega da vila olímpica”.

Em um aparte, o Sr. vereador Benilton Lucena parabenizou e disse: “É isso, pois parceria entre o Governo do Estado e a PMJP, beneficiando, a população de nossa cidade que só tem a ganhar. Temos uma política de darmos nossa contribuição para uma cidade melhor”.

Finalizando, o orador, Sr. vereador Edson Cruz, parabenizou a eleição da Chapa 3 e disse: “O ritmo da Prefeitura é trabalho e trabalho. E será nesse ritmo que, todos os dias, estarei aqui, às 04:30 h, se for preciso, porque o meu ritmo é assim”.

4 DEMAIS MATÉRIAS LEGISLATIVAS ENCAMINHADAS

Autor – vereador Marco Antônio

PL - Denomina de Rua Neuza de Vasconcelos Silva, uma das artérias públicas desta cidade e dá outras providências.

PL - Denomina de Rua Atílio Luiz Rotta, uma das artérias públicas desta cidade e dá outras providências.

Autor – vereador Bosquinho

PL – Reconhece de utilidade pública o Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos de João Pessoa no estado da Paraíba – SINDIPROVENDAS, e dá outras providências.

PL – Dispõe sobre a proibição de empresas que prestam serviços de transporte coletivo no município de João Pessoa de exigirem que motoristas exerçam sua função cumulada com a função de cobrador.





Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Autor – vereador Lucas de Brito

PL – Torna obrigatória a disponibilização, em forma de catálogo, dos preços por unidade dos produtos expostos à venda em auto serviços, supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais no município de João Pessoa que comercializem mais de 1000 produtos distintos, afim de facilitar a pesquisa de preços por parte dos consumidores.

PR – Altera o artigo 77, “caput” da Resolução nº 5 de 18 de dezembro de 2003 – Regimento Interno da Câmara Municipal de João Pessoa

Autor – Flávio Maroja – Fuba

PL – Define e penaliza o desperdício de água e dá outras providências.

Autor – Marmuthe Cavalcanti

PL – Denomina de Flávio Francisco de Oliveira, (O Flavão), o campo de futebol localizado entre as ruas Avelina dos Santos e a Mariângela Lucena Peixoto, no bairro do Valentina de Figueiredo, e dá outras providências.

Autor – João dos Santos

PDL – Concede Título de Cidadão Pesseense ao senhor Sílvio Amâncio da Silva

5 ENCERRAMENTO

Na presidência, o Sr. vereador Zezinho Botafogo disse: “Declaro encerrada a presente sessão marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos”.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da casa (**), sob a orientação da Primeira Secretária da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Correspondências e requerimentos encaminhados e apreciados nesta presente sessão constam em anexo, na pauta do Setor de Expediente.

(**) Com base nos registros dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos 31 dias do mês de março do ano de 2015.


Durval Ferreira da Silva Filho
Presidente da Mesa


Benilton Lúcio Lucena da Silva
Primeiro Secretário



REGISTRADO

EM ATA
 DEVOLVIDO em 31/03/15

INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTARIAS

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias não é de sua competência. Conforme a legislação, a comprovação de cumprimento das exigências para concessão poderá ocorrer mediante a entrega de documentos diretamente ao órgão concedente.

As informações disponibilizadas serão: obrigatórias

- a) de caráter de ciência de registro de admissão mantida por órgãos ou entidades federais cuja responsabilidade esteja definida em lei;
- b) de natureza subsidiária de informações de caráter declaratório de natureza contábil, financeira ou fiscal, imprescindíveis para verificação do atendimento de requisitos legais; e
- c) em caso de documentação impressa, em versão eletrônica em inglês.

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias pesquisa informações relativas a passivos jurídicos, registra-se registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cada ente federado submissivo e responsável em relação, consultando o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, de registros no CNPJ dos órgãos de sua Administração Direta e das entidades de sua Administração Indireta.

CARTEIRA PROFISSIONAL e órgão concedente e "CPF profissional", sob o nº "CPF profissional" atualizado
Unidade Federativa: JOÃO PESSOA/PE **Data de pesquisa:** 31/03/2015
CNPJ Intermediária: 06.719.254/0001-06 - MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em 02/07/2012 elaborado a partir de dados enviados do CNPJ em janeiro de 2012
 Livro de Registro de Pessoas Jurídicas (LRF) em 02/07/2012 elaborado a partir de dados enviados do CNPJ em janeiro de 2012
 Livro de Registro de Pessoas Jurídicas (LRF) em 02/07/2012 elaborado a partir de dados enviados do CNPJ em janeiro de 2012
 Livro de Registro de Pessoas Jurídicas (LRF) em 02/07/2012 elaborado a partir de dados enviados do CNPJ em janeiro de 2012

Atendimento em Registros Fiscais

Registros Fiscais	Fone de Informação/Instituição	Atualizado	Validade
I - Obrigações de Adimplência Fiscal			
1 - Obrigações quanto a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União	PGN/DIRF Cadastro de Registro de Adimplência		01
1.2 - Obrigações quanto a Contribuições Previdenciárias	DIRF Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	31/03/2015
1.3 - Obrigações quanto a Contribuições para o SUS	CARF Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	31/03/2015
1.4 - Obrigações em relação à Adimplência de Contribuições Previdenciárias e Previdenciárias devidas para a União	DIRF Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	31/03/2015
1.5 - Obrigações quanto a Poderes Fiscais Federais	CADIR Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	31/03/2015
II - Atendimento de Prestação de Contas de Gerentes			
2.1 - Obrigações quanto à prestação de Contas de Recursos Federais recebidos anteriormente	SIRF/Sistema Transferências Cadastro de Registro de Adimplência SICORF Cadastro de Registro de Adimplência	Comprovado	31/03/2015
III - Obrigações de Transparência			
3.1 - Atualização do Relatório de Gestão Fiscal - RGPF	CARF ou Orgão Concedente Atualização Manual	Comprovado	30/06/2015
3.2 - Publicação do Relatório Resumido de Gestão Orçamentária - RREGO	CARF ou Orgão Concedente Atualização Manual		01
3.3 - Atualização dos Contas Anuais	DIRF e/ou SRS/SICORF Atualização Manual	Comprovado	30/06/2015
IV - Atendimento de Obrigações Constitucionais ou Legais			
4.1 - Exercício de Poder Competência Estadual	CARF ou Orgão Concedente Atualização Manual	Comprovado	30/06/2015
4.2 - Aplicação de Tributos de recursos em Dívida Ativa	SICOP Sistema Sincronizado de Interação	Comprovado	30/06/2015
4.3 - Aplicação de Tributos de recursos em Dívida Ativa	SICOP Sistema Sincronizado de Interação		Atribuição (1)



4.4 Regularidade Previdenciária



MPS/SPS

Cadastro de Registro de
Adimplência

Comprovado 05/09/2015

[*] As exigências não comprovadas por meio deste serviço deverão ser comprovadas documentalmente diretamente ao órgão concedente.

[*] ATENÇÃO: a comprovação do item 4.3 do CAUC, referente à aplicação mínima de recursos próprios em saúde, está temporariamente desabilitada na página do CAUC. A consulta referente a este item deve ser realizada no site siops.datasus.gov.br, no link "Demonstrativos".

Imprimir

Imprimir Itens

Exportar

Voltar

SOBRE O TESOIRO NACIONAL

[Sobre o Tesouro Nacional](#)
[Missão](#)
[Quem é quem](#)
[Galeria dos Secretários](#)
[Modelo de gestão](#)
[Organograma](#)
[Nossa marca](#)
[Trabalhe no Tesouro Nacional](#)
[Conheça o Tesouro Nacional](#)
[Prêmio Tesouro Nacional](#)
[Textos para discussão](#)

POLÍTICA FISCAL

[Política Fiscal](#)
[Prefeituras e Governos Estaduais](#)
[Contabilidade Pública](#)
[Fundo Soberano](#)
[Lei de Responsabilidade Fiscal](#)

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

[Sobre a Dívida Pública Federal](#)
[Gestão da Dívida Pública Federal](#)
[Mercado Interno](#)
[Mercado Externo](#)
[Publicações](#)
[Relacionamento com Investidor](#)

NOVIDADES
CENTRAL DE INFORMAÇÕES
IMPRESA
PERGUNTAS FREQUENTES
GLOSSÁRIO
FALE CONOSCO

Tesouro Nacional - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede do Ministério da Fazenda, Bloco P -
CEP 70.048-900 Brasília - DF
Problemas com o Portal? portal.gelfo@fazenda.gov.br



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ANEXO:
PAUTA DO SETOR DE EXPEDIENTE





ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa de Napoleão Laureano

019ª SESSÃO ORDINÁRIA - CMJP - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 1º PERÍODO - 16ª LEGISLATURA

PEQUENO EXPEDIENTE - 31/03/2015 - (TERÇA-FEIRA)

ATAS

1- Ata da 018ª Sessão Ordinária - 3ª Sessão Legislativa - 1º Período - 16ª Legislatura, realizada em 26/03/2015.

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 330/2015 **AUTOR(A)**: UBIRATAN PEREIRA (BIRA)
ASSUNTO: INDICA A CRIAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA APLICADO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

INDICAÇÃO Nº 334/2015 **AUTOR(A)**: LUCAS DE BRITO
ASSUNTO: INDICA QUE SEJA MODIFICADA A LEI COMPLEMENTAR N° 059/2010, QUE INSTITUI PLANO DE CARGOS CARREIRAS E REMUNERAÇÃO PARA OS SERVIDORES INTEGRANTES DOS GRUPOS FUNCIONAIS BÁSICO, MÉDIO, TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ASSEGURANDO A TODOS OS SERVIDORES MUNICIPAIS O RECEBIMENTO DE PERICULOSIDADE, PARA AQUELES QUE EXERÇAM SUA FUNÇÃO NA CONDUÇÃO DE MOTOCICLETAS.

INDICAÇÃO Nº 335/2015 **AUTOR(A)**: LUCAS DE BRITO
ASSUNTO: INDICA A CRIAÇÃO DE CENTROS PROFISSIONALIZANTES DE ATENDIMENTO INTEGRAL "CRIANÇA CIDADÃ", EM JOÃO PESSOA.

CORRESPONDÊNCIAS

OFÍCIO Nº 007/2015 **AUTOR(A)**: ENERGISA
ASSUNTO: EM RESPOSTA AO OFÍCIO Nº4492/2015, INFORMA QUE A ENERGISA NÃO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA. INFORMA AINDA QUE A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2015 OS MUNICÍPIOS ASSUMIRAM A RESPONSABILIDADE PELA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONVENCIONAL.

OFÍCIO Nº 008/2015 **AUTOR(A)**: ENERGISA
ASSUNTO: EM RESPOSTA AO OFÍCIO Nº4436/2015, INFORMA QUE A ENERGISA NÃO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA. INFORMA AINDA QUE A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2015 OS MUNICÍPIOS ASSUMIRAM A RESPONSABILIDADE PELA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONVENCIONAL.

OFÍCIO Nº 192/2015 **AUTOR(A)**: SEDURB
ASSUNTO: EM RESPOSTA AO VEREADOR MARMUTHE CAVALCANTI A RESPEITO DA CONSTRUÇÃO DE UM PÁTIO NO MERCADO PÚBLICO DO VALENTINA PARA SER INSTALADA UMA FEIRA LIVRE NO BAIRRO.

REQUERIMENTOS

ENCAMINHADOS:

REQUERIMENTO Nº 14716/2015 **AUTOR(A)**: UBIRATAN PEREIRA (BIRA)
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR PEDIDO DE LIXEIRAS PARA O MERCADO PÚBLICO DO BESSA.

REQUERIMENTO Nº 14717/2015 **AUTOR(A)**: UBIRATAN PEREIRA (BIRA)
ASSUNTO: REQUER VOTOS DE APLAUSOS AO SINDIFISCO PELA PASSAGEM DOS 25 ANOS DA FUNDAÇÃO.

REQUERIMENTO Nº 14718/2015 **AUTOR(A)**: UBIRATAN PEREIRA (BIRA)
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA REPOSIÇÃO DE LÂMPADAS NA RUA HORTÊNCIO OSTERNE CARNEIRO, NO BAIRRO DO BESSA.

REQUERIMENTO Nº 14719/2015 **AUTOR(A)**: UBIRATAN PEREIRA (BIRA)
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA PEDIDO DE CONCLUSÃO DA RETIRADA DOS ENTULHOS NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ.

REQUERIMENTO Nº 14943/2015 **AUTOR(A)**: FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA RUA ALFREDO DOLABELA PORTELA, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14944/2015 **AUTOR(A)**: FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA RUA ANDERSON FREIRE DE LIMA, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14945/2015 **AUTOR(A)**: FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA RUA ESTUDANTE JOÃO BATISTA DOS SANTOS, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14946/2015 **AUTOR(A)**: FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA RUA CÍCERO MOURA, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14947/2015 **AUTOR(A)**: FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA RUA ANTÔNIO DE SALES MIRANDA, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14948/2015 **AUTOR(A)**: FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA RUA EDVALDO DE OLIVEIRA E SILVA, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14949/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A TRANSFERÊNCIA DE UMA PARADA DE ÔNIBUS, EM FRENTE A CAVALCANTE PRIMO - TRÊS LAGOAS, SENTIDO RECIFE.

REQUERIMENTO Nº 14950/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA RUA JOÃO AMÉRICO DE CARVALHO, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14951/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA RUA CARNEIRO CAMPOS, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14952/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA AV. RAUL MACHADO, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14953/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA RUA ESTUDANTE WILMA REGINA COUTINHO GOMES, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14954/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA RUA MANUEL PEREIRA DE OLIVEIRA, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14955/2015 AUTOR(A) : FELIPE LEITÃO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA GERAL DA RUA CLÓVIS GOMES PAES, NA ILHA DO BISPO.

REQUERIMENTO Nº 14956/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: REQUER VOTO DE PESAR AOS FAMILIARES DA SENHORA MARIA JOSÉ DOS SANTOS CASTRO, FALECIDA EM 11 DE MARÇO.

REQUERIMENTO Nº 14957/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: REQUER VOTO DE PESAR AOS FAMILIARES DA SENHORA VALDENICE PEREIRA FILGUEIRA, FALECIDA EM 12 DE MARÇO.

REQUERIMENTO Nº 14958/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA DA MACAÍBA, NO CIDADE VERDE, BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14959/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA SERMÃO DA MONTANHA, NO CIDADE VERDE, BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 14960/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS QUE SE ENCONTRAM SEM FUNCIONAMENTO NOS POSTES LOCALIZADOS NA RUA COM. SEVERINO CARNEIRO DOS SANTOS, NO CUIÁ.

REQUERIMENTO Nº 14961/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA EM TERRENOS LOCALIZADOS NA RUA COM. SEVERINO CARNEIRO DOS SANTOS, NO CUIÁ.

REQUERIMENTO Nº 14978/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A RECUPERAÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA TEIXEIRA DE FREITAS, EM CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14979/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA MONS. JOÃO COUTINHO, EM MANDACARU.

REQUERIMENTO Nº 14980/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA JOSUÉ DA SILVEIRA, NO GEISEL.

REQUERIMENTO Nº 14981/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR LIMPEZA NA LATERAL DA ESCOLA GONÇALVES DIAS, NO CRISTO.

REQUERIMENTO Nº 14982/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR LIMPEZA NA RUA CASTRO ALVES, NOS FUNCIONÁRIOS I.

REQUERIMENTO Nº 14983/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A TERRAPLANAGEM DA RUA CROMÁCIO ARNAULD, NO CRISTO.

REQUERIMENTO Nº 14984/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O RECAPEAMENTO DA RUA ABEL DA SILVA, EM CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14985/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA SEVERINO JOSÉ NASCIMENTO, NO RÓGER.

REQUERIMENTO Nº 14986/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, NO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 14987/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA DA RUA FLORA EUFLASINA TEREZA DO NASCIMENTO, EM CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 14988/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A TROCA DAS TAMPAS DAS GALERIAS DE ESGOTOS EXISTENTES NA RUA MARDOKEU NACRE, NO PADRE ZÉ.

REQUERIMENTO Nº 14989/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA NAS PROXIMIDADES DA FUNDAÇÃO OTACÍLIO GAMA, NO PADRE ZÉ.

REQUERIMENTO Nº 14990/2015 **AUTOR(A): DURVAL FERREIRA**
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA NO CONJUNTO MANGABEIRA VI.

REQUERIMENTO Nº 14991/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A RETIRADA DE UM POSTE QUE SE ENCONTRA NO MEIO DA RUA ANA ALVES CHAVES, EM PARATIBE.

REQUERIMENTO Nº 14992/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA JOSÉ FRAGOSO DA COSTA, NO JOSÉ AMÉRICO.

REQUERIMENTO Nº 15003/2015 AUTOR(A) : JOÃO ALMEIDA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA DAS BARAÚNAS, NO JARDIM ANATÓLIA - BANCÁRIOS.

REQUERIMENTO Nº 15004/2015 AUTOR(A) : JOÃO ALMEIDA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O REPARO EM TODOS OS POSTES DE ILUMINAÇÃO DA RUA ADRIANO JORGE CAVALCANTE RIBEIRO, EM MANGABEIRA VI.

REQUERIMENTO Nº 15023/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: REQUER VOTO DE PESAR AOS FAMILIARES DO SENHOR JOSÉ LEOCÁDIO, QUE FALECEU NO DIA 18 DE MARÇO.

REQUERIMENTO Nº 15024/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA MARIA DE LOURDES ANDRADE BARBOSA, NO JARDIM VENEZA.

REQUERIMENTO Nº 15025/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA CIDADE DE AREIA, NO CIDADE VERDE, (BAIRRO DAS INDÚSTRIAS).

REQUERIMENTO Nº 15026/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA MOTORISTA JOSÉ PONTES DA SILVA, NO CIDADE VERDE, (BAIRRO DAS INDÚSTRIAS).

REQUERIMENTO Nº 15027/2015 AUTOR(A) : EDUARDO CARNEIRO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA CIDADE DE MONTE HOREBE, NO CIDADE VERDE, (BAIRRO DAS INDÚSTRIAS).

REQUERIMENTO Nº 15074/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA NA RUA CEL. ESTEVÃO D'ÁVILA LINS, EM CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 15075/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A REALIZAÇÃO DO ASFALTO DA RUA ESCRITOR NOÉ ANTÔNIO DE OLIVEIRA, NO CIDADE UNIVERSITÁRIA.

REQUERIMENTO Nº 15076/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA FLÁVIO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE, NO CIDADE VERDE, EM MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 15077/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A RECUPERAÇÃO DO CALÇAMENTO DA RUA PROFESSORA MARIA JACY PINTO COSTA, NO VALENTINA I.

REQUERIMENTO Nº 15078/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO (REDUTOR DE VELOCIDADE) NA RUA ENGENHEIRO ÁVIDOS, EM OITIZEIRO.

REQUERIMENTO Nº 15079/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA NO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 15080/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA GRÁFICO JOSÉ E. DA ROCHA, NOS FUNCIONÁRIOS II.

REQUERIMENTO Nº 15081/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA JOÃO HARDIMANS DE BARROS, NOS FUNCIONÁRIOS I.

REQUERIMENTO Nº 15082/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA ANTÔNIO PAULINO SOBRINHO, NO CIDADE VERDE, EM MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 15083/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA CARMELO RUFFO FILHO, NO CIDADE VERDE, EM MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 15084/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA JOSÉ FERNANDO DINIZ, NOS FUNCIONÁRIOS I.

REQUERIMENTO Nº 15085/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA ADOLFO CHACON, NOS FUNCIONÁRIOS I.

REQUERIMENTO Nº 15086/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A COLOCAÇÃO DE ÔNIBUS NAS LINHAS 5120, 1519 E 2300, QUE SÃO EXPLORADAS PELA EMPRESA SÃO JORGE, POIS AS MESMAS NÃO VEM ATENDENDO A CONTENTO A POPULAÇÃO DO VALENTINA DE FIGUEIREDO E ADJACÊNCIAS.

REQUERIMENTO Nº 15087/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A CONCLUSÃO DO CALÇAMENTO DA RUA JOSÉ FRANCISCO, NO CRISTO.

REQUERIMENTO Nº 15088/2015 AUTOR(A) : DURVAL FERREIRA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A ARBORIZAÇÃO NA AV. FAGUNDES VARELA, NA PRAÇA LOCALIZADA NO PADRE ZÉ.

REQUERIMENTO Nº 15113/2015 AUTOR(A) : MARCO ANTÔNIO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA JOÃO ERNESTO DE ANDRADE, NO CONJUNTO ERNESTO GEISEL.

REQUERIMENTO Nº 15114/2015 AUTOR(A) : MARCO ANTÔNIO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A RETIRADA DO LIXO SITUADO AO LONGO DA RUA JOSÉ HERMANO CALDAS BARROS, NO CONJUNTO ERNESTO GEISEL.

REQUERIMENTO Nº 15115/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR LIMPEZA DA ÁREA EXTERNA DA USF DOCE MÃE DE DEUS, NO BAIRRO DO VALENTINA FIGUEIREDO II.

REQUERIMENTO Nº 15116/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À SEDURB A PODAGEM DE ÁRVORES, NA RUA ENGENHEIRO ELISEU SÉRNULO DE FARIAS LUNA, NO BAIRRO DO VALENTINA II.

REQUERIMENTO Nº 15117/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À SEDURB A PODAGEM DE ÁRVORES, NA AVENIDA CUIÁ, PRÓXIMO AO GIRADOR DO GEISEL.

REQUERIMENTO Nº 15118/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À SEDURB A PODAGEM DE ÁRVORES, NA RUA JOAQUIM FARIAS BARBOSA, NO CONJUNTO JOSÉ AMÉRICO.

REQUERIMENTO Nº 15119/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À SEDURB A PODAGEM DE ÁRVORES, NA AVENIDA CUIABÁ, NO CONJUNTO PLANALTO BOA ESPERANÇA.

REQUERIMENTO Nº 15120/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO NA RUA AMÂNCIO DE OLIVEIRA, NO CONJUNTO JOSÉ AMÉRICO.

REQUERIMENTO Nº 15121/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO NA RUA VENÂNCIO FERREIRA RAMALHO, NO CONJUNTO BOA ESPERANÇA.

REQUERIMENTO Nº 15122/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO NA RUA PROFESSORA DULCE GUEDES GONDIM, NO CONJUNTO BOA ESPERANÇA.

REQUERIMENTO Nº 15123/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO NA RUA EVALDO TRAJANO, NO CONJUNTO BOA ESPERANÇA.

REQUERIMENTO Nº 15124/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO NA RUA AGRICULTORA MARIA GOMES, NO CONJUNTO BOA ESPERANÇA.

REQUERIMENTO Nº 15125/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA SERVIÇOS DE TAPA BURACO NA RUA DESEMBARGADOR JOSÉ PÉREGRINO, NO CENTRO.

REQUERIMENTO Nº 15126/2015 AUTOR(A) : SÉRGIO DA SAC
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA SERVIÇOS DE TAPA BURACO NA RUA DESEMBARGADOR JOSÉ PÉREGRINO, NO CENTRO.

REQUERIMENTO Nº 15127/2015 AUTOR(A) : FUBA
ASSUNTO: SOLICITA À CAGEPA, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, SANAMENTO BÁSICO NO BAIRRO DE ÁGUA FRIA.

REQUERIMENTO Nº 15128/2015 AUTOR(A) : FUBA

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA QUE SEJA REALIZADO A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO, NAS IMEDIAÇÕES DA PRAÇA DA PAZ, ONDE É DESENVOLVIDO O PROJETO "CRAQUE NA BOLA, CRAQUE NA ESCOLA, LIVRO NA MÃO, BOLA NO PÉ".

REQUERIMENTO Nº 15129/2015 AUTOR(A) : FUBA

ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB A INSTALAÇÃO DE SEMÁFORO NO CRUZAMENTO DA AV. CAPITÃO JOSÉ PESSOA COM A RUA ADERBAL PIRAGIBE, EM JAGUARIBE.

REQUERIMENTO Nº 15130/2015 AUTOR(A) : FUBA

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS ALAN LOURENÇO DE ANDRADE, LOURENÇO VIEIRA DE SOUZA, E JOSÉ FERREIRA DA SILVA, NO BAIRRO DE ÁGUA FRIA.

REQUERIMENTO Nº 15131/2015 AUTOR(A) : FUBA

ASSUNTO: SOLICITA À SMS QUE SEJA REALIZADA CAMPANHA EDUCATIVA INFORMANDO SOBRE OS MALEFÍCIOS DO USO DE ANABOLIZANTES, NA ACADEMIA DA SAÚDE, NO BAIRRO DO GEISEL, E NAS DEMAIS ACADEMIAS AO AR LIVRE EXISTENTES NESTA CIDADE.

REQUERIMENTO Nº 15132/2015 AUTOR(A) : FUBA

ASSUNTO: REQUER AUDIÊNCIA PÚBLICA , NO DIA 28 DE ABRIL , ÀS 15:00 HORAS, PARA DISCUTIR A CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS .

REQUERIMENTO Nº 15133/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO DA RUA RECIFE, NO BAIRRO DO GROTAÓ.

REQUERIMENTO Nº 15134/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOSÉ BERNARDINO ALVES CORREIA, NO LOTEAMENTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, NO BAIRRO JARDIM VENEZA.

REQUERIMENTO Nº 15135/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA PROFª LUIZA FERNANDES VIEIRA, NO BAIRRO DO CRISTO REDENTOR.

REQUERIMENTO Nº 15136/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA SINDOLFO GONÇALVES CHAVES, NO CONJUNTO FUNCIONÁRIOS I.

REQUERIMENTO Nº 15137/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA QUINTINO DOURADO DO MARANHÃO, NO BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 15138/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA JORGE RAMOS, NO BAIRRO DE MANGABEIRA IV.

REQUERIMENTO Nº 15139/2015 AUTOR(A) : BOSQUINHO

ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB REVITALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DA RUA BENTO DA GAMA, NO BAIRRO DA TORRE.

REQUERIMENTO Nº 15140/2015 **AUTOR(A): BOSQUINHO**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA RUA LEOPOLDO PEREIRA DE LIMA, NO BAIRRO DE MANGABEIRA VII.

REQUERIMENTO Nº 15141/2015 **AUTOR(A): BOSQUINHO**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO DA RUA JUVENAL MÁRIO DA SILVA, NO BAIRRO DE MANAÍRA.

REQUERIMENTO Nº 15142/2015 **AUTOR(A): BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA AV. CIDADE DE MANAÍRA, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 15143/2015 **AUTOR(A): BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA AV. CIDADE DAS ARARAS, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 15144/2015 **AUTOR(A): BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA AV. CIDADE DE MINAS GERAIS, NO BAIRRO DAS INDÚSTRIAS.

REQUERIMENTO Nº 15145/2015 **AUTOR(A): BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: SOLICITA À CAGEPA O SANEAMENTO BÁSICO NA RUA SANTO ONOFRE, NO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 15146/2015 **AUTOR(A): BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: SOLICITA À CAGEPA O SANEAMENTO BÁSICO NA RUA NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, NO LOTEAMENTO MONTE DAS OLIVEIRAS, EM GRAMAME.

REQUERIMENTO Nº 15147/2015 **AUTOR(A): BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAÇÃO DA RUA NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, NO LOTEAMENTO MONTE DAS OLIVEIRAS, EM GRAMAME.

REQUERIMENTO Nº 15148/2015 **AUTOR(A): BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAÇÃO DA RUA ALAMEDA CONCRIZ, EM GRAMAME.

REQUERIMENTO Nº 15149/2015 **AUTOR(A): BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: SOLICITA À CAGEPA O SANEAMENTO BÁSICO NA RUA ALAMEDA CONCRIZ, EM GRAMAME.

REQUERIMENTO Nº 15150/2015 **AUTOR(A): BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: SOLICITA À CAGEPA O SANEAMENTO BÁSICO NA RUA TENENTE HORÁCIO SALUSTIANO DA COSTA, NO LOTEAMENTO DAS OLIVEIRAS, EM GRAMAME.

REQUERIMENTO Nº 15151/2015 **AUTOR(A): BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAÇÃO DA RUA MENINO JESUS, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 15152/2015 **AUTOR(A): BENILTON LUCENA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA MENINO JESUS, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 15153/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À CAGEPA O SANEAMENTO BÁSICO NA RUA MENINO JESUS, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 15154/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA SANTA RITA DOS IMPOSSÍVEIS, NO LOTEAMENTO MONTE DAS OLIVEIRAS, EM GRAMAME.

REQUERIMENTO Nº 15155/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À CAGEPA O SANEAMENTO BÁSICO DA RUA SANTA RITA DOS IMPOSSÍVEIS, NO LOTEAMENTO MONTE DAS OLIVEIRAS, EM GRAMAME.

REQUERIMENTO Nº 15156/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR LIMPEZA E CAPINAÇÃO DA RUA SANTA SOFIA, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 15157/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À CAGEPA SANEAMENTO BÁSICO DA RUA SANTA SOFIA, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 15158/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR LIMPEZA E CAPINAÇÃO DA RUA DO ROSÁRIO, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 15159/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO ROSÁRIO, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 15160/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À CAGEPA O SANEAMENTO BÁSICO DA RUA DO ROSÁRIO, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 15161/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA E CAPINAÇÃO DA RUA DAS IMBAÚBAS, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 15162/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À CAGEPA O SANEAMENTO BÁSICO DA RUA DAS IMBAÚBAS, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 15163/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA O CALÇAMENTO DA RUA DAS IMBAÚBAS, NO MUÇUMAGRO.

REQUERIMENTO Nº 15164/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A EXECUÇÃO DA OBRA DE COMPLEMENTAÇÃO DO CALÇAMENTO DA RUA INAURA LEITE FONTES, NO JOSÉ AMÉRICO.

REQUERIMENTO Nº 15165/2015 AUTOR(A): BENILTON LUCENA
ASSUNTO: SOLICITA À CAGEPA O SANEAMENTO BÁSICO DA RUA INAURA LEITE FONTES, NO JOSÉ AMÉRICO.

- REQUERIMENTO Nº 15166/2015 AUTOR(A) : MARCO ANTÔNIO**
ASSUNTO: SOLICITA À SEMHAB UM MUTIRÃO DE FISCALIZAÇÃO JUNTO AOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DE RESPONSABILIDADE DA PMJP, A FIM DE QUE SEJA VERIFICADA QUE A POSSE DO IMÓVEL DESTINADO ÀS PESSOAS DE BAIXA RENDA ESTEJA EM CONSONÂNCIA COM O SORTEIO DO RESPECTIVO IMÓVEL.
-
- REQUERIMENTO Nº 15167/2015 AUTOR(A) : MARCO ANTÔNIO**
ASSUNTO: REQUER VOTOS DE APLAUSOS A FUNDAÇÃO DO ROTARY CLUB - JOÃO PESSOA NORTE, ATRAVÉS DA SUA PRESIDENTA ALICE CAVALCANTE FERNANDES.
-
- REQUERIMENTO Nº 15168/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA NOEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA, NO JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA.
-
- REQUERIMENTO Nº 15169/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA LAURO PEREX XAVIER, NO JOSÉ AMÉRICO.
-
- REQUERIMENTO Nº 15170/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA JÚLIA RIBEIRO, NO CRISTO.
-
- REQUERIMENTO Nº 15171/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA JUIZ ELMANO PEREIRA DE SIQUEIRA, NO CRISTO.
-
- REQUERIMENTO Nº 15172/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOSUÉ GOMES DE ALMEIDA, NO JOSÉ AMÉRICO.
-
- REQUERIMENTO Nº 15173/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOSÉ SINFRÔNIO DE OLIVEIRA MARIZ, NA CIDADE DOS COLIBRIS.
-
- REQUERIMENTO Nº 15174/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOSÉ SEVERINO DE FIGUEIREDO, NO JOSÉ AMÉRICO.
-
- REQUERIMENTO Nº 15175/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOSÉ R. MOTA MORAIS, NO CIDADE UNIVERSITÁRIA.
-
- REQUERIMENTO Nº 15176/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOSÉ PAULO DA SILVA LIRA, EM ÁGUA FRIA.
-
- REQUERIMENTO Nº 15177/2015 AUTOR(A) : RAISSA LACERDA**
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOSÉ MESQUITA, NO TREZE DE MAIO.
-

REQUERIMENTO Nº 15178/2015 AUTOR(A) : SANTINO FELICIANO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA OPERAÇÃO TAPA BURACOS PARA FAZER MANUTENÇÃO DA RUA LOURIVAL BEZERRA DOS SANTOS, EM GRAMAME.

REQUERIMENTO Nº 15179/2015 AUTOR(A) : SANTINO FELICIANO
ASSUNTO: SOLICITA À SEJER A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA NA PRAÇA TARCILA FRANCA, RUA Dr. MARIANO BARBOSA, NO BAIRRO DOS IPÊS.

REQUERIMENTO Nº 15180/2015 AUTOR(A) : SANTINO FELICIANO
ASSUNTO: SOLICITA À SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL, A POSSIBILIDADE DE SER REALIZADA RONDA POLICIAL A PARTIR DAS 22h NA RUA PEDRO ALEXANDRINO, EM CRUZ DAS ARMAS.

REQUERIMENTO Nº 15181/2015 AUTOR(A) : LUCAS DE BRITO
ASSUNTO: SOLICITA AO SENADO FEDERAL E À CÂMARA DOS DEPUTADOS ALTERAÇÕES NA LEI FEDERAL Nº 9.096/1995, QUE DISPÕE SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS, PARA SUBMETÊ-LOS AS REGRAS DEMOCRÁTICAS E REPUBLICANAS NO QUE DIZ RESPEITO AO SEUS RESPECTIVOS FUNCIONAMENTOS.

REQUERIMENTO Nº 15182/2015 AUTOR(A) : RENATO MARTINS
ASSUNTO: REQUER VOTOS DE CONGRATULAÇÕES PARA NOVA DIRETORIA ELEITA DO PROSIND-CHAPA 3, A DIRETORIA: CHICO DOS CORREIOS, HURLEY DA GRÁFICA, BRANCA, IRENE, HELENA E SINÉSIO E DO CONSELHO FISCAL: MONTE JÚNIOR, JONNI ARAÚJO, RICARDO DA SAÚDE, CABRAL, EZEQUIAS E MARIA LÚCIA. PELA FORMA COMO RECEBEU DA MAIORIA DOS MORADORES DO PROSIND-MANGABEIRA O AVAL PARA CONDUZIR AS MUDANÇAS.

REQUERIMENTO Nº 15183/2015 AUTOR(A) : MARCO ANTÔNIO
ASSUNTO: SOLICITA À SEMUSB UM NÚMERO DE AGENTES CONDIZENTES PARA QUE POSSAM GARANTIR A SEGURANÇA E BOA ORDEM EM FRENTE A CATEDRAL BASÍLICA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES, LOCALIZADA NA AV. GENERAL OSÓRIO, NO CENTRO.

REQUERIMENTO Nº 15184/2015 AUTOR(A) : MARCO ANTÔNIO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR LIMPEZA E CAPINAÇÃO NO ENTORNO DO CAMPO DO SANTOS, COMPREENDENDO AS RUAS ABELARDO TARGINO DA FONSECA COM A RUA MANOEL FRANCISCO DE MELO, NO GEISEL.

REQUERIMENTO Nº 15185/2015 AUTOR(A) : LUCAS DE BRITO
ASSUNTO: REQUER VOTOS DE APLAUSOS AO 7 HANDBEACH, POR TER SIDO CAMPEÃO DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE HANDEBOL DE AREIA FEMININO.

REQUERIMENTO Nº 15186/2015 AUTOR(A) : FUBA
ASSUNTO: SOLICITA À SEDEC PARA QUE SEJAM REMOVIDOS COM URGÊNCIA OS BENS INSERVÍVEIS DA ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT, NO VARADOURO.

REQUERIMENTO Nº 15187/2015 AUTOR(A) : LUCAS DE BRITO
ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA AGILIDADE NAS OBRAS DE REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), LOCALIZADA NA RUA 19 DE MARÇO, EM MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 15188/2015 AUTOR(A) : LUCAS DE BRITO
ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR LIMPEZA E CAPINAÇÃO DA PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, NO TAMBÁ.

REQUERIMENTO Nº 15189/2015 AUTOR(A): LUCAS DE BRITO

ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB AUMENTO DO NÚMERO DE OPERADORES PARA A ZONA AZUL, NAS RUAS ARTUR AQUILES, VISCONDE DE PELOTAS E GENERAL OSÓRIO, NO CENTRO.

REQUERIMENTO Nº 15190/2015 AUTOR(A): LUCAS DE BRITO

ASSUNTO: SOLICITA À SEMUSB O AUMENTO DE RONDAS ESCOLARES DE VINTE PARA NOVENTA E CINCO (TODAS) ESCOLAS MUNICIPAIS.

REQUERIMENTO Nº 15191/2015 AUTOR(A): LUCAS DE BRITO

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA AGILIDADE NAS OBRAS DO ESPAÇO MAIS CULTURA - CENTRO CULTURAL DE MANGABEIRA, NO MANGABEIRA II.

REQUERIMENTO Nº 15192/2015 AUTOR(A): LUCAS DE BRITO

ASSUNTO: SOLICITA À SEMHAB A REFORMA DAS CASAS POPULARES LOCALIZADAS NO RESIDENCIAL PAULO AFONSO, EM JAGUARIBE.

REQUERIMENTO Nº 15193/2015 AUTOR(A): MARMUTHE CAVALCANTI

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A DESOBSTRUÇÃO DA GALERIA PLUVIAL DA RUA FRANCISCO ALVES RODRIGUES, NO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 15194/2015 AUTOR(A): MARMUTHE CAVALCANTI

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA MELHORIAS NA ILUMINAÇÃO DA RUA DINEZA CORDEIRO MONTEIRO, EM MANGABEIRA.

REQUERIMENTO Nº 15195/2015 AUTOR(A): MARMUTHE CAVALCANTI

ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A LIMPEZA DAS RUAS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS NEVES, NO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 15196/2015 AUTOR(A): MARMUTHE CAVALCANTI

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA OS SERVIÇOS DE TAPA BURACOS NA RUA IRANI ALMEIDA DE MENEZES, NO GEISEL.

REQUERIMENTO Nº 15197/2015 AUTOR(A): MARMUTHE CAVALCANTI

ASSUNTO: SOLICITA À SEDURB A PODA DE ÁRVORES LOCALIZADAS NA RUA AVELINA DOS SANTOS, NO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 15198/2015 AUTOR(A): MARMUTHE CAVALCANTI

ASSUNTO: SOLICITA À SEMOB QUE A RUA JÚLIO CIRILO DA SILVA, EM MANGABEIRA, SE TORNE MÃO ÚNICA.

REQUERIMENTO Nº 15199/2015 AUTOR(A): MARMUTHE CAVALCANTI

ASSUNTO: SOLICITA À EMLUR A COLOCAÇÃO DE COLETORES DE LIXO NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS NEVES, NO VALENTINA.

REQUERIMENTO Nº 15200/2015 AUTOR(A): MARMUTHE CAVALCANTI

ASSUNTO: REQUER VOTO DE APLAUSO AO TIME DE FUTEBOL NOVA MANGABEIRA FUTEBOL CLUBE, PELO TÍTULO DE CAMPEÃO DO CAMPEONATO NOVA MANGABEIRA.

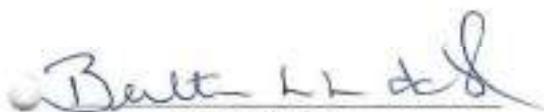
REQUERIMENTO Nº 15201/2015 AUTOR(A): MARMUTHE CAVALCANTI

ASSUNTO: SOLICITA À SEINFRA A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE INTERLIGANDO A RUA PEDRO MARCOS DE SOUZA, NO VALENTINA I AO VALENTINA II.

REQUERIMENTO Nº 15202/2015 AUTOR(A) : MARMUTHE CAVALCANTI
ASSUNTO: SOLICITA À PMJP A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE INTERLIGANDO A RUA
PEDRO MARCOS DE SOUZA, NO VALENTINA I AO VALENTINA II.

Esta Pauta foi elaborada pelo Setor de Expediente, e submete-se à apreciação Plenária.

PRESIDENTE



1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

ANEXO C - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2015



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoléão Lauriano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS



Ata da 28ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 23 dias do mês de abril do ano de 2015.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador José Freire da Costa – Zezinho Borafogo - (PSB)

1º Secretário

Vereador Benilton Lúcio Lucena da Silva - (PT)

Lista de presentes

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho - (PP)
Vereador Felipe Matos Leitão - (SD)
Vereador Dr. Luis Flávio Medeiros Paiva - (PSDB)
Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho - (DEM)
Vereador João Corujinha - (PSDC)
Vereador Evandro Sérgio de Azevedo Araújo – Sérgio da SAC - (PSL)
Vereador Marco Antônio Cartaxo Queiroga Lopes - (PPS)
Vereador Valdir José Dowsley – Dinho - (PR)
Vereador Flávio Eduardo Miroja Rebelo – Fuba - (PT)
Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato - (PP)
Vereador Raul Barreto Mendes - (PDT)
Vereador João dos Santos Filho - (PR)
Vereadora Raíssa Gomes Lacerda Rodrigues de Aquino - (PSD)
Vereador Gabriel Carvalho Câmara – Prof. Gabriel - (SD)
Vereador João Almeida (SD)
Vereador Marmuth de Souza Cavalcanti - (S/P)
Vereador Renato Martins Leitão - (PSB)

Ausentes com justificativa os vereadores: Djanilson Alves da Fonseca - (PPS), Santino Feliciano da Silva - (PT do B), Edson Cruz - (PP), Ubiratan Pereira de Oliveira – Bira - (PT) e Lucas Clemente de Brito Pereira - (DEM).

Ausentes os vereadores: Fernando Paulo Pessoa Milanez - (PMDB), Eduardo Carneiro (SD) e Eliza Virgínia Silva de Souza - (PSDB).

ABERTURA

Às 09:30 horas, o Sr. Presidente disse: "Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária e convido o vereador Bosquinho para ler o texto bíblico".



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Primeiro Secretário procedeu à leitura da ata da 27ª Sessão Ordinária: apreciada e aprovada sem restrições. Em seguida, leu os seguintes documentos do expediente em mesa*.

3ª Leitura

Mensagem 18/2015 – Autor: Executivo Municipal

Assunto: Envia projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei Orçamentária para o exercício de 2016, e dá outras providências.

Memorando 007/2015 – Autor: GVSF

Assunto: Justifica ausência do vereador Santino Feliciano nesta sessão.

Memorando S/N/2015 – Autor: GVEC

Assunto: Justifica ausência do vereador Edson Cruz nesta sessão.

Memorando S/N/2015 – Autor: GVDA

Assunto: Justifica ausência do vereador Djanilson Alves nesta sessão.

Memorando 021/2015 – Autor: GVUP

Assunto: Justifica ausência do vereador Bira nesta sessão.

Memorando 025/2015 – Autor: GVLB

Assunto: Justifica ausência do vereador Lucas de Brito nesta sessão.

1.1 Discussão e votação de requerimentos e indicações

Aprovados os requerimentos e as indicações que constam na pauta anexa. Conforme o artigo 89, §2, do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos dos vereadores ausentes na sessão.

Em discussão o requerimento nº 15667/15 – Autor: vereador Renato Martins

O líder da Bancada de Situação orientou pela derrubada do requerimento. O autor da propositura disse ser flagrante que não há argumento para se rejeitar um debate necessário para a cidade. Defendeu o incremento da política pública de cultura na cidade e elencou problemas no setor da cultura municipal, afirmando que a CMJP desrespeitava o Movimento SOS Cultura e assinava embaixo de desmandos e equívocos. O Sr. vereador Raoni Mendes disse que seria uma oportunidade de ouvir os atores envolvidos no segmento da cultura no município de João Pessoa, que representantes do SOS Cultura haviam procurado os vereadores para tentar dialogar sobre problemas existentes e pediu que ocorresse



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

o debate na CMJP. O Sr. vereador Fuba disse: “A discussão deve ser feita, agora, existe articulação política e reunião marcada para o próximo dia 28, para debater o futuro da Funjope e, quem sabe, transformar em uma secretaria da cultura. Peço que o Presidente, Durval Ferreira, encaminhe os nomes que farão parte do Conselho”. O Sr. vereador Dinho colocou-se contrário ao requerimento.

Situação: derrubado o requerimento.

Em destaque o requerimento nº 15797/15 – Autor: vereador Zezinho Botafogo

O Sr. vereador Dinho parabenizou.

Situação: aprovado o requerimento.

Em discussão o requerimento nº 15806/15 – Autor: vereador Sérgio da SAC

O Sr. vereador Raoni Mendes afirmou que não poderia ofertar o voto de aplauso para a SEMOB, na pessoa do Senhor Roberto Pinto, porque João Pessoa não tem um plano diretor de mobilidade, porque existe a incapacidade do secretário em conduzir a mobilidade na cidade. Colocou-se contrário ao voto de aplauso. O Sr. vereador Renato Martins destacou o estudo citado no requerimento, mas disse ser difícil dar o voto de aplauso pelo fato do Secretário ter tido que enviaria planilha de custos para o gabinete do vereador, 9 dias atrás, com a margem de lucros das empresas de transporte, mas não havia feito o envio ainda. Colocou que iria abster-se da votação. O vereador Benilton Lucena parabenizou o requerimento e citou ações realizadas pela SEMOB na capital. O Sr. vereador Dinho informou que já estava com a planilha de custos, citada pelo vereador Renato Martins, e também elogiou o requerimento. O Sr. vereador Marco Antônio disse ser louvável o requerimento.

Situação: aprovado o requerimento.

Em discussão o requerimento nº 15871/15 – Autor: vereador Renato Martins

O Sr. vereador Marco Antônio pediu que o requerimento fosse encaminhado para a Secretaria de Administração. O Sr. vereador Renato Martins justificou o requerimento e disse que refaria o texto.

Situação: aprovado o requerimento.

1.2 Demais comunicações

O Sr. vereador Raoni Mendes comunicou que visitou a Casa de José Mariano, em Recife, e que trouxe livros daquele local, bem como citou o pedido de alguns políticos pernambucanos para a formação de um grupo de debate sobre a reforma política.

2 ORDEM DO DIA

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM único: PL 969/2015

Autoria: Executivo Municipal



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: Altera os artigos 41 e 42 da lei nº 11.407/2008, que institui diretrizes para a formulação da Política Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente, e dá outras providências.

Pareceres orais: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Finanças e Orçamento e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O 1º Secretário explicou que o projeto ampliava o quantitativo de Conselhos Tutelares e mudava as datas das eleições. O Sr. vereador Raoni Mendes disse: “A celeridade da votação que ocorre se dá em regime de urgência porque a Prefeitura publicou edital sem ter amparo legal. O Presidente salva o Prefeito de um ato de improbidade. Foi uma falha do planejamento da Prefeitura que publicou edital sem ter o processo legal, sem ter os conselhos criados por lei. Queria que os projetos dos vereadores tivessem a mesma celeridade dos projetos do Executivo”.

Votação: favoráveis: 18; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: aprovado em 1ª e 2ª discussão.

3 GRANDE EXPEDIENTE

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Sérgio da SAC, iniciou sua fala lembrando a audiência realizada na última segunda feira pelos 35 anos da Maçonaria. E continuou: “Quando cheguei aqui, Raoni era da situação e eu fiquei só. Tive aqui discussão sobre o transporte público e se retiravam os 20 vereadores e a gente não podia discutir o assunto. Então, essas sessões deveriam ser reprovadas de vez, para não acontecer o que o vereador Benilton passou. Pois eu passei pior, não pelos meus pares, mas quem mandava era o prefeito Ricardo Coutinho e eu ficava sozinho discutindo transportes com as lideranças. Naquele tempo, o Prefeito da época não aceitava minha opinião e foi difícil pra mim. Eu só fazia uso da palavra se chegasse de madrugada e chegava aqui pedindo clemência aos meus pares vereadores. Eu vim aqui para agradar os meus eleitores que confiam no meu mandato e é assim que faço. Ser vereador é muito difícil quando a gente faz oposição nesta Casa e todos merecem o discurso. Foi difícil meu primeiro mandato. Mas meu segundo mandato tem sido diferente. Moro ainda no mesmo bairro, pode vir voto distrital e botarei meu nome, sem medo de perder, pois tenho a certeza de que a população vai absorver. Peço anuência do Presidente desta Casa para que não volte mais aquele discurso que se fazia anteriormente, vou descer do jeito que desceram comigo, pois pra isso eu tenho discurso. Eu não tenho medo do discurso, nem da vontade de vencer. Só tenho medo dos traidores que fizeram, em muitas noites, eu não comer, eu não dormir, nem minha família. Meus filhos não mereciam o que passei aqui nesta Casa, mas não guardo ódio de ninguém. Naquele dia que apontaram para V. Ex.^a, eu me senti igual, como se fosse culpado pelas tarifas de ônibus, como se V. Ex.^a fosse presidente do Conselho. Eu sempre falo para os meus amigos Raoni e Renato Martins, que a oposição deve se fazer com movimentos e não com a pessoa do vereador. Eu fui embora porque aquela reunião não ia discutir trânsito e transporte, era sobre política. O Presidente precisa tomar pé para que essa sessão de hoje não vá para o lado negativo da política, mas que seja construtiva. A situação do município de João Pessoa é excelente e acho que hoje não terá aquele debate de mesquinhez”.

Em aparte, o Sr. vereador Renato Martins esclareceu que para a audiência pública sobre mobilidade urbana convidou a todos, houve um convite amplo e irrestrito, mas se o intuito da Bancada de Situação



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

era modificar o objetivo do debate, isso não iriam conseguir. E reforçou as denúncias sobre os problemas no transporte público pela falta de acessibilidade, falta de climatização, dentre outros e disse que as pessoas sabem que há lei federal resguardando alguns direitos a respeito dessa realidade.

Em aparte, o Sr. vereador João Almeida disse que, embora não estivesse presente na audiência a que se referiam, considerava inacreditável que alguém achasse que o sistema de transporte público funcionava bem. Falou que não havia respeito nas paradas em relação às pessoas deficientes. Pediu que a população julgasse e abrisse o grande debate. Considerou importante trazer o tema para esta Casa e fazer com que esse tipo de oferta pública seja melhorado, uma vez que é caro e necessário.

Concluindo, o orador, Sr. vereador Sérgio da SAC disse que trouxeram a informação de que, em seu bairro, o Valentina Figueiredo, o transporte era melhor do que em Curitiba, que não havia problema no transporte público, mas que isso não era verdade.

2º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marco Antônio, disse: “Quero saudar a todas as mulheres, professoras, que estão florindo no nosso plenário hoje, e dizer que vocês são o grande motor da sociedade. Faço esse elogio às mulheres que comandam os nossos lares. O homem é o cabeça, mas a mulher é o pescoço e aponta para onde a cabeça olha. Falo principalmente destas mulheres que dão o melhor de seu trabalho para as crianças, para evitar que o Estado gaste em torno de R\$1.600,00 (um mil e seiscentos reais), que é o valor que se gasta para manter um presidiário, e essas mulheres lutam todos os dias para, através da educação e cultura, mostrarem um horizonte a ser vivido, e o investimento na educação é o que previne um futuro que não queremos para os nossos filhos e filhas. Hoje, também é dia de festa para Mangabeira que completa 32 anos de existência, e relembra que por ali, ao contrário de alguns turistas que não têm referência com a cidade, vi o bairro nascer e crescer. Passei várias vezes de bicicleta, encontrando mangabas, que deram nome ao bairro, e que, infelizmente, desapareceram. Existem vereadores como Edson Cruz e João Corujinha, com referência grande no bairro, mas todos temos amigos lá e estava pensando, hoje, que temos que nos juntar em prol de pauta positiva. Olhar o mundo pela janela do otimismo e não por uma janela apocalíptica. Nesse sentido, a classe política tem que se unir e descer dos palanques políticos e trabalhar em prol da cidade de João Pessoa. Chegando em Mangabeira, vi as obras do trevo e não é obra de uma pessoa, é uma obra da cidade de João Pessoa. Então, precisamos descer dos palanques. Existe uma causa muito nobre que é a volta da maternidade de Mangabeira. Foi fechada e precisa voltar. Tem que ser um planejamento conjunto da Prefeitura e Governo do Estado. Vamos falar com o Prefeito, que já fez tanto pelo bairro, como o restaurante popular, o Centro Cultural, as duas creches, hoje teve a inauguração de uma creche, inclusive, a nova iluminação, então, são obras que já estão acontecendo, mas precisa muito mais. A parceria entre prefeitura e governo é demais importante para se ter essas conquistas. O vereador Edson Cruz estava lá no café da manhã e como fiz a referência a ele, por ser um vereador com atuação maior ali, sabe que ainda precisam de ajustes, mas reconhece as conquistas, não é como alguns turistas que não reconhecem as ações realizadas. A gestão do Prefeito se dedica às pessoas. Essa preocupação é o que levou o Prefeito a quadruplicar a quantidade de vagas nas creches. Só sabe a necessidade da creche quem usa a creche. Agora o blábláblá de quem só sabe criticar. Por que não fez enquanto esteve lá? Por que não opinou? Por que tudo era uma maravilha e agora não é mais? Não somos massa de manobra.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

O povo não é besta. O povo sabe quem quer antecipar eleição do ano que vem. É em 2016 que haveremos de ser julgados. Aqui, o momento é de reconhecer avanços e cobrar melhorias. Esta câmara está cada vez mais transparente”.

Em aparte, o Sr. vereador Benilton Lucena parabenizou o orador, reconhecendo que a educação é o elemento principal para o desenvolvimento de qualquer indivíduo.

Em aparte, o Sr. vereador Bosquinho também se acostou ao discurso do orador, destacando o voto de parabéns ao bairro de Mangabeira.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Marco Antônio, destacou o quão grande era o bairro de Mangabeira e que era um bairro que tinha pessoas de toda a Paraíba.

Em aparte, o Sr. vereador Fernando Milanez disse que tudo que Mangabeira conquistou foi pela luta de seus moradores. Disse ainda que, hoje, Mangabeira tem vida própria, com shoppings, hospitais, comércio, tudo independente de João Pessoa, e que o seu povo está de parabéns.

Em aparte, a Sr.ª vereadora Raissa Lacerda também parabenizou os moradores de Mangabeira bem como o orador pelo pronunciamento.

Em aparte, o Sr. vereador Prof. Gabriel parabenizou o orador pelo discurso, especialmente por ter, no início de seu discurso, valorizado a mulher. Também parabenizou o bairro de Mangabeira pelo aniversário.

Concluindo, o orador, Sr. vereador Marco Antônio, disse que como presente ao bairro, o prefeito Luciano Cartaxo tem oferecido muitas obras. Reiterou seus parabéns aos moradores do bairro, bem como aos professores. Agradeceu a atenção de todos.

O Presidente, Sr. vereador Durval Ferreira parabenizou o vereador Marco Antônio pelo discurso.

4 DEMAIS MATÉRIAS LEGISLATIVAS ENCAMINHADAS

Autor – vereador

PDL – Concede título de cidadão pessoense ao Pastor Robert França Corte Real.

Autor – vereador Lucas de Brito

PL – Torna obrigatória a realização de audiências públicas, no Município de João Pessoa, sempre que o valor estimado para uma obra e/ou projeto for superior a R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), e dá outras providências.

Autor – vereador Marmuthe Cavalcanti

PL – Estabelece penalidade monetária e suspensão de atividades para a vendedora e comerciante que descumprir a norma do que regula e proíbe a venda casada de alimentos nocivos à saúde e brinquedos no município de João Pessoa.

5 ENCERRAMENTO



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laurentino
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

O Sr. Presidente disse: "Declaro encerrada a presente sessão marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos".

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da casa (**), sob a orientação da Primeira Secretária da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Correspondências e requerimentos encaminhados e apreciados nesta presente sessão constam em anexo, na pauta do Setor de Expediente.

(**) Com base nos registros dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Pessoa aos 23 dias do mês de abril do ano de 2015.


José Freire da Costa – Zezinho Botafogo
Presidente da Mesa


Benilton Lúcio Lucena da Silva
Primeiro Secretário